

XII

SIMPAC

SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA

ANAIIS

2020



UNIVIÇOSA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VIÇOSA

MANTENEDORA
UNIVIÇOSA - União de Ensino Superior de Viçosa
Centro Universitário de Viçosa

Reitor do Centro Universitário de Viçosa:
Evaldo Zeferino Rodrigues

Pró-Reitor Administrativo e Financeiro:
Mateus Mendonça Vieira

Pró-Reitor Acadêmico:
Per Christian Braathen



SIMPAC

SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA

ANAIIS

2020

Reitor do Centro Universitário de Viçosa

Evaldo Zeferino Rodrigues

Pró-Reitor Administrativo e Financeiro

Mateus Mendonça Vieira

Pró-Reitor Acadêmico

Per Christian Braathen

Editora

Eliene da Silva Martins Viana

Conselho Editorial

Alessandra Sayegh Arreguy Silva

Bruno de Moraes Cury

Cristiane Sampaio Fonseca

Adriana Maria Patarroyo Vargas

Adonai Gomes Fineza

Bruna Carolina Catossi

Daiane Miranda de Freitas

Daniella Sette Abrantes Silveira

Leonardo Santana Rocha

Maria Del Pilar Salinas Quiroga Soria Gavarro

Mario Monteiro de Castro Neto

Silvia Helena Moraes

Rogério Pinto

Sérgio Domingues

Marcelo Dias da Silva

Fraikson Cleiton Fuscaldi Gomes

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca da Univiçosa

Revista Científica Univiçosa, Ano 12; N.1 (jan/dez 2020)
– Viçosa : UNIVIÇOSA, 2019- .V. 12. Anual.

Editora: Eliene da Silva Martins Viana.
ISSN 2237-2490

1. União de Ensino Superior de Viçosa. II. Título;
Revista Científica Univiçosa; Anais SIMPAC.

Bibliotecária responsável
Tereza Cristina Cardozo da Silva - CRB6 nº 2717

Produção Editorial
Efeito Sete
Aron Rodrigo
aronrodrigo@gmail.com

SUMÁRIO

A BLINDAGEM PATRIMONIAL E A FRAUDE CONTRA CREDORES	1
INFLUÊNCIA DA ESPIRITUALIDADE NO TRATAMENTO DE PACIENTES COM DEPRESSÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	9
A PENHORA DE QUOTAS NA SOCIEDADE LIMITADA EM RAZÃO DE DÍVIDA PARTICULAR DO SÓCIO	17
A REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE CARE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	25
A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO DOS SINTOMAS DA SÍNDROME PRÉ- MENSTRUAL (SPM) E A SEXUALIDADE FEMININA: UM ENFOQUE PSICANALÍTICO	33
ACIDENTES DOMÉSTICOS NA INFÂNCIA EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL	42
ANÁLISE DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA NA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN	51
ANÁLISE ECONÔMICA DE UMA PROPRIEDADE LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE PIRANGA – MG	59

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	68
AVALIAÇÃO DAS LIMITAÇÕES FUNCIONAIS E DA QUALIDADE DE VIDA DE INDIVÍDUOS APÓS ALTA DA TERAPIA INTENSIVA	77
AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL E DA PERCEPÇÃO DA SACIEDADE EM DIABÉTICOS TIPO 2 DE UM CENTRO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	84
AVALIAÇÃO FUNCIONAL DE PACIENTES APÓS ALTA DA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA	92
COMPARAÇÃO DOS PARÂMETROS REPRODUTIVOS DE ÉGUAS MANGALARGA MARCHADOR EM DUAS ESTAÇÕES REPRODUTIVAS	100
COMPORTAMENTO ALIMENTAR E AUTOEFICÁCIA ALIMENTAR EM MULHERES OBESAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	107
CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A EXPERIÊNCIA DE CAROLINA M. BORI NO CENAFOR	117
CORONAVÍRUS SEM DIREITO A QUARENTENA: QUEM VAI PROTEGER OS TRABALHADORES DE PLATAFORMA DO VÍRUS E DA “PANDEMIA DOS BICOS”?	125

CRIPTORQUIDISMO UNILATERAL EM GATO: RELATO DE CASO	134
DO DIREITO A DESCONEXÃO DIGITAL DO TRABALHADOR	141
DUMPING SOCIAL COMO PRÁTICA DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS TRABALHISTAS	149
EFEITOS DA PRESSÃO POSITIVA EXPIRATÓRIA NA RESISTÊNCIA DAS VIAS AÉREAS DE UM INDIVÍDUO ASMÁTICO	157
STADO NUTRICIONAL, CONHECIMENTO SOBRE A DOENÇA E DIETOTERAPIA ADEQUADA, ENTRE DIABÉTICOS DO TIPO 2	163
ESTUDO DA PRESCRIÇÃO DE ANALGÉSICOS NO PÓS-OPERATÓRIO E A DIFERENÇA DOS PROTOCOLOS SEGUNDO O GÊNERO DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS	172
ESTUDO DOS REQUISITOS DE QUALIDADE DE ÓLEOS BÁSICOS MINERAIS UTILIZADOS NA PRODUÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS E INDUSTRIAIS	179
FERTIRRIGAÇÃO DA CROTALARIA RETUSA COM VINHAÇA DE CACHAÇA	187
HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA PRESENÇA DA PSICOLOGIA EM TEXTOS DA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS – RBEP ENTRE 1944 E 1964	195

INFLUÊNCIA PARENTAL NA NEOFOBIA ALIMENTAR INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	204
MÃES ADOLESCENTES E OS DILEMAS SOBRE A AMAMENTAÇÃO	213
NUTRIÇÃO INTRA OVO: ESTRATÉGIA DE NUTRIÇÃO EM SISTEMAS DE PRODUÇÃO AVÍCOLA- REVISÃO DE LITERATURA	221
OBESIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TERAPIA DO ESQUEMA	230
OS IMPACTOS DO NOVO CORONAVÍRUS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 14.020/2020 QUANTO AS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS POR ACORDO INDIVIDUAL ESCRITO	238
POLIAMOR E SENTIDOS SUBJETIVOS DE UM SUJEITO POLIAMOROSO EM SUA RELAÇÃO TRISAL	246
PRINCIPAIS INTERCORRÊNCIAS COM OS PACIENTES EM HEMODIÁLISE	253
RELAÇÕES TRABALHISTAS EM TEMPOS DA COVID-19 E A GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL	260
SÍFILIS EM GESTANTES E SÍFILIS CONGÊNITA: PERFIL DOS CASOS NOTIFICADOS NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA – MG	268
TERMOGRAFIA INFRAVERMELHA COMO DIAGNÓSTICO DE PONTO DE DOR MIOFACIAL	274

VIABILIDADE DA ASSOCIAÇÃO Tiletamina mais Zolazepam, após a reconstituição em gatas submetidas a ovariectomia	280
VIDAS RARAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA	286

EDITORIAL

Simpósio de Produção Acadêmica – SIMPAC

Caminhos para a produção científica durante a pandemia da COVID 19

O ano de 2020 foi marcante para o Centro Universitário de Viçosa – UNIVIÇOSA, pois ao se comemorar 15 anos de sua existência e funcionamento, marcado pela excelência no ensino, pesquisa e extensão, a instituição foi promovida de faculdade (Faculdade de Ciências e Tecnologia de Viçosa – FAVIÇOSA) para Centro Universitário.

Essa trajetória iniciada como Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde – FACISA, centrada em cursos de graduação na área da saúde, gradualmente foi avançando para a diversificação de áreas de conhecimento, abrangendo a cada novo ciclo de seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, uma nova área, respectivamente, nos cursos tecnólogos, de ciências humanas e humanas aplicadas, e finalmente nos cursos de exatas.

Nesse cenário de comemoração toda a comunidade acadêmica foi impactada pela pandemia da COVID 19, a qual obrigou todas as instituições de ensino a interromperem suas aulas presenciais, passando a adotar o Regime de Ensino

Remoto Emergencial. Passamos da presença física para a presença social através das aulas síncronas via internet. Fomos dos encontros no campus universitário para as atividades na plataforma de ensino Platão.

O distanciamento social imposto pela pandemia tornou inviável a realização do décimo segundo Simpósio de Produção Acadêmica – SIMPAC que ocorreria em maio de 2020, e abriu a possibilidade para a criação dessa edição especial intitulada “Trabalhos Monográficos”, dedicada a publicação das pesquisas desenvolvidas no formato de Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC de graduação.

A atual edição permanece marcada pela qualidade dos artigos e, se a maior parte dos trabalhos não trata da pandemia da COVID 19, devemos levar em conta que todo conhecimento é histórico e socialmente determinado, e foi nesse contexto, de uma pandemia que limitou as possibilidades de acesso a fontes primárias e à realização de atividades experimentais nos laboratórios, devido ao distanciamento social, que estas pesquisas foram realizadas. Mérito de professores e estudantes que buscaram construir conhecimento e contribuir com a ciência, apesar dessas limitações.

Entretanto os desafios impostos não inferiorizaram a qualidade dos trabalhos realizados. Estas pesquisas mostram que é possível fazer ciência, respeitando todos os protocolos de segurança, referentes ao distanciamento social, sem cair nas

chamadas pesquisas de gabinete, caracterizadas por estudar povos e sociedades sem ir a campo e conhecer sua realidade. As metodologias descritas nos artigos atestam o esforço dos pesquisadores para a produção de conhecimento.

Compreende-se que seja comum estudantes de graduação terem dificuldade em elaborar trabalhos científicos de forma sistemática e eficiente por se basearem em frágeis “noções de pesquisa” advindas do ensino médio, noções estas, fortemente ligadas ao senso comum e que induzem os estudantes a tomar experiência por experimento e pesquisa por cópia, como se fossem sinônimos. Entretanto, os trabalhos aqui apresentados refletem a evolução intelectual vivenciada por estes estudantes ao longo da graduação, tornando as dificuldades iniciais em etapas da construção do pensamento científico crítico e socialmente engajado. Os trabalhos monográficos destes estudantes, aqui apresentados no formato de artigos científicos, se configuram em relatos de pesquisa pautados pela construção de conhecimento com programação e método.

Sendo o trabalho de conclusão de curso uma construção coletiva entre orientador e orientado, na qual a relação professor-estudante é o ingrediente fundamental, destaca-se essa parceria como esteio da qualidade dos textos, seja em seu conteúdo formal, seja nos aspectos técnico científicos, característicos de uma monografia de conclusão de um curso de graduação.

Desse modo reitera-se que a qualidade dos trabalhos apresentados reforça a capacidade de estudantes e professores da UNIVIÇOSA em atuarem juntos na construção de conhecimento relevante para a seus respectivos campos de saber. Essa edição especial dos anais do SIMPAC é prova viva de que é possível iniciar os estudantes de graduação na pesquisa científica.

Boa leitura!

Bons estudos!

REFERÊNCIAS

GIUMBELLI, Emerson. Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 91-107, Feb. 2002. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Feb. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000100007>.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; MARTINS, Gilberto de Andrade. Relação orientador-orientando e suas influências na elaboração de teses e dissertações. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 46, n. spe, p. 99-109, Dec. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902006000500008&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Feb. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902006000500008>.

Prof. Sérgio Domingues

Psicólogo e Doutor em Educação

Professor do curso de Psicologia e da pós-graduação em Terapia Cognitivo-Comportamental

Coordenador do Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAP

UNIVIÇOSA

A BLINDAGEM PATRIMONIAL E A FRAUDE CONTRA CREDORES

Isabel Elisa Lau Lima¹, Roberto Camilo Leles Viana²

Resumo: A blindagem patrimonial, embora lícita, vem se tornando um mecanismo de fraudar credores, tanto da empresa, como credores de dívidas pessoais dos sócios, impactando no cumprimento das obrigações e trazendo insegurança jurídica para a sociedade como um todo. A blindagem patrimonial com o intuito de fraudar credores gera, de modo mais evidente nos processos de execução de crédito, uma execução infrutífera. Visto que existe o direito de receber um crédito, existe uma sentença procedente em favor do credor, porém não consegue ver o seu crédito satisfeito pelo devedor, o qual se tornou insolvente propositalmente. Esse trabalho quer demonstrar que a blindagem patrimonial pode ser utilizada como meio de fraudar credores, abordando algumas formas de como e quando isto acontece. Através de um estudo exploratório, trataremos de proporcionar maior familiaridade com o tema problema. Do mesmo modo, a presente pesquisa utilizará da pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa e será realizada utilizando doutrina, artigos publicados, pesquisas a respeito do assunto em discussão e realizando análise de leis e normas vigentes. Deste modo, chegaremos à conclusão de que a blindagem patrimonial se transforma em fraude contra credores a medida que utiliza-se da personalidade jurídica da empresa de forma abusiva, com intuito do devedor de se tornar insolvente economicamente, se esquivando de suas obrigações e impossibilitando que os credores tenham seus créditos sanados.

Palavras-chave: Autonomia patrimonial, blindagem patrimonial, desconsideração da personalidade jurídica, fraude contra credores, *holding*; *offshore*.

¹Graduanda em Direito - UNIVIÇOSA. e-mail: bellaulima@gmail.com

²Mestre em direito pela Universidade de Coimbra - PT, Advogado e Professor da UNIVIÇOSA, e-mail: roberviana@gmail.com

Abstract: *The shielding of assets, although lawful, has become a mechanism to defraud creditors, both of the company, and creditors of the personal debts of the partners, impacting on the fulfillment of obligations and bringing legal insecurity to society as a whole. The shielding of assets in order to defraud creditors generates, in a more evident way, in the process of executing a credit, an unsuccessful execution, therefore there is the right to receive a credit, there is a judgment in favor of the creditor, but the creditor does not manage to see his credit satisfied, because the debtor has purposely become insolvent. This assignment is meant to demonstrate that the patrimonial shielding can be used as a means of defrauding creditors, addressing some ways of how and when this happens. Through an exploratory study, we will try to provide greater familiarity with the problem theme, in the same way, this research will be carried out using doctrine, published articles, researches on the subject under discussion, and carrying out analysis of current laws and regulations. With this, we will come to the conclusion that the patrimonial shielding turns into fraud against creditors, the measurement that uses the company's legal personality in an abusive way, with the intent of the debtor to become economically insolvent, avoiding its obligations and making it impossible for the creditors to have their credits rebuilt.*

Keywords: *Disregard of the legal personality, fraud against creditors, holding, offshore, patrimonial autonomy, patrimonial shielding.*

INTRODUÇÃO

Qualquer pessoa que deseja empreender tem que ter em mente que, em se tratando da atividade empresarial, essa possui riscos que devem ser assumidos pela empresa, uma vez que a lei concede personalidade jurídica e autonomia patrimonial as pessoas jurídicas. A personalidade jurídica

concede aptidão a empresa de possuir direitos e deveres, já a autonomia patrimonial, separa os bens pessoais do empresário, sócio e/ou administrador dos bens relativos a empresa. A autonomia patrimonial e a personalidade jurídica não são absolutas, o próprio Código Civil de 2002 fala em seu art.1024 que os bens particulares dos sócios respondem pelas dívidas da sociedade no caso em que os bens da pessoa jurídica não cumprir com sua obrigação, em alguns tipos societários de responsabilidade ilimitada.

Com a autonomia patrimonial sendo relativa, existe uma busca constante em se proteger o patrimônio pessoal das obrigações advindas do empreendimento, por isso surge o conceito de Blindagem Patrimonial, afim de vender a ideia de que é possível tornar absoluta aquilo que a lei relativizou. Contudo essa busca pela proteção absoluta, transformou a blindagem do patrimônio particular em mecanismo de fraudar credores, buscando não ser responsabilizado pelas obrigações da pessoa jurídica.

A fraude contra credores é a lapidação do patrimônio garantidor do cumprimento da obrigação, para tornar-se insolvente. Utilizando-se da personalidade jurídica da empresa, o empresário usa seus bens pessoais para integralizar o patrimônio social, uma vez que não possui mais bens, não terá como ser responsabilizado por suas obrigações.

O legislador foi realmente eficaz ao construir a “*disregard doctrine*” (Teoria da desconsideração da personalidade jurídica), como forma de contornar a fraude contra credores realizada em um negócio jurídico, em resposta a isso os agentes de má-fé preocuparam-se em blindar seus patrimônios, para que o ilícito se torne lícito.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo a ser realizado utilizará da pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa, sendo o objetivo do estudo, exploratório, utilizando-se o método científico dialético. Na pesquisa bibliográfica será utilizada obras já publicadas por doutrinadores respeitados na área do direito Empresarial e direito civil e processual civil, já a pesquisa documental versará na utilização de artigos e estudos publicados sem prévio tratamento analítico. Já a pesquisa qualitativa se justifica, pois não serão utilizados instrumentos estatísticos de análise de dados, interpretando dados e atribuindo significados e definindo claramente a pergunta de pesquisa.

Destarte, o método científico será o dialético, por a intenção ser o fornecimento de bases de interpretação, levando em consideração as influências políticas, econômicas, sociais, culturais, etc. E por fim o estudo será exploratório proporcionando maior familiaridade com o tema problema. Outrossim, a presente pesquisa será realizada utilizando doutrina, artigos publicados, pesquisas a respeito do assunto em discussão, e realizando análise de leis e normas vigentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Blindagem Patrimonial de fato não existe no ordenamento jurídico brasileiro, o que existe são formas de proteção ao patrimônio que ficou conhecido por blindagem patrimonial. Segundo Aguiar e Santos (2019, p.095)

“A blindagem na, verdade, se desmembra em diferentes ações capazes de evitar que bens particulares sejam atingidos para solucionar problemas e encargos das pessoas jurídicas”.

A holding e a *offshore* são os exemplos mais clássicos de ações, tidas com lícitas, que visam proteger o patrimônio particular da pessoa física do empresário. *Holding* é uma sociedade que visa adquirir participações societária em uma

ou mais sociedades, sendo constituída exclusivamente para isso, denominada sociedade de participação, ou não, sendo uma *holding* mista, que além da participação exerce atividade negocial (MAMEDE E MAMEDE, 2018).

Hungaro (st, p.1) descreve a *holding*

“como sendo tipo de empresa que se caracteriza por controlar outras sociedades por meio de uma figura previamente definida, significando, de forma simples, aquela companhia que detém o controle acionário de outras”.

Offshore são empresas criadas em território estrangeiro, mais precisamente nos denominados, “paraísos fiscais” com o objetivo de fugir da alta carga tributária do país de domicílio do empresário. A constituição *holding*, *offshore* e demais mecanismos que auxiliam na proteção do patrimônio, se feitas conforme dispõem as normas do ordenamento jurídico brasileiro, não é caracterizado ilícito. Mas ao utilizar a blindagem para fraudar meios que façam com que o patrimônio ativo do empresário, quando na figura de devedor, fique sem ligação a ele, estamos diante de uma fraude contra credores (VIEIRA E POMIN, 2013). A fraude contra credores, se materializa quando o agente, enquanto devedor, realiza transmissões gratuitas ou perdoa o pagamento de um crédito, já sendo insolvente ou reduzindo-se a esta condição. Esse é o entendimento que se pode extrair do art. 158 do Código Civil Brasileiro de 2002.

Ainda que formas societárias empresariais de responsabilidade limitada dos sócios, visam proteger o patrimônio pessoal do sócio, reforçando a autonomia patrimonial da empresa, separando os bens da pessoa jurídica e os bens da pessoa física, o Código Civil (BRASIL, 2002)

em seu art.50, institui a Desconsideração da Personalidade Jurídica. Nas palavras de Fábio Ulhoa Coelho (2011, p.153)

“[...] por vezes a autonomia patrimonial da sociedade empresária dá margem à realização de fraudes. Para coibi-las, a doutrina criou, a partir de decisões jurisprudenciais, nos EUA, Inglaterra e Alemanha, principalmente, a “teoria da desconsideração da pessoa jurídica”, pela qual se autoriza o Poder Judiciário a ignorar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica, sempre que ela tiver sido utilizada como expediente para a realização de fraude.”

Logo a blindagem patrimonial passou a ser um meio de encobertar a fraude contra credores para que assim não houvesse a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, além é claro, de ser capaz de permitir ao devedor que se esquive do cumprimento da sua obrigação.

CONCLUSÃO

A partir dos estudos e análises feitas conclui-se que a blindagem patrimonial de certo é uma utopia jurídica, uma mercadoria abusiva vendida por aqueles que se dizem capazes de realiza-la, seja um profissional da contabilidade, seja um advogado ou qualquer outro profissional que se intitule capaz de tal feito. Bem como é uma expectativa daqueles empresários que buscam desesperadamente uma segurança, que não querem se comprometer com os riscos do empreendimento.

Embora a doutrina conceitue a blindagem como sendo meios de proteger o patrimônio pessoal de dívidas da pessoa jurídica, a prática nos revela que a eficácia da blindagem se encontra mesmo em proteção dos bens pessoais das próprias obrigações pessoais e é em decorrência disso que a blindagem

passou de algo lícito para um meio de fraude contra credores, utilizando-se da autonomia patrimonial aplicada às pessoas jurídicas.

O ordenamento jurídico se mostra competente em matéria legislativa para punir aqueles que se utilizem da blindagem patrimonial como forma de fraudar credores, prova disso é a possibilidade de penhora de quotas e a desconsideração da personalidade jurídica, que inclusive passou por mudanças recentes de forma a abrir mais o eixo que prende juízes de aplicar a desconsiderações pautados na autonomia patrimonial da pessoa jurídica.

De fato, o procedimento para se conseguir a desconsideração da personalidade ou a penhora de quotas é demorado e pode não ser efetivo em alguns casos, por exemplo, como uma execução onde a parte de conhecimento do processo é deixada de lado. Mas acredita-se que a forma procedimental desses institutos não devem ser flexíveis, isso só aumentaria a discussão sobre a quebra da personalidade jurídica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao querido professor e amigo Roberto Vianna por todo ensinamento ao longo da graduação e pela orientação neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Carla Alessandra Branca Ramos Silva; SANTOS, Elizama Alencar Rodrigues. **Blindagem Patrimonial Utilizando a *Holding* Patrimonial**. Revista de Direito Público Contemporânea, Instituto de Estudios Constitucionales da Venezuela, 2019.

BRASIL, **Código de Processo Civil de 2015**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em: 20/05/2020.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial: direito de empresa** / Fábio Ulhoa Coelho. – 23. ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

HUNGARO, Fernando Martinez. **A Figura das Empresas *Holding* como forma de Proteção Patrimonial, Planejamento Sucessório e Controle de Grupos Empresariais.**

MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduardo Cotta. ***Holding* familiar e suas vantagens: planejamento jurídico e econômico do patrimônio e da sucessão familiar.** 10. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2018.

VIEIRA, Daniel Abrantes; POMIN, Andryelle Vanessa Camilo. **Aspectos Controvertidos da Blindagem Patrimonial.** VIII EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar, UNICESUMAR – Centro Universitário Cesumar, Editora CESUMAR Maringá – Paraná – Brasil, 2013.

A INFLUÊNCIA DA ESPIRITUALIDADE NO TRATAMENTO DE PACIENTES COM DEPRESSÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA¹

Isac dos Santos Rodrigues², Leandro Bicalho Lopes³

Resumo: A temática abordada neste estudo discute a relação existente entre depressão e questões de âmbito religioso/espiritual. Teve-se por objetivo descrever a influência da espiritualidade no tratamento de pacientes com transtornos depressivos. Foi realizado, por meio de uma revisão integrativa, um mapeamento da literatura acadêmica brasileira, no período de 2010 a 2020. Para isso, fez-se necessário a compreensão de religiosidade/espiritualidade e depressão. Para a coleta dos dados, foi realizado uma busca por produções nos portais da Scientific Electronic Library Online - *SciELO*, nos Periódicos da Capes e nos Periódicos Eletrônicos de Psicologia - PePSIC, dentro do referido período. Localizou-se 96 produções e, aplicando-se os critérios de exclusão, foram analisados na íntegra 10 publicações. Os resultados evidenciaram que há indícios que a prática de atividades espirituais influenciam positivamente nos diversos aspectos da saúde física e mental, embora a espiritualidade/religiosidade isolada não apresente eficácia contra a depressão. Destaca-se que a espiritualidade/religiosidade possui uma inter-relação complexa e intensa com a patologia, sendo necessários mais estudos acerca do assunto. Acredita-se que além de serem necessárias para melhor compreensão do tema, investigações empíricas podem contribuir para intervenções mais humanizadas em tratamentos de pacientes com quadro depressivo.

Palavras-chave: Religião, religiosidade, transtorno depressivo

¹Parte do Trabalho de Conclusão de Curso do primeiro autor;

²Graduado em Psicologia – UNIVIÇOSA. e-mail: isacdossantos04@hotmail.com

³Docente do curso de Psicologia – UNIVIÇOSA. e-mail: leandrobicalholopes@yahoo.com.br

Abstract: *The theme addressed in this study discusses the relationship between depression and religious / spiritual issues. The objective was to describe the influence of spirituality in the treatment of patients with depressive disorders. Through an integrative review, a mapping of the Brazilian academic literature was carried out, from 2010 to 2020. For this, it was necessary to understand religiosity / spirituality and depression. For data collection, a search was made for productions in the portals of the Scientific Electronic Library Online - Scielo, in the Capes Periodicals and in the Electronic Psychology Periodicals - PePSIC, within that period. 96 productions were located and, applying the exclusion criteria, 10 publications were analyzed in full. The results showed that there is evidence that the practice of spiritual activities positively influence the various aspects of physical and mental health, although isolated spirituality / religiosity is not effective against depression. It is noteworthy that spirituality / religiosity has a complex and intense interrelation with pathology, requiring further studies on the subject. It is believed that in addition to being necessary for a better understanding of the topic, empirical investigations can contribute to more humanized interventions in the treatment of patients with depressive conditions.*

Keywords: *Depressive disorder, religion, religiosity*

INTRODUÇÃO

A temática abordada neste estudo discute a relação existente entre depressão e questões de âmbito religioso/espiritual. Dados da Organização Pan-Americana da Saúde (2018) descrevem a depressão como uma das principais doenças que mais incapacitam no mundo. Estima-se que mais de 300 milhões de pessoas sofram da patologia, tendo maior prevalência entre o sexo feminino, na faixa etária de 15 a 29 anos. No Brasil, mais de 11.5 milhões de indivíduos já foram afetados.

Em relação aos tratamentos ofertados para tal patologia têm-se, os psicológicos, como ativação comportamental, terapia cognitivo-comportamental e psicoterapia interpessoal, assim como a introdução de fármacos. Ademais, estratégias como prática regular de atividade física, reeducação alimentar e, um olhar voltado para a dimensão espiritual, também se mostraram eficazes nas intervenções terapêuticas com pacientes depressivos (SANTOS, 2019).

Destarte, estudos que contribuam na compreensão das questões relacionadas à influência da espiritualidade no tratamento de pacientes depressivos, torna-se uma ferramenta útil para profissionais da área da saúde, por refletir criticamente sobre essa dimensão como um elemento adicional ao processo terapêutico, bem como para futuros pesquisadores e a sociedade de forma geral que vierem a se interessar pela temática. Cabe destacar também que este estudo traz reflexões provenientes da psicologia analítica junguiana, a fim de complementar a discussão.

Além do mais, constatou-se na literatura acadêmica uma carência de estudos sobre o tema, principalmente pela psicologia, portanto, justifica-se a elaboração da presente pesquisa que se propôs responder ao seguinte questionamento: Qual a influência da espiritualidade no tratamento de pacientes com depressão? Nesta pesquisa, objetivou-se descrever a influência da espiritualidade no tratamento de pacientes com transtornos depressivos, no período de 2010 a 2020, buscando-se refletir como esse processo reverbera no cotidiano do paciente. Especificamente pretendeu-se: caracterizar os principais tipos de depressão descritos no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) – V presentes nas pesquisas; descrever os conceitos de espiritualidade utilizados nos estudos; identificar como pacientes depressivos significam a espiritualidade e analisar

como a espiritualidade reflete no tratamento de indivíduos com depressão.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho consiste em uma revisão integrativa da literatura, no qual realizou-se uma busca no Portal de Periódicos da Capes, na Scientific Electronic Library Online - *Scielo* e no Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia - *PePSIC*, combinando os descritores: depressão and tratamento and espiritualidade; transtornos depressivos and tratamento and espiritualidade; tratamento da depressão and religião and espiritualidade; religiosidade and espiritualidade and depressão. Na base de dados da Pepsic foi selecionada a opção “Pesquisa de artigos”, usando como critério o item “Todos os índices”. Na plataforma da Scielo foi selecionada a opção “Pesquisa avançada”, no campo “Todos os índices”. Foi selecionada a opção “Busca Avançada”, nos campos “Qualquer” e “Contém” no Portal de Periódicos da Capes.

Os critérios de inclusão para este estudo foram apenas estudos produzidos no Brasil, em língua portuguesa e, publicados no período de 2010 a 2020, que tivessem como principal assunto a relação entre espiritualidade e depressão no tratamento de pacientes com transtornos depressivos, buscando-se alcançar uma maior contribuição para a literatura. Os critérios de exclusão para este estudo foram publicações em língua estrangeira, publicações online não disponíveis, estudos realizados fora do Brasil e que não estivessem dentro do marco temporal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando o quantitativo e o desenho dos estudos, acerca da relação entre espiritualidade e depressão no tratamento de pacientes com transtornos depressivos, percebe-se que

tal tema é incipiente na literatura, principalmente em nível nacional. Os estudos são frequentemente encontrados a nível internacional. No entanto esses ainda são escassos (FOCH; SILVA; ENUMO, 2017). No que tange aos tipos de depressão, de acordo com as produções selecionadas foram encontrados os transtornos relacionados, a trauma e a estressores, o transtorno depressivo devido à outra condição médica, e o transtorno depressivo maior (incluindo episódio depressivo maior).

A respeito da definição de espiritualidade utilizada nos estudos, Carlotto (2013) afirma que apesar de existirem um número considerável sobre a terminologia das palavras: espiritualidade, religião e religiosidade, não existem um conceito único para estes termos, visto que, o que mais se observa em pesquisas que trazem estas temáticas são sobreposições de conceitos, o que torna a conceituação e delimitação dessas terminologias bem mais difíceis. No entanto, para este autor é importante estabelecer bases conceituais sobre o assunto, sendo assim, ele define a espiritualidade como sendo “[...] a busca pessoal de respostas sobre o significado da vida por meio de conceitos que transcendem o tangível” (VOLCAN et al., 2003 apud CARLOTTO, 2013).

Dito isso, no que tange a influência da espiritualidade no tratamento de indivíduos com depressão, de acordo com Carlotto (2013) embora, não seja possível determinar com exatidão os mecanismos de interação entre espiritualidade e o tratamento de indivíduos com depressão, há indícios que a prática de atividades espirituais podem influenciar positivamente nos diversos aspectos da saúde física e mental, sendo incluída em tratamentos. No entanto, essa espiritualidade também pode vir como fator negativo no combate à enfermidade, uma vez que, há a possibilidade de algumas pessoas verem tal fator como meio de cura, ou seja, por meio da fé os indivíduos acreditarem

que serão curados, o que pode acarretar a ausência de um acompanhamento profissional ou não adesão ao tratamento adequado.

Quanto à significação que os pacientes dão a espiritualidade estudos têm demonstrado que nos últimos 20 anos, têm-se identificado relação positiva entre espiritualidade/religiosidade (R/E) e saúde, notadamente saúde mental (STROPPIA; MOREIRA-ALMEIDA, 2009). No entanto, Nery et al. (2018, p.1) em seu estudo afirma existir uma “associação fraca de proteção entre religiosidade e desenvolvimento de sinais depressivos ($p \leq 0,00$ $r = 0,12$) e ($p = 0,02$ e $r = 0,06$)”. Desta forma, pode-se concluir que embora alguns dados demonstrem uma correlação negativa entre espiritualidade/religiosidade e depressão, ou seja, quanto maior o grau de espiritualidade a tendência é de que menor seja o grau de depressão e vice e versa entre os pacientes, ainda não existe unanimidade acerca da relação que religiosidade/espiritualidade tem no tratamento de pacientes com a patologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se perceber que, apesar do aumento no número de publicações sobre a o assunto no contexto da saúde, especialmente a partir de 2010, estes ainda são escassos na literatura. No que tange aos principais tipos de depressão descritos no DSM – V presentes nas pesquisas, os que obtiveram maiores índices foram os transtornos relacionados a trauma e estressores, o transtorno depressivo maior (incluindo episódio depressivo maior) e o transtorno depressivo devido à outra condição médica, com destaque para este último.

Por meio deste estudo, observou-se que não existe um conceito único para as terminologias: religião, religiosidade e espiritualidade, embora seja necessário estabelecer bases conceituais. No que tange a influência da espiritualidade no

tratamento de indivíduos com depressão, observou-se que embora isolada não apresentasse fator eficaz de proteção contra a patologia, há indícios de que práticas espirituais podem influenciar positivamente nos diversos aspectos da saúde física e mental de pacientes depressivos.

Em síntese, conclui-se que a espiritualidade/religiosidade possui uma inter-relação complexa e intensa com a depressão. Assim sendo, são necessários mais estudos que explorem a temática, visto que novas pesquisas, além de serem importantes para uma melhor compreensão das questões relacionadas à doença, contribuem na legitimação de trabalhos empíricos, e para o desenvolvimento de intervenções mais humanizadas no tratamento do paciente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOTTO, Rodrigo Carvalho. Espiritualidade e sintomatologia depressiva em estudantes universitários brasileiros. **Revista de Psicologia da UNESP**. 12(2), 2013.

FOCH, Gisele Fernandes de Lima; SILVA, Andressa Melina Becker; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Coping religioso/espiritual: uma revisão sistemática de literatura (2003–2013). **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, 69 (2): 53-71. 2017.

NERY, Bruno Leonardo Soares; CRUZ, Keila Cristianne Trindade da; FAUSTINO, Andréa Mathes; SANTOS, Carla Targino Bruno dos. Vulnerabilidades, depressão e religiosidade em idosos internados em uma unidade de emergência. **Rev. Gaúcha Enferm**, v. 39:e2017-0184. 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. OPAS Brasil. **Folha informativa depressão**. 2018. Disponível em:< https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_

content&view=article&id=5635:folhainformativa
depressao&Itemid=1095>.

SANTOS, Maria Clara Barbuena. O exercício físico como auxiliar no tratamento da depressão. **Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício**, v. 18, n.2, p.108-115. 2019. Disponível em:< <http://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/revistafisiologia/article/view/3106/5117> >.

STROPPIA, André; MOREIRA-ALMEIDA, Alexander. Religiosidade e espiritualidade no transtorno bipolar do humor. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 36, n.5, p.190-6. 2009.

A PENHORA DE QUOTAS NA SOCIEDADE LIMITADA EM RAZÃO DE DÍVIDA PARTICULAR DO SÓCIO¹

Diele Almeida Teixeira², Roberto Camilo Leles Viana³

Resumo: O presente artigo possui o condão de estudar a penhora de quotas na sociedade limitada de vínculo instável e estável, em virtude de uma dívida particular sócio devedor sob a ótica do princípio da preservação da empresa. Nesse sentido, esclarece-se que existem entendimentos divergentes em relação à temática, haja vista que persistem alguns entendimentos no sentido de que a penhora afeta a *affectio societatis* da sociedade limitada de pessoas, em contrapartida, o Supremo Tribunal de Justiça compreendeu que a penhora não acarreta, por si só, a inclusão de terceiro na sociedade. Nesse diapasão, tem-se que o presente artigo classifica-se em exploratório descritivo, visando um exame crítico sobre a penhora de quotas na sociedade limitada à luz do princípio da preservação da empresa, com base em dados e documentos bibliográficos, utilizando-se de uma análise qualitativa, bem como de um raciocínio hipotético dedutivo. Neste viés, observa-se preciso atentar-se para a aplicabilidade das metanormas ao caso concreto, uma vez que estas representam fontes basilares do direito, razão pela qual se deve examinar a temática sob ótica do princípio da preservação da empresa. Isso posto, à luz do princípio da preservação da empresa, evidencia-se que urge uma análise sobre a importância da sociedade empresarial para toda a coletividade, vez que o exercício da atividade empresarial estimula o desenvolvimento da econômica, com o condão de preservar a continuidade da sociedade limitada de pessoas e de capital. Inclusive, a necessidade de preservar a manifestação de vontade dos sócios, com o condão de ilidir a afronta *affectio societatis*.

¹Parte do Trabalho de Conclusão de Curso do primeiro autor;

²Graduanda em Direito – UNIVIÇOSA, e-mail: dielealmeida14@gmail.com;

³ Mestre em direito pela Universidade de Coimbra - PT, Advogado e Professor da UNIVIÇOSA, e-mail: roberviana@gmail.com

Palavras-chave: Sociedade de vínculo estável; sociedade de vínculo instável; sociedade limitada; princípio da preservação da empresa; penhora de quotas

Abstract: *This article has the power to study the pledge of shares in the limited company of unstable and stable bond, due to a particular debt debtor partner under the principle of preservation of the company. In this sense, it is clarified that there are divergent understandings on the subject, given that some understandings persist in the sense that the pledge affects the affectio societatis of the limited society of persons, on the other hand, the Supreme Court has understood that attachment does not in itself entail the inclusion of a third party in the company. On this tuning fork, this article is classified as a descriptive exploratory, aiming at a critical examination of the attachment of quotas in the limited company in the light of the principle of the preservation of the company, based on bibliographic data and documents, using a qualitative analysis as well as a deductive hypothetical reasoning. In this bias, it is necessary to pay attention to the applicability of the metanormas to the specific case, since they represent fundamental sources of law, which is why the theme should be examined from the perspective of the principle of company preservation. That said, in the light of the principle of the preservation of the company, it is evident that an analysis on the importance of the enterprise society for the whole collectivity is urgent, since the exercise of the business activity stimulates the development of the economic, in order to preserve the continuity of the limited partnership of persons and capital. Also, the need to preserve the expression of the will of the partners, with the condo of exonerating the affront affectio societatis.*

Keywords: *Limited partner; permanent partner; pledge of shares; principle of preservation of company; unstable partner*

INTRODUÇÃO

O ordenamento jurídico pátrio possibilitou aos sócios da

sociedade limitada deliberar no estatuto social acerca da possibilidade ou não de incluir terceiros no quadro societário da empresa sem anuência dos sócios da sociedade. Na primeira opção, estar-se-á diante de uma sociedade de pessoas, enquanto, na segunda, de uma sociedade de capital. Assim, quando se verifica a aplicação do instituto da penhora, tem-se a possibilidade de incluir um terceiro na sociedade, o que poderá macular o estatuto da sociedade, bem como acarretar a extinção da atividade empresarial.

Tem-se, dessa maneira, que a penhora de quotas na sociedade limitada poderá acarretar inúmeros malefícios a toda a coletividade. Inclusive, evidencia-se a instabilidade jurídica gerada pela aplicabilidade da penhora de quotas por dívida particular do sócio, haja vista a presença marcante de dois direitos que se confrontam. *A priori*, tem-se o direito do credor de satisfazer o crédito em face do devedor. Por outro lado, tem-se a sociedade limitada de vínculo instável obrigada a incluir um terceiro, afrontando o estatuto social, bem como reflexos maléficis a toda a coletividade, inclusive, ao Estado, em virtude de uma possível extinção da sociedade empresária de vínculo instável ou estável.

Demonstra-se, portanto, necessário atentar-se a uma análise à luz do princípio da preservação da empresa, uma vez que a atividade empresarial gera impactos na economia, razão pela qual se torna imprescindível uma análise do caso concreto, com o condão de não macular o estatuto da sociedade, tampouco, gerar em malefícios à economia do país, à coletividade e ao Estado.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo classifica-se em bibliográfico e docu-

mental, uma vez que se pautou em uma análise qualitativa, com base em fontes secundárias. Tem-se, ademais, o fato do estudo possuir o caráter exploratório descritivo, haja vista o uso de um raciocínio hipotético-dedutivo, haja vista que se procedeu ao exame crítico sobre a possibilidade de penhora de quotas na sociedade limitada de pessoas e de capital, em virtude de uma dívida particular do sócio, atentando-se para a aplicabilidade do princípio da preservação da empresa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pretende-se com o presente estudo analisar a penhora de quotas na sociedade limitada, quando esta ocorre em virtude de uma dívida particular do sócio, haja vista ser preciso analisar a temática sob a exegese do princípio da preservação da empresa, ora esculpido no artigo 47 da Lei nº. 1.101 de 2005 (BRASIL). Para tanto, surge preciso esclarecer que o conceito de pessoa jurídica nasceu com o fito de fomentar os empreendimentos, adornando-a direitos e deveres (DINIZ, 2012). Assim, a sociedade limitada classifica-se como uma pessoa jurídica de direito privado, com estanco no artigo 44 do Código Civil (2002).

Ademais, há de se esclarecer, conforme leciona Coelho (2012) que a referida subdivide em sociedade limitada de vínculo instável e estável. A primeira, denominada ainda como sociedade de pessoas, *intuito persona* (BORGES, 2014), é regida, subsidiariamente, pelas normas da sociedade simples, em virtude da opção dos sócios de optarem pela impossibilidade de inclusão de um terceiro no quadro societário sem a anuência de todos os sócios ao celebrarem o estatuto da sociedade (TOMAZETTI, 2017). A sociedade estável, caracterizada como sociedade de capital, *intuito pecuniae* destaca-se pela aplica-

ção complementar da lei das sociedades anônimas, Lei nº. 6.404 de 1976 (BRASIL), que não se atém às características pessoais dos sócios, tampouco, dispõe sobre a seletividade dos sócios.

Ocorre que persiste uma inconsistência no ordenamento jurídico pátrio ao possibilitar a penhora de quotas por uma dívida particular do sócio, em virtude da *affectio societatis* (ALVES, 2018), bem como em virtude da importância da atividade empresarial para aqueles que se relacionam com empresa direta ou indiretamente (VIDO, 2017). Urge, assim, compreender o instituto da penhora de quotas, vez que esta se caracteriza como um instrumento processual para o adimplemento involuntário de uma obrigação (FARIAS BRITO, 1999). Tem-se, assim, que a penhora pode ocorrer pela entrega do bem ao credor através da adjudicação, bem como em virtude do pagamento monetário, em virtude da alienação da coisa (CÂMARA, 2017), gerando efeitos de cunho material e formal, conforme leciona Donizetti (2017).

Concomitante a isso, nota-se que o Supremo Tribunal Federal manifestou-se pela possibilidade da penhora, apenas, na sociedade limitada de vínculo estável, todavia, o Supremo Tribunal de Justiça, por meio do Recurso Extraordinário nº 24.118/SP (BRASIL), compreendeu ser possível a penhora, independente do caráter pessoal, haja vista que, em tese, a penhora não acarreta, *de per si*, a inclusão de um terceiro (ALVES, 2018).

Leciona Mamede (2010) que as metanormas devem ser respeitadas, vez que estas transcendem o direito positivo, bem como se posicionam “(...) como pilares de sustentação da ordem jurídica e vetores maiores de juridicidade de todo o sistema positiva (...)” (MAMEDE, 2010, p. 40). Nesse sentido, é

mister ressaltar a importância da atividade empresarial, vez que esta aumenta a oferta de emprego, gera um acríve no desenvolvimento econômico, inclusive, potencializa a receita do Estado com a arrecadação de tributos da atividade desempenhada pela sociedade empresária.

CONCLUSÃO

Evidencia-se que a penhora de quotas acarreta inúmeros prejuízos, haja vista que poderá refletir sobre terceiros de boa-fé, como os sócios remanescentes e os que se relacionam direta ou indiretamente com a empresa. Posto isso, nota-se preciso preservar a atividade empresarial, vez que esta se sobrepõe aos interesses particulares dos sócios. Em virtude disso, entende-se preciso analisar o caso concreto sob a luz do princípio da preservação da empresa. Inclusive, faz-se imperioso atentar-se para o caráter pessoal da sociedade, com o condão de ilidir a afronta ao estatuto da sociedade, vez que fora proporcionado aos sócios a possibilidade de deliberarem sobre a inclusão de terceiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. R. R. ; KEIN, V. ; OSNA, G. ; GONCALVES, O. O. ; RIBEIRO, M. C. P. ; CARAMES, G. B. C. ; CAMPINHO, S. M. S; COELHO, F. U. ; PINTO, M. G. R. ; GIBRAN, S. M. A **Penhora de Quotas e Ações na Lei nº 13.105/2015: Código de Processo Civil**. In: RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; CARAMÊS, Guilherme Bonato Campos. (Org.). *Direito Empresarial e o CPC/2015*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018, p. 89-116.

BORGES, J. E. **Sociedade de pessoas e sociedades de capital**. *Revista da faculdade de direito Universidade*

Federal de Minas Gerais. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Downloads/486-912-2-PB%20(2).pdf>. Acesso em: 26/08/2020.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 12/08/2013.

BRASIL. Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm>. Acesso em: 23/04/2020.

BRASIL. Lei nº. 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Institui a Sociedades por ações em 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404consol.htm#:~:text=LEI%20No%206.404%2C%20DE%2015%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201976.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20Sociedades%20por%20A%C3%A7%C3%B5es.&text=Art.,das%20a%C3%A7%C3%B5es%20subscritas%20ou%20adquiridas>. Acesso em: 12/09/2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Agravo em Recurso Especial nº 1.058.128-SP (2017/0035809-8). Relatora: Ministra Maria Isabel Gallotti. Brasília, 26 maio 2017. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/468489578/agravo-em-recurso-especial-aresp-1058128-sp-2017-0035809-8>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

CÂMARA, A.F. Novo código de processo civil brasileiro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

COELHO, F. U. **Curso de direito comercial**. v. 2. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DINIZ, M. H. **Curso de direito civil brasileiro**. v. 1. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DONIZETTI, E. **Curso didático de direito processual civil**. 20. ed. rev., atual.e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

FARIAS BRITO, F. L. **A penhora das quotas nas sociedades de responsabilidade limitada**. Revista do TRT da 13^a Região, 1999. Disponível em:< <https://core.ac.uk/download/pdf/79070774.pdf>>. Acesso em: 20/09/2020.

MAMEDE, G. **Direito empresarial brasileiro: empresa e atuação empresarial**. v. 1. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TOMAZETTE, M. **Curso de direito empresarial: Teoria geral e direito societário**, v. I. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

VIDO, E. **Curso de direito empresarial**. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

A REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE *CARE* NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO¹

Alessandra Gomes Mendes Tostes², Ângela Barbosa Franco³

Resumo: Neste artigo aborda-se o tema das atividades de *care* numa perspectiva jurídica-sociológica. O objetivo principal da pesquisa foi a análise crítica e comparativa da legislação brasileira em torno da busca por regulamentação da ocupação de cuidador, desde seus primeiros movimentos a partir do projeto de lei 1.385 de 2007. As atividades de *care* compõem as novas ocupações surgidas no contexto de envelhecimento da população, da existência de doenças raras e morbidades e dos novos arranjos familiares com a redefinição dos papéis sociais quanto às atribuições de cuidado com os membros da família. A legislação, como mecanismo de controle social, acompanha as fenomenologias sociais devendo, portanto, ser estudada. Esta é a proposta do presente estudo, em que foram analisadas proposições de ordenamentos no direito do trabalho e a legislação trabalhista sobre o trabalho doméstico.

Palavras-chave: Cuidador, direito do trabalho, novas ocupações, trabalho doméstico

Abstract: *This article addresses the topic of care activities from a legal-sociological perspective. The main objective of the research was the critical and comparative analysis of the Brazilian legislation around the search for regulation of the occupation of caregivers, since its first movements since the law project 1.385 of 2007. Care activities make up the new occupations that arose in the context the aging of the population, the existence of rare diseases and morbidities and the new family arrangements with the redefinition of social*

¹Parte do Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Direito – UNIVIÇOSA.

² Bacharelanda do Curso de Graduação em Direito – UNIVIÇOSA. e-mail: gomesmendes@yahoo.com.br

³ Professora do Curso de Direito – UNIVIÇOSA. e-mail: angelafranco@univicoso.com.br

roles regarding the tasks of caring for family members. Legislation, as a mechanism of social control, accompanies social phenomenologies and should therefore be studied. This is the proposal of the present study, in which proposals for the organization of labor law and labor legislation on domestic work were analyzed.

Keywords: *Caregiver, domestic work, labor law, new occupations*

INTRODUÇÃO

Os processos de institucionalização e de reconhecimento dos códigos profissionais que envolvem as atividades de *care*, não se restringem somente ao campo do trabalho profissional (*care work*). Envolvem também os mecanismos sociais pelos quais a sociedade busca no Direito uma harmonização entre as práticas vivenciadas e os aparatos de controle social, neste caso, a regulamentação.

Relevantes trabalhos têm sido realizados e publicados sobre as atividades *care* no Brasil. As pesquisadoras Nadya Guimarães, Helena Hirata e Kurimi Sugita (2011) apresentam uma análise pioneira, no artigo “Cuidado e cuidadores: o trabalho de *care* no Brasil, França e Japão”, propondo a compreensão da categoria ‘care’ a partir dos estudos comparativos nos diferentes países. Nesta obra, as autoras destacam a necessidade de se considerar o valor social atribuído ao trabalho doméstico do ponto de vista histórico e a presença do Estado na construção de políticas públicas relativas aos cuidados com os idosos dependentes. A pesquisadora norte-americana Eileen Boris (2014) traz importante contribuição no artigo “Produção e reprodução, casa e trabalho” ao analisar o conteúdo cultural subjacente à motivação das mulheres trabalhadoras que buscam compatibilizar o trabalho doméstico com o trabalho remunerado, e o efeito deste conteúdo significativo na confusão

entre os dois tipos de trabalho, um remunerado e outro não.

Uma vez que é possível identificar pesquisas que tratam das atividades *care* em suas dimensões psicossociais, culturais e sociológicas, neste artigo, a ênfase está na dimensão jurídica. O problema de pesquisa se apresenta na forma: como as atividades *care* são concebidas pelos legisladores e são regulamentadas pelas leis trabalhistas protetivas da relação de trabalho e dos trabalhadores?

Diante destas considerações, a hipótese central desta pesquisa está em que as atividades *care*, por serem associadas aos papéis sociais femininos e ao trabalho doméstico, encontram dificuldades para a regulamentação como profissão na legislação trabalhista brasileira. Para avançarmos na verificação desta hipótese central, foi traçado como objetivo geral reconhecer as atividades *care*, associadas ao cuidado, como trabalho formal, remunerado e regular. Este objetivo orienta a busca por identificar as atividades de *care* como aquelas referidas ao cuidado de outrem, não exclusivamente no espaço doméstico; identificar a percepção destas atividades *care* como trabalho remunerado por parte dos legisladores brasileiros e identificar um processo de valorização das atividades *care* no campo das profissões a partir das exigências de qualificação específica.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica, de vertente jurídico-sociológica, acerca das atividades *care*, sua associação ao trabalho doméstico e a construção das lutas por direitos trabalhistas em torno da regulamentação das ocupações de *care*. A investigação centra-se na análise dos Projetos de Lei 1385/2007 e 11/2016 que dispõem sobre a regulamentação da profissão de cuidador e a Lei Complementar 150/2015 que regulamenta o trabalho doméstico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A propositura do Projeto Lei 1385, em 2007, pelo Deputado Federal Felipe Bornier, iniciou o processo de regulamentação das atividades *care* associadas, neste primeiro movimento, à atividade de cuidadora de crianças com idade até 06 (seis) anos. Após a aprovação da redação final do PL 1385/2007, na Câmara dos Deputados, ele passa à casa revisora, na forma do Projeto de Lei Complementar (PLC) 11/16, com a proposta de regulamentação da profissão de cuidador de idosos, crianças, pessoas com deficiência ou doenças raras. O projeto estabelece que esses profissionais deverão ter o ensino fundamental completo e curso de qualificação na área, além de idade mínima de 18 anos, bons antecedentes criminais e atestados de aptidão física e mental. O texto proíbe que os profissionais administrem medicamentos, que não seja por via oral e sem orientação médica, para evitar um conflito de competências com os profissionais da enfermagem. O projeto ainda prevê que o cuidador seja empregado por pessoa física, para trabalhar por mais de dois dias na semana, atuando no domicílio ou no acompanhamento de atividades da pessoa cuidada, e terá o contrato de trabalho regido pelas mesmas regras dos empregados domésticos. Após tramitar na Câmara dos Deputados e ser aprovado, o PL 11/16 foi encaminhado ao Senado que acatou, em votação, o parecer favorável da senadora-relatora, encaminhando a matéria para sanção presidencial em 18/06/2019. A Presidência da República vetou o Projeto Lei 11/16, contudo, os esforços e mobilizações sociais para a equiparação do trabalhador doméstico aos demais trabalhadores quanto aos direitos e garantias culminaram na sanção da Lei Complementar 150 em 01 de junho de 2015.

Para a mobilização dos profissionais ligados às atividades de *care*, o texto final da EC n.º 72/2013, incorporado à Lei Complementar 150/2015, trouxe importantes contribuições

no que diz respeito à sua aplicação nas relações de trabalho, que ainda não possuem regulamentação. Isto porque, a LC 150/2015 traz em si os elementos fático-jurídicos gerais que configuram a relação empregatícia doméstica – pessoa natural como prestadora de serviços, com pessoalidade, onerosidade e subordinação. No entanto, destaca as peculiaridades desta relação como a finalidade não lucrativa dos serviços, a prestação de serviços à pessoa ou à família, realizados no âmbito residencial da prestação de serviços. Estes são elementos fundamentais na configuração das relações de trabalho dos profissionais de atividades de *care*, na busca de proteção e garantias trabalhistas.

Se, inicialmente, a CLT não se aplicava aos trabalhadores domésticos, a Lei nº. 5.859/1972 editada especialmente à categoria dos empregados do lar, não atendia aos anseios e necessidades da categoria. A Convenção nº. 189 da OIT (2011) foi fundamental no impulso da condição destes empregados no Brasil e a promulgação da Emenda Constitucional nº. 72/2013, materializou a equiparação com as outras categorias de trabalhadores, alterando o art. 7º. da Constituição de 1988.

Esta trajetória demonstra como, para além da figura mais tradicional da empregada doméstica que trabalha na manutenção do lar dos empregadores, há outros trabalhadores que podem ser classificados como domésticos, desde que considerados os requisitos previstos na legislação. Conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há outras espécies de atividades domésticas, como o guarda-costas, a babá, o caseiro, a acompanhante, o motorista, a camareira, a passadeira, a cozinheira, a diarista, a lavadeira, a governanta, o jardineiro, o porteiro, o organizador de guarda-roupas e armários e o mordomo (BRASIL, 2016). É o que demonstra Gustavo Felipe Barbosa Garcia, citado por Calsing (2017), afirmando “que é doméstico não só o empregado que exerce

funções internamente na residência do empregador, como as de limpar, de faxinar, de cozinhar, de cuidar de crianças ou de idosos, mas também, o jardineiro, o vigia da casa, o motorista” (CALISING, 2017, p. 76)

Esta complementaridade de tarefas entre o trabalhador doméstico e as atividades de *care* está intimamente ligada à natureza desses trabalhos e à sua condição. No entanto, é importante ressaltar que nem todo profissional que exerce uma atividade doméstica pode ser considerado empregado doméstico, como previsto na LC 150/2015. Ao passo, que esta regulamentação traz, em si, mecanismos de proteção para os trabalhadores nas atividades de *care*, ela também justifica a construção de um diálogo que respeite as particularidades do trabalho doméstico e das atividades de *care*, para fins de sua regulamentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade de *care* vai sendo redefinida socialmente, com a mobilização dos grupos sociais, por reconhecimento profissional, formação e proteção social. A materialização deste movimento é a Lei Complementar 150/2015, ora estendida às atividades de *care*, na ausência de regulamentação específica.

Os debates que fundamentaram as proposições legislativas representam a dinâmica fenomenológica do ordenamento jurídico-social, assim como a necessidade inerente ao processo democrático de debates, revisões, retrocessos e avanços, sejam nos procedimentos constitucionais que estruturam a burocracia do Estado de Direito, sejam nos movimentos sociais que amparam as práticas dos legisladores.

Conclui-se, portanto, a necessidade de estudos constantes destas dinâmicas e a eminência das atividades *care*

como uma das novas formas de relações de trabalho que configurarão o mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORIS, Eileen. **Produção e reprodução, casa e trabalho**. Tradução de Guilherme Gaspar de Freitas Sobrinho. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1. Junho de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/08.pdf> Acesso em 01 mar 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei da Câmara dos Deputados 1.385/2007 – Dispõe sobre a regulamentação da profissão de babá. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=356737> Acesso em 30 de setembro de 2020.

_____. Lei Complementar Nº 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm Acesso em 14 de maio 2020.

_____. Senado Federal. Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2016 (Nº 1.385/2007, na Casa de origem). Disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4037414&ts=1571778068586&disposition=inline> Acesso em 13 mar 2020.

CALSING, Renata de Assis; ALVARENGA, Rubia Zanotelli

de. **Trabalho decente doméstico: a nova Lei Complementar 150/2015**. Revista Síntese: trabalhista e previdenciária, v. 28, n. 333, p. 42-74, mar. 2017. Disponível em https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/95436/2016_cal-sing_renata_trabalho_decente.pdf?seque nce=1&isAllowed=y Acesso em 28 de out de 2020.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. **Cuidado e cuidadoras: o trabalho de *care* no Brasil, França e Japão**. Tradução de Philippe Dietman. Revista Sociologia & Antropologia. Volume 01.01:151–180, 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752011000100151. Acesso 12 mar 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comissão Nacional de Classificação. Classificação Nacional de Atividades Econômicas. 2016. Disponível em: <http://cnae.ibge.gov.br/?view=classe&tipo=cnae&versao=9&classe=97005>. Acesso em 30 de mai de 2020

OIT. Convenção n^o.189, de 16 de junho de 2011. **Convenção sobre o trabalho decente para as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos**. Genebra, 16 jun. 2011a. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/05/convecao_189.pdf Acesso em 02 de nov de 2020.

A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO DOS SINTOMAS DA SÍNDROME PRÉ- MENSTRUAL (SPM) E A SEXUALIDADE FEMININA: UM ENFOQUE PSICANALÍTICO

Angelita das Dores Martins¹, Fabiana Cristina Teixeira², Bernardo Sollar Godoi³, Maria Tereza Brandi⁴, André Alves Daniel⁴

Resumo: O interesse deste trabalho foi pesquisar a relação dos sintomas da Síndrome Pré-menstrual (SPM) com a sexualidade feminina, por meio do enfoque psicanalítico, uma vez que os sintomas das SPM, mostra-se como um fenômeno desafiador para o campo das pesquisas científicas. Este estudo buscou por meio da literatura psicanalítica dialogar com campo das pesquisas científicas ampliando as discussões acerca da problemática dos sintomas da SPM. Esse foi um estudo de revisão bibliográfica narrativa, de caráter qualitativo, sobre as bases de pesquisa em psicanálise. Para tanto foi feito um entrelaçamento entre as perspectivas biomédicas em relação à formação dos sintomas da SPM e a formação dos sintomas em psicanálise, observando as nuances existentes em torno da sexualidade feminina, onde possível perceber que os sintomas da SPM podem ser compreendidos como expressões psíquicas que se manifestam frente aos desafios sociais e culturais em torno da sexualidade feminina.

Palavras-chave: Feminino, inconsciente, menstruação

¹Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário de Viçosa _UNIVICOSA –email: angelitamartins.psi@gmail.com;

²Professores do curso Psicologia do Centro Universitário de Viçosa – UNIVICOSA -. e-mail: email: fabicteixeira@hotmail.com; bernardosollar@gmail.com; tereza_brandi@yahoo.com.br; andredaniel@univicosa.com.br

Abstract: *The interest of this work was to research the relationship between the symptoms of Premenstrual Syndrome (PMS) and female sexuality, through the psychoanalytical approach, since PMS symptoms are shown to be a challenging phenomenon for the field of scientific research. This study sought, through the psychoanalytic literature, to dialogue with the field of scientific research, expanding the discussions about the problem of the symptoms of PMS. This was a qualitative study of narrative literature review on the basis of research in psychoanalysis. To this end, an interweaving was made between biomedical perspectives in relation to the formation of PMS symptoms and the formation of symptoms in psychoanalysis, observing the existing nuances around female sexuality, where it is possible to perceive that PMS symptoms can be understood as psychic expressions that manifest themselves in the face of social and cultural challenges surrounding female sexuality*

Keywords: *Feminine, unconscious, menstruation,*

INTRODUÇÃO

A Síndrome Pré-menstrual (SPM) é definida por um conjunto de sinais e sintomas que interferem na dinâmica de vida da mulher. Ela causa desconforto, dores, alterações físicas e emocionais, comprometendo as relações conjugais, familiares, profissionais e sociais, trazendo drásticas perturbações e inconstâncias no cotidiano feminino. A SPM é considerada um objeto de estudo do campo biomédico, envolvido em várias controvérsias e incertezas em função das dificuldades encontradas de se estabelecer um padrão diagnósticos, etiológico e terapêutico devido multiplicidade e variação os sintomas nos diferentes corpos feminino, exigindo que as pesquisas busquem uma melhor compreensão em relação as experiências femininas (VIEIRA; MARIANO, 2017; SASAKI; PEREIRA; RIBEIRO, 2017).

Nesse sentido, a psicanálise pode vir a contribuir significativamente para a averiguação da origem dos sintomas da SPM, uma vez que ela se ocupou, e ainda se ocupa em estudar a origem dos conflitos sociais e emocionais femininos em relação a sua própria sexualidade. Frente a isso, esta pesquisa busca adentrar o campo dos estudos sobre a sexualidade feminina e da produção dos sintomas em psicanálise, a fim de entender de que forma a cultura, a subjetividade e o inconsciente podem influenciar nas manifestações sintomáticas da SPM. Esta pesquisa pretende verificar, o que a literatura científica e psicanalítica pode contribuir para o conhecimento de possíveis caminhos que ajudem a elucidar os aspectos envolvidos na produção desses sintomas. Nessa perspectiva, este trabalho busca entender se os sintomas envolvidos na Síndrome Pré-Menstrual são somente resultados dos processos orgânicos corporais, ou também podem estar vinculados a uma representação inconsciente.

MATERIAL E MÉTODOS

Este foi um estudo de revisão bibliográfica narrativa, de caráter qualitativo, a partir de uma abordagem apoiada no método hipotético-dedutivo, no qual, foram realizadas análises, reflexões e possíveis deduções sobre o tema, sem a pretensão de traduzir fenômenos e resultados em número ou estatísticas, mas sim os significados, considerando a relação entre o sujeito e mundo (SILVA; MENEZES, 2001).

Por se tratar de um estudo psicanalítico, este trabalho também foi desenvolvido a partir da base de pesquisa em psicanálise, ancorada nas características investigativas atuais. A pesquisa psicanalítica traz marcas do desenvolvimento histórico, e se estabelece ao reconhecer a especificidade de sua área de atuação ao mesmo tempo em que busca manter os padrões de rigor válidos para todas as pesquisas científicas.

Esse modelo de pesquisas acaba por levar todo pesquisador fazer o mesmo percurso de Freud, no sentido de analisar e indagar a forma como as teorizações são construídas, pois, assim pode se identificar porque a teoria recalca algumas questões e favorece outras. Para tanto, a pesquisa acadêmica em psicanálise busca se dedicar também à releitura da teoria, para formular uma noção que aponta para a introdução do novo por meio da multiplicação e possibilidades, que auxiliarão no caminho para produção de novos conhecimentos clínicos analíticos, visto que uma das maiores questões que atravessa a área de pesquisa acadêmica dentro do método psicanalítico é a busca por conhecer um objeto que é inconsciente (PINTO, 1999; ROSA; 1993).

Foram utilizados artigos científicos e teses, com auxílio do Google Acadêmico – ferramenta do Google para busca de informações científicas – e, por meio dos portais da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS – PSI) e SCIELO, com os descritores: Menstruação, Síndrome Pré-menstrual, Sexualidade feminina/Psicanálise, Feminino e inconsciente. Foram definidos como critérios de inclusão os artigos de Língua Portuguesa nas bases de dados descritas acima.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

SPM é um período de crise na vida da mulher com evidentes alterações, que propiciam manifestação de emoções, de sentimentos, atitudes e comportamentos extremos, que interferem no seu estado de humor. Este é um período de expectativa onde há um investimento pulsional, que se transforma em tensão quando a mulher se prepara para fecundação, e assim, desempenhar sua função de reprodução. Neste sentido, há um investimento pulsional que se transforma em tensão quando a fecundação não acontece. Esse excesso de energia pulsional que invade o corpo feminino, é o responsável

pela formação dos sintomas da SPM. Os sintomas exercem a função de dar vazão ao excesso de tensão produzidas, uma vez que a expectativa de reprodução irá se desfazer com o sangramento menstrual, indicando que a mulher deixou de cumprir as exigências culturais construídas sobre o seu corpo (SASAKI; PEREIRA; RIBEIRO, 2017; VIEIRA; MARIANO, 2017).

Um fato importante é a incidência dos sintomas da SPM nas mulheres entre trinta e quarenta anos. A incidência desses sintomas nessa faixa etária da vida das mulheres, leva a reflexão sobre o destino legado a elas no final do século XIX, a maternidade. Para a sociedade daquela época, a mulher após criar os filhos estava com a vida acabada deixando de exercer sua sexualidade e perdendo sua função social. Zoldan (2001) corrobora, que as mulheres após constituírem família passam por um período de insatisfação consigo mesmas, buscando novos interesses e questionando sua posição feminina. Porém, de modo inverso, acontece o mesmo com as mulheres que investiram na vida profissional, e não estabeleceram vínculos amorosos por meio do casamento ou da maternidade, pois embora elas tracem rumos diferentes elas se sentem desamparadas e procuram nesta fase novas identificações.

Essa é uma percepção que demonstra a sensação de vazio da mulher diante das suas escolhas, pois em alguma medida ela acaba por sentir-se desamparada. Neste caso os sintomas da SPM, podem ser pensados como uma expressão de inconformidade ao lugar que a sociedade confere a mulher, ou ela mesma lhe confere, uma resposta psíquica ao desamparo, seja para senti-lo ou para revidar contra ele por meio do próprio corpo ou do corpo do outro (ZOLDAN, 2001). Desamparo este, que a mulher não consegue identificar, por estar imersa nas suas fantasias e na falta que lhe confere a impressão de se devastada pelo outro, localizado na cultura,

no ambiente profissional e familiar e da necessidade de se dedicar a esses vários afazeres, sem a possibilidade muitas vezes de eximir-se deles, culminando na sensação de uma suposta incapacidade, que acarreta sentimento de culpa, frustração, depressão, angústia e vazio. Há uma dificuldade de elaboração dos conflitos não assimilados efetivamente, que acabam por gerar um excesso de tensão que contribui para o surgimento dos sintomas.

Nesse sentido, há uma perda da força, que faz com que a mulher se movimente em busca do prazer, o ego que age controlando as iterações entre o meio externo e interno. Ele não consegue barrar todo movimento pulsional, pois é o inconsciente que domina os processos psíquicos, uma vez que é o ego que escolhe o corpo como possibilidade de projeção da realidade psíquica do sujeito. Diante dessa possibilidade, os sintomas da SPM podem ser identificados como resultante falho dos recursos egóicos. Eles se manifestam no corpo com uma projeção das imagens inconscientes, aliviando assim a tensão do aparelho psíquico. (BRANCO, 2014).

Nesse sentido, os sintomas da SPM apontam para algo para além do biológico, que em certa medida acomete o corpo da mulher, interferindo no seu funcionamento, a ponto de não fazer desaparecer os conceitos enraigados, principalmente, os relacionados ao corpo fisiológico feminino, como é o caso do sangramento menstrual. Pois, talvez a menstruação seja de fato o que há de mais feminino. Ela valida a condição do ponto de vista biológico, e vem como uma repetição que impossibilita esquecer essa condição. Nesse sentido, podemos pensar que o significado biológico colide com o pessoal e social, aumentando o nível de tensão feminina. O corpo feminino tensionado é o corpo que produz os sintomas da SPM, expressados por meio do próprio corpo, ou através do outro ou daquilo que atravessa a dinâmica da vida. Este é o corpo no qual os sintomas se

interpõem de forma tão irregular, que desafia a medicina a ponto de não os decifrar

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer a relação entre os sintomas da SPM e a Sexualidade feminina, encontramos um caminho desafiador, pois se trata de dois assuntos que há tempos a literatura vem discutindo, e que ainda está envolvido em muitas controvérsias. É importante destacar, que ambos os temas são marcados por pontos em comum, como a questão das diferenças sexuais, o silêncio imposto culturalmente e principalmente a forma como os sintomas são produzidos. Os meios de dominações sociais, a religião, a política, e as leis, permanecem tentando exercer o seu poder o domínio da sexualidade feminina, como se a feminilidade fosse perigosa, e assim como o sangue menstrual, precisa ser contida ou suprimida.

Nesse sentido, os sintomas pré-menstruais reverberados nos corpos das mulheres, denunciam e as defendem inconscientemente das mazelas produzidas pela sociedade. Se eles as incomodam, talvez seja porque haja um desequilíbrio psíquico tão grande, que impede a mulher de perceber que os sintomas apenas ressoam as inconformidades. A violência direcionada ao outro, pode ser entendida como uma defesa psíquica contra os diversos meios de produção social. É o inconsciente resolvendo parte do que deveria ter sido resolvido no passado ou até mesmo na atualidade. É como se os sintomas da SPM ecoassem aquilo que a sociedade não ouve, uma vez que a SPM, também é identificada como um ápice de loucura feminina, sem nexos e sentido.

Tendo em vista estas questões, as dificuldades que os sintomas da SPM levantam, os impasses em relação ao padrão diagnóstico e terapêutico, fez-se um percurso investigatório na busca por possibilidades da teoria psicanalítica em discutir

as relações entre os sintomas e o corpo feminino, bem como suas implicações nas formas de sofrimento. A proposta deste trabalho foi a busca por caminhos que pudessem abrir espaços para entender as mulheres para além dos sintomas da SPM, por meio de estratégias que as auxiliem a se posicionar de outra forma. Visto que por meio do processo terapêutico, é possível construir uma relação transferencial que permite a mulher o acesso aos conteúdos inconscientes, que favorece processo de elaboração e sublimação dos sintomas, o que poderá proporcionar o equilíbrio das energias libidinais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANCO, D. R. **O sintoma em psicanálise: entre o corpo e o sentido.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, 2014.

PINTO, J.; M. **A instituição acadêmica e a legitimação da vocação científica da psicanálise.** Psicologia: reflexão e crítica, v. 12, n. 3. 1999.

SASAKI, L. M. P.; PEREIRA, L. C.; RIBEIRO, L. M. **Síndrome Pré-menstrual e Transtorno Disfórico Pré-Menstrual.** In: Manual de Ginecologia da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia de Brasília. Luan Comunicação: Brasília, 2017.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. ed. rev. e atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

ROSA, M. **A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica.** Revista Subjetividades, v. 4, n. 2, p. 329- 348, 2004.

VIEIRA, R. S.; MARIANO, M. O. **O Corpo Hormonal Feminino e Suas Fases.** In: IV Reunião de Ciência e

Tecnologia, Instituto de Estudo Brasileiro – USP, São Paulo, SP, anais, ReAct, v. 3 n. 3, 2017.

ZOLDAN, V. A. C. A síndrome da tensão pré-menstrual: uma abordagem psicanalítica. Dissertação Mestrado em Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

ACIDENTES DOMÉSTICOS NA INFÂNCIA EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL¹

Luana da Fonseca Sabino², Eliangela Saraiva Oliveira Pinto³

Resumo: O objetivo desse estudo foi analisar o isolamento social como um fator de risco para a ocorrência dos acidentes domésticos na infância. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, em que foram coletados dados com base na análise de artigos produzidos entre os anos de 2013 a 2020, disponíveis na base de dados BVS, especificamente LILACS, MEDLINE e BDNF. Pode-se afirmar que o isolamento social é um fator de risco estrutural para a ocorrência dos acidentes domésticos infantis, uma vez que ele ocasionou grandes mudanças no cotidiano familiar, pois a habitação passou a ser o local de maior permanência, sendo então primordial identificar os riscos do ambiente para evitar acidentes. Essas mudanças também foram causas de estresse para a população, podendo apontar que a violência doméstica aumentou, que as crianças ficaram desatentas e agitadas e isto contribuiu para aumento das ocorrências dos acidentes domésticos infantis no período de distanciamento.

Palavras-chaves: Acidentes domésticos, isolamento social, prevenção, saúde da criança.

Abstract: *The objective of this study was to analyze social isolation as a risk factor for the occurrence of domestic accidents in childhood, and it is also important to describe the main domestic accidents that affect them and to define strategies for preventing these accidents. It is a systematic review of the literature, with a bibliographic and doc-*

¹Parte do Trabalho de Conclusão de Curso do primeiro autor;

²Graduanda em Enfermagem – UNIVIÇOSA. e-mail: luannasabino@outlook.com

³Enfermeira, Professora do Curso de Enfermagem – UNIVIÇOSA. e-mail: eliangela@univicosacom.br

umentary approach. Data were collected based on the analysis of articles produced between the years 2013 to 2020 available in the VHL database, specifically LILACS, MEDLINE AND BDENF. It is then stated that social isolation is a structural risk factor for the occurrence of domestic child accidents, since it has caused great changes in family life, housing has become the place of greatest permanence and it is therefore essential to identify the risks of environment to avoid accidents, these changes were also causes of stress for the population, domestic violence increased, children became inattentive and agitated and this contributed significantly to the increase in the occurrence of domestic child accidents in this period of distance.

Keywords: *Child health. Social isolation. Prevention. Domestic accidents*

INTRODUÇÃO

A Covid-19 (Coronavirus Disease, 2019) é uma infecção respiratória causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2). Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a COVID19 como uma pandemia, os sintomas da Covid-19 são variados e podem ocorrer desde a forma mais branda até um acometimento grave com necessidade de internação hospitalar (SCHUCHMANN et al., 2020).

Após a chegada da COVID-19 no Brasil, diversas medidas de controle e prevenção da doença foram tomadas pelas autoridades de saúde, em diferentes esferas administrativas. Essas medidas foram diferentes de uma região para outra do país, entretanto o que foi mais difundido pelas autoridades e aderido pela população brasileira com o intuito de colaborar com a atenuação da curva de contágio no país foi a prática do distanciamento social, entendida de forma geral pela popula-

ção e pela mídia, como isolamento social (BEZERRA, et al., 2020).

Com a permanência das crianças em casa, os cuidadores acreditam que no ambiente doméstico a criança esteja em completa segurança, porém, inúmeras situações e objetos comuns do cotidiano diário podem apresentar riscos graves a saúde das mesmas, as machucando gravemente por meio de acidentes domésticos (SBP, 2020).

No Brasil, os acidentes domésticos infantis estão em um grupo predominante das principais causas de morte a partir de um ano de idade sendo responsável por causas crescentes de mortalidade e invalidez, em média, dois terços de todos os acidentes com crianças ocorrem dentro de casa e a maioria poderia ter sido evitada (GOMES et al., 2013).

Dado a relevância da temática, torna-se necessário analisar o isolamento social como um fator de risco para a ocorrência dos acidentes domésticos na infância.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, com uma abordagem bibliográfica e documental. Foram utilizados artigos disponíveis na base de dados informatizada da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), especificamente: LILACS, MEDLINE, BDENF. Como critério de inclusão foi escolhida a língua portuguesa, com o objetivo de retratar a realidade nacional, e artigos na íntegra publicados entre os anos de 2010 a 2020. Para o levantamento dos artigos foram utilizados os seguintes descritores: “acidentes domésticos”, “isolamento social”; “prevenção de acidentes” de acordo com os Descritores em Ciências da Saúde (DECS). Optou-se por excluir aquelas

que não abordavam diretamente o tema deste estudo, produções publicadas em um período superior a 10 anos, teses e dissertações, bem como referências incompletas, ou repetidas. A pesquisa foi realizada no período de julho a agosto de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cruz et al. (2020) apontam que a COVID-19 (Coronavirus Disease, 2019) avança em todos os continentes, em diferentes culturas e nacionalidades, impondo assim necessidades de contenção e isolamento das pessoas e comunidades afim de minimizar o crescimento exponencial do número de pessoas infectadas.

Um estudo preliminar realizado na província chinesa de Shaanxi, destacado pela NCIP (2020) avaliou na segunda semana de fevereiro de 2020, os efeitos imediatos da pandemia da COVID-19 no desenvolvimento psicológico de 320 crianças e adolescentes de ambos os sexos de 3 a 18 anos de idade onde: 36% apresentaram dependência excessiva dos pais, 32% desatenção, 29% Preocupação, 21% problemas de sono, 18 % perda de apetite, 14% pesadelos, 13% desconforto e agitação. Essas reações apresentadas pelas crianças são potenciais riscos para a causas de vários acidentes domésticos infantis, principalmente a desatenção, o desconforto e agitação.

Silva et al. (2017) destacam que há uma frequência considerável de acidentes domésticos porque os responsáveis nem sempre conhecem as fases de desenvolvimento das crianças deixando as na maioria das vezes, expostas a fatores de risco, fatores estes que podem contribuir diretamente para a ocorrência de acidentes domésticos.

Ainda no mesmo estudo os fatores de risco para aciden-

tes na infância seguem uma classificação, que conjuntamente citada por Malta et al. (2016) é classificado em fator de risco estrutural, físico, químico e biológico. Quando classificamos o isolamento social como fator de risco para acidentes na infância ele tende a se encaixar como um fator de risco estrutural para a ocorrência dos acidentes, uma vez que ele ocasionou grandes mudanças no cotidiano familiar e nos hábitos diários, visto que as pessoas que antes trabalhavam ou estudavam passaram a ficar por um longo período no ambiente doméstico.

O estresse foi apontado por Bezerra et al. (2020) como uma das principais consequências do isolamento social. Pelos dados apresentados, observou-se que 73% das pessoas que participaram da pesquisa relataram algum grau de estresse em função da situação do isolamento. Ribeiro et al. (2019) analisam a relação do estresse com os acidentes domésticos, concluindo assim que o alto estresse familiar, causado pelo excesso ou a repetição de atividades dentro do contexto domiciliar, leva à distração mental dos pais. Sendo o estresse um fator associado aos acidentes domésticos na infância.

Outro fator que contribui para a ocorrência dos acidentes domésticos e que o isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19 trouxe à tona, de forma potencializada, é a violência doméstica, que foi relatada por Vieira et al. (2020) em seus estudos evidenciando alguns indicadores preocupantes acerca dessa violência, segundo a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), no Brasil entre os dias 1º e 25 de março, mês da mulher, houve crescimento de 18% no índice de denúncias registradas pelos serviços, Disque 100 e Ligue 180. Assim presenciar ou vivenciar atos violentos são fontes de estresse tóxico para a criança. Os efeitos negativos

da violência no desenvolvimento infantil são múltiplos, as crianças pequenas, mesmo os recém nascidos, são extremamente sensíveis às emoções de seus cuidadores. Essa violência interfere diretamente na vida das crianças que presenciam essas agressões deixando as vulneráveis a situações de acidentes (NCIP,2020).

Dentre os fatores relacionados aos acidentes domésticos está o ambiente físico. Assim, Ribeiro et al. (2019) afirmam que as características relacionadas à habitação, nas quais a criança vive, como casas pequenas com poucos cômodos, podem influenciar também a ocorrência de lesões por facilitar a aglomeração de pessoas e a pouca atenção por parte dos adultos. Bezerra et al. (2020) analisaram a habitação das pessoas em isolamento social, através de uma pesquisa que contou com uma mostra de 16.440 participantes, em relação às condições de habitabilidade, as respostas mostraram que 82% das pessoas consideram sua residência boa ou ótima em relação aos fatores: tamanho, abastecimento de água e ventilação, e 18% a consideram como regular, ruim ou péssima. As habitações consideradas regulares, ruim ou péssimas de acordo com o estudo, são as que representam maior perigo pois podem conter fatores de risco como por exemplo, fiação desencapada, piso quebrado, tubulação ou gás em mau estado.

Afirma-se então que o isolamento social é um fator de risco estrutural para a ocorrência dos acidentes domésticos infantis, trazendo consigo outros subfatores associados como qualidade da habitação, estresse, violência doméstica e fatores psicológicos como a desatenção, o desconforto e agitação. Santos e Rodrigues (2020) ressaltam a importância de implementar medidas de saúde pública, como atividades educativas, bem como ações que possam auxiliar as pessoas no enfrenta-

mento do isolamento, ajudando a manter uma boa qualidade de vida e da saúde mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O isolamento social é um fator de risco estrutural para a ocorrência dos acidentes domésticos infantis, uma vez que ele ocasionou grandes mudanças no cotidiano familiar visto que as pessoas passaram a ficar por um longo período no ambiente doméstico. Assim sendo habitação o local de maior permanência, torna-se primordial identificar os riscos do ambiente para evitar acidentes, essas mudanças também foram causas de estresse para a população, a violência doméstica teve um grande aumento, as crianças ficaram desatentas, desconfortáveis e agitadas e tudo isto contribuiu significadamente para a ocorrências dos acidentes domésticos infantis nesse período de distanciamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, L.M.E et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva [periódico na internet]**, vol.25, n.1,pp.2423-2446, 2020

BEZERRA, A.; SILVA, C.E.M.; SOARES, F.R.G.; SILVA, J.A.M. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID19. **Cien Saude Colet [periódico na internet]**, v. 25, n.1, pp.2423-2446, 2020.

BRITO, M.A; MELO, A.M.N; VERAS I.C; OLIVEIRA C.M.S; BEZERRA M.A.R, ROCHA S.S. Fatores de risco no ambiente doméstico para quedas em crianças menores de cinco anos.

Rev. Gaúcha Enferm, v.38, v.3, pp,1-9,2017.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA (2020). Edição Especial: **Repercussões da Pandemia de COVID-19 no Desenvolvimento Infantil**. Disponível em: <http://www.ncpi.org.br> . Acesso em: 01 agosto 2020.

CRUZ, Roberto Moraes et al. COVID-19: emergência e impactos na saúde e no trabalho. **Rev. Psicol., Organ. Trab** [online], vol.20, n.2 pp. I-III, 2020.

MALTA, D.C et al. Atendimentos por acidentes e violências na infância em serviços de emergências públicas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 5, pp. 1095- 1105,2016. 15

RIBEIRO, M.G.C et.al. Determinantes sociais da saúde associados a acidentes domésticos na infância: uma revisão integrativa. **Rev. Brás Enferma [online]**, v. 72, n.1, p. 256-76,2019.

SANTOS, M.F.; RODRIGUES, J.F.S. COVID-19 e repercussões psicológicas durante a quarentena e o isolamento social: uma revisão integrativa. **Revista Nursing**, vol.23, n.265, pp.4095-4100,2020.

SCHUCHMANN, A. Z.; SCHORRENERBERGER, B. L.; CHIQUETTI, M. E.; GAIKI, R. S.; RAIMANN, B. W.; MAEYAMA, M. A. Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID19.**Brazilian Journal of Health Review**, n.3, v.2,pp. 3556–3576,2020.

SILVA, M. F et al. Fatores determinantes para a ocorrência de acidentes domésticos na primeira infância. **J. Hum. Growth**

Dev, v.27, n.1, pp. 10-18, 2017.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Os acidentes são evitáveis e na maioria das vezes, o perigo está dentro de casa.** Manual de Orientação. Departamento Científico de Segurança. n. 4, pp. 1-9,2020. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22337c-ManOrient_-_Os_Acidentes_Sao_Evitaveis__1_.pdf. Acesso em: 31 julho 2020.

VIEIRA, P.R., GARCIA, L.P., MACIEL, E.L.N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Rev. Bras Epidemiol**, v.23, p.1-5,2020.

XAVIER-GOMES, L.M.; ROCHA, R.M.; ANDRADE-BARBO-SA, T.L.; OLIVEIRA E SILVA C.S. Descrição dos acidentes domésticos ocorridos na infância. **Mundo Saúde**, v.37. n.4. pp.394-405,2013.

ANÁLISE DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA NA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

Suellen Aparecida Alves¹, Myriam Marta Soares de Mello ²

Resumo: Em decorrência da atual realidade de recursos escassos, nota-se a necessidade da incrementação das receitas próprias municipais, sobretudo o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), objeto do estudo. Observa-se baixo recolhimento deste imposto na Prefeitura Municipal de Coimbra. Desta forma, esta pesquisa buscou analisar os procedimentos de Controle Interno da Prefeitura de Coimbra no que diz respeito à arrecadação do ISSQN. O presente trabalho baseia-se na premissa de que um eficiente Sistema de Controle Interno é de suma importância para uma cobrança eficiente do imposto, maximizando assim as receitas próprias e diminuindo a dependência das transferências correntes. Para se alcançar este objetivo, buscou descrever e analisar os procedimentos do Sistema de Controle Interno adotados no processo de arrecadação do ISSQN pela Prefeitura Municipal de Coimbra e verificar se os procedimentos estabelecidos são implementados. Constatou-se uma ineficiência do Sistema de Controle Interno da Entidade, que foi implantado principalmente para atender a exigência legal da institucionalização de Sistemas de Controle Interno no âmbito de cada Poder, não sendo atuante e desconsiderando sua real finalidade que é realizar atividades de suporte ao Sistema de Gestão de Qualidade. O resultado desse estudo irá contribuir para implantação de um atuante e eficiente Sistema de Controle Interno pela Prefeitura de Coimbra no processo da arrecadação do ISSQN.

Palavras-Chave: Administração pública, recursos públicos, sistema de gestão de qualidade

¹Graduanda em Bacharel em Ciências Contábeis - UNIVIÇOSA. e-mail: suellealves@gmail.com

²Professora do Curso de Ciências Contábeis - UNIVIÇOSA. e-mail: myriam.mello@univicoso.com.br

Abstract: *Due to the current reality of scarce resources, there is a need to increase municipal own revenues, especially the Tax on Services of Any Nature (ISSQN), object of the study. There is low collection of this tax in the Municipality of Coimbra. In this way, it sought to analyze the Internal Control procedures of the Municipality of Coimbra with regard to the collection of ISSQN. The present work is based on the premise that an efficient Internal Control System is of paramount importance for an efficient tax collection, thus maximizing own revenues and decreasing the dependence on current transfers. In order to achieve this objective, it sought to describe and analyze the procedures of the Internal Control System adopted in the collection process of ISSQN by the Municipality of Coimbra and to verify if the established procedures are implemented. Inefficiency of the Entity's Internal Control System was found, which was implemented more to meet the legal requirement for the institutionalization of Internal Control Systems within the scope of each Power, not being active and disregarding its real purpose, which is to carry out activities to support the Quality Management System. The result of this study will contribute to the implantation of an active and efficient Internal Control System by the City of Coimbra in the ISSQN collection process.*

Keywords: *Public administration, public resources, quality management system*

INTRODUÇÃO

A gestão tributária é um dos principais pilares da administração pública. Sem receita, a máquina pública não pode funcionar e bens e serviços públicos não serão disponibilizados para a sociedade. Assim, o Sistema de Controle Interno (SCI) possui uma função essencial na administração pública, servindo como base para maximizar a arrecadação das receitas próprias, sobretudo Imposto sobre Serviços de

Qualquer Natureza (ISSQN), objeto deste estudo. Observa-se então, baixo recolhimento desse imposto na Prefeitura Municipal de Coimbra, conforme pesquisa documental. Neste contexto levanta-se o seguinte questionamento: quais são os procedimentos de Controle Interno adotados pela Prefeitura de Coimbra no processo de arrecadação do ISSQN?

Portanto esta pesquisa se justifica pela essencialidade de um bom Sistema de Controle Interno na Prefeitura Municipal de Coimbra para a cobrança eficiente do ISSQN, de forma a cumprir os preceitos constitucionais e otimizar a arrecadação, que poderá retornar para a população coimbreense em forma de melhorias, atendendo, desta forma, as expectativas da coletividade que espera atitude concreta de seus representantes.

Assim, teve-se como objetivo analisar os procedimentos de Controle Interno da Prefeitura de Coimbra no que diz respeito à arrecadação do ISSQN. Como objetivo específico, pretendeu-se: a) identificar os procedimentos do Sistema de Controle Interno adotados na arrecadação do ISSQN pela Prefeitura Municipal de Coimbra; b) verificar se os procedimentos estabelecidos são realmente implementados.

MATERIAL E MÉTODOS

Para desenvolver o trabalho e alcançar o objetivo estabelecido, a metodologia adotada foi a de estudo de caso, com foco na abordagem qualitativa, tendo também adotado como procedimentos de coleta de dados a observação não participante, documental e da pesquisa bibliográfica. Tais procedimentos são empregados de forma que se complementem, a fim de se obter maior proveito das fontes pesquisadas.

O estudo em questão foi realizado no setor tributário de determinado ente público, neste caso, na Prefeitura Municipal

de Coimbra/MG, o que caracterizou uma unidade-caso, que é uma das atribuições fundamentais do estudo de caso.

Para a verificação das observações realizadas pelo pesquisador, documentos e normativos utilizou-se o método de análise de conteúdo (SILVA; FOSSÁ, 2015). Na presente pesquisa, para realização da análise de conteúdo seguiu-se os seguintes passos: fundamentação teórica: realização de uma revisão bibliográfica relacionada às obras que se dedicam ao Controle Interno e ISSQN. Além dos mandamentos constitucionais e legais, bem como legislação municipal aplicável; análise do material utilizado nas pesquisas documentais para melhor entendimento do objeto estudado; mapeamento do campo; realização das observações: redigindo imediatamente o relatório de campo com descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, para análise posterior (PROENÇA, 2007); seleção do material e leitura flutuante; agrupamento de informações, constituindo assim categorias para análise e discussão dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta perspectiva, observou-se o momento da entrega dos recursos devidos a Prefeitura de Coimbra pelos contribuintes do ISSQN, por meio de retenções na fonte ou instituição financeira autorizada pelo ente (Banco do Brasil) quando o contribuinte opta por guia própria. A guia é um documento de arrecadação municipal fornecido pela própria Prefeitura para recolhimento do ISSQN para empresas e profissionais que recolhem o imposto a partir de uma Nota Fiscal de Serviços (convencional ou eletrônica). Esta fase de arrecadação/recolhimento compreende a transferência dos valores arrecadados à conta específica de tributos da

Prefeitura de Coimbra, ficando disponíveis para sua utilização pelos gestores financeiros de forma a atender os interesses da população, pertencendo ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e o recolhimento com observância do Princípio da Unidade de Tesouraria, em conformidade com o que determina o art. 35 e 56 da Lei no 4.320/1964.

O lançamento, segundo o art. 53 da Lei no 4.320/1964, é o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta. O lançamento no Município de Coimbra consiste na etapa de formalização do crédito tributário. O lançamento da receita advinda do ISSQN é feito na data da entrada do crédito ao erário do Município de Coimbra pela Tesoureira, que possui acesso restrito ao software para lançamento do tributo. Observou-se os lançamentos em conformidade com o disposto no anexo I da instrução normativa nº 04 do Tribunal de Contas de Minas Gerais. Além disso, verificou-se no lançamento o cumprimento dos índices mínimos de aplicação das receitas em saúde e educação, respectivamente, 15% e 25%, conforme determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (2000).

O pagamento do ISSQN no Município de Coimbra é feito em uma única parcela. Para isso, recolhe o ISSQN aos cofres da Fazenda Pública Municipal até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao da emissão da Nota Fiscal de Serviço. Expirado o prazo para pagamento, sem impugnação, o programa passa a gerar juro de 1% a. m e multa de 0, 5% a. m.

Após um ano lançado e não quitado o imposto, o contribuinte terá seu nome inscrito na dívida ativa nos termos da Lei Municipal 706/2001.

As notificações administrativas ocorrerão quando o

contribuinte estiver inscrito na dívida ativa do Município de Coimbra. Na Prefeitura de Coimbra, notificação administrativa representa a comunicação oficial da situação do contribuinte e das penalidades por estarem inscritos na dívida ativa do Município.

Os processos judiciais ocorrem para cobrança dos créditos inscritos na dívida ativa do Município em instância judicial. Porém este processo na Prefeitura de Coimbra ocorre esporadicamente, constatando uma ausência de um eficiente Sistema de Controle Interno da Entidade, com negligência dos funcionários envolvidos, em decorrência da arrecadação compulsória imposta pelo disposto art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000.

O contribuinte tem direito à restituição total ou parcial ou, ainda, à compensação do Imposto Sobre Serviços recolhido indevidamente pela Prefeitura de Coimbra, conforme Código Tributário Municipal.

Verificou-se que a Controladoria, no uso de suas atribuições legais e no exercício de suas atribuições, não atua no processo de arrecadação do ISSQN. Além disso, observou-se que o Controle Interno não opera por meio da sistemática de informar e fazer recomendações administrativas informais ou formais e termos de alerta, visando a sanar inconformidades ou de deficiências administrativas detectadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Prefeitura de Coimbra mantém a dívida ativa tributária do Município atualizada. A cobrança da dívida ativa do ISSQN em instância judicial ocorre esporadicamente. Constata-se uma ausência de um eficiente Sistema de Controle Interno da Entidade.

A institucionalização do SCI na Prefeitura de Coimbra foi feita para cumprir determinações legais. Sugere-se uma análise Swot fazendo levantamento dos pontos fracos, fortes, ameaças e oportunidades dos sistemas de controle de outras prefeituras vizinhas, para implantação de um eficiente Sistema de Controle Interno pela Prefeitura de Coimbra no processo da arrecadação do ISSQN, bem como na arrecadação de outras receitas próprias.

A limitação desta investigação foi em termos de obtenção de informações referentes as atuações do SCI da Prefeitura de Coimbra, pois trata-se de um Sistema não atuante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/lei_comp_101_00.pdf>. Acesso em 19 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília DF, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em 19 de fevereiro de 2020.

PROENÇA, Wander de Lara. O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. Revista Aulas, 2007. Disponível em: <https://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4_23.pdf>. Acessado em 08 de junho de 2020.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. Qualitas Revista Eletrônica ISSN 1677 4280 Vol.17. Nº1 (2015). Disponível

em < <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>>. Acessado em 22 de junho de 2020.

TRIBUNAL DE CONTA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.
Instrução Normativa Nº 04 de 29 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://tclegis.tce.mg.gov.br/Home/DownloadPDF/1139067>>. Acesso em 20 de março de 2020.

ANÁLISE ECONÔMICA DE UMA PROPRIEDADE LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE PIRANGA – MG

Karla Luisa Teixeira de Oliveira¹, Rogério Pinto¹,
Pedro Henrique Carvalho¹, Pedro Gama Ker¹

Resumo: Realizou-se uma pesquisa por meio de dados documentais de produção de leite e índices zootécnicos em uma propriedade leiteira da zona rural de Piranga – MG, durante o período de setembro de 2019 a junho de 2020. Foi analisada a viabilidade econômica da atividade, coletando-se informações referentes ao número total de animais (vacas lactantes, vacas secas, novilhas e bezerras), o percentual de vacas lactantes em relação a vacas secas, renda bruta anual da atividade leiteira, renda obtida com a venda do leite e serviços correlacionados com a produção de leite, preço médio do leite, preço recebido pelo litro de leite e preço de oportunidade da terra. Verificou-se uma produtividade de 178.500 litros de leite no período estudado, com uma produtividade média por vaca/há de 6,78 litros. A propriedade avaliada apresentou lucratividade de 9,3%, relativos aos investimentos realizados e uma rentabilidade de 11,10%, se apresentando lucrativa em relação a poupança no mesmo período de análise.

Palavras-chave: Custo de produção, desempenho, manejo, rendimento econômico.

Abstract: *A research was carried out through documentary data on milk production and zootechnical indexes in a dairy property in rural Piranga - MG, during the period from September 2019 to June 2020. The economic viability of the activity was analyzed, collecting information regarding the total number of animals (lactating cows,*

¹Graduanda em Medicina Veterinária pelo Centro Universitário de Viçosa - UNIVIÇOSA.
E-mail: karla_oliveira97@yahoo.com.br;

²Professores do Curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário de Viçosa - UNIVIÇOSA.
E-mail: rogerio@univicosacom.br; pedrohacarvalho26@gmail.com; pgkvet@gmail.com.

dry cows, heifers and calves), the percentage of lactating cows in relation to dry cows, annual gross income of dairy activity, income obtained from milk sales and services correlated with milk production, average milk price, price received per liter of milk and soil opportunity price. There was a productivity of 178.500 liters of milk in the period studied, with an average productivity per cow/there of 6,78 liters. The property evaluated showed profitability of 9,3%, relative to the investments made and a profitability of 11,10%, being profitable in relation to savings in the same analysis period.

Keywords: *Production cost, performance, handling, economic performance.*

INTRODUÇÃO

O leite é produzido em todo o mundo, e além de ser essencial à alimentação humana, possui grande importância na economia mundial, gerando empregos e auxiliando na melhoria da condição social de muitas pessoas. Nos últimos trinta anos, a produção mundial de leite aumentou mais de 59%, chegando a 843 milhões de toneladas em 2018 (FAO, 2020).

De acordo com Leite e Zoccal (2016) a cadeia produtiva de leite no Brasil possui ainda forte dependência de outras cadeias produtivas, como exemplo a soja e o milho que possui relação direta no preço da ração, se tornando imprescindível conhecer essas perspectivas para quem tem interesse em expandir o conhecimento nessa área.

Para que seja rentável, a atividade leiteira deve ser comparada a outras atividades rurais, de tal maneira que ela remunere o capital investido, e de todos os fatores envolvidos em sua produção (IBGE, 2019). Desta forma, verifica-se que planejar é essencial para gerenciar as decisões estratégicas nas empresas rurais.

Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR, 2015) deverá ser necessário avaliar a situação econômica e financeira da fazenda, com intuito de auxiliar na tomada de decisões dos negócios.

Assim, este trabalho teve como objetivo realizar uma análise da viabilidade econômica de uma propriedade leiteira da cidade de Piranga, no estado de Minas Gerais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este projeto somente foi conduzido após aprovação pelo Núcleo de ensino, Pesquisa e Extensão do Centro Universitário de Viçosa, sob N° de protocolo 045.2020.01.01.15.03.

Foi realizado um levantamento por meio de informações constantes em planilhas econômicas e de desempenho de bovinos de leite, disponibilizadas pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), de uma propriedade particular localizada na zona rural do município de Piranga, localiza na Zona da Mata Mineira, durante os meses de setembro de 2019 a junho de 2020.

Foram avaliadas todas as informações constantes nas planilhas de controle zootécnico dos lotes de animais, para se ter uma anamnese da propriedade estudada e desta forma avaliar também os fatores econômicos referentes as despesas e receitas totais, capital investido, lucro operacional e rentabilidade da propriedade. Também, foram analisados os índices zootécnicos, para verificar a viabilidade econômica da atividade, coletando-se informações referentes ao número total de animais (vacas, novilhas e bezerras), número de vacas lactantes, número de vacas secas, número de novilhas prenhas e número de bezerras.

Informações como o percentual de vacas lactantes em relação a vacas secas, renda bruta anual da atividade leiteira, renda obtida com a venda do leite e, serviços correlacionados com a produção de leite, preço médio do leite, preço recebido pelo litro de leite e preço de oportunidade da terra, também deverão ser analisados. Os índices foram calculados segundo informações técnicas e métodos contidos em Nascif (2008), para determinação da rentabilidade, por meio do custo total (CT).

Os cálculos das frequências absolutas e relativas foram realizados a fim de fazer uma análise descritiva dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A propriedade apresentava uma área de 87 hectares utilizada para produção leiteira, dividida em 45 hectares com plantação de forrageira, *Brachiaria brizantha* (braquiarião), 10 hectares de plantação de milho, para produção de silagem e 02 hectares de capineira (forrageira Capiaçú). Os 30 hectares restantes ainda eram inexplorados na propriedade.

Pelas características de produção, pode-se inferir que o sistema de manejo adotado na propriedade era o semi-intensivo.

Em relação ao número de animais no plantel, observou-se que a propriedade ainda faz uso de touros (04- quatro touros), fator que pode comprometer os rendimentos da propriedade, uma vez que estes são utilizados em curtos períodos durante o ano, representando custo com alimentação, manutenção, sanidade e cuidados com manejo a estes animais.

Quanto aos animais de produção, verificou-se a média

de 50 vacas lactantes, 30 vacas secas, 65 novilhas e bezerras. Observou-se que a relação vacas secas: vacas lactantes esta muito acima do preconizado para se ter um índice satisfatório de produção, apresentando uma relação de 60% no período. Estes dados contrastam com aquele preconizado por FAEMG (2005), que recomenda uma taxa máxima de 17% dos animais secos em relação aqueles em produção para ser viável a produção de leite.

Ao ser avaliado o número de novilhas e bezerras, percebeu-se que há preocupação da propriedade com a renovação do plantel, onde a relação observada foi 81,25%. O investimento maior em vacas e novilhas da propriedade está no foco da produção leiteira, uma vez que os bezerros machos deverão ser descartados para diminuir os custos relativos com estes animais.

Verificou-se que o valor médio recebido por cada litro de leite produzido foi de R\$1,30, apresentando uma produção média diária de 595 litros no período estudado, que representou uma produção média de 11,9 litros/por vaca lactante/dia. O preço do leite recebido, esta abaixo daquele apresentado pelo IBGE (2020) que apresenta o preço médio pago por litro de leite in natura no primeiro trimestre de 2020, como sendo de R\$1,41.

Para produtividade de leite pela propriedade, houve geração de uma margem bruta no período de R\$231.522,26 (duzentos e trinta e um mil e quinhentos e vinte e dois reais e vinte seis centavos), referentes a uma venda total de 178.500 litros de leite durante dez meses (setembro de 2019 a junho de 2020). Já para taxa de lotação por hectare, verificou-se que havia relação de 0,57 vacas/hectare. Este índice esta abaixo

daquele apresentado pelo IBGE (2013), que cita uma taxa de lotação média no Brasil de um animal por hectare. Assim, se for levado em consideração um período de lactação normal de 270 dias, a média diária seria de 6,78 litros por animal/dia/ha.

Quando comparado à produtividade por área, observou-se que houve uma produtividade de 1830,6 litros/animal/hectare. Este valor está abaixo daquele apresentado pela EMBRAPA (2020), que cita a produtividade de 2.000 litros por vaca/ano.

Contrastando à produção por vaca/hectare, esta o percentual relativo da receita total comprometida com a o custo operacional efetivo, pois observa-se que este índice chegou a 90,0%. Observa-se que este valor está muito acima daqueles verificados em propriedades com sistemas semelhantes de produção. Percebe-se que vários são os fatores que interferem no preço final da alimentação dos animais e dentre eles pode ser citado a sazonalidade na produção das forrageiras, tornando necessária a conservação de forrageiras, e o uso de rações concentradas, que apresentam alto custo, devido o milho e a soja, ingredientes básicos das rações, terem seus valores elevados pelo transporte na região da zona da mata.

A alimentação (concentrado e volumoso) apresenta um percentual de 54,96% em relação ao custo total de produção, seguido da mão de obra, com 26,73%.

Verificou-se por meio da análise da rentabilidade obtida para exploração leiteira na propriedade, que este valor foi de 11,10%. Ao se comparar o rendimento obtido na propriedade com aquele verificado pelos juros acumulados da poupança, no período de análise da pesquisa, setembro de 2019 a junho de 2020, observou-se que este foi maior, pois o rendimento nominal observado na poupança foi de 2,87%, sem descontar o valor da inflação (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020).

Espera-se com o empreendimento, conseguir rentabilidade que seja capaz cobrir todos os gastos com a produção, de forma propiciar lucratividade com a atividade executada. Desta forma pode-se inferir que o rendimento, obtido é resultado de uma alimentação adequada dos animais, com uso de pastagens e suplementação feita por volumosos e concentrado. Há também a venda de animais que contribui significativamente para aumentar as receitas. Se for verificado que a escala de produção apresenta influência sobre o lucro da atividade leiteira, pode-se inferir que há necessidade de se propor alternativas para aumento de produção de leite na propriedade estudada e diminuição dos custos relativos à alimentação dos animais.

CONCLUSÕES

A propriedade avaliada apresentou lucratividade de 9,3%, relativos aos investimentos realizados e uma rentabilidade de 11,10%, se apresentando lucrativa em relação à poupança no mesmo período de análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Remuneração dos Depósitos de Poupança**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/remuneradedepositos/poupanca>> acessado em: 02/11/2020.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e Abastecimento. **Indicadores: leite e derivados**. Ano 11, n.100. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Desktop/Medicina%20Veterin%C3%A1ria/TCC/Artigos%20usados/Indicadores%20leite%20-%20Embrapa%2020 20.pdf> Acesso em 08 mai. 2020.

FAEMG. Diagnóstico da pecuária leiteira do estado de Minas Gerais em 2005: relatório de pesquisa. Belo Horizonte, 2005. 156p..

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO), 2020. **Dairy Production and Products – Milk Production.** Disponível em: <<http://www.fao.org/dairy-production-products/production/es/>> Acesso em 19 mai. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO), 2020. **Gateway to dairy production and products – Economics.** Disponível em: <<http://www.fao.org/dairy-production-products/socio-economics/economics/en/>> Acesso em 30 out. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística da Produção Pecuária,** 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp_2020_1tri.pdf> Acesso em 28 out. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística da Produção Pecuária,** 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp_2019_1tri.pdf> Acesso em 12 mai. 2020.

LEITE, J, L, B; ZOCCAL, R. Cenários para o agronegócio e as implicações para a cadeia produtiva de leite no Brasil. **Pecuária de leite no Brasil: Cenários e avanços tecnológicos.** Brasília DF, novembro de 2016, p 83-104. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/164236/1/Pecuaria-de-leite-no-Brasil.pdf>> Acesso em 14 mai. 2020.

NASCIF, C. Indicadores Técnicos e Econômicos em Sistemas de Produção de Leite de Quatro Mesorregiões do Estado de Minas Gerais. 98p. 2008. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) Departamento de Zootecnia da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa- MG.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Thaynele Rodrigues da Costa², Rogério Pinto³

Resumo: Realizou-se uma pesquisa para avaliar a qualidade dos serviços prestados por uma Instituição particular de Ensino Superior, localizada na Zona da Mata de Minas Gerais. Os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário adaptado do SERVQUAL, a 354 alunos. A escala adaptada continha 21 itens, agrupados em cinco dimensões de qualidade: aspectos tangíveis, confiabilidade, presteza, garantia e empatia. Os dados foram analisados por meio de frequências absolutas, frequências relativas e frequências múltiplas, médias e seus respectivos desvios padrões, e também foi aplicada análise de confiabilidade sobre as dimensões da qualidade dos serviços, através do coeficiente alfa de Cronbach. Foram comparadas as percepções dos alunos quanto aos nichos de início, meio e final de curso quanto aos serviços prestados. O coeficiente alfa de Cronbach obtido demonstrou confiabilidade dos dados levantados em todas as dimensões estudadas na pesquisa. Na visão dos alunos, a instituição de ensino presta um *ótimo* serviço. As dimensões dadas para garantia e prestabilidade foram consideradas mais importantes na percepção dos alunos, se destacando a capacidade em prestar o serviço prometido de forma precisa e confiável, seguido da disposição para ajudar seus clientes.

Palavras-chave: Educação Superior, empatia, eficiência, SERVQUAL

¹Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário de Viçosa – UNIVIÇOSA. E-mail: thaynele@gmail.com;

²Professor do Centro Universitário de Viçosa – UNIVIÇOSA. E-mail: rogerio@univicosa.com.br;

Abstract: *A research was carried out to evaluate the quality of services provided by a private institution of higher education, located in the Zona da Mata of Minas Gerais. Data were collected through the application of a questionnaire adapted from SERVQUAL to 354 students. The adapted scale contained 21 items, grouped into five quality dimensions: tangible aspects, reliability, promptness, assurance and empathy. The data were analyzed by means of absolute frequencies, relative frequencies and multiple frequencies, means and their respective standard deviations, and reliability analysis was also applied on the dimensions of service quality, using Cronbach's alpha coefficient. Students' perceptions regarding the niches of the beginning, middle and end of the course regarding the services provided were compared. The Cronbach's alpha coefficient obtained demonstrated reliability of the data collected in all dimensions studied in the research. In the view of the students, the educational institution provides a great service. The dimensions given for guarantee and stability were considered more important in the students' perception, highlighting the ability to provide the promised service accurately and reliably, followed by the willingness to help their clients.*

Keywords: *Higher education, empathy, efficiency, SERVQUAL*

INTRODUÇÃO

O ensino superior privado no Brasil vem apresentando acelerado crescimento, desde a década de 1990 e os anos 2000, passando por período de consolidação e profissionalização. Se, no passado, as instituições de ensino superior creditavam maior ênfase ao seu papel de instituições educacionais, hoje, por operarem em um ambiente competitivo e altamente exigente, requerem práticas de gestão institucional adequadas às pressões da sociedade (MASTELLA, 2006).

Castelli (2000) verifica que há necessidade contínua de monitoração das percepções dos clientes e, argumenta ainda que, para a sobrevivência de um empreendimento, é imprescindível a realização de pesquisas junto aos clientes, pois são eles que definem e avaliam a qualidade, sendo necessário ouvi-los e entrar em sintonia com os anseios desse público para obter êxito no mercado.

Freitas, Bolsanello e Carneiro (2007) citaram que o modelo dos 5 Gaps podem ser analisados individualmente, pois a escala SERVQUAL é uma ferramenta realizada através da aplicação de questionários, junto aos clientes, com objetivo de analisar a diferença entre a qualidade do serviço prestado e o serviço recebido pelo cliente, ou seja, baseia-se no princípio da confirmação e desconfirmação das expectativas.

De acordo com o exposto, surge a necessidade de se avaliar a qualidade dos serviços prestados por uma instituição privada de ensino Superior da cidade de Viçosa, Minas Gerais por meio da aplicação de um questionário adaptado do *Service Quality Gap Analysis* (SERVQUAL).

MATERIAIS E MÉTODOS

A condução desta pesquisa se deu após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa Com Seres humanos , “Sylvio Miguel”, sob nº do CAAE: 09531919.0.0000.8090. Ela consistiu em uma análise da qualidade dos serviços prestados por uma Instituição de Ensino Superior, localizada na Zona da Mata de Minas Gerais.

Os dados foram coletados por meio da aplicação do questionário adaptado do *Service Quality Gap Analysis* (SERVQUAL) segundo metodologia apresentada por Zeitham e Parasuraman (2009), a 354 alunos da Instituição de ensino. A amostragem foi estratificada segundo os cursos e períodos

diurno e noturno, divididos em três nichos (nicho 1: alunos entrantes - primeiro e segundo períodos, nicho 2: alunos de meio de curso - terceiro, quarto, quinto e sexto períodos, nicho 3: alunos que estão terminando o curso - sétimo, oitavo, nono e décimo períodos).

A escala adaptada do SERVQUAL, continha 21 itens, agrupados em cinco dimensões de qualidade: aspectos tangíveis, confiabilidade/credibilidade, presteza/receptividade, segurança/garantia e empatia. O nível de serviço foi avaliado em uma escala variável de 1 a 7 pontos em cada item.

Os dados foram tabulados no Microsoft Excel e analisados por meio de frequências absolutas e relativas, e para identificar o nível de qualidade dos serviços prestados pela instituição de ensino, foi utilizada a média aritmética das respostas dos clientes, com os seus respectivos desvios padrões. Além disso, foi aplicada análise de confiabilidade sobre as dimensões da qualidade dos serviços, através do coeficiente alfa de Cronbach, constante em Matthiensen (2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira dimensão que trata dos aspectos tangíveis, apresentou um coeficiente alfa de Cronbach igual a 0,7089, correspondendo a um nível de confiabilidade satisfatório. Este dado corrobora aquele apresentado por Matthiensen (2011), que afirma aumentar a confiabilidade do instrumento de medição, quando os dados se aproximam de um.

Para as perguntas sobre as instalações serem fisicamente atraentes e materiais de comunicação interna e externa, observou-se diferença significativa entre os nichos estudados ($P < 0,05$), onde os alunos de início de curso, e aqueles de final de curso apresentaram valor médio superior àqueles observados para os de meio de curso.

Percebeu-se por meio desta avaliação, que há uma expectativa positiva quanto aos alunos que estão iniciando o curso, onde as novidades iniciais podem interferir diretamente sobre a capacidade de os alunos exercerem uma crítica sobre os aparatos e ou equipamentos que irão necessitar durante sua permanência na instituição. Entretanto, esta informação contrasta com o ponto de vista apresentado pelos alunos considerados de final de curso, pois apresentam uma avaliação superior. Pode-se inferir, que, por já estarem em término de curso, não veem necessidade de propor modificações, uma vez que não irão usufruir delas.

Quanto ao indicador de qualidade para os aspectos de confiabilidade (habilidade em fazer o serviço prometido com confiança e precisão), verificou-se coeficiente alfa de Cronbach de 0,8415. Percebeu-se que os estudantes confiam no trabalho executado pela instituição de ensino, seja pelo tempo de execução ou qualidade do serviço prestado. Em todas as perguntas observadas, as notas foram superiores para os alunos considerados de início de curso em relação aos de meio e final de curso, não havendo diferença significativa entre estes dois últimos nichos ($P > 0,05$).

Quanto à análise de frequências múltiplas para os indicadores de qualidade dos serviços, verificou-se que 33,33% ($n=354$) dos entrevistados classificaram a capacidade em prestar o serviço prometido de forma precisa e confiável, como a característica de maior importância em relação aos serviços oferecidos pela instituição de ensino.

Para os indicadores de qualidade, quanto aos aspectos de prestabilidade, responsividade, verificou-se

coeficiente alfa de Cronbach igual a 0,7176. Verificou-se que 29,63% ($n= 354$) dos entrevistados julgaram a disposição da instituição de ensino em ajudar seus clientes e realizar os

serviços com presteza como o segundo item mais importante, em relação aos serviços prestados por ela.

Ao serem estudados os indicadores quanto aspecto de prestabilidade, dentro dos nichos, verificou-se que houve efeito significativo ($P < 0,05$) quando avaliou as perguntas relacionadas aos funcionários prestarem os serviços prontamente e os funcionários estarem sempre dispostos a ajudar os alunos.

Observou-se, que embora as avaliações sejam todas positivas, os alunos de início de curso se sentem melhor atendidos em relação aqueles que estão a mais tempo na Instituição. Fator de importância quanto a fidelização pela qualidade dos serviços prestados.

Quando analisados os aspectos de garantia (conhecimento e cortesia do funcionário e sua habilidade em transmitir segurança), observou-se um valor do alfa de Cronbach igual a 0,8228.

Ao serem estudados os indicadores de qualidade para os aspectos de garantia, dentro dos nichos, observou-se efeito significativo ($P < 0,05$) quando se avaliou as perguntas relacionadas ao comportamento dos funcionários em transmitir confiança, se sentir seguro em suas transações com a instituição e os funcionários demonstrarem conhecimentos necessários para responder suas perguntas. Assim, as maiores médias para estas perguntas foram observadas para os alunos de início de período, não ocorrendo diferenças entre os alunos de meio e final de curso.

Para pergunta relacionada aos funcionários serem gentis, todos os nichos se apresentaram alinhados em uma resposta positiva, não ocorrendo diferença estatística entre elas ($P > 0,05$). Pode-se inferir que há um bom treinamento dos

funcionários, pois apresentam gentileza no desempenho do atendimento, sendo este comportamento notado pelos alunos.

O último indicador, avaliado foi quanto aos aspectos de empatia, sendo o alfa de Cronbach verificado de 0,8658. Ao serem avaliados os nichos, quanto aos indicadores de qualidade para os aspectos de empatia, observou-se efeito significativo ($P < 0,05$) para as perguntas relacionadas ao cuidado em oferecer atendimentos individualizados quando necessário, os funcionários demonstrarem interesse em solucionar seus problemas e, compreensão pelos funcionários das dificuldades apresentadas por seus clientes. Para estas perguntas, verificou-se que as maiores médias foram observadas para os alunos de início de curso, não diferindo as respostas dadas pelos nichos dos alunos de meio de curso e final de curso. Entretanto, para pergunta relativa ao tratamento dado de maneira atenciosa pelos funcionários, não se verificou efeito significativo ($P > 0,05$) entre os nichos.

Observa-se que há um aparente direcionamento dos serviços em prol dos alunos iniciantes, se contrapondo aqueles de maior permanência na Instituição. Embora a captação de alunos seja importante, a fidelização dos mesmos se faz necessária. Esta situação realça a necessidade da realização constante de treinamentos para que os funcionários da instituição de ensino possam desenvolver competências e habilidades para escutar e agir com tratamento humanizado aos seus alunos. Sobre esta informação, Wagner e Hollenbeck (2020) citam que as instituições de ensino enfrentam desafios organizacionais, onde a solução desses problemas é imprescindível para a permanência e progresso da instituição num mercado cada vez mais competitivo.

CONCLUSÕES

O coeficiente alfa de Cronbach obtido demonstrou

confiabilidade nos dados levantados em todas as dimensões estudadas na pesquisa.

As dimensões dadas para garantia e prestabilidade foram consideradas mais importantes na percepção dos alunos, se destacando a capacidade em prestar o serviço prometido de forma precisa e confiável, seguido da disposição para ajudar seus clientes. Na visão dos alunos, a instituição de ensino presta um ótimo serviço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLI, G. **Excelência em hotelaria**: uma abordagem prática. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

FREITAS, A. L. P.; BOLSANELLO, F. M. C.; CARNEIRO, L. S. Emprego do SERVQUAL na avaliação da qualidade de serviços de uma biblioteca universitária. A energia que move a produção: um diálogo sobre integração, projeto e sustentabilidade. **Anais...** Foz do Iguaçu, PR, Brasil, outubro de 2007.

MASTELLA, A. S. **Avaliação da qualidade percebida em instituições de ensino superior**: um estudo empírico na região de Campinas-SP. Dissertação (Mestrado Profissionalizante) – Faculdades IBMEC, Rio de Janeiro, 2006.

MATTHIENSEN, A. Uso do Coeficiente Alfa de Cronbach em Avaliações por Questionários. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA**. Centro de Pesquisa Agroflorestal de Roraima Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Boa Vista, Dezembro, 2011. 31p. Documentos 48.

WAGNER, J. A.; HOLLENBECK, J. R; tradução de Silvio

Floreal Antunha. **Comportamento Organizacional**. 4^a edição. São Paulo. Saraiva Educação, 2020.

ZEITHAM, V.; PARASURAMAN, A. **Service Quality**. Cambridge: Marketing Science Institute; 1990.

AVALIAÇÃO DAS LIMITAÇÕES FUNCIONAIS E DA QUALIDADE DE VIDA DE INDIVÍDUOS APÓS ALTA DA TERAPIA INTENSIVA

Caroline Mol Mendes¹, Isabel Cristina Silva²

Resumo: A sobrevivência a uma doença grave, graças à Unidade de Terapia Intensiva, pode não significar ir para casa em uma condição plena de saúde. Diante disso, o objetivo deste estudo foi avaliar a capacidade funcional e a qualidade de vida de indivíduos após a alta da Unidade de Terapia Intensiva através de um estudo individuado, observacional e transversal, com amostra constituída por quatro indivíduos que receberam alta da Unidade de Terapia Intensiva no mês de março de 2020. Estes foram avaliados nas primeiras 24 horas após alta, utilizando-se cinco instrumentos: o questionário de qualidade de vida SF-36, a manovacuômetria, o Peak Flow, o teste Timed up and go e a dinamometria manual. Os resultados evidenciaram comprometimento em todos os domínios do questionário de qualidade de vida, a avaliação respiratória demonstrou redução do pico de fluxo expiratório e redução da força muscular expiratória em toda a amostra, ao passo que a força muscular inspiratória estava reduzida em apenas 50% dos indivíduos. A avaliação da força muscular periférica evidenciou fraqueza muscular em apenas 25% dos indivíduos, embora a mobilidade funcional tenha se mostrado seriamente comprometida. Assim, pode se concluir que *após a* internação na Unidade de Terapia Intensiva A partir dos resultados obtidos e comparados aos dados normativos é possível concluir que após a internação na UTI, os pacientes analisados apresentaram comprometimento na qualidade de vida, na função respiratória, na capacidade funcional e na força muscular global.

Palavras-chave: Declínio funcional, imobilismo, paciente crítico

¹Discente do curso de Fisioterapia – UNIVIÇOSA. E-mail: carolmolmendes@gmail.com

²Fisioterapeuta, especialista em Saúde Pública e Terapia Intensiva Adulto, docente do curso de Fisioterapia - UNIVIÇOSA. E-mail: isabel@univicoso.com.br

Abstract: *Standing out from a serious illness, thanks to the Intensive Care Unit, cannot mean going home in a healthy state. Thus, the objective is to assess functional capacity and quality of life after discharge from the Intensive Care Unit. It is an individual, observational and cross-sectional study, whose sample was found by four, who were discharged from the ICU in March 2020. These were obtained in the first 24 hours after discharge, using five instruments. The quality of life questionnaire revealed impairment in all domains, respiratory assessment showed a reduction in peak expiratory flow and a reduction in expiratory muscle strength in the entire sample, while inspiratory muscle strength was reduced by only 50% of adequate. The assessment of peripheral muscle strength showed muscle weakness in only 25% of the requirements, although functional mobility has been seriously compromised. Hospitalization in the Intensive Care Unit compromised quality of life, respiratory function, functional capacity and overall muscle strength.*

Keywords: *Critical patient, functional decline, immobility*

INTRODUÇÃO

A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é um setor hospitalar destinado a prestar assistência a indivíduos que se encontram em condições críticas de saúde. Oferece atendimento capacitado com controle e monitoramento constante na tentativa de salvar a vida do indivíduo com risco iminente de morte. Porém, as internações em UTI implicam, quase que certamente, repouso no leito, o que favorece o imobilismo e traz prejuízos a diversos órgãos, mas principalmente para a musculatura esquelética. Este prejuízo, por sua vez, compromete a capacidade funcional, além da capacidade cognitiva e mental dos pacientes, podendo perdurar por meses ou anos após a alta hospitalar (FERREIRA *et al.*, 2018).

Durante o repouso no leito, os músculos são ativados com menor frequência por curtos períodos de tempo e com cargas menores quando comparados a situações normais do dia a dia. Dessa forma, a utilização da musculatura esquelética é mínima, levando à fraqueza muscular generalizada. Estudos tem relatado redução significativa na força muscular relacionada com períodos de imobilismo. Ferreira et al., (2018) e Santos et al., (2017) afirmaram que sete dias de imobilismo são suficientes para provocar uma redução de 20% na força muscular periférica, com perda progressiva de 20% da força residual a cada semana consecutiva.

Diante do exposto o objetivo deste estudo foi avaliar a capacidade funcional e a qualidade de vida de indivíduos após a alta da UTI de um Hospital de um município da Zona da Mata Mineira.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como individuado, observacional e transversal, cuja amostra foi constituída pelos indivíduos que receberem alta da UTI de um Hospital da Zona da Mata Mineira no mês de março de 2020. Para seleção da amostra, adotou-se como critérios de inclusão indivíduos de ambos os gêneros, com idade mínima de 18 anos, que fiquem internados na UTI por período superior a 48 horas. Para exclusão, foi adotado apenas a não concordância em participar do estudo e a presença de patologias incapacitantes inerentes à fala e/ou audição, por não permitirem lograr êxito na aplicação do questionário, bem como na compreensão dos testes de aptidão física.

A abordagem de cada paciente ocorreu na enfermaria do hospital num período de até 24 horas da alta da UTI, onde, após verificar se o paciente se encaixa aos critérios de inclusão adotados, apresentava-se o projeto de pesquisa ao mesmo, garantindo-lhe a liberdade de participar ou não da pesquisa.

Aquele indivíduo que concordasse em participar do estudo, assinava o Termo de consentimento livre e esclarecido para que a coleta de dados fosse feita em seguida através dos cinco instrumentos selecionados, o questionário de qualidade de vida SF-36, a manovacuômetria para quantificação da Força Muscular Respiratória, o *Peak Flow* para avaliação do pico de fluxo expiratório, o teste submáximo de esforço *Timed up and go* (TUG) para avaliação da mobilidade funcional e a dinamometria manual para quantificação da força muscular periférica.

A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva e estão apresentados através de *média ± desvio padrão, assim como porcentagem*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período estabelecido para a coleta de dados, 16 indivíduos receberam alta da UTI, destes apenas quatro se enquadraram aos critérios de inclusão. Dos indivíduos selecionados, 50% eram do gênero feminino e 50% do gênero masculino com idade média de $64 \pm 19,52$ anos, a média de dias de internação foi de $12,25 \pm 16,52$ dias, sendo que nenhum paciente necessitou de ventilação mecânica invasiva, e somente 25% utilizou ventilação não invasiva por um período curto de tempo e que foi sucedida por oxigenoterapia.

Os resultados obtidos no questionário de qualidade de vida SF-36 mostrou que todos os domínios que compõe o instrumento apresentaram-se comprometidos após a alta da UTI, sendo que a capacidade funcional foi o domínio mais afetado, seguido dos aspectos emocionais e dos aspectos físicos. Dietrich et al., (2014), também evidenciaram comprometimento funcional em 85,72% de sua amostra através do SF-36.

À avaliação respiratória, toda a amostra apresentava redução do

pico de fluxo expiratório e redução da força muscular expiratória ao passo que a força muscular inspiratória estava reduzida em apenas 50% dos indivíduos. No estudo de coorte prospectivo, realizado por Bezerra e Souza (2015), a manovacuômetria evidenciou uma média de P_Imax de 50 ± 10 cmH₂O, e uma média de P_Emax de $79,5 \pm 48,03$ cmH₂O, ao passo que no presente estudo o valor médio de P_Imax foi $75 \pm 61,3$ cmH₂O e o de P_Emax foi $42,5 \pm 38,62$ cmH₂O.

Segundo Marcos et al., (2012) o PFE registra o nível de obstrução das vias aéreas proximais, e tem relação com a diminuição do volume pulmonar e é um reflexo da força muscular expiratória. Estas informações vão de encontro com este estudo porque as duas variáveis apresentaram o mesmo comportamento, ambas estavam reduzidas, o que permite inferir que uma redução da força muscular expiratória pode ter provocado uma redução no PFE.

A força muscular periférica estava preservada em 75% da amostra, sendo possível inferir fraqueza muscular em apenas 25% dos indivíduos, embora a mobilidade funcional tenha se mostrado seriamente comprometida. Isto porque, 50% dos indivíduos não apresentaram condições físicas para realizarem o *Timed up and go*, e os outros 50% que o executaram, gastaram tempo superior à referência de normalidade, permitindo inferir comprometimento da mobilidade e risco de queda.

Estudo realizado por Lamano (2018), sugeriu a existência de relação entre a redução de força e a funcionalidade. Esse autor verificou um tempo médio de execução do TUG de 22 ± 19 segundos e uma média de força de 20 ± 9 kgf verificada pela dinamometria. O presente estudo apresentou uma força de preensão manual média de $23,71 \pm 28,59$ kgf, embora 25% da amostra tenha apresentado fraqueza muscular periférica, e uma média de $17,03 \pm 7,04$ de execução do TUG.

CONCLUSÃO

A partir dos resultados obtidos e comparados aos dados normativos é possível concluir que após a internação na UTI, os pacientes analisados apresentaram comprometimento na qualidade de vida, na função respiratória, na capacidade funcional e na força muscular global.

Por isso sugere-se a execução de estudos longitudinais para acompanhar a trajetória dos pacientes na Unidade de Terapia Intensiva, além de avalia-los no momento da internação e imediatamente após a alta para que seja feita uma comparação entre a situação dos indivíduos nos dois momentos, além de correlacionar os dados obtidos com os eventos ocorridos durante o período de internação nesse setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Arthur Rodrigues; DE SOUZA, Laís Maia. Avaliação da funcionalidade força muscular respiratória e periférica após internação em Unidade de Terapia Intensiva. **UnB Ceilância**, Brasília, p.37 f., il, 2015 Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/15269>. Acesso em 14 Ago. 2019.

DIETRICH, Camila et al. Funcionalidade e qualidade de vida de pacientes internados na Unidade de Terapia Intensiva. Porto Alegre - Rs, **Assobrafir Ciência**, v. 5, n. 1, p 41-51, 2014. Disponível em:< https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/rebrafis/article/w/17462&ved=2ahUKEwjx2OquhIToAhVuF7kGHb63BOKQFjACegQIBRAB&usg=AOvVaw2d_SCNGE_0-eBs4x1s3TIB>. Acesso em: 05 Mar. 2020.

FERREIRA, Vitória Dias et al. Relação entre força muscular periférica e funcionalidade em pacientes críticos. **ConScientiae**

Saúde, São Paulo- SP, v. 17, Ed. 3, p.315-321, Jul-Set 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/index.urnal=saude&page=article&op=view&path%5B%5D=8420>>. Acesso em 16 Ago. 2019.

LAMANO, Murilo Zoccoler. Associação entre alterações musculares e perda funcional de pacientes críticos após a internação na unidade de terapia intensiva: estudo observacional, longitudinal. **Biblioteca Digital USP**, Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5170/tde-14022019-093439/pt-br.php>. Acesso em 20 Abr. 2020.

MARCOS, Leilane et al. Análise da radiografia de tórax de indivíduos com DPOC e sua correlação com os testes funcionais. **Fisioter. Mov.** Curitiba, v. 25, n. 3, p. 629-637, Set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-51502012000300018&lng=en&nrm=iso. Acesso em 19 Abr. 2020.

SANTOS, Laura Jurema dos et al. Avaliação funcional de pacientes internados na Unidade de Terapia Intensiva adulto do Hospital Universitário de Canoas. **Fisioter. Pesqui**, São Paulo-SP, v. 24, n. 4, p. 437-443, Dez. 2017 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-29502017000400437&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16 Ago. 2019.

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL E DA PERCEPÇÃO DA SACIEDADE EM DIABÉTICOS TIPO 2 DE UM CENTRO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA

Larissa Stéfane Rafael Cunha¹, Mônica de Paula Jorge²

Resumo: No Brasil há uma prevalência de diabéticos com o estado nutricional inadequado. Existem vários fatores que relacionam o estado nutricional, com o consumo compulsivo ou que ultrapassam os sinais de saciedade. A partir disso, este trabalho teve como objetivo avaliar o estado nutricional e a percepção da saciedade em diabéticos de um Centro Especializado na cidade de Viçosa-MG. O estudo é de caráter observacional, transversal, no qual foi feita entrevista individual, por meio de um questionário semiestruturado a fim de traçar o perfil sociodemográfico, o estado nutricional e a percepção da saciedade. Foram entrevistados sete voluntários diabéticos, com idade média de 60 anos, hipertensos (85%), sedentários (71,4%); apresentando média de IMC de 33,14 Kg/m², baixa frequência alimentar (3 refeições/dia) (54,1%) e 75,42% se mantinham saciados por um longo período após o almoço. Por fim, percebeu-se incoerência entre tempo de saciedade e IMC, quando se observa a baixa frequência alimentar da maioria. Tais dados indicam a importância do acompanhamento nutricional ao longo do tratamento do diabetes, a fim de gerar o equilíbrio entre a qualidade da ingestão alimentar e fracionamento adequado para promover a saciedade sem prejuízos ao controle de glicemia do indivíduo.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus, Educação alimentar, Educação Alimentar e Nutricional, Estado Nutricional, Saciedade.

¹Graduanda em Nutrição – UNIVIÇOSA. e-mail: larissaracunha@gmail.com

²Docente do curso de Nutrição – UNIVIÇOSA. e-mail: monicanut@univicosacom.br

Abstract: *In Brazil, there is a prevalence of diabetics with inadequate nutritional status. There are several factors that relate nutritional status, to compulsive consumption or that go beyond the signs of satiety. From this, this study aimed to assess the nutritional status and the perception of satiety in diabetics at a Specialized Center in the city of Viçosa-MG. The study is observational, cross-sectional, in which an individual interview was conducted, using a semi-structured questionnaire in order to trace the socio-demographic profile, the nutritional status and the perception of satiety. Seven diabetic volunteers were interviewed, with an average age of 60 years, hypertensive (85%), sedentary (71.4%); presenting a mean BMI of 33.14 kg / m², low food frequency (3 meals / day) (54.1%) and 75.42% remained satiated for a long period after lunch. Finally, there was an inconsistency between satiety time and BMI, when the low food frequency of the majority is observed. Such data indicate the importance of nutritional monitoring during the treatment of diabetes, in order to generate the balance between the quality of food intake and adequate fractionation to promote satiety without impairing the individual's glycemic control.*

Keywords: *Diabetes mellitus, Food education, Food and Nutrition Education Nutritional status, Satiety.*

INTRODUÇÃO

Diabetes Mellitus (DM) é uma doença crônica não transmissível, líder em causa de morte precoce no Brasil (SBD, 2017-18). Se caracteriza pela apresentação da hiperglicemia, deficiência da insulina ou resistência à ação efetiva deste hormônio (ADA, 2014) e subdivide-se em três tipos: Gestacional; Tipo 1 e tipo 2 (IDF, 2013). No diabetes gestacional, pelo desenvolvimento placentário ocorre secreção de hormônios

que reduz a ação da insulina. No diabetes tipo 1, o organismo produz pouca insulina. No diabetes tipo 2, ocorre quando há produção insuficiente da insulina ou resistência à sua ação. Este último é o mais comum entre a maioria dos diabéticos (CUPPARI, 2019).

A frequência do registro de diabetes vem aumentando rapidamente no Brasil (VIGITEL, 2018) e a doença está associada a fatores como a rápida urbanização, transição nutricional e excesso de peso (SBD, 2017-18). A hiperglicemia prolongada pode causar danos ao organismo humano e outras doenças crônicas (ADA, 2014). A conduta dietoterápica desde a descoberta da DM é importante, e deve incluir um plano alimentar que garanta todas as necessidades energéticas e nutricionais (IDF, 2013).

A saciedade faz parte do processo fisiológico do ser humano, que consiste em descobrir, sentir e respeitar a fome (OSWALD, 2017) e também é a sensação de plenitude gástrica e bem-estar após a refeição (BASDEVANT, 1993). É importante e se correlaciona com a ingestão de uma alimentação com baixo índice glicêmico, pois prolonga a entrada da glicose para as células, proporcionando uma maior saciedade comparando aos alimentos de alto índice glicêmico, fato este interessante em uma conduta alimentar para diabéticos (MILLE et al., 2001).

Este trabalho teve como objetivo avaliar o estado nutricional e a percepção da saciedade em diabéticos de um centro especializado.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de caráter transversal, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos Sylvio Miguel do Centro Universitário de Viçosa/UNI-

VIÇOSA, sob parecer nº 3.858.951/2020, com portadores de DM2, em acompanhamento no Centro Estadual de Atenção Especializada (CEAE) de Viçosa-MG. Foram incluídos portadores de diabetes do tipo 2 atendidos no CEAE, com idade entre 18 a 65 anos que consentiram participar da pesquisa. A estes, em uma sala exclusiva foi explicado individualmente o projeto, bem como o TCLE, apresentando os objetivos da pesquisa, benefícios e riscos. Na sala da entrevista estavam a balança e o estadiômetro, pelos quais foram aferidos peso e altura para o cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) e posterior classificação pelos parâmetros da Organização Mundial da Saúde (OMS) conforme faixa etária e sexo de cada indivíduo. O questionário aplicado presencialmente incluiu questões para traçar o perfil sociodemográfico, o estado nutricional e a percepção da saciedade, sendo esta parte adaptada de Tribole (2015). Para a avaliação da saciedade foi considerado o almoço, por ser a refeição comum entre os participantes no CEAE. Após a coleta e tabulação dos dados, fez-se a análise por frequência simples, apresentadas aqui por frequência absoluta e relativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização geral da amostra: Aceitaram participar da pesquisa 7 voluntários com idade média de 60 anos (entre 55 e 63 anos). A maioria (71,42%; n=5) não trabalhava e destes 42,85% (n= 3) estavam aposentados. A média da renda per capita foi de um salário mínimo, havendo voluntários com renda menor que um salário mensal. Nenhum dos participantes (100%; n=7) fazia uso de cigarros ou bebida alcoólica habitualmente e apresentavam pelo menos mais uma doença associada ao diabetes, dentre as mais mencionadas estavam a hipertensão arterial (85%, n = 6) e dificuldade de controle da glicemia. A maioria (71,42%) não realiza atividade física. Quanto ao tempo de sono, um participante (14,28%) dormia

mais de dez horas, um participante (14,28%) dormia nove horas, um participante (14,28%) dormia 6 horas, dois participantes (28,57%) dormiam 5 horas, e dois participantes (28,58%) dormiam 4 horas.

Perfil alimentar e percepção da saciedade: A maioria dos participantes (57,14%) utilizava o açúcar e às vezes o associavam com adoçantes artificiais. Os mesmos relataram associar o horário de tomar os remédios com a alimentação; evidenciaram sentir pouca fome e comer porque tinham consciência que era necessário. O número de refeições diárias: quatro participantes (57,14%) relataram fazer três refeições diárias; dois (28,57%) faziam 5 refeições por dia; um (14,28 %) participante relatou fazer quatro . O tempo para realizar uma outra refeição após o almoço variou entre 3 e 12 horas, e 75,42% (n=5) relataram que ainda estavam saciados por mais de 2 horas após a refeição (almoço) (Tabela 3).

Tabela 3 - Classificação do nível de saciedade com variação de tempo após almoço, segundo voluntários de um centro especializado. Viçosa-MG, 2020

Participantes	Nível de saciedade por tempo *				
	30'	60'	90'	120'	150'
P1	10	8	5	3	0
P2	10	10	10	8	6
P3	10	6	5	1	0
P4	10	9	8	7	6
P5	10	8	7	6	5
P6	10	9	7	6	5
P7	10	8	7	6	5

* Saciedade em escala de 0 a 10 por participantes, classificação adaptada de Tribole, 2015.

Foi investigado o almoço que era a refeição comum entre eles, e houve uma grande variação quanto ao tempo que cada participante sentiu fome após a refeição. O estudo de Batista et al. (2007) estudou sete pontos para avaliar a percepção da saciedade, em intervalos de 15 em 15 minutos até completar 45 minutos e de 30 em 30 minutos até completar 120 minutos após realizar uma refeição específica. O estudo considerou que

a saciedade pode ser influenciada pela densidade energética e qualidade da refeição anterior. No que tange à qualidade, no presente estudo, nenhum participante relatou consumir fibras como a aveia, nem verduras e legumes para auxiliar o controle da glicemia ou redução da carga glicêmica da refeição.

A fibra tem um papel importante para o controle da glicemia e da insulina pós-prandial. Segundo Kang Yu et al. (2014), sobre o impacto da fibra solúvel no esvaziamento gástrico, glicemia e insulina pós-prandial em pacientes com diabetes tipo 2, há uma relação com a velocidade do esvaziamento gástrico assim como o atraso significativo da hiperglicemia. Tanto as fibras solúveis quanto as insolúveis auxiliam na promoção da saciedade, na saúde intestinal e no controle do peso. Quando se associa às fibras ao consumo de proteínas variadas em quantidades próximas de 1 a 1,5 g/kg de peso corporal/dia traz benefícios ao controle glicêmico e promove saciedade.

Por fim, a maior dificuldade para seguimento da dieta deste público, foi a questão financeira, que impossibilitava maior variedade da alimentação, consumo de frutas e hortaliças e adição de fibras na alimentação, que desfavorece o controle da glicemia e fome, dado este incompatível com o tempo de saciedade relatado pela maioria.

Estado nutricional: A média do IMC foi de 33,14 Kg/m², o estado nutricional prevalecente foi o excesso de peso, uma vez que seis (85,71%) indivíduos se encontravam acima da faixa de eutrofia. O presente estudo corrobora uma realidade já apontada pelo inquérito da VIGITEL (2018), pelo qual o excesso de peso, obesidade e o diabetes aumentaram de forma desfavorável no período entre 2006 e 2018 e que existe uma relação entre o elevado IMC e manifestação do diabetes quando se trata de excesso de gordura corporal.

CONCLUSÃO

A população estudada, apresentou o estado nutricional predominante de excesso de peso, dificuldade de controle de peso e da glicemia, e entre as doenças associadas ao DM, prevaleceu a hipertensão arterial. A percepção da saciedade foi tardia, apesar de relatarem poucos períodos de alimentação no dia e que não faziam consumo de fibras à parte e tampouco de frutas e vegetais. Indicando que se deve ter um acompanhamento nutricional direcionado às especificidades da doença incluindo a educação alimentar e nutricional ao longo do tratamento. Para um detalhamento da percepção da saciedade será necessário mais estudo com este público, uma dieta padronizada e a observação em um período de tempo maior e mais controlado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADA. Standards of medical care in diabetes. 2014. **Diabetes Care**. 2014. Disponível em https://care.diabetesjournals.org/content/diacare/37/Supplement_1/S14.full.pdf. Acesso em: 30/08/2019.

BASDEVANT, A.; LE BARZIC, M.; GUY-GRAND, B. **Eating patterns - from normal to pathological**. Service de Médecine Interne et Nutrition Paris-France; 1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. 1. reimpr. – Brasília, 2014. 156 p. il. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf>. Acesso em: 05/09/2019

BRASIL. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2018**. São Paulo: Editora Clannad, 2017. Disponível em:

<https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/2017/diretrizes/diretrizes-sbd-2017-2018.pdf> Acesso :15/09/2019

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Análise em Saúde e **Vigilância de Doenças não Transmissíveis Disponível** em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/julho/25/vigitel-brasil-2018.pdf>>. Acesso: 01/05/2020

CUPPARI, L. et al. **Nutrição clínica do adulto**, coordenadora Lilian Cuppari. 4 ed. Impresso. Barueri[SP]:Manole, 2019.

PAWLAK, D.B.; BRYSON, J.M.; DENYER, G.S.; BRAND-MILLER JC. Amido com alto índice glicêmico promove hipersecreção de insulina e maior gordura corporal em ratos sem afetar a sensibilidade à insulina. **J Nutr** .v.131, p. 99-104. 2001.

TRIBOLE, E. **Intutive eating PRO skill training**. Disponível em: <<https://www.evelyntribole.com/resources/studies/>>. Acesso :07/11/2019.

AVALIAÇÃO FUNCIONAL DE PACIENTES APÓS ALTA DA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Nárah Alice Aparecida da Silva Sabino¹, Isabel Cristina Silva²

Resumo: A internação na Unidade de Terapia Intensiva de pacientes criticamente enfermos comumente resulta em alterações significativas na funcionalidade desses indivíduos. Diante disso, o objetivo deste estudo foi avaliar a funcionalidade de pacientes após a alta da terapia intensiva de um hospital de um município da Zona da Mata Mineira. Para isso, foi realizado um estudo transversal, por meio da aplicação da escala de avaliação funcional *Chelsea Critical Care Physical Assessment*. Posteriormente os dados foram analisados por meio de estatística descritiva. Foi observado que os pacientes que constituíram a amostra deste estudo apresentaram comprometimentos principalmente na capacidade funcional, e que a função respiratória foi o domínio menos comprometido. Assim, pode-se concluir que a internação para os pacientes que constituíram a amostra comprometeu principalmente a capacidade funcional dos mesmos.

Palavras-chave: Unidade de Terapia Intensiva, Capacidade Funcional, CPAx.

Abstract: *Admission to the Intensive Care Unit of critically ill patients commonly results in significant changes in the functionality of these individuals. Numerous factors resulting from conditions related to treatment, the disease presented and prolonged bed rest determine the functional decline of these patients. Therefore, the objective of this study was to evaluate the functionality of patients after discharge from intensive care at a hospital in a municipality*

¹Graduanda em Fisioterapia – UNIVIÇOSA. e-mail: narahalice@hotmail.com;

²Docente do curso de Fisioterapia – UNIVIÇOSA. e-mail: isabel@univicoso.com.br

in Zona da Mata Mineira. For this purpose, a cross-sectional study with a quantitative and qualitative approach was carried out, using the Chelsea Critical Care Physical Assessment functional assessment scale. Subsequently, the data were analyzed using descriptive statistics. It can be concluded that the patients who constituted the sample of this study presented impairments in functional capacity, seen by impairments in transfers and handgrip strength, and that respiratory function was the least compromised domain.

Keywords: *Intensive care unit. Functional capacity. CPAx*

INTRODUÇÃO

A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é um setor hospitalar destinado aos pacientes graves que necessitam de vigilância contínua e suporte terapêutico especializado. Para garantir uma melhor assistência conta com recursos materiais e uma equipe interdisciplinar para atender as necessidades de tratamento de cada indivíduo internado. A utilização de recursos como a ventilação mecânica e o imobilismo prolongado, favorecem a ampliação do período de internação, comprometendo a função física e respiratória do indivíduo de forma proporcional à sua duração. Segundo Martinez e Alves (2017), as limitações físicas, cognitivas e mentais, podem persistir por meses ou até anos após a alta hospitalar, impossibilitando o retorno às atividades laborais e gerando grandes impactos financeiros e familiares na vida dessas pessoas.

Para avaliação das limitações físicas, alguns instrumentos foram desenvolvidos, dentre eles o *Chelsea Critical Care Physical Assesement* (CPAx). Esta é uma escala de avaliação funcional numérica, formada por 10 componentes da função física: função respiratória, tosse, mobilidade no leito, trans-

ferência da posição de supino para sedestação à beira do leito, sedestação dinâmica à beira do leito (sem nenhum suporte ou apoio), equilíbrio durante o ortostatismo, transferência de sentado para ortostatismo, transferência da cama para a poltrona, marcha e força de preensão manual que é medida através do dinamômetro. Cada componente do CPAx é graduado através da escala Guttman de seis pontos (de 0 a 5 pontos) que identifica dessa forma, desde uma completa dependência até a independência total do indivíduo (NAWA e YAMAGUTI; 2016). Utilizando esse instrumento, o objetivo deste estudo foi avaliar a capacidade funcional de pacientes após receberem alta da UTI de um hospital de um município da Zona da Mata Mineira.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizado um estudo transversal em um hospital de um município da Zona da Mata Mineira. Foram incluídos neste estudo seis indivíduos que receberam alta da UTI desse hospital, no período de primeiro de fevereiro a 12 de março de 2020, com idade igual ou superior a 18 anos, que ficaram internados na UTI por um período superior a 48 horas, sem história patológica pregressa de doenças incapacitantes e que concordaram em participar do estudo de forma voluntária.

Os participantes receberam esclarecimentos sobre os procedimentos realizados durante a pesquisa e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário de Viçosa-Univiçosa (CAAE 22734619.3.0000.8090).

Os seis indivíduos selecionados foram submetidos ao *Chelsea Critical Care Physical Assesement* (CPAx).

A análise dos dados foi feito através de estatística descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi constituída por indivíduos do gênero feminino (50%) e do gênero masculino (50%) com idade média de 63,16 ($\pm 18,60$) anos. A Tabela 1 apresenta as características clínicas e sociodemográficas da amostra.

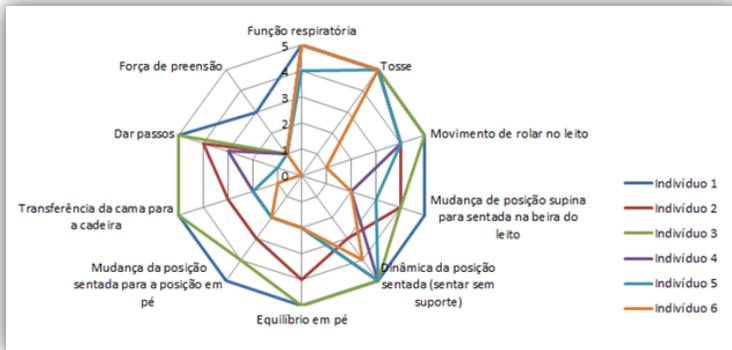
Tabela 1 – Características sociodemográficas e clínicas dos indivíduos que compuseram a amostra deste estudo

Pacientes	Gênero	Idade	Tempo Internação	Diagnóstico Internação	Independência Funcional Pré-internação	Suporte Ventilatório e Tempo de Uso
1	M	38	5 dias	Hepatite aguda e IRA	Totalmente independente	Oxigenoterapia (1 dia)
2	F	40	4 dias	Pós-operatório de DAOP	Totalmente independente	Não utilizou
3	F	62	3 dias	TVP	Totalmente independente	Não utilizou
4	M	72	4 dias	Hemorragia digestiva e sepse	Uso de dispositivo auxiliar de marcha (bengala)	Não utilizou
5	F	83	35 dias	IRA	Totalmente independente	VNI(5 dias) Oxigenoterapia (16 dias)
6	M	84	15 dias	ICC, IRA, CA de bexiga	Totalmente independente	VNI(4 dias) Oxigenoterapia (11 dias)

Legenda: F: Feminino; M: Masculino; IRA: Insuficiência Renal Aguda; TVP: Trombose Venosa Periférica; ICC: Insuficiência Cardíaca Congestiva; CA: Câncer; DAOP: Doença Arterial Obstrutiva Periférica; VNI: Ventilação Não Invasiva.

As pontuações obtidas em cada um dos domínios avaliados pelo CPax estão apresentadas no gráfico 1.

Gráfico 1- Representação dos domínios do CPAX para cada paciente que compôs a amostra deste estudo (n=6)



Dentre os dez domínios avaliados, indo do componente mais comprometido para o menos comprometido tem-se a força de prensão manual; seguida de dar passos, transferência da cama para a cadeira e mudança de sentado para a posição de pé; seguido do equilíbrio em pé e mudança de supino para sentado; rolar; sentar sem suporte; função respiratória e tosse que não estava comprometida em nenhum indivíduo. Os scores, gerados pela soma de cada domínio da escala CPax, variaram de 23 a 48 pontos entre os indivíduos que compuseram a amostra.

Segundo Petry Moecke e Mazzali Biscaro (2019), a fragilidade e o estado funcional prévios interferem no desfecho clínico dos pacientes. Segundo Parry, Huang e Needham (2017) os fatores pré-UTI como idade, comorbidades e condições relacionadas à massa muscular e ao funcionamento físico geram impacto na funcionalidade dos pacientes na UTI. Além disso,

fatores relacionados à doença crítica e ao próprio ambiente dessa unidade podem estar associados a alterações dos sistemas corporais.

Um longo período de internação na UTI torna os pacientes mais propensos a uma maior perda de massa muscular e óssea. Alterações na função musculoesquelética, culmina em diminuição da força e massa muscular. A inatividade muscular pode ser considerada um dos principais motivos para a dependência funcional. A ocorrência de alterações na função musculoesquelética, culmina em diminuição da força e massa muscular devido ao desequilíbrio gerado entre a síntese e a degradação de proteínas. Outros fatores como disfunções de múltiplos órgãos e desnutrição, além dos efeitos gerados pelas doenças e medicações utilizadas também têm interferência no desempenho muscular (MARTINEZ; ALVES, 2017).

Um comprometimento na função musculoesquelética pode justificar o declínio funcional dos pacientes hospitalizados em UTIs identificado pelos domínios da escala CPAx, já que esta escala avalia a funcionalidade dos indivíduos em algumas atividades que fazem parte do seu dia-a-dia, além de avaliar a força de preensão manual que hoje é empregada como um preditor de força muscular global e foi também o componente mais comprometido na amostra deste estudo. Vesz et al., (2013), utilizando a escala CPAx, verificou uma diminuição da capacidade funcional dos indivíduos e aumento do nível de dependência na primeira semana após a alta da UTI.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que todos os pacientes que constituíram a amostra deste estudo apresentaram comprometimen-

tos na capacidade funcional, visto por comprometimentos nas transferências e na força de preensão manual, e que os componentes da função respiratória foram os domínio menos comprometido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINEZ, B. P.; ALVES, G. A. A. **Avaliação muscular em terapia intensiva**. In: Associação Brasileira de Fisioterapia Cardiorrespiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva; Martins JA, Andrade FMD, Beraldo MA, organizadores. PROFISIO Programa de Atualização em Fisioterapia em Terapia Intensiva Adulto: Ciclo 7. Porto Alegre: Artmed Panamericana; 2017. p. 51–79. (Sistema de Educação Continuada a Distância, v. 3).

NAWA, R. K.; YAMAGUTI, W. P. S. **Escalas funcionais em unidade de terapia intensiva**. In: Associação Brasileira de Fisioterapia Cardiorrespiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva; Martins JA, Andrade FMD, Beraldo MA, organizadores. PROFISIO Programa de Atualização em Fisioterapia em Terapia Intensiva Adulto: Ciclo 6. Porto Alegre: Artmed Panamericana; 2016. p. 59-101. (Sistema de Educação Continuada a Distância, v. 4).

PARRY, S . M.; HUANG, M.; NEEDHAM, D. M. Evaluating physical functioning in critical care: considerations for clinical practice and research. **Crit Care** 21, 249, 2017. <https://doi.org/10.1186/s13054-017-1827-6>.

PETRY MOECKE, D. M.; MAZZALI BISCARO, R. R.. Análise do estado funcional de pacientes críticos internados em unidade de terapia intensiva. **Fisioterapia Brasil**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 17 - 26, fev. 2019. ISSN 2526-9747. Disponível em:

<<https://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/fisioterapia-brasil/article/view/2143>>. Acesso em: 17 maio 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.33233/fb.v20i1.2143>

VESZ, P. S. *et al.* Aspectos funcionais e psicológicos imediatamente após alta da unidade de terapia intensiva: coorte prospectiva. **Rev Bras Ter Intensiva**, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 218-224, 2013. DOI 10.5935/0103-507X.20130038. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbti/v25n3/0103-507x-rbti-25-03-0218.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.

COMPARAÇÃO DOS PARÂMETROS REPRODUTIVOS DE ÉGUAS MANGALARGA MARCHADOR EM DUAS ESTAÇÕES REPRODUTIVAS

Bruno Mendes Martins¹, Ana Luiza Andrade Costa²,

Pedro Gama Ker³

Resumo: As biotecnologias aplicadas á reprodução são consideradas ferramentas de grande importância, que contribuem para o avanço do melhoramento genético equino, otimizando a produção de animais com valores zootécnicos superiores. O presente trabalho, teve o objetivo de avaliar alguns parâmetros reprodutivos de éguas Mangalarga Marchador e verificar a taxa de recuperação embrionária de éguas submetidas á técnica de transferência de embriões (TE). Em relação à recuperação embrionária, o ano de 2018/2019 apresentou maior taxa (53,3 %) quando comparado ao ano de 2019/2020, com relação à idade do embrião, foi possível observar que em ambas estações se obteve maior taxa de embriões D8 a D9 (76 % no ano 2018/2019 e 71 % no ano 2019/2020), a média do tamanho dos folículos das doadoras apresentou correlação positiva ($p>0,05$) e o número de ovulações apresentou diferença entre o ovário esquerdo e direito ($p<0,05$), nas duas estações reprodutivas. Concluindo que, os resultados apresentados são satisfatórios para a raça Mangalarga Marchador.

Palavras-chave: biotecnologia, reprodução, inseminação artificial

Abstract: *Biotechnologies applied to reproduction are considered tools of great importance, which contribute to the advancement of equine genetic improvement, optimizing the production of animals*

¹Graduando em Medicina Veterinária – UNIVIÇOSA. E-mail: brunin-martins10@gmail.com

²Graduanda em Medicina Veterinária – UNIVIÇOSA. E-mail: analuandradecosta@gmail.com

³Professor orientador do curso de Medicina Veterinária – UNIVIÇOSA. E-mail: pgkvvet@gmail.com

with higher zootechnical values. The present work had the objective of evaluating some reproductive parameters of Mangalarga Marchador mares and verifying the embryo recovery rate of mares submitted to the embryo transfer technique (TE). Regarding embryonic recovery, the year 2018/2019 presented a higher rate (53.3%) when compared to the year 2019/2020. Regarding the age of the embryo, it was possible to observe that in both seasons a higher rate of embryos was obtained. D8 to D9 (76% in 2018/2019 and 71% in 2019/2020), the mean donor follicle size showed a positive correlation ($p > 0.05$) and the number of ovulations showed a difference between the left and right ovaries ($p < 0.05$), in the two reproductive seasons. are satisfactory for the Mangalarga Marchador breed.

Keywords: *biotechnology, reproduction, artificial insemination*

INTRODUÇÃO

Com a crescente valorização da raça Mangalarga Marchador, aumenta a demanda por animais comprovados. Dessa forma, a utilização de biotecnologias aplicadas à reprodução equina vem aumentando, pois através delas, pode-se obter um maior número de animais geneticamente superiores. Dentre as biotecnologias da reprodução, podemos destacar a inseminação artificial (IA) e a transferência de embriões (TE), que tiveram um aumento considerável nas últimos anos. O presente trabalho, teve o objetivo, avaliar alguns parâmetros reprodutivos (lado da ovulação e diâmetro follicular à ovulação) de éguas da raça Mangalarga Marchador, bem como, verificar a recuperação embrionária de lavados feitos 7, 8, 9 e 10 dias pós-ovulação.

MATERIAL E MÉTODOS

Dados oriundos de um programa de transferência de embriões de uma central de reprodução equina, Foram compilados e anali-

sados para elaboração do presente projeto. Esses dados são referentes à duas estações reprodutivas conduzidas pelo mesmo médico veterinário responsável pela Central de Reprodução, no período de setembro de 2018 a junho de 2019 e de setembro de 2019 a junho de 2020 no município de São José do Goiabal, Minas Gerais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A distribuição das ovulações e diâmetro do folículo pré-ovulatório das éguas doadoras de embriões nas duas estações reprodutivas estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Taxa ovulação em ovário direito e esquerdo e média do tamanho de folículo (mm) em éguas Mangalarga Marchador de acordo com a estação reprodutiva.

Estação	Ovário Direito n (%)	Média Folículo (mm)	Ovário Esquerdo n (%)	Média Folículo (mm)	TOTAL DE OVULAÇÕES
2018/2019	77 (46,1)a	37,97	90 (53,9)a	38,03	167
2019/2020	151(55,5)a	37,24	121 (44,5)a	37,19	272
Total	228		211		439

Valores seguidos de letras minúsculas iguais na mesma linha não diferem entre si. ($X^2_{GL1} = 3.84; p > 0,05$).

Não foi observada diferença na distribuição das ovulações entre os ovários direito e esquerdo, assim como reportado por Pimentel et al. (1995), que observam 45 % (597/1332) das ovulações ocorrendo no ovário esquerdo e 42 % (553/1332) no direito. O diâmetro folicular à ovulação foi de (228,0), semelhante ao trabalho descrito por Valle et al., (2005) onde avaliaram o ciclo estral de éguas mestiças de Mangalarga Marchador e relataram folículos pré-ovulatórios de aproximadamente 38 mm.

Nas duas estações reprodutivas 2018/2019 e 2019/2020 foram realizados 439 IA, onde ocorreu ovulação, e conseqüentemente ocor-

reram 439 lavados uterinos, com uma recuperação de 218 embriões (Tabela 2).

Tabela 2 – Taxa de recuperação embrionária em éguas Mangalarga Marchador de acordo com a estação reprodutiva.

Estação	Coletas	Embriões recuperados (%)
2018/2019	167	89 (53,3) b
2019/2020	272	129(47,4) a
Total	439	218 (49,7)

Valores seguidos de letras minúsculas diferentes na mesma coluna diferem entre si. ($X^2_{GL1} = 3.84; p < 0,05$).

A comparação das taxas de recuperação embrionária nas diferentes estações reprodutivas analisadas, revelou diferenças estatística entre as mesmas. Em determinados casos, como no estudo de Fleury et al., (1989), tal diferença se deve à utilização de doadoras de maior idade, o que afetou significativamente a recuperação embrionária conforme mencionado por Squires et al. (2005). Outra possível explicação é a utilização de um grande número de garanhões com diferentes fertilidades, que segundo Amann e Pickett (1987) é uma prática muito comum em programas comerciais de grande porte. O percentual de recuperação dos embriões em função ao número de coletas na soma de duas estações reprodutivas foi de 49,7 %. Dados numericamente inferiores ao reportado por Domingues et al. (2002) em levantamento de três estações reprodutivas em um programa de TE com éguas da raça Mangalarga Marchador (63,4 %). Outros relatos com dados de programas comerciais de larga escala em outras raças revelam também percentuais de recuperação embrionária inferior aos obtidos no presente estudo (FLEURY et al., 1989; FLEURY e ALVARENGA, 1999).

A figura 1 faz uma avaliação do percentual de embriões com 7,8 e 9, e 10 dias recuperados nas diferentes estações reprodutivas.

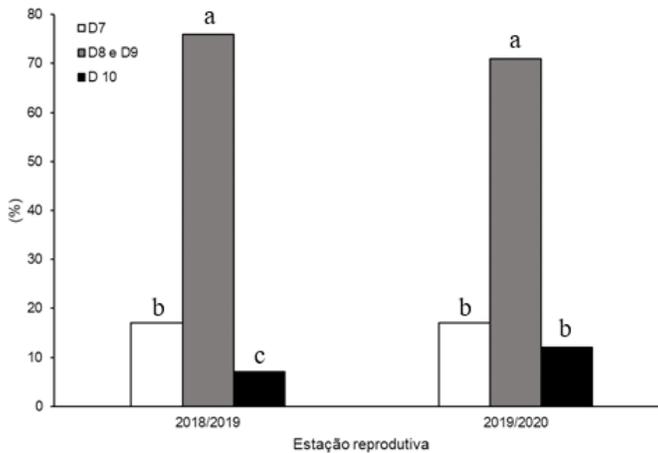


Figura 1 – Percentual de embriões com 7 (D7) 8 e 9 (D8 e D9) e 10 (D10) dias recuperados nas diferentes estações reprodutivas.

Em um trabalho realizado em seis estações reprodutivas descrito por Lopes (2004), relatou que cerca de 90 % dos embriões se encontravam com 8 ou 9 dias de idade obtendo maior resultado na confirmação dos embriões. Fleury e Alvarenga et al., (2010) mostraram que os lavados para recuperação embrionária poderiam ser realizados entre os dias 7, 8 e 9 sem que ocorresse alguma influência negativa em relação a taxa de recuperação embrionária. Baseado nisso, foi possível observar que o médico veterinário apresentava essa flexibilização, com ênfase nos dias 8 e 9 de vida do embrião (representa cerca de 74 % dos embriões recuperados nas duas estações reprodutivas). Essa distribuição adotada pelo profissional responsável justifica-se pelo fato de que embriões D8 a D9 apresenta maior facilidade de manipulação, maior facilidade de visualização no copo coletor. Já para os embriões D7 (17 % nas duas estações) na maioria das vezes, é necessário fazer o rastreamento, o que diminui o ritmo dos trabalhos, atrasando a rotina da Central. Os embriões D10 (cerca de 10 %), que apesar de também ser de fácil visualização,

devido ao seu maior tamanho, fica mais propício ao rompimento da cápsula e também apresenta maior dificuldade em ser transferido para a receptora.

CONCLUSÃO

Com base nos dados analisados, pode-se concluir que os resultados apresentados são satisfatórios para a raça Mangalarga Marchador. Mostrando que o método de trabalho adotado pelo Médico Veterinário responsável, levando em consideração alguns fatores como seleção de doadoras, receptoras e garanhões, manejo sanitário, sincronização entre doadora e receptora, a quantidade e qualidade das receptoras se mostraram eficientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SQUIRES, E. L. Perspectiva para o uso de biotecnologias na reprodução equina. **Acta Scientiae Veterinariae**, v. 33, p. 69-82, 2005.

FLEURY, J. J., ALVARENGA, M. A., FIGUEIREDO, J. B., PAPA, F. O. Transferência de embriões em equinos. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, v. 39, p. 485- 487, 2010.

LOPES, E. P. **Parâmetros reprodutivos de éguas mangalarga machador em projeto comercial de transferência de embrião**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa, 2004.

DOMINGUES, I.B.; JACOB, J.F.C. Eficiência reprodutiva na utilização da técnica de transferência de embrião. **Campolina Horse**, Rio de Janeiro, Ano 6, n.13, p.10-14, 2002.

FLEURY J.J. & ALVARENGA M.A. Effects of collection day on embryo recovery and pregnancy rates in a nonsurgical equine embryo transfer program. **Theriogenology**, 51:261, 1999.

AMANN, R.P; PICKETT, B.W. Principle of cryopreservation and a review of cryopreservation of stallion spermatozoa. **Journal of Equine Veterinary Science**, v.7, p.145-173. 1987.

PIMENTEL, C. A., TAROUCO, A. K., HARNMES, A. M. Ovulações múltiplas em éguas abatidas em Pelotas - RS. **Ciência Rural**, v. 25, p. 271-275, 1995.

FLEURY, J. J.; COSTA NETO, J. B. F.; ALVARENGA, M. A. Results from an embryo transfer programme with Mangalarga mares in Brazil. In: **international symposium on equine embryo transfer**, 2., 1989. Banft, Alberta. Proceedings... p. 73-74.

VALLE, G.R.; SILVA FILHO², J.M.; PALHARES², M.S. Características cíclicas e ovulatórias de éguas mestiças em Minas Gerais, Brasil. **Arq. Ciên. Vet. Zool. UNIPAR**, v.8, n.2, p.155-163, 2005.

COMPORTAMENTO ALIMENTAR E AUTOEFICÁCIA ALIMENTAR EM MULHERES OBESAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Josiane de Cássia Rocha Gomes¹, Sabrina Domiciano de Faria², Ana Cristina Rocha Espeschit³, Luciana Marques Vieira⁴, Eliene da Silva Martins Viana⁵

Resumo: A obesidade é caracterizada pelo acúmulo anormal ou excessivo de gordura acarretando prejuízos à saúde. Múltiplos são os fatores, como a interação de genes, o ambiente, o estilo de vida e os fatores emocionais. Considerando que a autoeficácia pode estar associada com a perda peso e com o comportamento alimentar de mulheres obesas, o trabalho em questão visa analisar através de artigos científicos, de forma integrativa, como o comportamento alimentar e a autoeficácia influenciam no tratamento da obesidade em mulheres adultas. Foram encontrados 1195 artigos na busca inicial. Após leitura de títulos, resumos e aplicação de critérios de exclusão, 20 artigos foram selecionados. Os resultados mostraram que as mulheres obesas que tinham uma maior autoeficácia alimentar para uma alimentação saudável, apresentaram menor IMC, porém uma alta ingestão alimentar pode exceder o gasto energético do indivíduo mesmo que este tenha uma autoeficácia alimentar, contribuindo para um aumento do IMC. Os resultados ainda evidenciaram que a autoeficácia alimentar apresenta como um dos fatores que afetam o comportamento alimentar. Conclui-se que a mudança do comportamento alimentar e da autoeficácia podem contribuir para a perda de peso das mulheres obesas, visto que essas variáveis se mostraram altamente relacionadas com o IMC, bem como com a manutenção de uma alimentação saudável.

¹Graduando em Nutrição – UNIVIÇOSA. e-mail: josygoomes15@gmail.com

²Graduando em Nutrição – UNIVIÇOSA. e-mail: sabrinafaria18@gmail.com

³Docente do Curso de Nutrição – UNIVIÇOSA. e-mail: espeschit_nut@hotmail.com

⁴Docente do Curso de Nutrição – UNIVIÇOSA. e-mail: lucianavieira@univicoso.com.br

⁵Docente do Curso de Nutrição – UNIVIÇOSA. e-mail: elieneviana@univicoso.com.br

Palavras-chave: Adiposidade, efetividade, hábitos alimentares

Abstract: *Obesity is characterized by the abnormal or excessive accumulation of fat causing health damage. There are multiple factors, such as the interaction of genes, the environment, the lifestyle and the emotional factors. Considering that self-efficacy may be associated with weight loss and eating behavior in obese women, the work in question aims to analyze through scientific articles, in an integrative way, how eating behavior and self-efficacy influence the treatment of obesity in adult women 1195 articles were found in the initial search. After reading titles, abstracts and applying exclusion criteria, 20 articles were selected. The results showed that obese women who had a higher food self-efficacy for a healthy diet, had a lower BMI, but a high food intake may exceed the individual's energy expenditure even if the individual has a food self-efficacy, contributing to an increase in BMI. The results also showed that food self-efficacy is one of the factors that affect eating behavior. It is concluded that the change in eating behavior and self-efficacy can contribute to the weight loss of obese women, since these variables were shown to be highly related to BMI, as well as the maintenance of a healthy diet.*

Keywords: *Adiposity, eating habits, effectiveness*

INTRODUÇÃO

A obesidade é uma doença de nível mundial, considerada como uma epidemia, acarretando consigo doenças relacionadas à alimentação (MUNHON; MIGOTT, 2017). O sobrepeso e a obesidade são caracterizados pelo acúmulo anormal ou excessivo de gordura acarretando prejuízos à saúde do indivíduo. O Índice de Massa Corporal (IMC) é um dos parâmetros

utilizados para classificar sobrepeso e obesidade em adultos (WHO, 2016).

No Brasil, de acordo com a pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) realizada pelo Ministério da Saúde em 2018 a obesidade atinge 19,8% da população, sendo mais expressiva no sexo feminino (20,7%) comparado ao sexo masculino (18,7%) (BRASIL, 2019). Múltiplos são os fatores que contribuem para o desenvolvimento da obesidade, como a interação de genes, ambiente, estilos de vida, fatores emocionais e alimentares (ABESO, 2016).

Em relação ao consumo alimentar das famílias brasileiras, o mesmo é fundamentado em uma dieta a base de arroz e feijão, havendo um aumento do consumo de industrializados e queda na ingestão frutas e legumes, o que contribui para o aumento dos índices de sobrepeso e obesidade (IBGE, 2010). Ainda, dentre os determinantes que interferem negativamente na adoção de hábitos alimentares saudáveis, têm-se o custo dos alimentos, fatores comportamentais como falta de motivação para deixar de consumir alimentos considerados não saudáveis, assim como a falta de tempo e de conhecimento (LINDEMANN; OLIVEIRA; MENDOZA-SASSI, 2016).

As escolhas alimentares são influenciadas pelas crenças, pensamentos, sentimentos e comportamentos relacionados aos alimentos, e estes fatores podem ter associações positivas nos hábitos alimentares (PINA et al., 2018). Matias e Fiore (2010) definiram o comportamento alimentar como um conjunto de procedimentos realizados desde o momento da aquisição do alimento até a ingestão, assim como tudo que seja pertinente a ele (VAZ; BENNEMANN, 2014).

O comportamento alimentar inadequado e a insatisfação com a imagem corporal estão presentes em grande parte da população, independente do seu estado nutricional, porém, há maior incidência em indivíduos com sobrepeso e obesidade e maior prevalência no sexo feminino em relação ao sexo masculino (SANTOS; POOL; MOLZ, 2016). A fixação pela magreza pode levar o indivíduo a problemas comportamentais, como restrições e transtornos alimentares, que estão associados ao comprometimento da saúde (SOIHET; SILVA, 2019). Assim, é de suma importância a abrangência de estudos dos determinantes do comportamento alimentar, sendo este, um estímulo para a transição de conhecimentos científicos da nutrição para as práticas alimentares, no processo de intervenção destes pacientes (TORAL; SLATER, 2007).

A autoeficácia é definida como a crença que o indivíduo tem sobre sua capacidade de realizar uma determinada ação em busca de um determinado resultado, considerando o empenho deslocado para alcançá-lo e a persistência para permanecer diante às dificuldades e desafios (BANDURA, 1977). As crenças de autoeficácia e baixa autoeficácia influenciam como os obstáculos são vistos. Indivíduos com crenças de autoeficácia esperam obter resultados favoráveis diante de seus esforços e já aqueles com crenças de baixa autoeficácia contentam-se diante de pequenos esforços desistindo facilmente perante as dificuldades (BANDURA, 2004). Dentre os maiores desafios enfrentados pelas pessoas que buscam a redução de peso, encontra-se a dificuldade em seguir os programas de controle de peso, uma vez que, este requer alterações alimentares e no estilo de vida (JANE, et al., 2015).

Considerando que a autoeficácia pode estar associada com a perda peso e com o comportamento alimentar de mulheres adultas

obesas, o trabalho em questão visa revisar a literatura indexada, de forma integrativa, sobre a influência do comportamento alimentar e da autoeficácia na obesidade de mulheres adultas.

MATERIAL E MÉTODOS

O projeto foi submetido e aprovado pelo Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão do Centro Universitário de Viçosa – FAVIÇOSA/UNIVIÇOSA, sob o número de protocolo 530.2019.02.01.14.03.

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura baseada na análise de artigos sobre o comportamento alimentar e autoeficácia alimentar em mulheres adultas obesas. Os artigos foram selecionados por meio de busca nas bases de dados PubMed (Scielo, Medline) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram usadas as seguintes palavras-chave e suas combinações em português e inglês “Autoeficácia alimentar”, “Excesso de peso” e “Mulher” e suas associações “Autoeficácia alimentar AND Excesso de peso AND Mulher”, “Autoeficácia alimentar AND Mulher”, “Excesso de Peso AND Mulher” e “Autoeficácia alimentar AND Excesso de peso”.

Nesta revisão foram incluídos artigos originais publicados em português e inglês, nos últimos dez anos, assim como, artigos importantes encontrados fora do período que abordaram o tema, tendo como desfecho a autoeficácia alimentar em mulheres obesas.

Após pesquisas nas bases de dados, foram identificados 1195 artigos. Posteriormente fez-se uma análise por título para exclusão de artigos repetidos, revisões bibliográficas e restaram 98 artigos. Na terceira etapa, foi feita a seleção de trabalhos publicados, sendo estes, selecionados por três ava-

liadores que decidiram sobre a inclusão com base nos critérios de elegibilidade, restando 20 artigos. Cada avaliador, de modo independente, decidiu por “inclusão” ou “exclusão” e os resultados discrepantes foram reavaliados pelos avaliadores. Para compor esta revisão, selecionaram-se os 20 estudos, publicados entre 2002 e 2019. Assim, para extração dos dados dos artigos, foi elaborada uma tabela contendo as seguintes informações: autores, ano de publicação, objetivo do estudo, principais resultados e conclusão do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desenvolver o senso de autoeficácia alimentar em mulheres obesas é um preditor significativo para redução de peso (SHIN et al., 2011). Um estudo realizado por Pinto et al. (2002) com mulheres tratadas para o câncer de mama nos últimos dez anos, demonstrou que mulheres com excesso de peso apresentaram baixa autoeficácia

Byrd-Bredbenner, Abbot e Cussler (2010) ao examinarem os principais conceitos da teoria cognitiva social no contexto das atividades relacionadas às refeições de 201 mães com excesso de peso, comparando o comportamento alimentar e IMC daquelas que obtiveram maior e menor pontuação nesses conceitos, revelaram que mulheres com maior autoeficácia alimentar consumiam dietas mais saudáveis, gostavam mais de atividades relacionadas com alimentação, tinham o hábito da leitura de rótulos dos alimentos e quase não desfrutavam de assistir à televisão durante o jantar. Já, as mulheres com baixa autoeficácia em uma alimentação saudável tenderam a ter o IMC mais alto devido à maior ingestão de calorias, estresse, menor planejamento das refeições e tendiam a acreditar que a dieta tinha pouco impacto sobre a saúde.

Póinhos, Oliveira e Correia (2013), em seu estudo, ao avaliarem as várias dimensões do comportamento alimentar principalmente no que envolve a autoeficácia alimentar, identificaram que as mulheres que apresentaram autoeficácia tinham menor IMC, o que estava relacionado ao maior controle sobre comer, o que se traduz em alta autoeficácia alimentar.

Contraopondo os achados de Póinhos, Oliveira e Correia (2013), Clum et al. (2013) ao explorarem as associações entre sintomas depressivos e IMC em mulheres obesas, observaram que mulheres com maior autoeficácia alimentar tinham maior IMC, desfecho este, que pode ser explicado devido a um viés de mensuração, no qual os autores buscaram avaliar a eficácia para executar métodos que visem uma alimentação saudável, ao invés da eficácia das mulheres para evitar alimentos não saudáveis, assim o mesmo conclui que, o hábito de evitar alimentos não saudáveis pode ser mais pertinente ao IMC do que o consumo de alimentos saudáveis.

Neste mesmo ponto de vista, Ovaskainen et al. (2015) apontaram que o padrão alimentar saudável foi uma condição contribuinte para o aumento do IMC nas mulheres avaliadas e, tal associação, de acordo com autor, pode se justificar devido às tentativas das mulheres obesas em seguir um plano alimentar adequado. Ovaskainen et al. (2015) ainda enfatizam que uma maior autoeficácia resulta em um padrão alimentar saudável, mas a alta ingestão alimentar pode, facilmente, exceder o gasto de energia, mesmo dentro de um padrão alimentar saudável.

Diante dos estudos selecionados, as mulheres obesas que tinham uma maior autoeficácia alimentar para uma alimentação saudável, apresentaram menor IMC, porém uma alta

ingestão alimentar pode exceder o gasto energético do indivíduo mesmo que este tenha uma autoeficácia alimentar, contribuindo para um aumento do IMC. Ainda ficou evidenciado que a autoeficácia alimentar apresenta como um dos fatores que afetam o comportamento alimentar das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança do comportamento alimentar e da autoeficácia podem contribuir para a perda de peso das mulheres obesas, visto que essas variáveis se mostraram altamente relacionadas com o IMC, bem como com a manutenção de uma alimentação saudável.

Essa revisão demonstra a importância da autoeficácia alimentar para perda de peso de mulheres obesas, uma vez que, aquelas que eram capazes de acreditar em suas capacidades para manter uma alimentação saudável apresentaram um menor IMC. Contudo, uma maior autoeficácia pode influenciar o aumento do IMC, visto que, caso haja uma alta ingestão alimentar, mesmo sendo restrita a alimentos saudáveis, essa pode exceder o gasto energético do indivíduo.

Sendo assim, diante dos resultados apresentados nesse estudo, pode-se sugerir o estímulo à autoeficácia como tratamento da obesidade em mulheres. Ressalta-se, então, a necessidade da presença de uma equipe multiprofissional para auxiliar na construção e adesão de práticas alimentares saudáveis, assim como, desenvolver a capacidade da mulher em acreditar em si mesma fazendo com que os obstáculos sejam mais facilmente enfrentados, permitindo alcançar melhores resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BYRD-BREDBENNER, C; ABBOT, J. M.; CUSSLER, E. Relationship of social cognitive theory concepts to mothers' dietary intake and BMI. **Maternal & Child Nutrition**, v. 7, n. 3, p. 241–252, 2010. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21689267>>. Acessado em: 06/01/2020.

CLUM, G. et al. Associations between depressive symptoms, self-efficacy, eating styles, exercise and body mass index in women. **Journal of Behavioral Medicine**, v. 37, n. 4, p. 577–586, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/255735212_Associations_between_depressive_symptoms_self-efficacy_eating_styles_exercise_and_body_mass_index_in_women>. Acessado em: 09/01/2020.

OVASKAINEN, M. L. et al. Perceived health-related self-efficacy associated with BMI in adults in a population-based survey. **Scandinavian Journal of Public Health**, v. 43, n. 2, p. 197–203, 2015. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25586112>>. Acessado em: 10/01/2020.

PINTO, B. M. et al. Motivation to Modify Lifestyle Risk Behaviors in Women Treated for Breast Cancer. **Mayo Clinic Proceedings**, v. 77, n. 2, p. 122–129, 2002. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11838645>>. Acessado em: 08/01/2020.

POÍNHOS, R.; OLIVEIRA, B. M. P. M.; CORREIA, F. Eating behaviour patterns and BMI in Portuguese higher education students. **Appetite**, v. 71, p. 314–320, 2013. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24045208>>. Acessado em: 06/01/2020.

SHIN, H. et al. (2011). Self-efficacy improves weight loss in overweight/obese postmenopausal women during a 6-month weight loss intervention. **Nutrition Research**, v. 31, n. 11, p. 822–828, 2011. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22118752>>. Acessado em: 07/01/2020.

CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A EXPERIÊNCIA DE CAROLINA M. BORI NO CENAFOR

Flávia Maria da Silva Carmo¹, Sérgio Domingues²

Resumo: *A Análise do Comportamento (AC) é uma teoria que estuda o comportamento humano a partir da interação do organismo com o ambiente no qual está inserido para assim entender como o ambiente determina seus comportamentos. Por sua vez, a Psicologia da Educação é uma área da Psicologia que tem como foco a produção de conhecimentos sobre os fenômenos psicológicos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. A seleção de respostas operantes por suas consequências está na base do processo de educação, que por sua vez depende da promoção de contingências que facilitem a aprendizagem. Porém, para ensinar é necessário que os futuros docentes adquiram as habilidades necessárias para programar as contingências facilitadoras da aprendizagem. Esse trabalho teve como objetivo investigar como a Análise do Comportamento pode contribuir para a formação de professores a partir da experiência da Psicóloga Carolina Martuscelli Bori, no CENAFOR – Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional. Nossa hipótese é que a Análise do Comportamento contribuiu apontando caminhos teóricos, além de propor modelagens por aproximações sucessivas e o uso do reforço positivo, para o desenvolvimento de práticas eficientes a serem incorporadas ao repertório pedagógico dos professores. O trabalho foi desenvolvido com base em uma revisão bibliográfica integrativa sobre a AC e como Carolina M. Bori a utilizou no processo de formação de professores no CENAFOR. O *currículum vitae* lattes da professora Carolina M. Bori, registrado na plataforma Lattes do CNPq, também foi estudado para traçar*

¹Graduando em Psicologia – UNIVIÇOSA. e-mail: fmcarmo@ufv.br

²Docente do curso de Psicologia – UNIVIÇOSA. e-mail: sergiodominguess@univicosacom.br

sua trajetória profissional como formadora de professores. O material bibliográfico estudado corrobora nossa hipótese. A AC tem importantes contribuições para a formação de professores de ensino fundamental porque permite que esses examinem suas práticas pedagógicas e tragam para a sala de aula um melhor entendimento das contingências do processo ensino-aprendizagem. A identificação das condições antecedentes e consequentes, bem como do estabelecimento de objetivos precisos e relevantes para o ensino são fatores importantes para se atingir os comportamentos esperados dos alunos e para que esses comportamentos sejam mantidos.

Palavras-chave: Análise de Contingências em Programação de Ensino, Behaviorismo Radical; Frederic Burrhus Skinner, Instrução Programada, Modelagem do Comportamento por Aproximações Sucessivas

Abstract: *Behaviour Analysis (BA) is theory that studies human behaviour considering the interaction of individuals with the environment in which they are to understand how the environment determines their behaviour. In turn, Educational Psychology is a field of Psychology that focuses on the production of knowledge about the psychological phenomena involved in the teaching-learning process. The selection of operative responses for their consequences is at the base of the education process, which in turn depends on the promotion of contingencies that facilitate learning. However, to teach future teachers must acquire the necessary skills to build contingencies that ease learning. Thus, this work aimed to investigate how Behavior Analysis can contribute to the training of teachers from the experience of Psychologist Carolina Martuscelli Bori, at CENAFOR - National Center for the Improvement of Personnel for Professional Training. We hypothesise that Behavior Analysis contributed by pointing out theoretical paths, in addition to proposing modelling by successive approximations and the use*

of positive reinforcement, for the development of efficient practices to be incorporated into the teachers' pedagogical repertoire. These work was developed based on an integrative bibliographic review on CA and how Carolina M. Bori used it in the process of teacher training at CENAFOR. The curriculum vitae lattes of professor Carolina M. Bori, registered on CNPq's Lattes platform, was also studied to trace her professional career as a teacher trainer. The bibliographic material studied corroborates our hypothesis. CA has important contributions to the training of elementary school teachers because it allows them to examine their pedagogical practices and bring to the classroom a better understanding of the contingencies of the teaching-learning process. The identification of antecedent and consequent conditions, as well as the establishment of precise and relevant objectives for teaching, are important factors to achieve the expected behaviours of students and for these behaviours to be maintained.

Keywords: *Contingency Analysis in Teaching Programming, Frederic Burrhus Skinner, Modeling Behaviour by Successive Approximations; Radical Behaviorism*

INTRODUÇÃO

Skinner define a educação como uma instituição social que modula o comportamento do indivíduo à semelhança de outras como a igreja, o governo e a família. Porém, para ele, a educação se particulariza uma vez que promove “ o estabelecimento de comportamentos que serão vantajosos para o indivíduo e para outros em algum momento futuro” e ainda acrescenta que “A educação dá ênfase à aquisição do comportamento em lugar de sua manutenção (Skinner, 1953/2003, p.437). Zanotto (2000) enfatiza que para Skinner a educação tem também o papel de promover a sobrevivência da cultura dos indivíduos e de se contrapor ao controle exercido

pelas demais agências.

O resultado desejado da educação é então a formação de indivíduos que sejam pensadores críticos, capazes de se autogerir. Para Rodrigues e Janke (2012) ao professor cabe o planejamento das contingências nas quais se dará o processo de ensino-aprendizagem. Deve, portanto, planejar e executar técnicas e procedimentos que favoreçam esse processo, iniciando pela investigação do repertório de conhecimentos dos seus alunos e culminando com a avaliação da sua aprendizagem. Para isso deve determinar os objetivos intermediários e final, além de definir conteúdos, materiais e procedimentos de ensino que sejam condizentes com os objetivos estabelecidos e que contribuam eficientemente para sejam atingidos. Assim, segundo a perspectiva dos autores citados acima, fica claro que o professor deve utilizar estratégias didático-pedagógicas em consonância com os princípios e conceitos da Análise do Comportamento (AC).

A partir da experiência de Carolina Martuscelli Bori como programadora de ensino no CENAFOR nos propusemos a investigar como a AC contribuiu para a formação de professores no Brasil a partir dos anos de 1960. Nossa hipótese é que a AC pode contribuir para formação de professores por meio da adoção de modelagem por aproximações sucessivas e da prática da análise de contingências na programação de ensino.

MATERIAL E MÉTODOS

Tomou-se como objeto de estudo o material produzido por Carolina M. Bori para o curso “Processo ensino- aprendizagem: curso programado individualizado para treinar professores a programar suas disciplinas” (CENAFOR 1980) para identificar

como AC pode contribuir para a formação de professores. Para complementar nossa discussão utilizamos também artigos mais significativamente pertinentes aos assuntos AC e a Instrução Programada recuperados na pesquisa bibliográfica. E por fim, analisamos o *curriculum vitae* da professora Carolina Bori, disponível na Plataforma Lattes do CNPq (<http://lattes.cnpq.br/2906431146606945>), em busca de informações sobre sua trajetória profissional como psicóloga atuante na linha de Análise Experimental do Comportamento e na formação de professores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Carolina M. Bori foi uma pedagoga com doutorado em Psicologia, especificamente na área de Psicologia Comportamental e que dedicou sua vida a construir no Brasil a área de estudos em Psicologia. Carolina Bori exerceu grande influência em uma extensa produção de programas e materiais instrucionais, auxiliando a desenvolver uma quantidade significativa de materiais voltados para cursos e programas de formação de professores. Auxiliou na construção de vários laboratórios de Psicologia experimental, como na UnB e na USP, e integrou comitês científicos na Capes e no CNPq, além de sociedades civis, como a SBPC.

No CENAFOR, criado em 1961 e extinto em 1986, Bori produziu materiais didáticos para curso de formação de professores voltados para o ensino técnico. Nesses cursos, utilizou como ferramenta didática principalmente a Instrução Programada e adotou nesse material a Análise do Comportamento como pano de fundo para a abordagem por aproximações sucessivas. Os cadernos do CENAFOR, um dos poucos materiais ainda disponíveis sobre o trabalho de Bori nesse órgão do MEC, tem 3 volumes. O primeiro deles parte da análise de contingências no contexto do professor ao

dar aulas expositivas, prepara-o para estabelecer objetivos claros visando comportamentos esperados a serem atingidos. No segundo caderno, são abordadas as práticas durante a preparação e a execução de exercícios escritos e no terceiro caderno, o professor é exposto tarefas e exercícios relacionados à programação das suas aulas.

Todo esse material construído sobre os pilares teóricos da análise do comportamento traz atividades práticas que vão sendo realizadas paulatinamente pelo aluno-professor dentro da atmosfera da sala de aula; fazendo com que ele analise cuidadosamente as situações que ocorrem no seu dia-a-dia e que moldam seu comportamento enquanto professor. O cenário produzido por Bori para esse curso inclui além das pessoas que integram a comunidade escolar, também os materiais disponíveis e como são utilizados como recursos didáticos. Por outro lado, e de forma semelhante, as tarefas e exercícios fazem com que o professor-aluno perceba que os seus comportamentos influenciam diretamente os comportamentos dos estudantes e podem alterar os resultados finais que desejam ser alcançados. Nesse processo, vão sendo introduzidos conceitos de análise de contingências, reforços positivos e aversivos, comportamentos antecedentes e consequentes, objetivos instrucionais, etc.

Segundo Nale (1998) uma das principais contribuições de Carolina Bori para a formação de professores no Brasil foi a introdução da ideia de que ao se programar qualquer aula, seja ela expositiva ou de exercícios, é necessário que sejam estabelecidos claramente, como objetivos a serem atingidos, quais comportamentos se espera dos estudantes. Essa ideia é derivada diretamente da AC e da própria concepção de Skinner sobre o que é ser um professor e como ele deve agir para promover a aprendizagem eficiente.

No transcorrer dos 3 cadernos do curso, fica claro que

a Instrução programada dá liberdade ao sujeito para que ele aprenda no seu ritmo, podendo atingir 100% de aproveitamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AC pode contribuir para a formação de professores na medida em que os auxiliam a analisarem seus próprios comportamentos e os ensinam a estabelecerem objetivos claros como respostas que esperam de seus alunos ao planejar suas aulas. A partir dessa análise os professores podem alterar seus comportamentos para ampliar o alcance do seu trabalho de ensinar e tornar a aprendizagem dos estudantes mais efetiva.

Também é contribuição da AC à educação a modelagem de comportamentos por aproximações sucessivas e a adoção de um sistema de ensino individualizado, que permite ao estudante avançar no seu próprio ritmo, com 100% de aproveitamento.

Todas essas possibilidades de contribuição da AC para a educação estão presentes nos cadernos do CENAFOR para o curso programado de individualizado para treinar professores de 2º grau a programar suas aulas, produzidos sob a supervisão de Carolina Bori.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NALE, Nivaldo. Programação de Ensino no Brasil: o Papel de Carolina Bori. *Psicol. USP*, São Paulo, v.9,n. 1,p. 275-301, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000100058&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 13 de outubro de 2020. [http:// dx.doi.org/10.1590/S0103-65641998000100058](http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65641998000100058).

SKINNER, Buhrrus Frederic. (2003). **Ciência e**

comportamento humano. Tradução de João Carlos Todorov e Rodolfo Azzi. - 11^a ed. São Paulo: Martins Fontes.

RODRIGUES, Maria Ester & JANKE, Juliana Cristina. O papel do professor na proposta da análise do comportamento. **Revista Faz Ciência.** v. 16, n. 23, p. 143-159. Jan/Jun 2012.

ZANOTTO, Maria de Lourdes Barra. Formação de professores: A contribuição da análise do comportamental. São Paulo, SP: EDUC, 2000. 183p.

ZANOTTO, Maria de Lourdes Barra. Subsídios da Análise do Comportamento para a formação de professores. *In:* HÜHNER, Maria Martha C E MANNOTTI, Miriam (Org) **Análise do Comportamento para a Educação: Contribuições recentes.** 13 ed. Santo André, SP: ESETec Editores Associados. 2004. P. 33-48.

CORONAVÍRUS SEM DIREITO A QUARENTENA: QUEM VAI PROTEGER OS TRABALHADORES DE PLATAFORMA DO VÍRUS E DA “PANDEMIA DOS BICOS”?

Bruno Vieira Corrêa da Silva¹, Ângela Barbosa Franco²

Resumo: Devido à pandemia do Covid-19, houve um aumento do consumo de serviços, via aplicativos virtuais, para se evitar o deslocamento, o contato social e a propagação da doença. Nesse cenário, muitos trabalhadores se vincularam às plataformas digitais de tarefas *on demand*, especialmente as de *delivery*, apesar do risco iminente da contração da doença, defronte a oportunidade de trabalho e de auferir renda. Apesar de as plataformas digitais firmarem contratos como se os prestadores de serviços fossem independentes, paradoxalmente, eles estão sujeitos às regras ou ao controle das empresas-plataforma, às avaliações dos usuários e às sanções do empreendimento virtual. A vulnerabilidade do trabalhador vis-à-vis ao desemprego, obriga-o a conviver com o temor de se tornar uma vítima da pandemia, posto que precisa trabalhar para prover seu próprio sustento e de sua família. A celeuma é que o contexto laboral desguarnece o ser humano de condições dignas de trabalho e evidencia a indiferença do Poder Público e da sociedade. Sob essa perspectiva, este *paper*, amparou-se em uma revisão bibliográfica para destacar as condições precárias dos trabalhadores, que não têm proteção legal, mas realizam trabalho, com subordinação, para as empresas de aplicativos como *Ubereats* e *iFood*.

Palavras-chave: Covid-19, descaso social, hipossuficiência, precariedade, trabalho *gig*

¹Graduando em Direito no Centro Universitário de Viçosa / UNIVIÇOSA. e-mail: brunovieira.jornalismo@gmail.com

²Professora da disciplina de Direito do Trabalho do Centro Universitário de Viçosa / UNIVIÇOSA. e-mail: catfranco20@hotmail.com

Abstract: *Due to the Covid-19 pandemic, there was an increase in the consumption of services, via virtual applications, to avoid displacement, social contact and the spread of the disease. In this scenario, many workers joined the digital platforms for on-demand tasks, especially delivery, despite the imminent risk of contracting the disease, facing the opportunity to work and earn income. Although digital platforms sign contracts as if independent service providers, paradoxically, they are subject to the rules or control of the platform companies, to user evaluations and to the sanctions of the virtual enterprise. The vulnerability of the worker vis-à-vis unemployment, forces him to live with the fear of becoming a victim of the pandemic, since he needs to work to provide for himself and his family. The stir is that the work context keeps human beings from dignified working conditions and shows the indifference of the Public Power and society. From this perspective, this article was supported by a bibliographic review to highlight the precarious conditions of workers, who do not have legal protection, but do work, with subordination, for application companies such as Uber eats and iFood.*

Keywords: *Covid-19, gig work, hyposufficiency, precariousness, social negligence*

INTRODUÇÃO

O trabalho *gig*, apesar de ser formalizado como um contrato autônomo em que o prestador de serviços tem a liberdade para decidir o tempo que pretende ficar à disposição dos aplicativos, é fortemente controlado pelas empresas-plataforma. Esse controle decorre de várias condutas estabelecidas pelo empreendimento virtual como: imposição de um número mínimo de entregas, utilização de caixas com a logo da plataforma, determinação do valor do serviço, monopólio da relação de clientes, aplicação de penalidades

ao trabalhador, obtenção exclusiva das avaliações feitas pelos usuários sobre os serviços prestados, definição de qual trabalhador será acionado para prestar os serviços, dentre outros. Tais constatações desvelam fortes indícios de um trabalho subordinado, desprovido de normas que resguardem a saúde e segurança no trabalho, bem como a tratamentos de saúde e cobertura previdenciária.

Como forma de minimizar a dispersão do Covid-19, além da obrigatoriedade do uso de máscaras e limitação da utilização de espaços públicos, os governantes estabeleceram diferentes medidas de isolamento social, inclusive *lockdown*. Nesse cenário, prestadores de serviços de *delivery* têm um aumento na demanda dos serviços, contudo, encontram-se expostos ao risco, sem uma tutela legal, ante a necessidade de circulação em diversos locais e em contato com várias pessoas. Com espeque nesse contexto, este *paper* objetiva destacar as condições precárias dos trabalhadores, que não têm reconhecido o vínculo empregatício, mas realizam trabalho para empresas de aplicativos como *UberEats* e *iFood*. Enfatiza-se que o responsável por entregar comida e encomendas é induzido ou obrigado a manter seu serviço, mesmo em situações adversas como a escalada da doença. Apesar de não possuir proteção contra acidentes de trabalho, incluída a contaminação pelo vírus, o prestador de serviços de plataforma virtual atende às solicitações do *app* para auferir renda e não ser desvinculado por inação. Dessa forma, fica exposto a contaminação caso contrário, corre o risco de ser descredenciado da plataforma ou mal avaliado pelos usuários, enfrentando outro risco: de perder seu meio de vida.

Perante essas constatações, presume-se o descaso da sociedade e do Estado que, apesar de beneficiada com a prestação de serviços ofertada pelos aplicativos virtuais, ignora a vulnerabilidade vivenciada pela classe obreira,

exposta à doença, sem equipamentos de proteção adequados, sem treinamento para se evitar o risco, sem amparo caso necessite paralisar o serviço quando contaminado.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica, cuja investigação se atém à repercussão da pandemia do Covid-19 na dinâmica laborativa de prestadores de serviços de *delivery* vinculados à plataforma digital. A partir da investigação de fontes secundárias, focada em doutrinas, jurisprudência e notícias da mídia, traçou-se uma narrativa crítica e desveladora da precariedade das condições de trabalho, de quem depende das plataformas digitais para executar serviços de entrega e transporte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A *gig economy* é uma espécie de economia dos “bicos”, baseada na informalidade de trabalhadores, que se vinculam às plataformas digitais, para executar serviços efêmeros aos usuários dos serviços. O fenômeno também é conhecido como “uberização”, no qual o trabalhador, muitas vezes, é falaciosamente classificado como um autônomo, prestador de serviços independentes ou até empreendedor, apesar de subordinado ao controle exercido pelas plataformas digitais. Segundo as empresas, suas plataformas apenas atuam como um instrumento tecnológico, intermediador do contato entre consumidor e o ofertante do serviço, proporcionado por aplicativos e acessados por *smartphones*. Assim, as empresas-plataforma, ao se considerarem uma mera facilitadora do contato entre trabalhador e usuário do serviço, oportunamente se afastam de qualquer responsabilidade trabalhista.

Por não haver relação jurídica definida ou sequer legislada, essa forma de trabalho, supostamente

independente, de prazo curto para concretização do serviço, constitui o *crowdwork*. Trata-se de um trabalho realizado por uma multidão de prestadores de serviços, cuja grande oferta de trabalhadores garante o acesso rápido e a baixo custo do trabalho. Nesta pesquisa, o *crowdwork* é analisado como uma forma de prestação *on demand*, por demanda, via aplicativos. Serve para unir organizações e indivíduos, através da *internet*, conectando clientela e trabalhadores mundo afora (ALOISI e DE STEFANO, 2018). No caso dos serviços de transporte, as empresas-plataforma não precisam se preocupar com gastos de combustível, tampouco a manutenção do veículo, já que é de propriedade do motorista ou alugado. Também não há qualquer tipo de preocupação com regras relativas à concessão de intervalos para descanso e alimentação, dentre outras medidas capazes de preservar a saúde de quem dirige. Assim, os custos das empresas-plataforma se resumem ao desenvolvimento e à manutenção do empreendimento virtual, do controle remoto de dados e dos pedidos dos clientes. Não há o ônus decorrente de vínculos empregatícios, conseqüentemente, as empresas auferem parte do lucro do trabalho prestado, sem assumir o risco proveniente de uma relação de emprego. Acontece que, muitas vezes, as atividades contratadas por intermédio da plataforma desvelam-se como autênticas relações de emprego, devido à existência de um trabalhador, pessoa física, que executa seu ofício de forma pessoal, não-eventual, subordinada e onerosa. Com as mesmas características de um empregado formal, os trabalhadores de plataformas virtuais têm negado seu *status* de empregado, inclusive são obrigados a ampliar o tempo de trabalho, sem poder definir preço, além de dependerem da plataforma para receber a ordem de serviço. Esse processo de “uberização” dificulta a definição do vínculo, posto que ocorre de forma quase invisível, individualmente, nominado como uma mera “prestação de serviços”. Ao mesmo tempo, esconde uma relação de emprego e a exploração do labor humano,

fruto das últimas décadas em que o processo do trabalho intensificou a flexibilização da lei, bem como a terceirização e informalidade (ANTUNES, 2020).

A jurisprudência brasileira sobre a temática é flutuante e se divide em posicionamentos em que o trabalhador ora se caracteriza como empregado e ora se caracteriza um autônomo (LEME, 2019). Por trás desta relação conflituosa, ocorre um tipo de panexploração na relação de trabalho, pelo uso do *marketing* da economia colaborativa e cooperação social. A ideia é esconder a realidade e sonegar direitos trabalhistas, em um ambiente de capitalismo cognitivo e tecnológico (LEME, 2019). A *Uber* e as empresas do setor pregam que são apenas intermediadoras eletrônicas, via *app* de serviços em *smartphones*, com o escopo de afastar o elemento nuclear da relação de emprego: a subordinação (DELGADO, 2019).

O que se vislumbra, na prática, são plataformas digitais que controlam, através de seus algoritmos, as “corridas” dos motoristas ou as entregas dos ciclistas (CONAFRET, 2020). As empresas-plataforma recebem os pedidos e os pagamentos via cartão de crédito, ademais retêm uma porcentagem do pagamento e repassa o restante ao trabalhador. Este é classificado, por meio da opinião dos clientes, e deve cumprir uma série de exigências e metas estabelecidas pelas empresas. Se não cumpridas, o trabalhador é desligado. Apesar do controle e do lucro, as empresas não se responsabilizam pelos riscos da atividade, da manutenção dos equipamentos, ou sequer se preocupam em adotar medidas que resguardem a saúde do trabalhador.

Por ser um fenômeno mundial, os trabalhadores da economia do bico estão, pela conjuntura atual, expostos ao risco de contaminação pelo Covid-19. Nesse sentido, a Nota Técnica nº 01/2020 do Ministério Público do Trabalho elenca

importantes pontos a serem considerados na proteção dos trabalhadores de plataforma durante a pandemia. Defende que as empresas de transporte de passageiro e de mercadoria, por plataforma digital, têm responsabilidade objetiva por acidente de trabalho, incluindo consequências da contaminação por Covid-19 (BRASIL, 2020).

A sociedade e poder público necessitam atentar-se para o fato que os trabalhadores de plataforma, especialmente os que realizam *delivery*, têm papel de grande relevância no isolamento social. Eles permitem que as pessoas tenham a comodidade de receberem o que precisam, sem sair de casa, conforme recomendado pelos especialistas da área de saúde. É preciso reconhecer que tais trabalhadores ficam expostos ao contágio do Covid-19 e, em razão disso, necessitam ser tutelados pelo Estado e amparados pelas plataformas a que se vinculam. Uma visão sensível ao problema, vislumbra-se na ação civil pública, movida pelo Ministério Público do Trabalho em face da *Uber do Brasil Tecnologia LTDA*, na cidade de São Paulo. A juíza Josiane Grossl determinou, liminarmente, que a empresa conceda uma assistência financeira para os entregadores da plataforma *UberEats* quando precisem paralisar seus serviços em razão de contaminação pela Covid-19 ou por integrarem o grupo de risco. Ademais, decidiu que a empresa deve adotar medidas efetivas para orientar os trabalhadores na prevenção de contaminação pelo coronavírus, bem como exigiu a distribuição de produtos e equipamentos necessários à proteção e desinfecção, dentre outras medidas (BRASIL, 2020). Essa decisão repercutiu no cenário dos serviços via *app*. O *iFood* divulgou o compromisso de dar assistência financeira, por 14 dias, aos entregadores diagnosticado com o vírus, dentre outras iniciativas (PICHONELLI, 2020). Mesmo assim, essas medidas protetivas tornam-se utópicas e pouco efetivas se não há fiscalização ou uma lei específica para

os trabalhadores de plataforma, sejam eles trabalhadores autônomos ou empregados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia Covid-19 já provocou mais de um milhão de mortes e outros prejuízos sociais e econômicos em escala global. Nesse ambiente hostil, é fundamental garantir proteção para todos os trabalhadores, inclusive os que prestam serviços como autônomos para as plataformas digitais. Eles estão em situação de vulnerabilidade, não só pelo coronavírus, mas também por serem alijados de direitos trabalhistas e previdenciários. Tal modelo de organização do trabalho deve permitir que os trabalhadores envolvidos negociem em igualdade de condições com as plataformas. Para isso se tornar uma realidade, a legislação precisa se amoldar a fim de dar a tutela necessária a todo trabalhador, independentemente de sua condição como empregado ou autônomo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALOISI, Antonio; DE STEFANO, Valerio. **Fundamental labour rights, platform work and human-rights protection of non-standard workers**. ResearchGate: 18 fev. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/323766255_Fundamental_Labour_Rights_Platform_Work_and_Human-Rights_Protection_of_Non-Standard_Workers>. Acesso em: 20 set. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus (Pandemia Capital)**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. **Tribunal Regional do Trabalho 2^a região**. 73^a Vara do Trabalho de São Paulo. Processo n.º 1000436-37.2020.5.02.0073, 14/04/2020. Disponível em <<https://>

www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/04/ubereatsliminarcovid.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CONAFRET. Ministério Público do Trabalho. Nota Técnica CONAFRET n. 01/2020. Brasília, 19 mar. 2020. Disponível em:<<https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-conafret-coronavirus-01.pdf>>. Acesso em: 10. Ago. 2020.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudencias posteriores**. 18. Ed. São Paulo: LTr, 2019.

LEME, Ana Carolina Reis Paes. **Da máquina à nuvem: caminhos para acesso à justiça pela via de direitos aos motoristas da Uber**. São Paulo: LTr, 2019.

PICHONELLI, Matheus, **Na pandemia, entregadores e Ubers viram soldados no front, mas sem direitos**. in *Tilt*, 19/03/2020, disponível em <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/03/19/como-o-coronavirus-vai-impactar-o-mundo-das-entregas-online.htm/>>, consultado em 19/04/2020.

CRIPTORQUIDISMO UNILATERAL EM GATO: RELATO DE CASO

Laine Maris Varela¹, Tatiana Borges de Carvalho²,
Rosyane Souza Cruzeiro³, Luis Eugênio Franklin Augusto⁴,
Luiz Eduardo Duarte de Oliveira⁵

Resumo: O criptorquidismo é uma afecção que se caracteriza pela ausência de um ou de ambos testículos no escroto, sendo comumente de origem hereditária e pouco relatado em felinos. Nesta espécie a afecção é geralmente unilateral direita tendo sua fertilidade comprometida e o tratamento de eleição consiste na criptorquidectomia e orquiectomia. Foi atendido no Hospital Veterinário do Centro Universitário de Viçosa – UNIVIÇOSA, um animal da espécie *Felis catus*, sem raça definida, macho, de 1 ano e 6 meses de idade, pesando 5,4 kg, com o objetivo de realizar orquiectomia eletiva. Após a realização da anamnese, exame físico e exames complementares a ocorrência de criptorquidismo foi diagnosticada. O presente relato visa relatar o caso de um felino criptorquida submetido a técnica de criptorquidectomia e orquiectomia. Sabe-se que o emprego das duas técnicas é eficiente para solucionar problemas comportamentais e patologias reprodutivas.

Palavras-chave: Cirurgia, criptorquida, felino, testículo

¹Graduanda em Medicina Veterinária – UNIVIÇOSA. e-mail: lainevarelavet@gmail.com

²Professora do curso de Medicina Veterinária – UNIVIÇOSA. e-mail: tatianabcarvalho@yahoo.com.br

³Professora do curso de Medicina Veterinária – UNIVIÇOSA. e-mail: rosyanesc@hotmail.com

⁴Professor do curso de Medicina Veterinária – UNIVIÇOSA. e-mail: luis.efranklin@hotmail.com

⁵Professor do curso de Medicina Veterinária – UNIVIÇOSA. e-mail: luizeduardomedvet@gmail.com

Abstract: *Cryptorchidism is a condition that stands out for the absence of one or both testicles in the scrotum, being commonly of hereditary origin and little reported in felines. In this species, the condition is generally unilateral and its fertility is compromised by the treatment of choice, consisting of cryptorchidectomy and orchiectomy. At the Veterinary Hospital of the University Center of Viçosa - UNIVIÇOSA, an animal of the species *Felis catus*, male, 1 year and 6 months old, weighing 5.4 kg, was carried out, with the objective of performing an elective orchiectomy. After anamnesis, physical examination and complementary exams, the diagnosis of cryptorchidism was closed. The present report aims to report the case of a cryptorchid feline submitted to cryptorchidectomy and orchiectomy. It is known that the use of both techniques is efficient to solve behavioral problems and reproductive pathologies.*

Keywords: *Cryptorchid, feline, surgery, testicle*

INTRODUÇÃO

O criptorquidismo é uma afecção caracterizada pela ausência de um ou ambos os testículos na bolsa escrotal e é comum ser de origem hereditária (MILLER et al., 2004). Ocorre principalmente de forma unilateral, podendo ser bilateral. Normalmente o testículo se encontra na cavidade abdominal próximo ao anel inguinal interno, no anel inguinal ou no subcutâneo externamente ao anel inguinal externo (ZACHARY, 2017).

A apresentação clínica desta afecção nos felinos é comportamental, com a libido exacerbada, com o aumento de vocalizações durante todo o dia e micção em spray (FELUMLEE et al., 2012).

O diagnóstico do criptorquidismo é realizado no atendimento clínico por palpação e quando o testículo se localiza intra-abdominal é difícil de ser palpado, sendo a confirmação realizada por ultrassonografia abdominal (RAMOS E ERBESDOBLER, 2019).

O tratamento para a resolução desta afecção é a criptorquiectomia e a orquiectomia. A aplicação destas técnicas visa solucionar vários problemas comportamentais, prevenção de enfermidades reprodutivas, controle populacional e consequente melhoria física e fisiológica dos felídeos, evitando a perpetuação da anomalia reprodutiva na espécie (MACPHAIL, 2015). Este trabalho teve como objetivo relatar a ocorrência de criptorquidismo unilateral intra-abdominal em um indivíduo felino, macho, sem raça definida, de 1 ano e 6 meses de idade.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Viçosa – UNIVIÇOSA, que atende às resoluções do Colégio Brasileiro de Experimentação Animal (COBEA) e do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), com protocolo número 021.2020.01.01.15.01.

Foi atendido no Hospital Veterinário do Centro Universitário de Viçosa - UNIVIÇOSA, um animal da espécie *Felis catus*, sem raça definida, macho, de 1 ano e 6 meses de idade, pesando 5,4 kg com o objetivo de realizar a orquiectomia eletiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No exame físico o animal apresentava bom escore corporal, encontrava-se alerta, hidratado, com mucosas normocoradas. Foi notado durante a inspeção a ausência do testículo direito na bolsa escrotal, sem presença do testículo no subcutâneo a palpação. Foi realizado o exame ultrassonográfico abdominal e ao exame o testículo ectópico não foi localizado.

Após o diagnóstico presuntivo de criptorquidismo unilateral, o animal foi encaminhado ao setor de cirurgia para a realização de celiotomia exploratória e orquiectomia. Feita a celiotomia retro umbilical, o testículo abdominal foi localizado em região hipogástrica

ventral. O testículo ectópico apresentava-se menor quando comparado com o testículo que se encontrava no escroto, medindo 1,5 cm e 2,0 cm respectivamente.

O testículo ectópico e o testículo normal foram enviados para histopatologia, onde foi observado no testículo normal a preservação dos túbulos seminíferos e das células espermatogênicas, indicando atividade espermatogênica, além da preservação das células de Leydig. No testículo ectópico visualizou-se a ausência de células da linhagem espermatogênica com atrofia dos túbulos seminíferos difusa em estágio avançado. Também foi observada a hiperplasia das células Leydig em grau leve a moderado, em áreas multifocais, além disso os vasos sanguíneos estavam dilatados, caracterizando hiperemia (Figura 1).

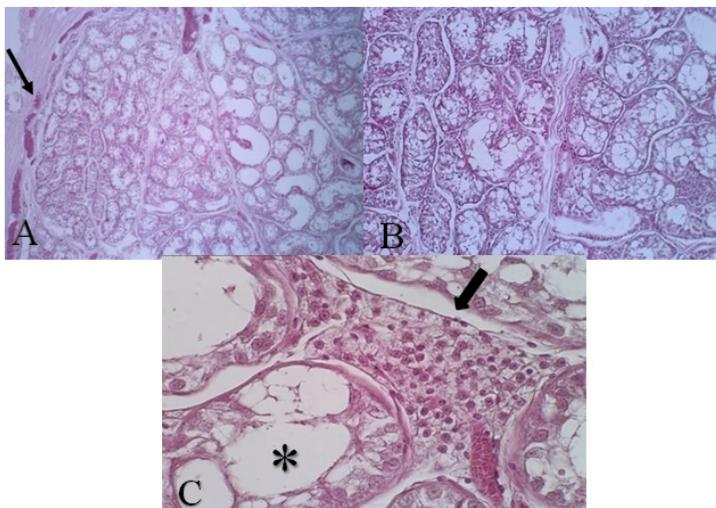


Figura 1. (A) Fotomicrografia do testículo ectópico observada no aumento de 4, onde foi observado cortes transversais e longitudinais de túbulos seminíferos com ausência de células da linhagem espermatogênica, além de vasos sanguíneos dilatados, caracterizando hiperemia (seta). (B) Fotomicrografia no aumento de 10, de cortes transversais e longitudinais de túbulos seminíferos com ausência de células da linhagem espermatogênica. (C) Túbulos com ausência de células espermatogênicas (*) e hiperplasia de células de Leydig (seta grossa).

Nos gatos, o criptorquidismo tem a forma unilateral mais comum, como relatado no caso presente, corroborando com Zachary (2017). No paciente relatado o testículo criptorquídico se encontrava retido na cavidade abdominal em região hipogástrica, discordando da literatura, onde Zachary (2017) afirma que frequentemente em felinos os testículos criptorquídicos ficam retidos próximo a região inguinal.

Felumlee et al. (2012), afirma que apresentação clínica desta afecção nos felinos é comportamental, informação que não é validada com este relato, já que o animal relatado não apresentava alterações comportamentais devido.

A confirmação é realizada por ultrassonografia abdominal segundo Ramos e Erbesdobler (2019), porém essa afirmação não é compatível com o presente relato, pois mesmo com a realização da ultrassonografia não foi possível a localização do testículo criptorquídico.

Histologicamente o testículo ectópico apresenta características semelhantes à hipoplasia ou degeneração avançada do epitélio seminífero, hiperplasia de células de Leydig e degeneração do epitélio germinativo (ZACHARY, 2017), alterações na histopatologia do presente relato concordam com a literatura.

O tratamento para a resolução desta afecção é a criptorquidectomia abdominal, na qual é realizada a remoção do(os) testículo(os) localizado na cavidade abdominal e a orquiectomia na qual realiza-se a remoção do testículo descido pelo acesso a bolsa escrotal (MACPHAIL, 2015). Como não houve a confirmação de que o testículo estava presente na cavidade abdominal pela ultrassonografia, o felino do presente relato passou pelo procedimento de celiotomia exploratória em busca do testículo ectópico e quando encontrado foi realizado a criptorquidectomia abdominal e logo após a orquiectomia do testículo que estava no escroto, de acordo com MacPhail (2015).

CONCLUSÃO

Com este relato foi possível concluir que a utilização da ultrasonografia para descobrir a localização anatômica do testículo ectópico nem sempre é acertiva; o criptorquidismo pode não levar a alterações comportamentais em felinos; a criptorquidectomia e orquiectomia são boas técnicas para a resolução da afecção, em casos que o testículo ectópico se encontra na cavidade abdominal é necessária a celiotomia; quando o testículo é retido na cavidade abdominal, devido a temperatura elevada, ele sofre atrofia de suas células espermatogênicas e conseqüentemente do túbulo seminífero, além do aumento na proliferação das células de Leydig, levando a hiperplasia das mesmas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANKS, W. J. **Sistema reprodutor masculino**. In: Histologia Veterinária Aplicada, São Paulo: Manole, 1992. p. 546-556.

FELUMLEE, A. E.; REICHLE, J. K.; HECHT, S.; PENNINCK, D.; ZEKAS, L.; YEAGER, A.D; LOWRY, J. Use of ultrasound to locate retained testes in dogs and cats. **Veterinary Radiology & Ultrasound**, v. 53, n. 5, p. 581-585, 2012.

MACPHAIL, C.M. Cirurgia dos Sistemas Reprodutivo e Genital. In: FOSSUM, T.W. **Cirurgia de pequenos animais**, 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2015. p.780-855.

MILLER, A. N; VAN LUE, J. S; RAWLINGS, A. C. Use of laparoscopy-assisted cryptorchidectomy in dogs and cats. **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v.224, n.6, p. 875-878, 2004.

RAMOS, P. R. C., ERBESDOBLER, E. D. **Distúrbios comportamentais secundários em um felino criptorquida: relato de caso**. 2019. 19 f. Monografia de conclusão de curso,

Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, Gama, 2019.

ZACHARY, J. F. **Pathologic Basis of Veterinary Disease**. 6 ed. St. Louis, Missouri: Elsevier, 2017, p. 1204-1212.

DO DIREITO A DESCONEXÃO DIGITAL DO TRABALHADOR

Thales Limonge Silva¹, Roberto Camilo Leles Viana²

Resumo: O presente estudo traz à tona um assunto pertinente que faz parte da vida de praticamente todas as pessoas hoje: o mundo digital. No âmbito trabalhista, este trabalho visa apresentar maneiras eficazes de um trabalhador se desconectar digitalmente do seu ambiente de trabalho, preservando assim seus direitos constitucionais, seu convívio social e familiar e sua saúde física e principalmente mental. Foram usados como fontes do presente estudo além das leis brasileiras, doutrinas, artigos nacionais e internacionais que versam sobre o assunto. Deve-se ressaltar a importância da desconexão digital do labor principalmente nos dias atuais, pontuando a relação entre empregador e empregado para o desenvolvimento do trabalho de forma sadia e respeitosa. O intuito deste estudo é indicar os pontos cruciais da relação trabalhista procurando delimitar os direitos e deveres de cada polo, apontando os benefícios e malefícios da decorrência da não desconexão, trazendo ainda soluções aplicadas em outros Países em relação ao assunto pautado. A pesquisa foi exploratória uma vez que visou evidenciar os problemas pertinentes graças ao avanço tecnológico dos meios de comunicação e a relação trabalhista nesse meio impossibilitando a desconexão digital tendo como métodos científicos qualitativos e jurídico teórico considerando a ascensão das demandas trabalhistas referentes ao assunto pautado.

Palavras-chave: Empregado, empregador, dano existencial, teletrabalho, trabalhista

¹Graduado em Direito – UNIVIÇOSA. e-mail: tlimonge87@gmail.com

²Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra - PT, Advogado e Professor da UNIVIÇOSA, e-mail: roberviana@gmail.com

Abstract: *The present study presents a complex and current topic, which is part of the life of practically everyone today: the digital world. In the labor context, this work aims to present effective ways for a worker to digitally disconnect from his work environment, thus preserving his constitutional rights, his social and family life and his physical and especially mental health. Information's from Brazilian laws, doctrines and national and international articles about the cited topic were used as sources in the present study. It should be emphasized the importance of digital disconnection from work, especially nowadays, considering the relationship between employer and employee for the development of work in a healthy and respectful way. The purpose of this study is to indicate the crucial points of the labor relationship, looking to point the rights and duties of each one, pointing out the benefits and harms of the consequence of the non-disconnection. In addition, this study also brings solutions or actions performed in other countries related to this subject. The research was exploratory since it aimed to highlight the problems from the technological advances and the labor relationship in this environment as barrier to achieve digital disconnection, by using qualitative scientific-methods and theoretical legal considering the labor demands related to the studied topic.*

Keywords: *Employer, existential damage, labor, labor, telework*

INTRODUÇÃO

O avanço dos meios de comunicação em tempos de pandemia do Covid-19, evidenciou os problemas pertinentes aos direitos fundamentais do trabalhador levando o teletrabalho, recente modalidade introduzida na reforma trabalhista de 2017 através da Lei 13.467, aos mais diversos setores do mercado tornando importante a discussão em relação a desconexão laboral através dos meios digitais por parte do trabalhador.

A pesquisa foi exploratória e contou com métodos científicos qualitativos e jurídicos teóricos e tem como objetivo apontar os malefícios da não desconexão digital do trabalhador bem como a fragilidade da legislação vigente quanto ao assunto.

MATERIAL E MÉTODOS

Foram usados como fontes do presente estudo além da legislação brasileira, a legislação portuguesa, obras doutrinárias, jurisprudências, artigos nacionais e internacionais que versam sobre o assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Consolidação das leis trabalhistas (CLT) em seu art. 75-B, define o regime de teletrabalho como a prestação de serviços preponderantemente fora das pendências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo (BRASIL. 2017), basicamente, o teletrabalho é a forma do trabalhador prestar determinado tipo de serviço necessário para se configurar a relação de emprego para seu empregador sem a necessidade de estar no espaço físico da empresa.

O empregador, detém o poder diretivo de sua empresa, assim sendo, tal prerrogativa lhe confere a responsabilidade de através de suas decisões, manter o seu negócio rentável e atuante no mercado. Para que isso aconteça, o empregador conta com a mão de obra dispensada pelo empregado na jornada de trabalho.

A Constituição Federal de 1988, limita a jornada de trabalho em 8 horas diárias, podendo ser acrescido através de acordo ou convenção, o máximo de duas horas extras por

dia. Sendo assim, o trabalhador, ao deixar o espaço físico da empresa, se desconecta e passa a exercer outras funções como cuidar da saúde, se relacionar com seu ciclo de amigos e família, ou seja, viver a vida sem estar conectado ao labor, simplesmente descansar.

O teletrabalho trouxe para o empregado a possibilidade de flexibilizar seu horário de trabalho, podendo exercer sua função de dentro de casa, sem precisar por exemplo de enfrentar trânsito diariamente, entretanto, essa forma de trabalho também abriu brecha para que o empregado não se desconecte do seu labor da maneira correta. Além desse regime, deve-se destacar os aplicativos de mensagem instantânea, os grupos criados para comunicação com os funcionários, o sistema remoto que hoje pode ser acessado a qualquer momento e até mesmo pelo celular, enfim, a possibilidade de se desconectar do trabalho ao sair dele foi comprometida, visto que, o acesso ilimitado de qualquer lugar, faz com que, em muitos casos, o empregador faça cobranças excessivas ao seu subordinado em horários que teoricamente antes, não teriam esse tipo de contato.

O excesso de cobrança, a sobrecarga e a não desconexão, levam o trabalhador ao stress em níveis elevados, ou seja, com o tempo, o trabalhador não se desconecta mais, e deixa de ser por exemplo o pai, ou o filho, deixa de cuidar da saúde, se afasta do seu convívio social, e não consegue mais executar nem sua tarefa na empresa com maestria, tão pouco seus desejos pessoais, seus anseios, aquilo que o move, que o faz trabalhar para conseguir, e ai nasce o dano existencial, uma situação de abalo psicológico que além de atingir seu rendimento no trabalho, deteriora as relações pessoais fora dele.

O ponto crucial desse estudo é norteado na possibilidade de o teletrabalho impossibilitar a desconexão digital do trabalhador. “Em suas novas regras sobre o teletrabalho, a

CLT ainda não enfrentou temas candentes como as limitações à tendência de exacerbação da disponibilidade obreira às demandas do trabalho no ambiente virtual e o denominado “direito à desconexão” (DELGADO 2019). Percebe-se aí uma fragilidade da legislação brasileira para com o tema, o que não acontece em países como por exemplo a França, que de acordo com a Revista El País economia, é pioneira em relação a desconexão do trabalhador, no País Europeu, empresas com mais de 50 funcionários, estabelecem em comum acordo com os trabalhadores, horários determinados para o acesso aos sistemas da empresa, sendo assim, em determinado momento do dia, o sistema não libera o acesso para determinado login, haja vista que naquele momento, ele não está em horário de trabalho, ou seja, parte do empregador a criação de meios para garantir a desconexão de seu subordinado.

A Justiça do Trabalho, mesmo com a reforma recente (lei 13.467/17) vem tendo trabalho com as diversas situações controversas graças a fragilidade do texto da lei no que aborda o teletrabalho. A linha tênue, que não está escrita em nenhum livro, abre precedente para entendimentos diversos deixando a discussão ainda mais interessante no campo jurisprudencial.

Diversos tribunais, já entendem que o “home office” possui limites sim, e que, responder e-mails fora do horário de trabalho, manter ligado o telefone corporativo, participar de discussões em grupo de aplicativo de mensagens instantâneas cujo assunto seja relacionado a função, a resultados desempenhados ou esperados e ao trabalho propriamente dito, configuram a falta de desconexão laboral, graças aos métodos tecnológicos nas mãos do trabalhador.

Alimitação da jornada de trabalho, garantindo a desconexão digital do trabalhador, é uma questão de preservação à saúde, desde a condição psicológica do trabalhador, à sua relação com a família, seu convívio social e sua capacidade de conseguir

exercer outras funções diversas, os danos causados pela falta da desconexão digital, desestabilizam qualquer pessoa de maneira até mesmo irreversível quando em níveis extremos. Deve-se ressaltar que os meios digitais de comunicação estão presentes não só no ambiente de trabalho e sim fazendo parte da vida da grande maioria da população, assim sendo, trata-se o dano causado pela falta de desconexão digital na seara trabalhista, ou seja, todo contato que a pessoa tem com o recurso digital para se manter através dele conectado ao trabalho e desconectado a sua vida social.

Além do dano existencial, já se percebe o aumento de demandas trabalhistas no que tange o assédio moral. Estão elencados no art. 483 da CLT as situações pelas quais o empregado tem o direito de alegar assédio moral podendo considerar o contrato rescindido e pleitear indenização. Quando for tratado com rigor excessivo, quando na execução de tarefa designada correr perigo, quando o empregador deixar de cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de trabalho, lesar a honra e boa fama ou ofender fisicamente (salvo em caso de legítima defesa própria ou de outrem) o empregado ou pessoas da sua família. Passível também quando o empregador reduz o trabalho do empregado afetando os valores do seu salário. “O assédio moral, a seu turno, define-se como a conduta reiterada seguida pelo sujeito ativo no sentido de desgastar o equilíbrio emocional do sujeito passivo, por meio de atos, palavras, gestos e silêncios significativos que visem ao enfraquecimento e diminuição da autoestima da vítima ou a outra forma de desequilíbrio ou tensão emocionais graves.” (DELGADO. 2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após observar o quanto danoso pode ser a inobservância da desconexão no âmbito digital, deve partir do empregador condicionar ao empregado o direito a desconexão digital, e

existem inúmeras maneiras para que isso seja executado com excelência, por exemplo: Limitar o acesso remoto ao sistema ao horário de trabalho estabelecido no contrato com o trabalhador, limitar o acesso aos e-mails corporativos para dentro do horário de funcionamento da empresa, limitar o uso tanto de receber quanto de fazer ligações através do celular corporativo e respeitar o trabalhador no seu particular, entender que a desconexão digital deve ser do trabalho, e que o trabalhador possui fora dali, relações pessoais e familiares que passam também pelo meio digital, afinal a tecnologia é usada por todos e a todo momento.

Assim sendo, as inúmeras batalhas travadas entre sindicatos e empresas, deveria pautar esse importante assunto e principalmente na situação atual que o País está atravessando, o assédio moral e os possíveis danos existências, são infelizmente calados pelas atitudes do empregador e pela necessidade de o empregado sobreviver no mercado. As somas de todos esses fatos diminuem a produtividade e proatividade do empregado além de causar danos à saúde que podem se tornar irreversíveis dependendo do quanto o empregado for exposto ao poder diretivo abusivo do empregador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Consolidação das leis trabalhista de 1943**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm. Acesso em: 28/08/2020

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em: 18/08/2020.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 18ª Edição – São Paulo 2019 – PDF.

EL PAIS ECONOMIA. DISPONÍVEL EM: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/03/economia/1483440318_216051.html
Acesso em: 19/09/2020

DUMPING SOCIAL COMO PRÁTICA DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS TRABALHISTAS

Taynara Kelly Queiroz Gomes¹, Maria Inês de Assis Romanholo²

Resumo: O presente trabalho busca analisar o denominado *dumping* social, que consiste na prática em que empresas agem deslealmente no comércio, e que acaba por desrespeitar direitos trabalhistas de modo contumaz e reiterado, afetando a classe trabalhadora e toda a sociedade. Por se tratar de um problema coletivo, difuso e social nota-se que o Ministério Público do Trabalho é fundamental em seu combate através da ação civil pública, termo de ajuste de conduta ou inquérito civil. A prática do *dumping* social como dito acima afeta vários trabalhadores não lhes permitindo gozar de direitos e princípios garantidos pela Constituição Federal, como o princípio da dignidade da pessoa humana e o princípio do valor social do trabalho, dentre outros que foram demonstrados neste trabalho. Discute-se sobre as chamadas cláusulas sociais que podem ser inseridas por Organizações Internacionais para garantir um padrão mínimo nas relações trabalhistas sendo, portanto, uma importante forma de enfrentamento do *dumping* social. Analisadas decisões da Justiça do Trabalho, percebe-se a existência de controvérsias sobre o tema, tais como em concessão *ex officio*, legitimidade para pleitear indenização, as condutas que são enquadradas com *dumping* social e valor e destinação da indenização. Conclui-se que é preciso que exista um posicionamento uniforme e efetivo para que os trabalhadores não continuem tendo seus direitos suprimidos, pois a falta de discussão e de legislação acabam por gerar uma insegurança jurídica.

Palavras-chave: Dano coletivo, garantias constitucionais, indenização, insegurança jurídica, Justiça do Trabalho.

¹Graduanda em Direito – UNIVIÇOSA. E-mail: taynaraq17@hotmail.com.

²Orientadora e Professora do Curso de Direito da Univiçosa. E-mail: mariaines@univicoso.com.br

Abstract: *This work seeks to analyze the so-called social dumping, which consists in the practice that companies act unfairly in trade, and that ends up disrespecting labor rights in a blunt and reiterated way, affecting the working class and the whole of society. Because it is a collective, diffuse and social problem, it is noted that the Public Ministry of Labor is fundamental in its fight through civil action, conduct adjustment term or civil inquiry. The practice of social dumping as stated above affects several workers not allowing them to enjoy rights and principles guaranteed by the Federal Constitution, such as the principle of human dignity and the principle of the social value of work, among others have been demonstrated in this work. It discusses the so-called social clauses that can be inserted by International Organizations to ensure a minimum standard in labor relations, and is therefore an important way of coping with social dumping. Analyzed decisions of the Labor Court, it is noticed the existence of controversies on the subject, such as in ex officio concession, legitimacy to claim compensation, the conduct that are framed with social dumping and value and destination of compensation. It is concluded that there needs to be a uniform and effective positioning so that workers do not continue having their rights suppressed, because the lack of discussion and legislation end up creating legal uncertainty.*

Keywords: *Collective damage, constitucional guarantees, indemnity, Labor Justice, legal uncertainty*

INTRODUÇÃO

O *dumping* social pode ser conceituado como agressões reincidentes aos direitos trabalhistas, que geram um dano ao trabalhador e à sociedade, e se constitui como uma forma de precarização das relações de trabalho, pois desconsidera-se a estrutura do estado social e do modelo capitalista com a obtenção de vantagem indevida perante a concorrência.

Encontra-se nas Varas do Trabalho brasileiras várias ações individuais e coletivas em que se discute o *dumping* social e os reflexos dessa conduta nas relações de trabalho. Assim, os empregados recorrem ao Estado em busca de reparação por seus direitos trabalhistas lesados e punição aos empregadores. Salienta-se que a prática do *dumping*, além de importar supressão de direitos trabalhistas, no contexto dos contratos individuais de trabalho, provoca lesão social grave, com desequilíbrio nas relações econômicas e concorrenciais.

Propõe-se uma reflexão sobre o tema, que é de grande importância, mas que ainda padece de debate e regulamentação. Necessita-se de uma jurisprudência uniforme sobre o combate ao *dumping* social nas relações de trabalho, para que se tenha repressão aos atos atentatórios a dignidade do trabalhador, ao mercado econômico-financeiro e à sociedade, para que assim possa haver uma efetiva punição.

Afinal, o Direito do Trabalho, o Processo Trabalhista e o Direito Constitucional possuem formas de solucionar as questões que lhe são apresentadas, mas a regulamentação sobre o tema pode ser considerada como segurança jurídica necessária para o enfrentamento do *dumping* social.

O objetivo da pesquisa é analisar como o Poder Judiciário trabalhista brasileiro está tratando, julgando e combatendo o *dumping* social em busca da preservação de direitos individuais trabalhistas e da coletividade.

MATERIAL E MÉTODOS

Como busca-se analisar de que modo o Poder Judiciário trabalhista brasileiro tem tratado o *dumping* social, pretende-se realizar estudos bibliográficos e documentais sobre o tema, através da análise de artigos, doutrinas, jurisprudências e legislações sobre o tema. A pesquisa classifica-se como explora-

tória, pois visa explorar um problema, qual seja, o *dumping* social, de modo a fornecer informações para uma investigação mais precisa deste instituto que tem aparecido como uma nova modalidade de indenização nos tribunais. Também pode ser classificada como jurídico sociológica, visto que pretende, por meio da análise de decisões judiciais, verificar o tratamento do *dumping* social no Poder Judiciário Trabalhista brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O *dumping* social se trata de uma prática reiterada com manifestações de danos sociais, que contrariam frontalmente a legislação e os princípios constitucionais e trabalhistas que buscam melhoria nas condições dos trabalhadores. Para Enoque Ribeiro dos Santos, o *dumping* social é

[...] uma prática de gestão empresarial antijurídica, moldada pela concorrência desleal e ausência de boa-fé objetiva, que busca primacialmente a conquista de fatias de mercado para produtos e serviços, seja no mercado nacional ou internacional, provocando prejuízos não apenas aos trabalhadores hipossuficientes contratados em condições irregulares, com sonegação a direitos trabalhistas e previdenciários, bem como às demais empresas do setor. (SANTOS, 2014, p.2)

Como a prática se tornou contumaz e atual foi aprovado o Enunciado n.4, da 1ª Jornada de Direito Material e Processual da Justiça do Trabalho, organizada pela ANAMATRA, o qual considera a prática de *dumping* social geradora de agressão a direitos trabalhistas e dano à sociedade, por desconsiderar a estrutura do Estado social e o modelo capitalista (ANAMATRA, 2077).

Como exemplos de princípios violados pode-se citar o da

dignidade da pessoa humana, do valor social do trabalho, o protetivo, da igualdade e da valoração do trabalho. Já dentre os direitos trabalhistas que são violados podem-se citar irredutibilidade de salário, garantia de salário nunca inferior ao mínimo, duração do trabalho não superior a oito horas diárias, gozo de férias anuais, serviço extraordinário remunerado com cinquenta por cento a mais que o normal e redução dos riscos inerentes ao trabalho.

Para reduzir a concorrência pautada pelo *dumping* social, é necessário que haja a regulamentação da matéria, e nesse ponto as chamadas cláusulas sociais seriam de muita importância. Pois as cláusulas sociais buscam garantir padrões trabalhistas internacionalmente aceitos e assegurar que os trabalhadores não sejam prejudicados.

Como a prática do *dumping* social é considerado uma afronta aos direitos coletivos e difusos, o Ministério Público do Trabalho pode ter atuação de extrema importância no combate dessa prática ao garantir a pacificação e solução dos problemas advindos do *dumping* social, seja por meio do inquérito civil, da ação civil pública ou do TAC, para buscar uma melhor qualidade nas relações trabalhistas. A conduta do *dumping* social atinge individualmente os trabalhadores, mas também toda a sociedade, e considerando esse caráter coletivo é que a legitimidade do Ministério Público do Trabalho e dos sindicatos tem sido aceita com bastante frequência pelos tribunais.

Quanto ao enquadramento de condutas que são consideradas como prática do *dumping* social, percebe-se que o entendimento dos tribunais é de que além da violação dos direitos trabalhistas, é preciso que a conduta provoque um dano a sociedade, que o empregador obtenha vantagem indevida perante a concorrência e que haja reiteração da conduta lesiva.

Sobre a concessão da indenização *ex officio* pelo juiz é pos-

sível encontrar decisões controversas na jurisprudência. Visto que, a opinião majoritária dos tribunais é a não possibilidade do juiz reconhecer a prática do *dumping* social sem o pedido do autor nesse sentido, pois “implicaria julgamento *extra petita*, além de flagrante violação aos princípios constitucionais da legalidade, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.” (HAMAD, online, 2013). Mas em contrapartida é possível encontrar decisões que deferiram a indenização mesmo sem o pedido do autor, alegando-se que não haveria julgamento *extra petita*, pois neste caso o juiz estaria cumprindo a ordem constitucional de uma sociedade mais igualitária e justa; e que não haveria violação aos princípios constitucionais, visto que “por ser a indenização atribuída pelo fato praticado, fato este que a empresa tem, durante a instrução processual, a oportunidade de discutir.” (MAIOR, MOREIRA, SEVERO, 2014, p. 129).

Devido à ausência de uma lei que regulamente o instituto do *dumping* social, não há um valor absoluto a ser utilizado pelo Poder Judiciário, o valor será fixado através de fatores que irão guiar os julgadores, como o direito que foi violado, a extensão do dano, a reiteração da prática, dentre outros. Já quanto a destinação dos valores ao analisar as decisões é possível encontrar três entendimentos diferentes: ações em que os valores foram revertidos ao próprio juízo para o pagamento de processos arquivados, decisões que determinaram que o valor fosse destinado a fundos estatais ou entidades beneficentes e ações que a indenização foi destinada ao empregado que teve seus direitos violados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática do *dumping* social vem trazendo afrontas à ordem social e econômica consagradas em nossa Constituição Federal e desrespeitando direitos humanos e trabalhistas. O

tema é complexo e por isso organizações internacionais como o GATT, a OMC e a OIT, se uniram para tentar combater e inibir o *dumping* social, através de cláusulas sociais aplicáveis nos contratos comerciais internacionais.

Infelizmente no Brasil observa-se vários casos de prática do *dumping* social, alguns deles cometidos por grandes empresas e, embora ainda haja um longo caminho a ser percorrido, o Ministério Público do Trabalho vem atuando e obtendo resultados positivos quanto às condenações e reparações dos danos causados por este ilícito.

Diante das crescentes ações envolvendo o tema no Judiciário Trabalhista brasileiro, surgiu o Enunciado nº 4 da 1ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho da ANAMATRA, que representa um grande marco para a discussão do *dumping* social em nosso país.

Embora o Brasil não possua uma legislação específica sobre o tema, a Justiça do Trabalho tem utilizado conceitos de outros ramos do Direito que são aplicados de forma subsidiária à CLT, para solução de casos envolvendo o *dumping* social, especialmente o instituto da responsabilidade civil para reparação de dano. Assim, a ausência de legislação específica não tem impedido a atuação do Estado na defesa dos direitos trabalhistas e sociais.

Encontra-se em tramitação o Projeto de Lei nº 1615/2011, que busca conceituar, regulamentar e estabelecer punições à prática do *dumping* social, gerando maior segurança jurídica e proteção aos direitos dos trabalhadores.

É evidente que este assunto precisa ser explorado e discutido, principalmente pelos seus danos, visto que, enquanto não existir um posicionamento uniforme e efetivo, os trabalhadores continuarão tendo seus direitos garantidos suprimidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAMATRA. Brasília. **1ª Jornada de Direito Material e Processual da Justiça do Trabalho**. Disponível em: <<https://angelotto.jusbrasil.com.br/noticias/147964524/enunciados-aprovados-na-1-jornada-de-direito-material-e-processual-na-justica-do-trabalho>>. Acesso em: 11/04/2020.

BRASIL. **Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 11/05/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 1615/2011**, de 15 de junho de 2011. Fixa indenização e multa administrativa para a empresa que pratique concorrência desleal descumprindo a legislação trabalhista para oferecer seu produto com preço melhor. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoes-Web/fichadetramitacao?idProposicao=509413>>. Acesso em 28/09/2020.

HAMAD, Mona. **Remanescem espaços para o delineamento do *dumping* social**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-nov-13/mona-leoncio-remanescem-espacos-delineamento-dumping-social>>. Acesso em: 17/09/2020.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. O dumping social nas relações de trabalho: formas de combate. **Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, PR, v. 4, n. 43, ago. 2015. p. 62-75.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; MOREIRA, Ranúlio Mendes; SEVERO, Valdete Souto. **Dumping Social nas Relações de Trabalho**. São Paulo: LTr, 2012.

EFEITOS DA PRESSÃO POSITIVA EXPIRATÓRIA NA RESISTÊNCIA DAS VIAS AÉREAS DE UM INDIVÍDUO ASMÁTICO

Lílian Rocha de Sousa¹, Isabel Cristina Silva²

Resumo: Diante do atual cenário brasileiro em relação ao controle da asma, é fato que o controle em massa da doença ainda caminha a passos lentos. Por esse motivo, o presente estudo objetivou avaliar os efeitos da pressão positiva expiratória na resistência das vias aéreas de um indivíduo asmático. Foi realizado um estudo de caso, onde o indivíduo foi submetido a um protocolo com 12 semanas de duração, utilizando um recurso fisioterápico que oferece pressão positiva expiratória. Esse indivíduo foi reavaliado a cada 3 semanas de execução do protocolo. A participante apresentou melhora expressiva de seu pico de fluxo expiratório. Em conclusão, pode-se afirmar que o recurso fisioterápico utilizado é eficiente no tratamento da asma, promovendo aumento do pico de fluxo expiratório.

Palavras-chave: Asma; pico de fluxo expiratório; pressão expiratória positiva nas vias aéreas.

Abstract: *Given the current Brazilian scenario in relation to asthma control, it is a fact that mass control of this disease is still a distant reality. For this reason, this study aimed to evaluate the effects of positive expiratory pressure on airway resistance of the asthmatic subject. A case study was conducted, in which the subject was submitted to a twelve week protocol that used a physical therapy*

¹Graduanda em Fisioterapia – UNIVIÇOSA. e-mail: lilianrs97@gmail.com

²Fisioterapeuta, especialista em Saúde Pública e Terapia Intensiva Adulto, docente do curso de Fisioterapia - UNIVIÇOSA.e-mail: isabel@univicosacom.br

device which offers positive expiratory pressure. This subject was reevaluated every three weeks after the training, after twelve weeks. The participant showed a significant improvement in his peak expiratory flow. In conclusion, it can be said that the physical therapy device used is efficient in the treatment of asthma and promotes an increase of the peak expiratory flow.

Keywords: *Asthma; peak expiratory flow; expiratory positive airway pressure.*

INTRODUÇÃO

A asma é uma doença respiratória caracterizada pela inflamação das vias aéreas, e foi definida pela *Global Initiative for Asthma* (GINA) (2020) como uma doença heterogênea que desencadeia sintomas como sibilos pulmonares, dispneia, opressão torácica retroesternal e tosse, sendo todos estes sintomas associados à limitação variável do fluxo aéreo.

Hoje estima-se que cerca de 300 milhões de pessoas sejam asmáticas e a perspectiva é de um aumento em mais de 100 milhões de pacientes com a doença em 2025. Esse aumento alarmante na incidência aponta para uma sobrecarga ainda maior para o sistema de saúde do país, visto que essa doença é uma das que mais causa hospitalizações no Brasil (MAGALHÃES; CAMPAGNOLE-SANTOS; MACHADO, 2018).

Além de determinar grande prejuízo pessoal e sobrecarga social, a asma ocupa o 15º lugar entre as 25 principais causas globais de anos vividos com limitações graças a falta de controle da doença. Diante disso, torna-se necessário investigar métodos eficientes que contribuam para o controle da asma. Assim, o presente estudo objetivou avaliar os efeitos da pressão positiva expiratória (PEEP) na resistência das vias aéreas de um indivíduo asmático.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como um estudo de caso onde uma mulher de 34 anos diagnosticada com asma grave, que faz uso contínuo de um broncodilatador inalatório (Fostair®), selecionada por conveniência, foi convidada a participar voluntariamente deste estudo. Esta foi submetida a um protocolo com o sistema EPAP, que é um sistema que oferece resistência à expiração do paciente, através da PEEP, e ainda permite variar a PEEP de 2,5 a 20cmH₂O. O protocolo foi aplicado durante 12 semanas, 5 dias por semana, 2 vezes ao dia, com duração de 15 minutos e um intervalo de 12 horas entre elas. Nas primeiras 3 semanas foi utilizado uma PEP de 5cmH₂O; da 4^a à 6^a semana uma PEP de 10cmH₂O; da 7^a à 9^a semana, uma PEP de 15; e da 10^a à 12^a semana, uma PEP de 20cmH₂O.

Para avaliação dos efeitos do uso da PEP, o pico de fluxo expiratório (PFE) do paciente foi mensurado diariamente, antes e após cada sessão, através do instrumento *Peak Flow Meter*.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Viçosa-Univiçosa (CAAE 35775020.1.0000.8090). A participante recebeu esclarecimentos sobre os procedimentos realizados durante a pesquisa e assinou o termo de consentimento livre e esclarecido.

Os dados coletados foram armazenados no programa Microsoft® Excel e as variáveis foram analisadas de forma descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 1 apresenta a média e o desvio padrão do PFE em relação às semanas, carga e turno de treinamento. Nela é possível observar que, embora não possa estabelecer um comportamento único para o PFE, na maioria das semanas ele aumentou após a aplicação da PEEP, em algumas semanas ele se manteve e em outras, ele diminuiu.

Tabela 1- Média e desvio padrão do pico de fluxo expiratório em relação às semanas, carga e turno de treinamento

Carga		Semana 1		Semana 2		Semana 3	
		Pós	Pré	Pós	Pré	Pós	
5 cmH ₂ O	Manhã	148 (±8,37)	162 (±13,04)	148 (±8,37)	162 (±8,37)	162 (±8,37)	174 (±5,48)
	Noite	180 (±20,00)	180 (±7,07)	172 (±21,68)	186 (±13,42)	172 (±8,37)	182 (±10,95)
10 cmH ₂ O	Manhã	160 (±12,25)	170 (±7,07)	176 (±8,94)	164 (±8,94)	168 (±8,37)	178 (±10,95)
	Noite	174 (±16,73)	178 (±20,49)	182 (±4,47)	182 (±4,47)	180 (±12,25)	188 (±10,95)
15 cmH ₂ O	Manhã	172 (±8,37)	178 (±8,37)	176 (±11,40)	178 (±8,37)	174 (±5,48)	178 (±4,47)
	Noite	184 (±5,48)	190 (±0,00)	182 (±13,04)	184 (±8,94)	180 (±7,07)	186 (±5,48)
20 cmH ₂ O	Manhã	170 (±0,00)	174 (±5,48)	186 (±11,40)	186 (±11,40)	174 (±5,47)	172 (±8,37)
	Noite	180 (±7,07)	180 (±0,00)	186 (±5,47)	184 (±8,94)	182 (±10,95)	182 (±8,37)

A aplicação de uma resistência fixa produzida pela *válvula* do EPAP, promove uma dilatação tanto dos alvéolos quanto das vias aéreas propiciando uma ampliação do calibre das vias aéreas que encontra-se reduzido nos indivíduos asmáticos. Essa ampliação, por sua vez, facilita a saída de ar durante a expiração, aumentando o PFE. Segundo Rondinel et al., (2015), se o uso do EPAP for feito de maneira contínua, promoverá um treinamento de abertura dos alvéolos e das vias aéreas, permitindo então o aumento progressivo no PFE, o que justificaria o aumento gradual do valor do PFE observado neste estudo, pois, com o aumento do calibre das vias aéreas, ele tem a possibilidade de expirar uma quantidade maior de ar, atingindo então, um maior PFE.

Corroborando, Brandão et al., (2009) realizou um estudo

com 36 participantes asmáticos divididos em grupo controle (apenas nebulização), grupo experimental 1 (nebulização + EPAP de 5cmH₂O) e grupo experimental 2 (nebulização + EPAP de 10cmH₂O). Em seus resultados, esses autores demonstraram que o grupo experimental 1 apresentou melhora expressiva em seu PFE quando comparado ao grupo controle, e, ainda, que o grupo experimental 2 expressou um pequeno aumento em seu PFE quando comparado ao grupo experimental 1. Estes achados reforçam a ideia de que, quanto maior a abertura da via aérea, maior o PFE.

Rondinel, et. al. (2015) realizaram um estudo aleatorizado, controlado, para testar a hipótese de que o EPAP promove expansão pulmonar associada à redução do colapso das vias aéreas na expiração em indivíduos asmáticos graves. Segundo os autores, foram observadas melhoras significativas no controle da asma e na qualidade de vida, com redução de sintomas e da utilização de medicação de resgate.

CONCLUSÃO

O presente estudo demonstrou que o EPAP foi um recurso eficiente para o aumento do calibre das vias aéreas visto pelo aumento no PFE. Entretanto, é interessante que mais estudos sejam feitos acerca do tema, de preferência com um N amostral maior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDAO, D. C.; LIMA, V. M.; FILHO, V. G.; SILVA, T. S.; CAMPOS, T. F.; DEAN, E.; ANDRADE, A. D. de. Reversal of bronchial obstruction with bi-level positive airway pressure and nebulization in patients with acute asthma. **J Asthma**. v.46, n.4, p.356-61. 2009. doi: 10.1080/02770900902718829. PMID: 19484669.

GINA, Global Initiative for Asthma. **Global Strategy for Asthma Management and Prevention**. 2020. Available from: <<https://ginasthma.org/wp-content/uploads/2020/06/GINA-2020->

report_20_06_04-1-wms.pdf> Acesso em 08 Jul. 2020.

MAGALHÃES, Gisele Santos; CAMPAGNOLE-SANTOS, Maria José; MACHADO, Maria da Glória Rodrigues. Asma e Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica I Similaridades, Diferenças e Sobreposição. *In*: MACHADO, Maria da Glória Rodrigues. **Fisioterapia Respiratória: terapia intensiva e reabilitação**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. p. 443 – 445.

RONDINEL, T. Z.; CORRÊA, I. F.; HOSCHEIDT, L. M.; BUENO, M. H.; SILVA, L. M. C.; REPPOLD, C. T.; et al. Incentive Spirometry Combined with Expiratory Positive Airway Pressure Improves Asthma Control and Quality of Live in Asthma: a Randomised Controlled Trial. **J. Asthma**. v.52, n.2, p.220-6. 2015.

ESTADO NUTRICIONAL, CONHECIMENTO SOBRE A DOENÇA E DIETOTERAPIA ADEQUADA, ENTRE DIABÉTICOS DO TIPO 2

João Paulo Fialho Silveira¹, Vanessa da Conceição Melo Fidelis², Mônica de Paula Jorge³

Resumo: O número de portadores do Diabetes Mellitus tipo 2 (DM2) tem crescido em todo o mundo. O conhecimento adequado a respeito da própria patologia e alimentação adequada por parte de tais indivíduos são fatores cruciais para o sucesso no tratamento. Assim, o objetivo desse estudo foi conhecer o estado nutricional, o conhecimento sobre a doença e da dietoterapia adequada, entre diabéticos atendidos em uma Unidade de Estratégia de Saúde da Família (ESF). O estudo foi realizado em uma ESF no município de Viçosa-MG, onde foi aplicado um questionário para traçar o perfil dos voluntários, bem como identificar o que conheciam sobre a patologia e dietoterapia do DM2. A média de idade foi 53,8 anos, com predomínio de adultos (80%), do sexo feminino (80%), e com ensino fundamental incompleto (80%). Quanto ao estado nutricional, 60% eram obesos grau II, 20% eutróficos e 20% obesos grau III. Quanto aos conhecimentos acerca da doença, a maioria (60%) compreendia seu tipo de diabetes, todos acertaram as afirmativas quanto à glicemia e seu controle, e também em relação ao conhecimento sobre a alimentação, todos acertaram as questões correspondentes.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus tipo 2, Dietoterapia, Estado nutricional, Estratégia saúde da família.

Abstract: *The number of people with Type 2 Diabetes Mellitus*

¹Graduando em Nutrição – UNIVIÇOSA. E-mail: fialhojoapaulo8@gmail.com

²Graduanda em Nutrição – UNIVIÇOSA. E-mail: vanessa.melo.fidelis@gmail.com

³Docente do curso de Nutrição– UNIVIÇOSA. E-mail: monicanut@univicosacom.br

(DM2) has grown worldwide. Adequate knowledge about their own pathology and adequate nutrition on the part of such individuals are crucial factors for successful treatment. Thus, the objective of this study was to know the nutritional status, knowledge about the disease and adequate diet therapy, among diabetics attended at a Family Health Strategy Unit (FHS). The study was carried out in an FHS in the municipality of Viçosa-MG, where a questionnaire was applied to outline the profile of the volunteers, as well as to identify what they knew about the pathology and diet of DM2. The average age was 53.8 years, with a predominance of adults (80%), female (80%), and with incomplete elementary education (80%). As for nutritional status, 60% were grade II obese, 20% eutrophic and 20% grade III obese. As for the knowledge about the disease, the majority (60%) understood their type of diabetes, all of them got the statements correct regarding glycemia and its control, and also in relation to the knowledge about food, all got the corresponding questions right.

Keywords: *Dietotherapy, Family health strategy, Nutritional status, Type 2 diabetes mellitus.*

INTRODUÇÃO

O Diabetes Mellitus tipo 2 (DM2) é uma patologia multifatorial, cuja causa está vinculada ao fator genético, nível socioeconômico, comportamento alimentar inadequado e estado nutricional alterado (ROSSANEIS *et al.*, 2017). O DM2 ocorre devido à redução na secreção de insulina pelo pâncreas, acarretando hiperglicemia (GONÇALVES *et al.*, 2017), hiperglucagonemia (aumento da secreção de glucagon), resistência à insulina, maior produção hepática de glicose, aumento da lipólise e como resultado a elevação de ácidos graxos livres no organismo (GOLBERT *et al.*, 2017). Vários

órgãos são comprometidos devido à patologia, como rins, retina e sistema imune, podendo ocasionar sintomas como alteração da visão, poliúria, infecções frequentes, entre outros (DIAS *et al.*,2010). A incidência de DM2 tem aumentado nos últimos anos, com prevalência em países em desenvolvimento, como o Brasil (ANUNCIAÇÃO *et al.*, 2012). Tal situação ocorreu devido ao constante crescimento e envelhecimento da população, à maior urbanização, aumento da obesidade, sedentarismo e maior qualidade de vida dos portadores de DM2, resultando em sobrevida desta população (FERREIRA; FERREIRA, 2009).

Diante desse contexto, é crucial para o sucesso do tratamento, o autoconhecimento do portador de DM2 em relação à patologia (ANUNCIAÇÃO *et al.*,2012), o que auxilia os diabéticos a evitarem as complicações causadas pelo agravamento da doença, além de induzir às mudanças nos hábitos alimentares, na prática de exercícios físicos e no avanço do tratamento (GOLBERT *et al.*,2017). Portanto, é de suma importância avaliar o nível de conhecimento dos diabéticos sobre a própria doença e a dietoterapia adequada, a fim de tornar possível a criação de estratégias de atendimento, e acompanhamento eficazes para esses indivíduos. A ESF é a porta de entrada do SUS, primeiro local em que diabéticos buscam cuidados e orientações para tratar a patologia. Compreendendo a dimensão do conhecimento de seu público, o Nutricionista e os profissionais de saúde, podem atuar com base em todas essas questões neste local (SANTOS, 2005).

A cidade onde a pesquisa foi desenvolvida é considerada educadora e formadora de profissionais da saúde, por isso, acreditou-se que os diabéticos teriam maior acesso aos serviços de saúde e à educação nutricional adequada. Desse

modo, o presente estudo teve como objetivo, conhecer o estado nutricional e o conhecimento dos voluntários sobre a doença e a dietoterapia adequada, de diabéticos atendidos em uma Unidade de Estratégia de Saúde da Família de Viçosa - Minas Gerais.

MATERIAL E MÉTODOS

A amostra foi constituída por indivíduos com DM2, cadastrados na ESF com idade entre 20 e 60 anos, de ambos os sexos que aceitaram participar da pesquisa assinado ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicado um questionário semiestruturado construído para o estudo, no qual o indivíduo era identificado por códigos, abordando questões como: idade, escolaridade, profissão, questões sobre a doença para identificar o tipo de diabetes que possui, bem como acerca da alimentação.

Mediante parecer de aprovação sob nº 3.852.455/2020 do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos Sylvio Miguel do Centro Universitário de Viçosa/UNIVIÇOSA, após autorização dos participantes, a coleta de dados foi realizada em três momentos: 1) visitas à unidade da ESF, realizado com participantes que se encontravam na sala de espera da unidade ESF. 2) visitas às casas de pacientes atendidos pela mesma unidade, acompanhados por um agente comunitário de saúde (ACS) e 3) coleta de dados antropométricos dos prontuários na Unidade da ESF, quando os prontuários dos pacientes que responderam ao questionário foram acessados para o registro das medidas de peso e altura. A partir dessas medidas foi feito o cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) (pela fórmula $\text{Peso(kg)}/\text{Altura}^2 (\text{m}^2)$.) e classificação do estado nutricional por sexo, e segundo valores para adultos sendo

o IMC $< 18,5$ = baixo peso, de $18,5 - 24,9$ = eutrófico e ≥ 25 = excesso de peso. Para classificação do nível de conhecimento foi criada uma escala na qual, das 10 questões, o acerto de até 4 questões indicava um conhecimento baixo ou regular; entre 5 e 7 acertos, conhecimento médio ou bom, e acima de 8 acertos, um conhecimento alto ou muito bom. Após coletados, os dados foram tabulados e analisados por frequência absoluta e relativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em função das medidas de isolamento da Pandemia de Doença do Corona Vírus – 2019 (Covid-19) e das intercorrências internas da ESF, participaram do estudo 5 indivíduos com idade média de 53,8 anos, variando entre 48 e 58 anos. Houve o predomínio de adultos com 50 anos de idade ou mais 80% (n= 4), do sexo feminino 80% (n=4), e com escolaridade ensino fundamental incompleto 80% (n=4). Dados estes que sugerem como a DM2 atinge, indivíduos com baixo nível de escolaridade e do sexo feminino. Tal situação reforça o estudo de Anunciação et al. (2012) ao afirmarem que, no Brasil, as mulheres estão mais atentas aos próprios sintomas e procuram os serviços de saúde com maior frequência do que o sexo oposto, fazendo com que as notificações da doença mostrem prevalência do sexo feminino. Quanto ao baixo nível de escolaridade, foi considerada a probabilidade do acesso difícil à educação dos indivíduos maiores de 50 anos durante sua infância e juventude, próximos das décadas de 40 e 50 (CAROLINO, et al., 2008).

Em relação ao estado nutricional, 60% (n=3) se encontram em Obesidade grau II; 20% (n=1) em Eutrofia e outros 20% (n=1) em Obesidade grau III. O IMC variou entre 24,9 e 46,3 kg/m², com 80% dos indivíduos obesos.

Um resultado semelhante foi encontrado por Anunciação et al. (2012), no qual foram incluídos 33 portadores de DM2 de ambos os sexos, com IMC variando entre 21,4 e 50,1 kg/m², contendo grande parte dos indivíduos em obesidade (75,8%), assim como na presente pesquisa.

Quanto ao conhecimento dos participantes acerca do DM, 60% (n=3) compreendiam seu tipo de diabetes. Pode-se considerar um resultado positivo, se comparado ao estudo de Dias et al. (2010), que avaliou 357 diabéticos, e a maioria (53,2%) não sabia qual era seu tipo de diabetes. Já o questionário aqui aplicado permitiu identificar que 100% (n=5) dos participantes, acertaram sobre as afirmações como “glicemia é nome da taxa de açúcar no sangue”; “controlar o peso melhora a taxa de açúcar no sangue”, e “uma das possíveis complicações do DM2 é amputação de membros”, o que, de acordo com os critérios de classificação do presente estudo, demonstrou que os participantes possuem um alto conhecimento sobre as questões aplicadas. Em relação ao conhecimento adequado sobre a alimentação, 100% (n=5) marcaram a opção “Certa” nas afirmativas que alegavam que “as fibras reduzem o açúcar no sangue”; “não se deve comer à vontade os carboidratos refinados”, além de “ser preciso moderar o consumo de sal e frituras”. O estudo de Anunciação et al. (2017), também avaliou através de um questionário com 13 questões, o conhecimento de 33 participantes acerca do Diabetes e sobre a alimentação adequada, em que 84,8% (n= 28) dos indivíduos acertaram sobre o termo “Glicemia”, mais conhecido como “o nome da taxa de açúcar no sangue”, e 93,9% (n = 31) acertaram a opção que afirmava “Controlar o peso melhora a taxa de açúcar no sangue”. Já analisando as questões sobre a alimentação, houve uma média de 67% de acertos nas questões aplicadas, indicando, assim como no

presente estudo, bom conhecimento sobre o tema. O bom e relevante conhecimento sobre o tema pode se dar por se tratar de uma cidade universitária onde as ESF são alvo de diversos estágios pelos quais o conhecimento em saúde é disseminado, possibilitando educação nutricional e alimentar rápidas e esclarecedoras sobre o DM2.

Vale considerar que o estudo sofreu interferências tanto em função da Pandemia de Covid-19 quanto das alterações estruturais que a ESF estava sofrendo no momento da pesquisa, o que inviabilizou a investigação em um maior número de indivíduos. No entanto, a unidade de ESF avaliada teve acesso às informações aqui apresentadas a fim de criar estratégias de atendimento ao público diabético e aprofundar o nível de conhecimento sobre a doença, além de reforçar as práticas dos cuidados nutricionais.

CONCLUSÃO

Conclui-se que os diabéticos investigados atendidos na ESF em questão compreendiam bem a própria doença, bem como a dietoterapia adequada ao seu estado de saúde. Além disso, apesar do bom conhecimento do DM2 e da dietoterapia, havia entre eles grande prevalência de obesidade, mostrando o quanto ainda existe uma distância entre o saber e o fazer, mostrando claramente a importância da atuação do profissional de Nutrição no acompanhamento aprofundado e individualizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUNCIACÃO, P. C. et al. Avaliação do conhecimento sobre alimentação antes e após intervenção nutricional entre diabéticos tipo 2. Revista Baiana de Saúde Pública. V.36,

n.4,p.986-1001, out./dez.2012. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-0233/2013/v36n4/a3789.pdf>. Acessado em: 13/08/2019.

CAROLINO, I.D.R.; et.al. Conhecimento e atitude de pacientes com Diabetes Mellitus da Atenção Primária à saúde. Escola Anna Nery.V.21, n.4, julho/outubro.2017.Disponível em:<http://WWW.redalyc.org/articulo.oa?id=28142188011>.Acessado em: 11/09/2019.

DIAS, A.F. et al. Perfil epidemiológico e nível de conhecimento de pacientes diabéticos sobre diabetes e retinopatia diabética. Arquivo Brasileiro de Oftalmologia. V.73, n.5, p.414-418, julho/agosto.2010. Disponível em: <http://WWW.scielo.br/pdf/abo/v73n5/a05v73n5.pdf>. Acessado em : 30/08/2019.

FERREIRA, C. L.; FERREIRA, M. G. Características epidemiológicas de pacientes diabéticos da rede pública de saúde - análise a partir do sistema HiperDia. Arq. Bras.Endocrinol Metab., vol. 53, n.1, Feb. 2009. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302009000100012.Acessado em: 11/09/2019.

GONÇALVES, N. E.; et al. Conhecimento de indivíduos com Diabetes Mellitus na Estratégia de Saúde da Família. Rev. Enferm.UFPE online. V.11, n.7, p.2779- 87, julho. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistaenfermagem/article/download>. Acessado em: 03/09/2019.

ROSSANEIS, M. A.; et al. Fatores associados ao controle glicêmico de pessoas com diabetes mellitus. Ciência e Saúde Coletiva. v.24, n.3, p.997 - 1005, abril. 2017. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/csc/v24n3/1413-8123->

csc-24-03-0997.pdf. Acessado em:30/08/2019.

SANTOS, A.C. A inserção do Nutricionista na Estratégia da Saúde da Família: O olhar de diferentes trabalhadores de saúde. Fam.Saúde Desenv. V.7, n.3, p.257-265, set/dez.2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/refased/article/view/8033/5656>. Acessado em: 31/08/2019.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES (SBD). Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2018. Classificação e diagnóstico do diabetes mellitus p.19- 20. São Paulo:Editora Clannad, 2017. Disponível em:<https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/2017/diretrizes/diretrizes-sbd-2017-2018.pdf>. Acessado em: 03/09/2019.

SILVEIRA,J.P.F; FIDELIS,V.C.M; JORGE, M.P. Estado Nutricional, Conhecimento sobre a doença e dietoterapia adequada, entre diabéticos do tipo 2. In: XII SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VIÇOSA, 12, 2020, Viçosa. **Anais do 12º Simpósio de Produção Acadêmica**. Viçosa: UNIVIÇOSA, dezembro, 2020.

ESTUDO DA PRESCRIÇÃO DE ANALGÉSICOS NO PÓS-OPERATÓRIO E A DIFERENÇA DOS PROTOCOLOS SEGUNDO O GÊNERO DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS

Jéssica Maria Chaves dos Santos¹, Luís Eugênio Franklin Augusto², Vanessa Guedes Pereira³, Sâmara Turbay Pires⁴

Resumo: A dor é uma das mais eminentes causas de sofrimento animal. E cabe ao médico veterinário precaver e tratar os estímulos nociceptivos, impedindo o padecimento dos pacientes. Contudo, este Projeto de Conclusão de Curso teve por objetivo avaliar a prescrição de analgésicos no pós-operatório de orquiectomia realizada em cães e gatos, e a diferença dos protocolos analgésicos segundo o sexo dos médicos veterinários do Hospital veterinário da UNIVIÇOSA. A pesquisa revelou que ao considerar a dosagem dos mesmos fármacos nos protocolos analgésicos, os veterinários de ambos os sexos tiveram protocolos equivalentes. O trabalho também mostrou que a diferença dos tratamentos analgésicos para cães e gatos teve uma menor variação quando feitos pelos médicos veterinários de sexo masculino. Além disso, neste estudo se observou uma baixa utilização de medicamentos opioides nos protocolos analgésicos do pós-operatório de orquiectomia.

Palavras-chave: Analgesia, animais, veterinária.

Abstract: *Pain is one of the most eminent causes of animal suffering. And it is up to the veterinarian to prevent and treat nociceptive stimuli, preventing the suffering of patients. However, this Course Completion Project aimed to evaluate the prescription of analgesics*

¹Graduanda em Medicina Veterinária - UNIVIÇOSA. E-mail: jessicachaves01@outlook.com ;

²Professor do curso de Medicina Veterinária - UNIVIÇOSA. E-mail: luis.efranklin@hotmail.com.

³Doutora professora da Faculdade UNIVERTIX. E-mail: vanguedesp@hotmail.com

⁴Doutora professora do curso de Medicina Veterinária- UNIVIÇOSA. E-mail: samturbay@yahoo.com.br

in the postoperative period of orchidectomy performed in dogs and cats, and the difference in analgesic protocols according to the gender of veterinarians at the Veterinary Hospital univiçosa. The research revealed that when considering the dosage of the same drugs in analgesic protocols, veterinarians of both sexes had equivalent protocols. The study also showed that the difference in analgesic treatments for dogs and cats had a lower variation when made by male veterinarians. In addition, in this study, a low use of opioid medications was observed in analgesic protocols of the postoperative periods of orchidotomies.

Keywords: Analgesia, animals, veterinary.

INTRODUÇÃO

Uma das principais causas do sofrimento animal é a dor (LUNA,2009). Assim, cabe ao médico veterinário precaver e tratar a dor aliviando o sofrimento dos animais que estiverem sob seus cuidados (ALEIXO et al; 2017). No Brasil, a utilização de analgésicos ainda seja de pequena escala. Dos veterinários que fazem o uso de analgésicos, 90% usam anti-inflamatórios não esteroidais, contra apenas 4% que usam opióides em pequenos animais (SANTOS et al., 2003).

Ademais, pesquisas revelaram que as médicas veterinárias mulheres, possuem uma empatia maior a dor do animal do que os homens, fazendo uma avaliação da dor mais cuidadosa (DOHOO e DOHOO 1996; CAPNER et al., 1999; LASCELLES et al., 1999).

Estudos mostram que gatos recebem menos analgésicos que os caninos, comparando a mesma escala de dor em cirurgias semelhantes. Porém, comprovou-se que os felinos mantém a mesma expressão dolorosa que os caninos após cirurgias. (QUARTERONE, 2014).

Este trabalho tem por objetivo comparar a prescrição de analgésicos no pós-operatório de orquiectomia realizada em cães e gatos, analisando também as diferenças nos protocolos analgésicos segundo o sexo dos médicos veterinários do Hospital Veterinário da Univiçosa.

MATERIAL E MÉTODOS

O projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Viçosa-FAVIÇOSA/UNIVIÇOSA, atendendo à Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, que normatiza as pesquisas envolvendo seres humanos.

O estudo foi feito no Hospital Veterinário da UNIVIÇOSA. Foram analisadas fichas de pacientes atendidos entre o período de fevereiro de 2017 a agosto de 2019, observando os protocolos analgésicos utilizados pelos veterinários. Através desta pesquisa viram-se os principais fármacos para o controle da dor utilizados e o tempo em que são usados em pequenos animais.

O experimento foi delineado em arranjo fatorial, sendo o gênero do médico veterinário e o analgésico considerados os tratamentos. Os resultados foram submetidos à Análise de Variância (ANOVA) e as médias foram comparadas por meio do teste de Duncan, utilizando-se software SigmaPlot 12.0 (Systat Software Inc., San Jose, USA), ao nível de 5% de significância. Foi realizado também análises descritivas dos dados coletados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

QUADRO 01: Valores referentes às medicações administradas e a média de dias e doses dos medicamentos utilizados para cães e gatos no pós-operatório de orquiectomia. Médias seguidas de letras minúsculas distintas entre linhas e maiúsculas distintas entre colunas diferem estatisticamente pelo teste de Duncan (0,05).

Espécie	Analgésico	N	%	Dias		Dose	
				Média	CV (%)	Média	CV (%)
Cão	Cetoprofeno	1	2,1	3,0	0,0	1,0	0,0
	Dipirona	23	48,9	4,8	12,5	25,0	0,0
	Meloxicam	23	48,9	2,8	14,3	0,1	0,0
Gato	Cetoprofeno	7	30,4	3,1	12,9	1,0	0,0
	Dipirona	8	34,7	4,7	14,9	25,0	0,0
	Meloxicam	7	30,4	3,0	0,0	0,1	0,0
	Tramadol	1	4,3	3,0	0,0	1,0	0,0
Total	Cetoprofeno	8	11,4	3,1	12,9	1,0	0,0
	Dipirona	31	44,2	4,8	12,5	25,0	0,0
	Meloxicam	30	42,8	2,9	10,3	0,1	0,0
	Tramadol	1	1,4	3,0	0,0	1,0	0,0

QUADRO 02: Valores de dose medicamentosa usada nos protocolos analgésicos de veterinários homens e mulheres, para cães e gatos que passaram pela cirurgia de orquiectomia. Médias seguidas de letras minúsculas distintas entre linhas e maiúsculas distintas entre colunas diferem estatisticamente pelo teste de Duncan (0,05).

Espécie	Analgésico	Homem					Mulher				
		N	%	Média	DP	CV (%)	N	%	Média	DP	CV (%)
Cão	Cetoprofeno	-	-	-	-	-	1	4,7	1,0	0,0	0,0
	Dipirona	13	50,0	25,0Aa	0,0	0,0	10	47,6	25,0Aa	0,0	0,0
	Meloxicam	13	50,0	0,1Ab	0,0	0,0	10	47,6	0,1Ac	0,0	0,0
Gato	Cetoprofeno	1	5,8	1,0	0,0	0,0	6	100,0	1,0b	0,0	0,0
	Dipirona	8	47,0	25,0a	0,0	0,0	-	-	-	-	-
	Meloxicam	7	41,1	0,1b	0,0	0,0	-	-	-	-	-
	Tramadol	1	5,8	1,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-

QUADRO 03: Valores referentes ao tempo do tratamento dos animais: média de dias prescritos dos medicamentos utilizados nos protocolos analgésicos dos médicos veterinários homens e mulheres, para cães e gatos que passaram pela cirurgia de orquiectomia. Médias seguidas de letras minúsculas distintas entre linhas e maiúsculas distintas entre colunas diferem estatisticamente pelo teste de Duncan (0,05).

Espécie	Analgésico	Homem					Mulher				
		N	%	Média	DP	CV (%)	N	%	Média	DP	CV (%)
Cão	Cetoprofeno	-	-	-	-	-	1	4,7	3,0	0,0	0,0
	Dipirona	13	50,0	5,0Aa	0,0	0,0	10	47,6	4,5Ba	0,9	18,9
	Meloxicam	13	50,0	3,0Ab	0,0	0,0	10	47,6	2,6Bb	0,5	19,8
Gato	Cetoprofeno	1	5,8	3,0	0,0	0,0	6	100,0	3,2b	0,4	12,8
	Dipirona	8	47,0	4,7a	0,7	15,0	-	-	-	-	-

As análises contidas neste trabalho mostram que profissionais de ambos os sexos fizeram em relação aos cães e gatos, protocolos analgésicos semelhantes ao se tratar da dose do mesmo medicamento. Porém, em relação aos dias de duração do tratamento de cães (tendo em vista os mesmos fármacos) médicos veterinários homens prescreveram um período de tempo maior em seus protocolos analgésicos. Em felinos, as mulheres prescreveram uma quantidade de dias maiores em seus protocolos. As veterinárias para prescrição de analgésicos para gatos, não fizeram uso de associações de medicamentos.

Em relação a diferença do tratamento analgésico prescritos por médicos veterinários homens para caninos e felinos, considerando os mesmos medicamentos utilizados para ambas espécies, a média de dose e dias foram iguais. Em relação às profissionais do sexo feminino, levando em consideração o mesmo fármaco utilizado para cães e gatos, a média de dose prescrita para cães foi maior do que

para felinos, e em contrapartida, os dias prescritos para gatos foram maiores do que para cães. As médicas veterinárias fizeram uso de um único medicamento anti-inflamatório não esteroidal para o tratamento dos gatos.

De maneira geral, ao considerar os profissionais de ambos os sexos observou-se que há a realização rotineira de protocolos analgésicos nos pós-operatórios de orquiectomias de cães e gatos realizadas no Hospital veterinário da UNIVIÇOSA. Porém, existe uma baixa utilização de analgésicos opióides, sendo os anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs) os fármacos de maior eleição para o controle da dor.

CONCLUSÃO

Com este trabalho se pode observar que, a prescrição da dosagem dos medicamentos para analgesia feita por médicos veterinários de ambos os sexos, equivalem-se quando considerados o uso dos mesmos medicamentos. Porém, considerando o tratamento analgésico prescrito para cães e para gatos, os protocolos feitos pelos médicos veterinários homens tiveram uma menor variação do que os feitos pelas mulheres. Num contexto geral afere-se também que, é baixa a utilização de medicamentos opióides nos protocolos analgésicos de pós-operatórios de orquiectomia feitos pelos médicos veterinários de ambos os sexos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEIXO, G. A. S; Tudury, E. A; COELHO, M. C. O. C; ANDRADE, L. S. S; BESSA, A. L. N. G.

Tratamento da dor em pequenos animais: classificação, indicações e vias de administração dos analgésicos (revisão de literatura: parte II). Departamento de Medicina Veterinária, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife-PE, Brasil. Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), Recife-PE, Brasil. 2017.

CAPNER, C.A; LASCELLES, B.D, WATERMAN-PEARSON, A.E. Current British veterinary attitudes to perioperative analgesia for dogs. **Veterinary Record**, v. 145, p.95-99,1999.

DOHOO SE e DOHOO IR. Factores influencing the postoperative use of analgesics in dog and cats by Canadian veterinarians. **Canadian Veterinary Journal**, v. 37, p. 552-556, 1996.

LASCELLES, B.D; CAPNER, C; WATERMAN-PEARSON, A.E. Current British veterinary attitudes to perioperative analgesia for cats and small animals. **Veterinary Record**, v.145, p.601-604, 1999.

LUNA, S.P.L. Avaliação da dor e sofrimento animal. FMVZ_UNESP Botucatu, 2009, p. 3-8.

QUARTERONE, C. Comparação da dor pós-operatória em cães versus gatos após orquiectomia versus ovariectomia. Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Botucatu. P. 15-38, 2014.

SANTOS, F.C; RAHAL, S.C; LEITE, C.A.L. Uso pós-operatório de anti-inflamatórios em pequenos animais- Estudo Demográfico. **Vet News**, v.61, p. 7-8,2003.

ESTUDO DOS REQUISITOS DE QUALIDADE DE ÓLEOS BÁSICOS MINERAIS UTILIZADOS NA PRODUÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS E INDUSTRIAIS

Camila Rodrigues Carneiro¹, Mateus Tomaz Neves²

Resumo: Este artigo descreve os principais requisitos de qualidade de óleos básicos minerais utilizados como insumo na produção de lubrificantes automotivos e industriais. Com o desenvolvimento industrial e automobilístico em larga escala, tornou-se uma necessidade implementar metodologias para maximizar o desempenho, bem como a durabilidade de veículos, motores e máquinas. Neste sentido, a formulação de óleos lubrificantes com qualidade é fundamental para, dentre outras funções, reduzir o atrito e desgaste das peças, ocasionado pela utilização contínua desses equipamentos. Dessa forma, como o óleo básico mineral constitui majoritária parte do lubrificante acabado, faz-se necessária a identificação e caracterização de propriedades físico-químicas dessa matéria-prima, que exercem influência sobre o potencial de lubrificação do produto, para garantir que o mesmo tenha integridade suficiente para atender com excelência às necessidades de utilização. Assim, visando a qualidade deste item e a satisfação dos clientes com relação ao mesmo, foram propostas técnicas de como manusear, armazenar e processar os óleos básicos para que todas suas características de interesse sejam mantidas e aperfeiçoadas, de maneira a maximizar à eficácia dos óleos lubrificantes produzidos.

Palavras-chave: Lubrificantes, óleos básicos minerais, processamento, qualidade.

¹Graduanda em Engenharia Química – UNIVIÇOSA. e-mail: camilacarneiro2015@gmail.com com

²Professor do curso de Engenharia Química – UNIVIÇOSA. e-mail: mateustneves@gmail.com

Abstract: *This article briefly describes the main quality requirements of mineral base oils used as an input in the production of automotive and industrial lubricants. With the large-scale industrial and automotive development, it became necessary to implement methodologies to maximize the performance, as well as the durability of vehicles, engines and machines. In this sense, the formulation of lubricating oils with quality is fundamental for, among other functions, reducing the friction and wear of parts, caused by the continuous use of this equipment. Thus, since mineral basic oil is a major part of the finished lubricant, it is necessary to identify and characterize the physical and chemical properties of this raw material, which influence the product's lubrication potential, to ensure that it has sufficient integrity to meet the needs of use with excellence. Thus, aiming at the quality of this item and the satisfaction of customers in relation to it, technical proposals have been proposed on how to handle, store and process the base oils so that all their characteristics of interest are maintained and improved, in order to maximize the effectiveness of the oils. lubricants produced.*

Keywords: *Basic mineral oils, lubricants, processing, quality*

INTRODUÇÃO

Desde o advento da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra durante o século XVII, o mundo tem sido caracterizado e transformado pelo uso intensivo de maquinários, veículos e equipamentos. A partir de então, preocupações e cuidados relacionados à preservação e manutenção de motores têm sido cada vez mais requisitados, uma vez que equipamentos operando em perfeito estado oferecem, além de segurança, produções mais satisfatórias, economizando tempo, energia e custos.

Nesse sentido, entre as diversas estratégias de

manutenção preventiva destaca-se a Lubrificação, caracterizada pela inserção de um fluido lubrificante, comumente o óleo lubrificante, entre superfícies deslizantes metálicas, com a função de promover a redução de atrito e do desgaste, bem como diminuição de falhas nos elementos de máquinas e o aumento de disponibilidade do equipamento (MANG; DRESEL, 2007).

Segundo Carreiro e Belmiro (2008), os óleos lubrificantes têm sua composição constituída em 80% por óleos básicos que podem ter origem mineral, sintética ou semissintética, de acordo com o processo de obtenção. Os 20% restantes da composição correspondem a aditivos, substâncias químicas responsáveis por melhorar características do produto, dentre os quais pode-se citar os melhoradores do índice de viscosidade, dispersantes, inibidores de corrosão, antidesgastantes e antioxidantes.

Na indústria em geral, visando assegurar a viabilidade e eficiência produtiva, é essencial a inserção de uma matéria prima de qualidade nos processos, a fim de que os produtos elaborados tenham todas as características necessárias para atender com excelência os anseios dos consumidores. No setor de lubrificantes automotivos e industriais não é diferente. Como o principal constituinte do produto são os óleos básicos, um controle de qualidade específico para este insumo é primordial para que o óleo produzido atenda adequadamente às necessidades de uso, que podem ser, por exemplo, lubrificar sistemas hidráulicos, turbinas, mancais, motores ou até mesmo outras disposições (FARAH, 2012).

De acordo com Farah (2012), o óleo básico mais processado mundialmente para fins de lubrificação é o do tipo mineral parafínico. Isso se dá, principalmente, em virtude de sua ampla aplicabilidade, menor custo e disponibilidade de

características físico-químicas que se relacionam diretamente com o potencial lubrificante, dentre as quais se destacam; viscosidade adequada, bem como baixa volatilidade e ponto de fluidez. Segundo Cardoso (2006), a análise dessas e outras características permite reconhecer se o óleo básico tem potencial para ser processado e em que categoria de lubrificante ele se enquadra.

Nesse sentido, diante da importância dos óleos lubrificantes para o desenvolvimento da sociedade contemporânea, o presente trabalho teve por objetivo desenvolver um estudo sobre os requisitos de qualidade de óleos básicos minerais utilizados na produção de lubrificantes automotivos e industriais, com ênfase na compilação de técnicas de manuseio, armazenamento e processamento dessa matéria-prima, a fim de promover a padronização dos processos e a preservação das propriedades físico-químicas essenciais para integridade e eficiência do produto.

MATERIAL E MÉTODOS

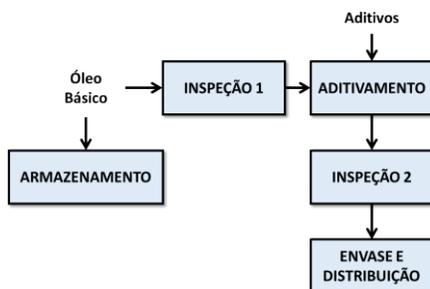
Este estudo constitui-se de uma revisão de literatura, realizada entre agosto de 2019 e dezembro de 2020, por meio de consulta a livros, artigos e outros trabalhos científicos selecionados por meio de busca no banco de dados do Google Acadêmico. As palavras-chave utilizadas na pesquisa foram óleos básicos minerais, qualidade, lubrificantes e processamento. Nessa perspectiva, buscou-se estudar os tipos de óleos básicos minerais, destinados à formulação de lubrificantes, com ênfase nas características de qualidade necessárias para sua utilização por esse setor; de forma correta, segura e eficiente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo produtivo de lubrificantes, como representado

pela figura 1, inicia-se com o recebimento do óleo mineral, que pode ser direcionado ao processamento ou armazenado de acordo com o interesse ou capacidade da indústria. A portaria Nº 129 da ANP (1999), regulamenta que antes de serem utilizados, os óleos básicos devem ser submetidos a testes de qualidade, para verificação de propriedades físico-químicas como por exemplo viscosidade, cor, presença de contaminantes, ponto de fulgor e anilina, a fim de analisar se o óleo atende os requisitos para processamento e fazer a separação de acordo com o tipo de lubrificação desejada.

Figura 1: Processo produtivo de Óleos lubrificantes



Fonte: Autoria própria.

A análise dessas características, com destaque para a viscosidade, ponto de fluidez e índice de acidez total é fundamental para evitar a fabricação de lubrificantes utilizando óleos básicos contaminados ou de baixa qualidade, o que seria prejudicial para o consumidor, o meio ambiente e as próprias máquinas. No caso da viscosidade, considerada a principal propriedade de um óleo básico, o ideal para lubrificação é atender aos parâmetros dispostos pela portaria ANP (1999), sendo o óleo viscoso o bastante para criar uma película protetora entre as partes do motor, mas não tão grosso a ponto de dificultar a movimentação das peças. Já para o

ponto de Fluidez e índice de acidez total é preferível valores mais baixos para esses parâmetros, uma vez que o ponto de fluidez representa a temperatura mínima que o óleo ainda flui e a presença significativa de substâncias de caráter ácido pode indicar degradação ou oxidação das moléculas do óleo.

Sobre a garantia do controle de qualidade no processo produtivo em si, um trabalho desenvolvido por Campos (2017), descreve os cuidados a serem tomados visando a conservação dos óleos básicos. Para o armazenamento do óleo mineral não processado de imediato, recomenda-se a acomodação em tanques ou tambores, distantes alguns centímetros do chão, em local fresco, limpo, seco, de forma a evitar a exposição à luz, água, umidade, bem como produtos e contaminantes capazes de afetar propriedades organolépticas, como odor, cor e aspecto, além de interferir no prazo de validade dessa matéria-prima.

Na etapa de processamento, geralmente realizada em reatores químicos de aditivamento, onde ocorre a mistura do óleo base com aditivos numa proporção adequada, é essencial que bombas, tubulações, reatores e outros equipamentos estejam devidamente limpos para impedir que impurezas como poeira, fiapos, areia, e outras partículas, contaminem o lubrificante ou até mesmo se depositem, prejudicando o andamento do processo.

Para a última etapa produtiva, que é o envase ou acondicionamento do produto de acordo com as linhas de processo, visando reduzir ao máximo os riscos de contaminação é imprescindível a limpeza e desinfecção da linha de circulação e pontos que entram em contato com o lubrificante, direta ou indiretamente, com destaque para bicos e válvulas de enchimento.

CONCLUSÃO

Verificou-se por meio deste estudo a existência de determinadas propriedades físico-químicas dos óleos básicos minerais tais como viscosidade e ponto de fluidez, que são capazes de influenciar diretamente a capacidade do lubrificante em reduzir atrito, desgaste e falha em máquinas e equipamentos, tornando esses elementos mais eficientes e duradouros.

É de suma importância que as indústrias produtoras de óleos lubrificantes automotivos e industriais tenham conhecimento de técnicas de análise, manuseio, armazenamento e processamento dessa matéria-prima a fim de que todas as características de interesse sejam identificadas e preservadas. De forma análoga, é fundamental que os consumidores destes produtos se atentem na escolha do lubrificante correto para cada ocasião, a fim de promover um aumento do rendimento e vida útil dos equipamentos, bem como redução de custos com manutenção dos mesmos. Logo, com o melhor desempenho de máquinas e veículos, será possível melhorar a satisfação dos clientes com reação a produtos dessa categoria e contribuir com o desenvolvimento econômico mundial, que é extremamente dependente da forma de trabalho mecanizada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Mateus Tomaz Neves, pela paciência e dedicação destinados a elaboração desse trabalho e também por ser um grande incentivador de seus alunos, e se empenhar sempre em oferecer ensino de qualidade e apoio para torná-los estudantes e pessoas melhores a cada dia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANP. **Portaria n. 129**, de 30 de julho de 1999. Estabelece o regulamento técnico e especifica os óleos lubrificantes básicos de origem nacional ou importado para comercialização em

território nacional.

CAMPOS, J. A.; SANTANNA, G. C. **Proposta de boas práticas de armazenamento e manuseio de óleo lubrificante**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Mecânica) – Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

CARDOSO, L. C. **Petróleo: Do poço ao posto**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

CARRETEIRO, P. R.; BELMIRO, P. N. A. **Lubrificantes e Lubrificação Industrial**. Rio de Janeiro, 2008

FARAH, M. A. **Petróleo e seus derivados**: definição, constituição, especificações, características de qualidade. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

MANG, T.; DRESEL, W. **Lubricants and Lubrication**. 2. ed. Weinheim, Germany: Wiley-VCH, 2007.

FERTIRRIGAÇÃO DA *CROTALARIA RETUSA* COM VINHAÇA DE CACHAÇA

Isabela Cabral Ferreira¹, Rogério Pinto², Rafles Anselmo da Mata³,
Rosenilson Pinto⁴

Resumo: A pesquisa foi realizada na Unidade I do Centro Universitário de Viçosa, para avaliar a utilização da vinhaça, como fertirrigante para plantas de *Crotalaria retusa* e seus efeitos quanto a composição final do solo em pH e perfil mineral. O experimento foi estabelecido em delineamento inteiramente casualizado (DIC), com oito repetições para cada tratamento. As unidades experimentais foram constituídas de um vaso plástico, com volume interno de $1,8 \cdot 10^{-2} \text{ m}^3$ de solo, contendo seis concentrações crescentes de vinhaça diluída em água (i.e., 0,0%, 5,0%, 10,0%, 25,0%, 50,0% e 100%) foram aplicadas aos potes plásticos contendo *Crotalaria retusa*, mediante cálculo do volume de solo constante em cada vaso. O solo utilizado foi homogeneizado e analisado segundo composição química e valor de pH, com a correção do pH por meio uso de calcário dolomítico. Foram mensuradas as alturas das plantas de *Crotalaria retusa*, a cada duas semanas, em um período de 75 dias, e avaliadas amostras de solos após o uso dos tratamentos propostos, para obter os níveis nutricionais e de acidez do solo. Verificou-se que não houve efeito significativo ($P > 0,05$) dos tratamentos das diluições da vinhaça sobre o crescimento da *Crotalaria retusa*, e sobre o pH do solo. Observou-se que em dois tratamentos, onde 0% e 100% de solução de vinhaça, todas as plantas morreram, respectivamente, aos 60 e 15 dias após o plantio. Verificou-se efeito significativo ($P < 0,05$) dos tratamentos sobre os níveis de potássio do solo, não sendo observado efeito significativo para os minerais P, Ca^{2+} , Mg^{2+} , SB,

¹Graduanda em Engenharia Química - UNIVIÇOSA. E-mail: isabelanupexx2017@gmail.com;

²Professores do Curso de Engenharia Química - UNIVIÇOSA. E-mail: rogerio@univicoso.com.br

³Professores do Curso de Engenharia Química do Centro Universitário de Viçosa - UNIVIÇOSA. e-mail: rafles.mata@univicoso.com.br.

⁴Pós Doutor em Agronomia. E-mail: rsn.pinto@gmail.com.

T, V e P-Rem. Embora não houvesse efeito sobre o pH e os demais minerais, estes foram elevados com o aumento das concentrações de vinhaça nas diluições. Verificou-se que a utilização de vinhaça como fertirrigante é capaz de aumentar o pH do solo, melhorando o perfil dos nutrientes P, K, Mg^{2+} e P-Rem. Observou-se valores desejáveis quanto a composição final do solo em pH e perfil mineral, a partir da diluição com 25,0% até o máximo de 50,0% de vinhaça.

Palavras- Chave: Cana de açúcar, contaminação, fertilização, resíduo agroindustrial.

Abstract: *The research was carried out in Unit I of the University Center of Viçosa, to evaluate the use of vinasse, as fertigating for *Crotalaria retusa* plants and its effects on the final composition of the soil in pH and mineral profile. The experiment was established in a completely randomized design (IHD), with eight replicates for each treatment. The experimental units consisted of a plastic vessel, with an internal internal volume of 1.8. 10-2 m³ of soil, containing six increasing concentrations of vinasse diluted in water (i.e., 0.0%, 5.0%, 10.0%, 25.0%, 50.0% and 100%) were applied to plastic pots containing *Crotalaria retusa*, by calculating the volume of soil constant in each pot. The soil used was homogenized and analyzed according to chemical composition and pH value, with pH correction by the use of dolomitic limestone. The heights of *Crotalaria retusa* plants were measured every two weeks, in a period of 75 days, and soil samples were evaluated after the use of the proposed treatments, to obtain the nutritional and acidity levels of the soil. It was verified that there was no significant effect ($P>0.05$) of the treatments of vinasse dilutions on the growth of *Crotalaria retusa*, and on the soil pH. It was observed that in two treatments, where 0% and 100% of vinasse solution, all plants died, respectively, at 60 and 15 days after planting. There was a significant effect ($P<0.05$) of the treatments on soil potassium levels, and no significant effect was observed for*

the minerals P, Ca²⁺, Mg²⁺, SB, T, V and P-Rem. Although there was no effect on pH and other minerals, these were elevated with increasing vinasse concentrations in dilutions. It was verified that the use of vinasse as fertigator is able to increase the pH of the soil, improving the profile of nutrients P, K, Mg²⁺ and P-Rem. Desirable values were observed regarding the final composition of the soil in pH and mineral profile, from dilution with 25.0% up to a maximum of 50.0% vinasse.

Key Words: *Sugar cane, contamination, fertilization, agricultural residue.*

INTRODUÇÃO

A cana-de-açúcar é uma importante cultura no território brasileiro, devido sua múltipla utilidade, abrangendo desde setores industriais até propriedades de médio e pequeno porte (SILVA, 2007). A produção para fabricação de açúcar e etanol, estimada para 2020/2021 será de 642.717,8 (por mil toneladas) (SEAPA, 2020).

A cachaça se caracteriza como um dos destilados mais consumidos no mundo, sendo de primordial relevância para economia nacional. Desta forma, a modernização desse setor é fundamental para melhoria da produtividade e, posteriormente, aumento da competitividade.

A vinhaça é o produto de calda na destilação do licor de fermentação do álcool de cana-de-açúcar, sendo líquido residual, também conhecido, regionalmente, por restilo e vinhaça (SILVA, GRIEBELER e BORGES, 2007). Devido a sua elevada carga orgânica, afeta diretamente a flora e fauna dos mananciais, quando descartado sem um pré tratamento, devido à alta quantidade de oxigênio necessário para ocorrer

à oxidação da matéria orgânica biodegradável sob condições aeróbicas, sendo desta forma classificado como resíduo.

Assim, esta pesquisa destinou-se a avaliar o uso de diluições de vinhaça, produzida a partir da destilação da cana de açúcar, como fertirrigante.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizada pesquisa na Unidade I do Centro Universitário de Viçosa, a fim de avaliar o uso da Vinhaça, obtida em alambique de produção de cachaça da microrregião da Zona da Mata de Minas Gerais, coletada de apenas uma partida para o experimento. A composição química média apresentada na vinhaça, segundo Oliveira et al. (2009), a partir do método de produção por destilação do caldo de cana fermentado é: 9,4 Kg/m³ de Carbono, 0,23 Kg/m³ de Nitrogênio, 0,071 Kg/m³ de P₂O₅, 0,73 Kg/m³ de K₂O, 0,14Kg/m³ de CaO e 0,33Kg/m³ MgO.

Foi utilizado delineamento inteiramente casualizado, com seis (06) tratamentos e oito (08) repetições cada: Tratamento 1 – apenas utilizado água; Tratamento 2 – água contendo 05 % de concentração de vinhaça; Tratamento 3 – água contendo 10 % de concentração de vinhaça; Tratamento 4 – água contendo 25 % de concentração de vinhaça; Tratamento 5 – água contendo 50 % de concentração de vinhaça; Tratamento 6 – 100 % de concentração de vinhaça. Cada unidade experimental foi constituída de um vaso plástico para plantas, com um volume interno de 1,8. 10⁻² m³ de solo, sendo calculado o volume de fertirrigante em 100 mL a ser aplicado em cada tratamento pelo volume de solo constante no vaso.

O solo (substrato), foi analisado segundo composição química e valor de Ph, com a correção do pH por meio uso de calcário dolomítico.

Foi utilizado a *Crotalaria retusa* para análise do uso da vinhaça como fertirrigante. As sementes foram plantadas em número de três (03) por vaso, sendo os vasos irrigados, a cada 24 horas, durante um período experimental de 75 dias.

Para as análises experimentais, foram mensuradas as alturas da *Crotalaria retusa* de cada unidade experimental e coletadas amostras dos substratos no início e no término do período experimental, a fim de se verificar os níveis de nutrientes e de acidez do solo, após o uso dos tratamentos propostos. Os resultados obtidos foram submetidos à análise de variância (ANOVA) e realizado o teste de Tukey ao nível de 5% de probabilidade. Também, foi utilizada análise de regressão, a fim de verificar o comportamento do crescimento da *Crotalaria retusa*, segundo os tratamentos propostos durante o período experimental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificou-se que não houve efeito significativo ($P>0,05$) dos tratamentos das diluições da vinhaça sobre o crescimento da *Crotalaria retusa*.

Ao avaliar a relação dos crescimentos (medidas das alturas- cm) dentro de cada tratamento, verificou-se efeito linear crescente ($P>0,05$), segundo as equações dos tratamentos:- Tratamento 1: $y=1,1187x+18,738$ $R^2=0,9265$; - Tratamento 2: $y=1,0001x+17,82$ $R^2=0,9265$; - Tratamento 3: $y=0,7983x+19,008$ $R^2=0,9553$; - Tratamento 4: $y=0,9973x+17,47$ $R^2=0,9228$; - Tratamento 5: $y=0,7822x+19,208$ $R^2=0,9426$.

De posse das equações de crescimento das plantas, pôde-se estimar o crescimento médio das plantas de *Crotalaria retusa*. Assim, o tratamento que apresentou um maior crescimento médio foi o tratamento 2 (água contendo 05 % de vinhaça), propiciando crescimento de 1,0001cm para cada um dia experimental.

Entretanto, o tratamento 1 (apenas uso de água na irrigação das plantas), apresentou crescimento médio de 1,1187cm por dia com água até os 60 dias de experimento, ocorrendo morte das plantas deste tratamento a partir desta data.

Pode-se inferir, que a necessidade de elementos minerais, mudam ao longo do crescimento e do desenvolvimento de uma planta, onde os níveis de nutrientes influenciam a produtividade de constituintes vegetais. A morte das plantas para o tratamento com água, após os 60 dias, pode ter ocorrido por falta de nutrientes necessários, uma vez que não havia a correção destes ao longo de seu crescimento, e a irrigação com somente água pode ter mimetizado o efeito da lixiviação no solo, que carrega os nutrientes dissolvidos, principalmente nitrato, na água de drenagem.

Quanto ao tratamento 6 (100% de vinhaça), observou-se que 100% das plantas morreram a partir da segunda semana de medição. Este resultado corrobora os achados de Santos e Fonseca (2016), ao contextualizarem as perdas nas plantas por excesso ou deficiência de nutrientes, afirmam que estes ocorridos podem reduzir o crescimento, por limitar a absorção de outros nutrientes, bem como pelo aparecimento de efeitos tóxicos.

Uma vez ministrado os tratamentos, percebeu-se além de o cheiro forte resultante da vinhaça, um número elevado de moscas, quanto maior era a sua concentração.

Foram obtidos os valores de 5,350; 7,130; 7,145; 7,130; 6,995 e 7,175 do pH no solo respectivamente para amostras dos tratamentos de 01 ao 06, não tendo sido observada diferença significativa ($p > 0,05$) entre os tratamentos. Embora não houvesse diferença significativa, verificou-se efeito benéfico da vinhaça sobre o pH do solo, sendo capaz de elevá-lo, respectivamente em 1,78 (com uma diluição de 5,0% de

vinhaça), 1,8 (com uma diluição de 10,0% de vinhaça), 1,78 (com uma diluição de 25,0,% de vinhaça), 1,65 (com uma diluição de 50,0% de vinhaça), 1,83 (com 100,0% de vinhaça), sobre o pH do solo sem o uso da vinhaça.

Verificou-se, que somente para os níveis de potássio (K) fixados no solo, foi observado efeito significativo ($P < 0,05$), segundo os tratamentos aplicados. Observou-se, que quanto maior a concentração da vinhaça na diluição, maior foi o nível de potássio observado no solo, onde a concentração encontrada no solo que não recebeu diluição a base de vinhaça apresentou a concentração de $27,0 \text{ mg/dm}^3$ enquanto para os tratamentos que apresentaram concentrações de vinhaça, foram respectivamente 108, 156, 282, 462 e 326 mg/dm^3 . Assim, a diluição que apresentou maior concentração de potássio no solo foi a de 50,0% de vinhaça, apresentando a concentração de 462 mg/dm^3 de potássio.

Embora não fossem observados efeitos significativos ($P > 0,05$) para P, Ca^{2+} , Mg^{2+} , SB, T, V e P-Rem. verificou-se que quanto maior a concentração de vinhaça na diluição, maiores eram as suas concentrações nas amostras de solos. Entretanto, para os minerais P, K, Mg^{2+} e P-Rem a diluição de 50,0% de vinhaça apresentou as maiores concentrações finais. Pode-se inferir que há efeito benéfico em utilizar a diluição da vinhaça em até o máximo utilizado neste experimento (50,0%), pois esta foi capaz de aumentar o perfil nutricional do solo, que deverá causar uma diminuição na suplementação realizada por adubações químicas, dependendo das culturas exploradas.

CONCLUSÃO

O tratamento 02 (05 % de vinhaça) apresentou maior crescimento médio das plantas de *Crotalaria retusa*.

Nas condições realizadas deste experimento observou-se valores desejáveis quanto a composição final do solo em pH e perfil mineral, a partir da diluição com 25,0% até o máximo de 50,0% de vinhaça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, L. EDNALDO; ANDRADE, A. B. LUIZ; FARIA, A. MANOEL; CUSTÓDIO, N. TELDE. **Vinhaça de alambique e nitrogênio na cana-de-açúcar, em ambiente irrigado e não irrigado**. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental. v.13, n.6, p.694–699, 2009.

SANTOS, M.E.R.; FONSECA, D.M. **Aducação de Pastagens Em Sistemas De Produção Animal**. Viçosa – Minas Gerais: Editora UFV, 311P. 2016.

SEAPA - Secretaria De Estado De Agricultura, Pecuária E Abastecimento De Minas Gerais. **Perfil do Agronegócio Brasileiro**. Agosto de 2020. Subsecretaria De Política E Economia Agrícola. Superintendência de Inovação e Economia Agropecuária. Disponível em: < http://www.ReformaAgraria.mg.gov.br/images/documentos/perfil_brasil_set_2020%5b1%5d.pdf > Acessado em: 28/09/2020.

SILVA, M. A. S.; GRIEBELER, N. P.; BORGES, L. C. Uso de vinhaça e impactos nas propriedades do solo e lençol freático. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**. v.11, n.1, Campina Grande jan./fev. 2007.

SILVA, V. L. M. M; GOMES, W, C; ALSINA, O. L. Utilização do bagaço de cana de açúcar como biomassa adsorvente na absorção de poluentes orgânicos. **Revista Eletrônica de Materiais e Processos**. v.2, p.127- 32. 2007.

HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA PRESENÇA DA PSICOLOGIA EM TEXTOS DA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS – RBEP ENTRE 1944 E 1964

Ana Caroline de Souza Cassini¹, Sérgio Domingues²

Resumo: Esta pesquisa apresenta um estudo sobre a História da Psicologia no Brasil por meio da análise da presença de textos e autores da psicologia na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP, durante o período de 1944 até o ano de 1964. O objetivo da pesquisa é investigar a presença da Psicologia na revista a fim de compreender as relações históricas entre a Psicologia e o campo educacional. A pesquisa ocorreu por meio de um estudo bibliométrico, seguido da análise de conteúdo e análise de citações, onde foram investigadas a presença de temas, conceitos e autores relacionados a Psicologia. A fonte da pesquisa consistiu nas edições da RBEP, do volume 01, número 01, ao volume 42, número 96. Foram realizadas cópias dos sumários de cada edição da RBEP no período estudado, seguido da análise das obras selecionadas, que consistiu na leitura integral das mesmas, a fim de se identificar: autores, teorias e sistemas em psicologia, processos psicológicos e conceitos relativos a psicologia. Os resultados obtidos apontam a presença de 23 artigos sobre instrumentos de avaliação psicológica, 9 artigos sobre Psicologia Organizacional e do Trabalho, 17 artigos sobre Inteligência e Desenvolvimento Psíquico; e 22 artigos sobre Psicologia da Educação e métodos psicopedagógicos, contabilizando 65 artigos sobre Psicologia na RBEP.

Palavras-chave: História da Psicologia, História da Educação, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Recepção de

¹Graduanda em Psicologia– UNIVIÇOSA. e-mail: cassinicaroline29@gmail.com

²Docente de Psicologia no Centro Universitário de Viçosa -UNIVIÇOSA. Doutor em Educação. e-mail: sergiodomingues@univicosacom.br

Teorias Psicológicas, Regulamentação da Psicologia no Brasil.

Abstract: *This research presents a study on the History of Psychology in Brazil through the analysis of the presence of texts and authors of psychology in the Brazilian Journal of Pedagogical Studies - RBEP, from 1944 to 1964. The objective of the research is to investigate the presence of Psychology in the magazine in order to understand the historical relationships between Psychology and the educational field. The research took place through a bibliometric study, followed by content analysis and citations analysis, where the presence of themes, concepts and authors related to Psychology were investigated. The source of the research consisted of RBEP editions, from volume 01, number 01, to volume 42, number 96. Copies of the summaries of each edition of RBEP in the period studied were made, followed by the analysis of the selected works, which consisted of the full reading of them, in order to identify: authors, theories and systems in psychology, psychological processes and concepts related to psychology. The results obtained point to the presence of 23 articles on psychological assessment instruments, 9 articles on Organizational and Work Psychology, 17 articles on Intelligence and Psychic Development; and 22 articles on Educational Psychology and psychopedagogical methods, accounting for 65 articles on Psychology in the RBEP.*

Keywords: *History of Psychology, History of Education, Brazilian Journal of Pedagogical Studies, Reception of Psychological Theories, Regulation of Psychology in Brazil.*

INTRODUÇÃO

A Psicologia e a Educação são campos disciplinares distintos, mas que possuem uma relação profícua, uma vez que a Educação foi um dos campos onde a Psicologia brasileira se desenvolveu como saber autônomo, com suas práticas

de atuação, e se definiu enquanto campo profissional. A Psicologia fornecia subsídios teóricos e técnicos para fomentar a ação educativa, constituindo-se como a ciência que cuidava do indivíduo e das diferenças individuais, da aprendizagem, dos processos de desenvolvimento psíquico, da personalidade, das motivações, aptidões, vocações, da avaliação psicométrica, entre outros temas (ANTUNES, 2014).

A Psicologia também encontrou na Educação um campo para a difusão de suas pesquisas no Brasil. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP teve grande importância para a expansão e consolidação da Educação no Brasil, contribuindo significativamente para seu desenvolvimento e difusão, por meio da oferta de cursos de aperfeiçoamento para professores, chefes de serviços educacionais, estágios e publicações na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP (ANTUNES, 2012).

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa se configura como estudo bibliométrico, através do qual foi realizada uma análise descritiva e interpretativa dos dados obtidos por meio dos artigos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP. O procedimento da coleta de dados ocorreu por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental. A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos é uma fonte de informação histórica, que contempla os acontecimentos acerca da Psicologia e Educação (DALFOVO, LANA e SILVEIRA, 2008).

A fonte da pesquisa consistiu nas edições da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP, do volume 01, número 01 de 1944, ao volume 42, número 96 de 1964. Seus artigos foram analisados a fim de fornecer informações sobre a presença da Psicologia (conceitos, temas, áreas de atuação,

teorias e sistemas) no âmbito da revista. Foram selecionados os artigos cujos títulos abordassem conteúdos referentes à Psicologia, como por exemplo: nome de autores, teorias e sistemas, processos psicológicos, conceitos, temas e áreas de atuação.

O critério de exclusão adotado nesta pesquisa foi não utilizar textos da RBEP publicados entre 1944 e 1964, cujos títulos e textos não abordassem conteúdos referentes à Psicologia.

Foram realizadas fotocópias dos sumários de cada edição da RBEP no período estudado, posteriormente, foi iniciada a análise das obras selecionadas. A análise dos textos selecionados consistiu na leitura integral dos mesmos, a fim de se identificar: 1) autor(es); 2) teorias e sistemas; 3) processos psicológicos e 4) conceitos referentes a psicologia. Durante a análise dos artigos, foram elaboradas tabelas cronológicas das publicações, seguida da tabela por categorias referentes aos assuntos e autores, além da frequência de citações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presença da Psicologia foi identificada logo no volume 1, número 1 de 1944 da RBEP, edição que inaugura a revista. A apresentação da RBEP, cita Binet, Claparède, Dewey, Purkheim, Ferrière, autores que desenvolveram importantes contribuições para a Psicologia, que são abordados para discutir os princípios gerais da filosofia e das ciências da educação. Também são citadas Montessori e Decroly para abordar a fixação das bases e dos métodos pedagógicos.

O segundo texto da edição é um artigo escrito por Helena Antipoff (1944) “Como pode a escola contribuir para a formação de atitudes democráticas”. Nesse artigo, Antipoff cita importantes teóricos da Psicologia como Freud (citado uma

vez), Claparède (citado uma vez) e Piaget (citado uma vez). A presença de um texto de Helena Antipoff, no volume que inaugura o periódico reforça a hipótese de que havia nesse período uma forte relação entre a Psicologia e a Educação no Brasil, o que se reflete nos artigos publicados na RBEP, como será apresentado a seguir.

Ao todo foram identificados um total de 65 artigos que apresentam elementos relacionados a psicologia. Foram identificados 23 artigos que tratavam de estudos sobre avaliação psicológica. Segundo Rosas (1984), os artigos veiculados na RBEP tinham como predomínio a tendência psicométrica. Entre os artigos da categoria “avaliação psicológica”, foram identificados estudos sobre nível mental, homogeneização das classes escolares, validade e fidedignidade de testes, análise fatorial, avaliação psicológica no processo de seleção e psicodiagnóstico, avaliação da coordenação visomotora, vocabulário e atenção. Foi identificado um artigo de Costa (1946) que utiliza a linguagem “débeis mentais”, “imbecis”, e “oligofrênico”, para designar pessoas com alguma anormalidade, mostrando as terminologias do período para se referir a pessoa com deficiência.

O volume 12, número 34 de 1948, apresenta 07 artigos sobre os instrumentos de avaliação psicológica, onde foram citados aproximadamente 140 autores. Os artigos identificados tratam testes “Validade e fidedignidade nos testes coletivos de inteligência” (BRAGA, 1948) “Quociente de inteligência de Stern ou constante de pessoal de Heinis?” (COSTA, 1948), “A homogeneização de classes na escola primária” (PINHEIRO, 1948), “O quebra-cabeça “B” como teste de capacidade” (WILSON, BURGESS, 1948), “Teste de redação” (ANTIPOFF, 1948), “Medida de crescimento psico-educacional” (FINDLAY, 1948), “Psico-diagnóstico miocinético” (MENESES, 1948) este último artigo trata-se de um estudo sobre o teste de Emílio Mira y Lopes.

Foram identificados 02 artigos sobre o Teste ABC de Lourenço Filho, o primeiro sobre a aplicação do Teste ABC com crianças indígenas (PESSOA, 1945), e o segundo sobre a análise fatorial do teste (MARTINS, 1949). Em 1955 foi identificado um artigo sobre os critérios de coeficiente, teste e reteste, validade e correlação dos testes psicológicos (MARTINS, 1955). Em 1959 foi publicado um artigo que trata da elaboração do teste não verbal de inteligência, que surgiu através da preocupação com o problema da medida de avaliação da inteligência de analfabetos (WEIL, 1959). Entre os testes citados na RBEP entre 1944 e 1964 foram identificados: Testes Binet-Simon, Binet-Terman, Labirinto Manual de Rey, Test Mental de KOHS, Teste ABC, Teste de Redação e Rorschach.

Além disso foram identificados 09 artigos que discutem sobre a Psicologia do Trabalho e Psicologia Organizacional, durante o período de 1944 até 1964, na RBEP. Entre os temas, foram identificados textos sobre a Psicologia do Trabalho, Psicologia Organizacional, Orientação Profissional, Seleção de Pessoal. Foram identificados no ano da inauguração da RBEP um artigo sobre Psicologia e Pedagogia do Trabalho (PLANCHARD, 1944), e no ano seguinte um artigo sobre a Psicologia ao serviço da organização (LOURENÇO FILHO, 1945).

Foram localizados 22 artigos que discutem Psicologia da Educação, apresentando discussões sobre orientação educacional, métodos psicopedagógicos, aplicações da Psicologia na educação, necessidade do estudo da criança no lar e na escola e formação de professores. O número 13 de 1945 contou com 03 artigos sobre a Psicologia da Educação e Métodos Psicopedagógicos, considerado um número da revista formativo, informativo, didático e documental. Apresentou uma ampla discussão sobre o Guidance Movement, tornando-se um documento importante para os Psicólogos estudiosos do movimento (ROSAS, 1984).

Também foram localizados 17 artigos que recorrem à Psicologia para discutir inteligência, desenvolvimento psíquico, nível mental, nível de maturação, problemas de aptidão, psicopatologia infantil e personalidade. São estudos sobre temas como desenvolvimento psíquico, (MEDEIROS, 1947; MABINHO, 1947), nível mental, inteligência, nível de maturação, aptidão, (MAIA, 1945; RONDILEAU, 1945; LOURENÇO FILHO, 1954), psicopatologia infantil, personalidade (COSTA, 1948).

Além destes foram identificados os estudos de Cardoso (1944) e Cuilla (1947) sobre anormalidades do caráter. O artigo de Hall (1949) que discorre sobre anormalidades no desenvolvimento, já o artigo de Kemper (1950) fala sobre as anormalidades no desenvolvimento psíquico, e a relação entre o processo somático e o psíquico. As referências sobre atendimento psicodiagnóstico, diagnóstico e a orientação dos deficientes mentais e superdotados, a psicoterapia, a higiene mental, refletem a evolução da prática e dos estudos sobre a Psicologia Clínica na RBEP (ROSAS, 1984).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa pode-se considerar que o desenvolvimento da Psicologia no campo educacional foi relevante para a difusão da ciência psicológica no Brasil. A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP contou com 65 artigos sobre a Psicologia nos primeiros 20 anos de sua publicação, em que se destacaram as publicações sobre a Psicologia Educacional e os métodos psicopedagógicos, instrumentos de avaliação psicológica, Psicologia Organizacional e Psicologia do Trabalho e os estudos sobre Inteligência, desenvolvimento mental e estudos sobre a Psicologia Infantil.

A Psicologia obteve na RBEP um espaço importante para desenvolver e disseminar seus estudos e suas aplicações. Além disso, percebe-se a importância de figuras como Lourenço Filho e Helena Antipoff, na divulgação e produção desses estudos. Lourenço Filho promoveu discussões sobre Psicologia Organizacional e do Trabalho, testes psicológicos, e a Psicologia educacional no Brasil. Os 04 artigos sobre Psicologia de Helena Antipoff identificados, discutem sobre a Psicologia Educacional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por me acompanhar durante todos os momentos. À minha família por todo apoio. E ao meu orientador, Sérgio Domingues pelo incentivo durante todo o curso e ao longo deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTIPOFF, H. Como pode a escola contribuir para a formação de atitudes democráticas? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília*, v.1, n.1, p. 36-45, 1944.

ANTUNES, M. A. M. A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v. 32, n. spe, p. 44-65, 2012.

ANTUNES, M. A. M. A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição. 5. ed. São Paulo, EDUC – Editora da PUC, São Paulo, 2014.

COSTA, M. I. L. da. O valor do Labirinto Manual de Rey para a avaliação da educabilidade. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília*, v.9, n.22, p.33-45, 1946.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A.. Métodos

quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, v.2, n.4, p.0113, 2008

ROSAS, P. A Psicologia na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 65, n. 150, p. 314-336, maio/ago. 1984.

INFLUÊNCIA PARENTAL NA NEOFOBIA ALIMENTAR INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Quézia Mendes da Silva¹, Ana Cristina Rocha Espeschit², Luciana Marques Vieira³, Eliene da Silva Martins Viana⁴.

Resumo: O comportamento alimentar das crianças tende a ser o reflexo das relações familiares vivenciado no âmbito doméstico onde ocorre uma reprodução de práticas alimentares e do estilo de vida dos pais. Sendo assim, este trabalho teve como finalidade a realização de uma revisão integrativa da literatura sobre a influência parental na neofobia alimentar infantil. Foram realizadas buscas de artigos originais, teses, estudos de caso, em português e inglês, publicados nos últimos dez anos que abordavam sobre o tema, disponibilizados nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Pubmed (Scielo e Medline). Após pesquisas nas bases de dados, identificou-se 1.912 artigos. Após leitura de títulos, resumos e aplicação de critérios de exclusão, foram selecionados 14 artigos. Os resultados apontaram que a alimentação da família tende a ser reproduzido pelos filhos, partindo do pressuposto que os pais muitas vezes são espelho para ações das crianças. Os resultados também demonstraram que o fator socioeconômico tem influência sobre as neofobias alimentares devido a oferta limitada de alimentos, decorrente da falta de recursos financeiros, sendo assim quando um novo alimento é apresentado, as crianças tende a recusa-los. Outro ponto assinalado nos resultados é, que a coerção, ou seja, pressão para comer pode ser um facilitador para a promoção de neofobias alimentares. Sendo assim conclui-se com este estudo que existe influência parental na neofobia alimentar infantil.

Palavras-chave: Conduta na alimentação, nutrição da criança, tradições alimentares.

¹Graduando em Nutrição – UNIVIÇOSA. e-mail: queziaanglo@gmail.com

²Docente do Curso de Nutrição – UNIVIÇOSA. e-mail: espeschit_nut@hotmail.com

³Docente do Curso de Nutrição – UNIVIÇOSA. e-mail: lucianavieira@univicoso.com.br

⁴Docente do Curso de Nutrição – UNIVIÇOSA. e-mail: elieneviana@univicoso.com.br

Abstract: *The children's eating behavior tends to be a reflection of family relationships experienced in the domestic sphere, where there is a reproduction of eating practices and the parents' lifestyle. Therefore, this study aimed to carry out an integrative review of the literature on parental influence on infantile food neophobia. Searches were made for original articles, theses, case studies, in Portuguese and English, published in the last ten years that addressed the topic, made available in the databases of the Virtual Health Library (VHL) and Pubmed (Scielo and Medline). After searching the databases, 1,912 articles were identified. After reading titles, abstracts and applying exclusion criteria, 14 articles were selected. The results showed that family food tends to be reproduced by children, based on the assumption that parents are often a mirror for children's actions. The results also demonstrated that the socioeconomic factor has an influence on food neophobias due to the limited supply of food, due to the lack of financial resources, so when a new food is presented, children tend to refuse it. Another point highlighted in the results is that coercion, that is, pressure to eat, can be a facilitator for the promotion of food neophobias. Thus, it is concluded with this study that there is parental influence on infantile food neophobia.*

Keywords: *Child nutrition, conduct in feeding, food traditions.*

INTRODUÇÃO

A alimentação tem papel fundamental no que tange ao desenvolvimento infantil. Oferecer alimentos que combinem tanto em qualidade quanto em quantidade suficiente, favorecem o crescimento satisfatório das crianças e atenuam carências nutricionais que são significativas na primeira infância (LOPES et al 2018). O comer bem favorece o desenvolvimento dos indivíduos com hábitos nutricionais adequados e proporciona, aos mesmos, saúde física e psicológica (PEREIRA; SILVA; SÁ, 2015).

A formação dos hábitos alimentares inicia-se no período gestacional e posteriormente sofre interferências culturais, socioeconômica, religiosa dentre outras que podem permanecer ao longo da vida (SILVA; COSTA; GIUGLIANI, 2016).

O comportamento alimentar das crianças tende a ser o reflexo das relações familiares vivenciado, no âmbito doméstico, onde ocorre uma reprodução de práticas alimentares e do estilo de vida dos pais (VILLA et al., 2015). E as mães, por assumirem o cuidado dos filhos, bem como a preparação dos alimentos, tendem a ser um fator chave na formação do comportamento alimentar infantil (ARAUJO, 2015).

Outro fator que merece destaque, diz respeito às neofobias alimentares que segundo Tomada, Ferreira e Rego (2015), refletem-se pela dificuldade que a criança apresenta em ingerir determinados alimentos, ainda desconhecidos, podendo, esta, ser transitória ou permanente, gerada por situações de estresse ou até mesmo por condições emocionais.

Para tanto, é de suma importância o estudo do comportamento alimentar infantil, afim de analisar a influência parental e como ela interfere na neofobia alimentar infantil, de forma a promover mudanças benéficas desde a mais tenra idade, onde o comportamento está sendo construído. Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo revisar literatura indexada, de forma integrativa sobre a influência parental na neofobia alimentar infantil.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, tendo como base a análises de artigos referentes à influência parental na neofobia alimentar infantil. Os artigos foram selecionados nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Pubmed (Scielo e Medline).

Foram utilizados nesta revisão, artigos originais, teses, estudos de caso, em português e inglês publicados nos últimos dez anos, bem como artigos considerados importantes que abordavam sobre a temática do estudo, mesmo não se encontrando dentro do período de tempo pré-estabelecido. Foram usadas as seguintes palavras chave e suas combinações em português e inglês “conduta na alimentação”, “neofobia alimentar”, “nutrição da criança” e “tradições alimentares”.

Após pesquisas nas bases de dados, foram identificados 1.912 artigos e, fez-se uma análise por título para exclusão de artigos que não se enquadravam, restando assim 205 artigos. Após extensa avaliação foram elegidos 14 artigos para composição deste trabalho.

Para a extração de dados dos artigos, e para melhor compreensão, foi elaborada uma tabela contendo informações como: autores, ano de publicação, objetivo, principais resultados obtidos na pesquisa e conclusão do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Hayter et al. (2013), constataram que a alimentação da família está, em suma, atrelada à condição financeira, visto que, com a baixa renda, a aquisição de certos alimentos é prejudicada, fazendo com aporte nutricional das refeições sejam reduzidos. Desta forma, famílias com maior renda tende a ofertar refeições mais variadas aos filhos.

Mallan et al. (2013), perceberam que os pais têm papel de extrema relevância quanto a alimentação da família, pois estes eram responsáveis pela aquisição, preparo e escolha dos alimentos dos filhos, em pelo menos metade das refeições. Estas famílias entendiam que o momento das refeições era oportuno para o cuidado para com a família. Wyse, Wolfenden e Bisquera (2017), identificaram que o ambiente doméstico

pode ser o mediador para o aumento de ingestão de frutas e verduras, uma vez que os pais aumentem o seu consumo bem como a oferta para seus filhos.

Diante dos achados, Wyse, Wolfenden e Bisquera (2017) e Mallan et al. 2013, evidenciam que o âmbito familiar é primordial para a implementação de hábitos alimentares saudáveis, e que a figura dos pais reflete no comportamento alimentar dos filhos.

Ao discorrer sobre o comportamento, alimentar traz-se em evidência o conceito neofobia alimentar, ou seja, aversão por experimentar novos alimentos. Russell e Worsley (2013) obtiveram relatos de pais com filhos classificados neofóbicos, estes declararam que as aversões alimentares das crianças estavam atreladas a fatores como personalidade, agitação ou gostos alimentares inatos e também consideraram que as crianças eram exigentes quanto às escolhas alimentares e não estariam dispostas a experimentar novos alimentos, certificando-se que, os mesmos não iriam gostar, mesmo antes de oferecê-lo. Já os pais com filhos considerados saudáveis atribuíram que por saírem com frequência com os amigos às crianças eram mais estimuladas a experimentarem novos alimentos. No entanto, todos tinham a crença que as escolhas alimentares não eram influenciadas pelos pais, e que muitas preferências alimentares poderiam ser inatas ou relacionadas à textura e aparência do alimento.

Rigal et al. (2012), demonstraram que uma das causas que trazem objeção à criança em escolher novos alimentos está vinculada ao fato dos pais servirem a criança apenas alimentos de sua preferência ou até mesmo utilizar de estratégias autoritárias e coercivas corroborando assim para o aumento de aversões alimentares.

Johnson et al. (2015), verificaram que o maior índice de neofobia alimentar infantil estava associado ao consumo

de vegetais, já que estes estavam abaixo das recomendações, revelando assim, pouca diversidade na alimentação. Sendo assim, a baixa aceitação alimentar, caracterizava-se pela não adesão destes alimentos por parte das famílias, e a falta de familiarização estimulava a sua recusa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos evidenciaram que existe influência parental nas neofobias alimentares infantil. As condições socioeconômicas das famílias podem representar um fator gerador de neofobias, uma vez que, as famílias que possuem menor renda, são limitadas a uma maior variedade de alimentos, podendo motivar aversões quando estes são apresentados às crianças.

O fator coerção, pressão para comer, mostrou-se ser uma estratégia errônea e passível de ocasionar mais neofobias alimentares. Baseado nos estudos conclui-se, que existe influência parental na neofobia alimentar infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, G. S. Práticas Parentais Alimentares e sua Relação com o Consumo de Alimentos na Infância. 2015. 158f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília - UnB, Faculdade de Ciências da Saúde, Departamento de Nutrição, 11 Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana, 2015. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19004/1/2015_GiovannaSoutinhoAra%C3%BAjo.pdf. Acesso em Set. 2019.

HAYTER, A. K. M; DRAPER, A. K; OHLY, H. R; REES, G. A; PETTINGER, C; MCGLONE, P; WATT, R. G. A qualitative study exploring parental accounts of feeding pre-school children in two low-income populations in the UK. Maternal

& Child Nutrition, p. 371–384, 2013. Disponível em: [JOHNSON, S. L; DAVIES, P. L; BOLES, R. E., GAVIN, W. J; BELLOWS, L. L. Young Children’s Food Neophobia Characteristics and Sensory Behaviors Are Related to Their Food Intake. *The Journal of Nutrition*, V. 145\(11\), p. 2610–2616, 2015. Disponível em: \[https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26423739/?from_term=Feeding+conduct+AND+%22child%22&from_filter=simsearch3.fft&from_filter=articleattr.data&from_filter=ds1.y_10&from_filter=species.humans&from_filter=language.english&from_filter=language.portuguese&from_filter=journalcategory.medline&from_filter=age.preschoolchild&from_page=12&from_pos=1\]\(https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26423739/?from_term=Feeding+conduct+AND+%22child%22&from_filter=simsearch3.fft&from_filter=articleattr.data&from_filter=ds1.y_10&from_filter=species.humans&from_filter=language.english&from_filter=language.portuguese&from_filter=journalcategory.medline&from_filter=age.preschoolchild&from_page=12&from_pos=1\)](https://pesquisa.bvsalud.org/brasil/?lang=pt&q=au:”Draper, Alizon K. Acesso em Jan. 2020.</p></div><div data-bbox=)

LOPES, W.C; MARQUES, F. K. S; OLIVEIRA, C. F; RODRIGUES, J. A; SILVEIRA, M. F; CALDEIRA, A. P; PINHO L. ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS NOS PRIMEIROS DOIS ANOS DE VIDA. *Rev. Paul. Pediatr*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 164-170, jun, 2018. Disponível em: b. Acesso em 29 Ago de 2019.

MALLAN, K. M; NOTHARD, M; THORPE, K; NICHOLSON, J. M; WILSON, A., SCUFFHAM, P. A; DANIELS, L. A. The role of fathers in child feeding: perceived responsibility and predictors of participation. *Child: Care, Health and Development*, v. 40(5), p. 715–722, 2013. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23902382/?from_term=Feeding+conduct+AND+%22child%22&from_filter=simsearch3.fft&from_filter=articleattr.data&from_filter=ds1.y_10&from_filter=species.humans&from_filter=language.english&from_filter=language.portuguese&from_filter=journalcategory.medline&from_filter=age.preschoolchild&from_m_

page=2&from_pos=1

PEREIRA, C. M.; SILVA, A. L.; SA, M. I. Fatores que influenciam os comportamentos alimentares: questionário das escolhas alimentares dos adolescentes. *Psic., Saúde & Doenças*, Lisboa, v. 16, n. 3, p. 421-438, Dez, 2015. Disponível em: . Acesso em 02 set, 2019.

RIGAL, N; CHABANET, C; ISSANCHOU, S; MONNERY-PATRIS, S. Links between maternal feeding practices and children's eating difficulties. Validation of French tools. *Appetite*, v. 58(2), p. 629–637, 2012. Disponível: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22245135/>

RUSSEL, C. G; WORRSLEY, A. Why don't they like that? And can I do anything about it? The nature and correlates of parents' attributions and self-efficacy beliefs about preschool children's food preferences. *Appetite*, v. 66, p. 34–43, 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23474088/>

SILVA, G. A. P; COSTA, K. A. O; GIUGLIANI, E. R. J. Alimentação infantil: além dos aspectos nutricionais. *J. Pediat. Porto Alegre*, v. 92, n. 3, supl. 1, p. 2-7, Jun, 2016. 13 Disponível em: . Acesso em 02 Set, 2019.

VILLA, J. K. D; SILVA, A. R; SANTOS, T. S. S; RIBEIRO, A. Q; PESSOA, M.C; SANT'ANA, L. F. R. Padrões alimentares de crianças e determinantes socioeconômicos, comportamentais e maternos. *Rev. Paul. Pediatr.* São Paulo, v. 33, n. 3, p. 302-309, Set, 2015. Disponível em: . Acesso em: 03 Set. 2019.

WYSE, R; WOLFNDEN, L; BISQUERA, A. Characteristics of the home food environment that mediate immediate and sustained increases in child fruit and vegetable consumption:

mediation analysis from the Healthy Habits cluster randomised controlled trial. *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, v. 12, 2015. Disponível em: <https://ijbnpa.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12966-015-0281-6#citeas>.

MÃES ADOLESCENTES E OS DILEMAS SOBRE A AMAMENTAÇÃO

Ana Carolina Silva Carmanini¹ Eliangela Saraiva Oliveira
Pinto²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo principal abordar a importância da amamentação e como é esse processo para as mães adolescentes. Foi desenvolvido através de uma revisão de literatura de característica descritiva a respeito do processo de amamentação das mães adolescentes, utilizando artigos disponíveis na base de dados informatizada da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os achados científicos apontam os problemas encontrados que dificultam a amamentação como trauma mamilar, “leite não ser suficiente”, não ter uma boa pega, não receber apoio da família ou até mesmo questões estéticas, pode fazer com que a mãe interrompa este processo tão importante que na maioria das vezes, por falta informação, deixa de lado os benefícios que a AME pode ocasionar a ela.

Palavras-chave: Adolescência; amamentação; gravidez na adolescência; aleitamento materno.

Abstract: *This work has as main objective to address the importance of breastfeeding and how it is for adolescent mothers. It was developed through a literature review of a descriptive characteristic about the breastfeeding process of adolescent mothers, using articles available in the computerized database of the Virtual Health Library (VHL). The scientific findings point out the problems found that make breastfeeding difficult as nipple trauma, “milk is not enough”, not*

¹Graduanda do Curso de Enfermagem - UNIVIÇOSA. E-mail: carolcarmaninivrb@gmail.

²Docente do curso de Enfermagem - UNIVIÇOSA. E-mail: eliangela@univicoso.com.br.

having a good grip, not receiving support from the family or even aesthetic issues, can cause the mother to interrupt this process so important that most of the time, due to lack of information, she stops side the benefits that AME can bring to it

Keywords: *breast-feeding; adolescent breastfeeding; teenage pregnancy; breastfeeding.*

INTRODUÇÃO

O aleitamento materno é essencial para o crescimento e desenvolvimento da criança trazendo vários benefícios em relação à imunidade, ao crescimento nutricional e controle de infecções, como as diarreicas e doenças respiratórias (MARQUES, et al., 2011).

Esta prática traz diversos benefícios para a criança e para a mãe, além de influenciar no desenvolvimento infantil e na redução da morbidade e mortalidade, contribui também com o desenvolver da fala, da inteligência e previne alterações ortodônticas e formação de cáries. Já para a mãe, pode-se destacar o laço afetivo que forma entre o binômio, a involução uterina, a redução do risco de câncer de mama e ovário, além de contribuir com a recuperação do peso pós-gestacional (OLIVEIRA, 2011).

Um fator que pode influenciar sobre amamentação da criança é a estética atribuída pelas mães adolescentes, como afirma Menezes e Domingues (2004) que as mudanças corporais são percebidas por gestantes adolescentes, onde estas enfatizam gostar das mudanças que ocorrem na barriga, porém gostam menos do desenvolvimento ocorrido nos seios. Para mães adolescentes, a amamentação pode ser um grande desafio porque além das modificações e adaptações a

puberdade, terá também que desempenhar o papel materno, incluindo naturalmente práticas de amamentação da parturiente (TAVEIRA E ARAUJO, 2019).

Assim, este estudo tem como foco a amamentação realizada por mães adolescentes, diante isso, busca-se identificar as implicações no processo de amamentar para a mãe adolescente.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se como uma revisão bibliográfica de característica descritiva e os artigos utilizados foram encontrados na base de dados informatizada da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A análise da pesquisa foi realizada durante o período de julho a agosto a partir de descritores como “amamentação; amamentação na adolescência; gravidez na adolescência; aleitamento materno, sendo selecionados a o final 23 artigos, e os 3 cadernos de saúde da criança e adolescente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gravidez na adolescência e suas implicações no processo da amamentação

Os números de mães adolescentes sofreram um aumento, passando a ser um problema de saúde pública além de gestantes adolescentes entre 10 e 19 anos serem classificadas como grupo de risco e que ao mesmo tempo em que a gravidez pode vim como uma forma de desenvolvê-las, pode também causar alguns atrasos atrapalhando como exemplo os estudos e trabalhos dessas adolescentes (DURHAND, 2004).

A gravidez na adolescência trás possíveis consequências como infecção urinária, maiores incidências de síndrome hipertensiva da gravidez (SHG), abortamento, anemia, rotura

prematura, diabetes gestacional, doença hipertensiva da gestação, síndromes hemorrágicas, complicações no parto onde pode determinar o aumento da mortalidade materna e infantil (AZEVEDO, et al., 2015).

Mesmo com as orientações feitas pelos profissionais de saúde é muito comum encontrar puérperas com dificuldades na amamentação e que ainda não sabem os benefícios deste processo ou obtém poucas informações.

Segundo Furman (2017) citado por Cardoso et al. (2019), mulheres e seus parceiros não compreendem totalmente esse benefício, pois a educação materna pré e pós-natal e os incentivos para estimular e acompanhar a amamentação não ocorreu ocasionalmente e de acordo com estudos mulheres mais jovens, com menor escolaridade, solteiras e pertencentes a minorias étnicas têm menos probabilidade de amamentar

Uma pesquisa transversal realizada com 18 adolescentes, as 18 foram orientadas sobre o aleitamento somente no puerpério e não no pré-natal (SAES et al., 2006). Em outra maternidade com 80 gestantes foi observado que 95% das gestantes adolescentes receberam orientações, sendo que 60% foram nas consultas de pré-natal e 35% em cursos para gestantes, ou seja, muitas gestantes deveriam ser orientadas desde o início do pré natal, mas em alguns lugares, observa-se que isso é falho (CAMAROTTI et al., 2011). Para Saes et al. (2006) as adolescentes não foram orientadas no pré-natal e sim no puerpério, já em Camarotti et al. (2011) a maioria das gestantes foram orientadas no pré-natal, e outras em cursos para gestantes.

As informações a respeito dos benefícios que a amamentação pode trazer são enriquecedoras para a mãe e a

criança por isso é essencial essa abordagem desde o pré-natal. De acordo com Maranhão, et al. (2015), a adolescente sofre várias alterações não só psicológicas, mas também fisiológicas e questões estéticas como a mudança na imagem corporal, os seios se deformam, crenças de que o leite materno não é suficiente, falta de apoio do parceiro/família, tem medo de sentir dor, não esquecendo também que falta de conhecimento em relação à amamentação, como as técnicas de aleitamento dificultam sobre a continuidade de amamentar.

Outras questões como problemas de trauma mamilar (fissuras), tamanho do seio e dificuldade na pega também são enfatizados, onde as adolescentes relataram como sentiam dor ao amamentar por conta das fissuras que apareciam no mamilo ou achavam que tamanho do peito influenciava na mamada, sendo que o tamanho não interfere, mas sim como esta sendo a pega na hora da amamentação que também foi uma dificuldade encontrada pelas adolescentes pelo menos nos dez primeiros dias (TAVEIRA E ARAUJO, 2019).

De acordo com Durhand (2004) problemas como: “confusão de bico dificuldades na pega, pouco leite, fissuras mamárias, ingurgitamento, mastite, bebê muito faminto” também são encontrados tanto em mães adolescentes e quanto em mães adultas fazendo com que parem de amamentar antes do período indicado (até 6 meses).

Assim como a problemática em relação à amamentação é encontrada pelo autor, alguns fatores também influenciam no processo, de acordo com Wambach et al. (2000) citado por Durhand (2004), o leite materno além de conter os nutrientes necessários para o desenvolvimento da criança até o sexto mês, favorece também o vínculo entre o binômio mãe e filho, é mais econômico comparado ao leite de fórmula, prático ao

iniciar a amamentação em relação a mamadeira e também ajuda no sono da mãe.

A ênfase sobre a amamentação e proteção contra câncer de mama é grande, assim como outros fatores sobre ter menos chance de adquirir osteoporose e fraturas, a ausência de menstruação e conseqüentemente maior espaçamento intergestacional, retorno ao peso e involução uterina mais rápida (TOMA E REA, 2008).

Outra pesquisa envolvendo adolescentes participantes de uma pesquisa realizada por Wieczirkiewicz et al., (2010), também ressaltaram a importância dos profissionais de saúde neste processo, até mesmo acadêmicas na construção de palestras onde eles chamam as mães para participarem, mas que essa vontade de participar do evento tem que partir das gestantes fator em comum encontrado pelos autores Saes et. al (2006) e Speka et. al (2007).

A importância do profissional de saúde durante esse período tem a função de esclarecer as dúvidas necessárias e permitir aplicar técnicas de conforto para a mãe durante a amamentação e também para a criança, garantindo o sucesso do aleitamento materno na adolescência e promovendo a passagem da utopia à realidade (DURHAND, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mãe adolescente passa por várias mudanças, pois ser mãe exige responsabilidades e a adolescente ainda está em fase de amadurecimento. Cabe aos profissionais de saúde orientar, acompanhar e apoiar estas mães, visto que ao possuírem informações e orientações adequadas em relação à amamentação, muitas das dificuldades encontradas podem ser evitadas, fazendo com que a criança amamente até a idade indicada pela OMS sem necessidade de programar outra

alimentação, pois o leite materno supre todas as necessidades importantes do lactente até o sexto mês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, W. F., DINIZ, M. B., FONSECA E. S. V. B., AZEVEDO, L. M. R., EVANGELISTA, C. B. Complicações da gravidez na adolescência: revisão sistemática da literatura. **EINSTEIN**, v.13, n.4, p. 618-26, 2015.

CAMAROTTI, C.M.; NAKANO, A.M.S; PEREIRA, C.R.; MEDEIROS, C.P.; MONTEIRO, J.C.S. Perfil da prática da amamentação em grupo de mães adolescentes. **Acta Paul Enfermagem**, v.24, n.1, p.55-60, 2011.

CARDOSO, R.R.J.; CARVALHO, L.H.B.G.; PEREIRA, A.B.S.; DUARTE, L.F.A., SILVA, G.C; SILVEIRA, M.M.M. **Amamentação como tabu**: impacto no conhecimento e percepção entre alunos do ensino médio, v.5, n.11, p.23666-23684, 2019.

DURHAND, SB. Amamentação na adolescência: utopia ou realidade?. **Adolescência & Saúde**, v.1, n. 3, p 12-16, 2004.

MARANHÃO, T.A.; GOMES, R.O.; NUNES, L.B.; MOURA, L.N.B. Fatores associados ao aleitamento materno exclusivo entre mães adolescentes. **Cad. Saúde Colet.**, v.23, n.2, p. 132-139, 2015.

MARQUES, E.S.; COTTA, R.M.M.; PRIORE, S.E. Mitos e crenças sobre o aleitamento materno. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, p. 2461-2468, 2011.

MENEZES, I.H.C.F.; DOMINGUES. M.H.M.S. Principais mudanças corporais percebidas por gestantes adolescentes assistidas em serviços públicos de saúde de Goiânia. **RevNutr**,

v.17, n.2, p. 185-194, 2004

OLIVEIRA. K.A.; Aleitamento materno exclusivo até o sexto mês de vida do bebe: benefícios, dificuldades e intervenções na atenção primária a saúde. Dissertação ao curso de especialização em Atenção Básica em Saúde da Família, Universidade Federal de Minas Gerais. 22p, 2011.

SAES, S.O.; GOLDBERG, T.B.L.; ONDANI, L.M.; VALARELLI, T.P.; CARVALHO, A.P. Conhecimento sobre amamentação: comparação entre puérperas adolescentes e adultas. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 24, n. 2, p. 121-126, 2006.

SEPKA, G.C.; GASPARELO, L.; SILVA, A.B.F.; MASCARENHA, T.T. Promoção do aleitamento materno com mães adolescentes: Acompanhando e avaliando essa prática. **Cogitar e Enferm.**, v.12, n.3, p.313-22,2007.

TAVEIRA, AM, ARAÚJO A. Aleitamento materno na perspectiva de mães adolescentes: contribuições para Atenção Primária à Saúde. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**, v.9, e3118, 2019.

TOMA, T. S.; REA, M. F. **Benefícios da amamentação para a saúde da mulher e da criança:** um ensaio sobre as evidências, v. 24, n.2, p. S235-S246, 2008.

WIECZORKIEWICZ, A.M.; SOUZA K.V. A amamentação na adolescência sob as “lentes” do discurso do sujeito coletivo. **Ágora: R. Divulg. Cient.**, ISSN 2237-9010, Mafra, v. 17, n. 2, p. 37-48, 2010.

NUTRIÇÃO *INTRA OVO*: ESTRATÉGIA DE NUTRIÇÃO EM SISTEMAS DE PRODUÇÃO AVÍCOLA- REVISÃO DE LITERATURA

Fernanda De Souza Ferreira¹, Rogério Pinto², Marcelo Dias da Silva³, Luis Eugênio Augusto Franklin⁴

Resumo: Foi realizada uma pesquisa, para identificar os estudos que abordem o tema “Nutrição *intra Ovo*”, e que foram publicadas no Brasil e no exterior, não sendo as buscas, limitadas por língua ou data de publicação. Para tal, foram realizadas buscas sistematizadas nas diversas bases de dados eletrônicas referentes às áreas de Medicina Veterinária e Zootecnia, valendo-se dos termos de busca: produção avícola; nutrição *in ovo*; nutrição *intra ovo*; frangos de corte, desenvolvimento embrionário, desempenho avícola. A seleção foi realizada inicialmente por meio dos títulos, seguida pelos resumos, e quando selecionados, por leitura completa dos artigos. Verificou-se que a nutrição *intra ovo* representa possibilidade viável, como estratégia para minimizar os impactos crescentes, de linhagens cada vez mais exigentes quanto ao metabolismo nutricional, além dos efeitos negativos da postergação do acesso ao alimento, durante os primeiros dias de vida das aves. Também, apresenta incentivo a maturação do trato gastrointestinal da ave, ocorrendo no período perinatal maior desenvolvimento intestinal e imunológico do pintinho.

Palavras-chave: Alimentação perinatal, desempenho, desenvolvimento embrionário.

¹G1Graduanda em Medicina Veterinária pelo Centro Universitário de Viçosa - UNIVIÇOSA. E-mail: fernandaferresouza@hotmail.com;

²Professore do curso de Medicina Veterinária - UNIVIÇOSA. E-mail: rogerio@univicosa.com.br,

³Professor do Curso de Medicina Veterinária -UNIVIÇOSA. E-mail:mdsmal@yahoo.com.br

⁴Pofessor do Curso de Medicina Veterinária -UNIVIÇOSA- E-mail:luiusegenio@univicosa.com.br

Abstract: *A research was carried out to identify the studies that address the theme “Intra Egg Nutrition”, and that were published in Brazil and abroad, and the searches were not limited by language or date of publication. For this, systematized searches were carried out in the various electronic databases related to the areas of Veterinary Medicine and Animal Science, using the search terms: poultry production; nutrition in egg; intra-egg nutrition; broilers, embryonic development, poultry performance, nutrition in egg; intra-egg nutrition; broilers, embryonic development, poultry performance. The selection was initially made through the titles, followed by abstracts, and when selected, by full reading of the articles. It was found that intra-egg nutrition represents a viable possibility as a strategy to minimize the increasing impacts of increasingly demanding strains on nutritional metabolism, in addition to the negative effects of depending on access to food during the first days of birds’ lives. It also encourages the maturation of the gastro intestinal tract of the bird, occurring in the perinatal period greater intestinal and immunological development of the chick.*

Keywords: *Perinatal feeding, performance, embryo development.*

INTRODUÇÃO

Segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal-ABPA (2020), o setor avícola é um dos principais pilares da economia brasileira, com uma produção de 13,245 milhões de toneladas, ocupando o 3º lugar mundial.

Desde o início da produção de aves no Brasil há uma busca por formas de melhorar o desempenho do setor, com a redução de custos e aumento de produtividade, para não perder a competitividade em nível mundial.

Devido aos contínuos avanços genéticos para a produção

de frango de corte, o tempo de abate foi bastante reduzido, tornando-se o período de incubação cada vez mais importante para a vida do animal.

A nutrição na fase de pré-eclosão é possível, pois entre o décimo sexto até o décimo sétimo dia de incubação, ocorre a ingestão de líquido amniótico, além do embrião possuir enzimas digestivas, que podem favorecer o crescimento dos pintinhos após a eclosão (PESSÔA et al., 2012). O uso desta técnica pode promover o desenvolvimento precoce das aves, reduzindo a ocorrência de doenças ósseas, com maior desenvolvimento muscular, melhorando a eficiência da digestão e reduzindo a mortalidade e morbidez pós eclosão.

Desta forma, esta pesquisa se destina a discutir sobre a nutrição *intra ovo*, como estratégia de nutrição em sistemas de produção avícola.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada uma pesquisa sobre o tema “Nutrição *intra Ovo*”, publicadas no Brasil e no exterior, não sendo as buscas, limitadas por data de publicação. Para tal, foram realizadas buscas sistematizadas nas diversas bases de dados eletrônicas referentes às áreas de Medicina Veterinária e Zootecnia, valendo-se dos termos: produção avícola; nutrição *in ovo*; nutrição *intra ovo*; frangos de corte, desenvolvimento embrionário, desempenho avícola. A seleção foi realizada inicialmente por meio dos títulos, seguida pelos resumos, e quando selecionados, por leitura completa dos artigos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Aspectos Do Desenvolvimento embrionário de Gallus gallus domesticus

O desenvolvimento de um pintinho no interior do ovo, deve ser considerado em duas etapas: antes da postura, no oviduto, onde ocorrem as divisões e crescimento das células (blastômeros), além da formação do blatodisco em duas regiões especiais (blastoderma e “área opaca”), as células são constantemente segregadas a fim de constituírem os três epitélios, epiblasto, hipoblasto e o mesoblasto. Estas etapas ocorrem em nível de oviduto, a uma temperatura de $\pm 39^{\circ}\text{C}$, e uma vez que haja postura, o ovo é rapidamente resfriado, ocasionando queda no metabolismo geral, quando abaixa entre 21 a 18°C , que é o zero fisiológico; depois da postura, onde em condições ideais para incubação, haverá o desenvolvimento do embrião, num período de 21 dias se o ovo for colocado para chocar, com temperatura controlada e mantida ao redor de 38°C e uma umidade relativa do ar ao redor de 60%.

Em embriões de *Gallus Domesticus*, no 1º dia de incubação, o seu desenvolvimento se inicia com a formação do trato gastrointestinal, prega neural, formação do cérebro, sistema nervoso e cabeça (AMARAL, 2019).

Já no 3º dia, a cabeça apresenta-se grande em relação ao tronco, presença do âmnio e do córion e inicia a formação das narinas e o aparecimento das lentes oculares. No 4º dia, completa-se a formação das membranas extra-embrionárias, caracterizando externamente o embrião.

Do oitavo ao décimo dia, segundo Brake et al. (2011) podem ser vistos respectivamente o indivíduo completamente formado, realizando os primeiros movimentos do globo ocular. Também se dá, o início da mineralização óssea, ocorrendo o aparecimento de folículos visíveis das penas, com as asas e pés diferenciados. A membrana corioalantóide ocupa grande parte do ovo e inicia a atividade hematopoiética do osso medular. Entre o décimo quarto e o décimo quinto dia, o embrião modifica sua posição, virando a cabeça em direção à câmara de ar, o pâncreas

inicia sua maturação, ocorrendo atividade elétrica esporádica no cérebro. Há neste momento a introdução do intestino na cavidade abdominal, e a ave já apresenta o empenamento quase completo.

No décimo sexto dia de incubação, o albume já está quase totalmente absorvido, onde o Indivíduo, esta apto a realizar os movimentos respiratórios. Há primeiras atividades elétricas no cerebelo e o embrião apresenta-se bem emplumado, com escamas e unhas firmes e cornificadas (Brake et al.,2011). Já no décimo sétimo dia de incubação, a cabeça do embrião se posiciona entre os pés, ocorrendo redução do líquido amniótico.

Ao completar os 20 dias de incubação, o pintinho já desenvolvido, rompe a membrana interna e inicia a transição da respiração corioalantóide para pulmonar, por meio da câmara de ar que está localizada na parte interna superior mais oval do ovo. Quando o ar contido na câmara de ar cessa, o pinto começa a bicagem externa, que ocorre próximo do 21º dia.

Fisiologia do Desenvolvimento Embrionário e Nutrição

In Ovo

O desenvolvimento embrionário das aves é restrito pelos nutrientes presentes no ovo, onde o rápido crescimento das atuais linhagens tem promovido maiores exigências metabólicas, tornando o período pós-eclosão como crítico na eficiência produtiva (GONÇALVES et al., 2013). A quantidade e a qualidade nutricional do âmnio, determinam a transição fisiológica e metabólica do embrião para nutrição externa, sendo influenciada pela nutrição e idade da matriz, bem como pelas condições de incubação.

Uma vez ocorrido a postura, a temperatura do ovo cai

abaixo do zero fisiológico, retornando o desenvolvimento embrionário quando a temperatura do ovo está entre 37-38°C.

Próximo ao décimo nono dia de incubação, ocorre uma estabilização no desenvolvimento do pinto, apresentando uma fase platô, e nesse momento, observa-se que a taxa de oxigênio que passa pelos poros da casca é baixa, assim como a taxa de crescimento do embrião.

Antes da eclosão, ocorre a primeira refeição de um pintinho, por meio da ingestão de fluido amniótico, iniciando no 13º dia de incubação e se estendendo até o 18º dia, preparando o trato gastrointestinal para a nutrição pós-eclosão. As aves apresentam um rápido desenvolvimento estrutural e funcional do trato gastrintestinal após o nascimento, adaptando sua capacidade de digerir alimentos e absorver nutrientes externos da dieta.

As funções do sistema gastrointestinal do frango começam a se desenvolver, quando o fluido amniótico é oralmente consumido, entre o 16º e 17º dia de incubação, também ocorrendo consequente ingestão das substâncias presentes (PESSÔA et al., 2012). Assim, a introdução de substâncias nutritivas na proximidade do embrião, por meio do líquido amniótico fará com que este seja consumido pelo pinto.

A nutrição *intra ovo* pode auxiliar o processo de incubação, como alternativa para os avicultores melhorarem seus resultados, pois além dos grandes períodos de espera, como a janela de nascimento (tempo necessário para completar a eclosão de todos os ovos), há o manejo dos animais na planta de incubação (ex. sexagem, classificação, vacinação etc.) e o transporte até a granja, onde os pintinhos continuarão perdendo peso devido à desidratação, assim como à utilização da gema e músculo.

Alimentação in ovo: utilização de Nutrientes para o neonato avícola

Shafey et al. (2014), após inocularem uma mescla de lisina, arginina, glutamina, glicina e prolina em ovos com 15 dias de incubação observaram, um aumento significativo do peso do embrião em relação ao peso total do ovo, e também melhoras significativas no rendimento produtivo dos frangos durante as 3 primeiras semanas de vida. Também, Coskun et al. (2013) observou efeito positivo da inoculação de DL-metionina no líquido amniótico aos 16 dias de incubação, ocorrendo melhor relação do peso do pintinho com peso total do ovo.

A administração dos carboidratos aumenta os níveis de energia para o embrião e reduz o consumo de energia do metabolismo de proteínas e lipídeos. Desta forma, a presença de vitaminas, como a Vitamina E, pode estabilizar os radicais livres, exercendo função antioxidante, diminuindo os danos celulares.

Segundo Blanch (2020), as vitaminas mais utilizadas na nutrição *intra ovo* são: vitamina A, B1, B2, B6, C, E e D3, onde em pesquisa realizada, foram observados maior peso vivo no momento do nascimento e ao longo da vida do frango, melhor formação do esqueleto, maior desenvolvimento dos diferentes órgãos linfoides, além de melhor resposta imune, aumentando o desenvolvimento muscular e rendimento de peito, apresentando como resultado um melhor desempenho.

De posse da prática da vacinação *intra ovo*, pode-se inocular os nutrientes. Desta forma, há necessidade de ser dada atenção a vários aspectos do gerenciamento do incubatório, como a uniformidade do desenvolvimento embrionário, pois a idade biológica e a uniformidade do estágio de desenvolvimento dos embriões são mais importantes do que o próprio tempo de incubação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nutrição *intra ovo* representa estratégia para minimizar impactos crescentes de linhagens mais exigentes quanto ao metabolismo nutricional, além dos efeitos negativos da postergação do acesso ao alimento, durante os primeiros dias de vida das aves. Apresenta incentivo à maturação do trato gastro intestinal da ave, ocorrendo no período perinatal maior desenvolvimento intestinal e imunológico do pintinho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABPA - Associação Brasileira de Proteína Animal - 2020: **Relatório anual**. São Paulo: ABPA; 2020. Disponível em: <HYPERLINK “<http://www.abpa-br.com.br>” <http://www.abpa-br.com.br>>. Acessado em: 15/05/2020.

AMARAL, T, VANDELÚZIA; CAVALCANTE, T, DANILO. **Incubação de ovos férteis e o desenvolvimento embrionário**. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Garanhuns, Curso de Graduação em Zootecnia, Garanhuns-PE, dezembro de 2019.

BLANCH, A. Alimentação Perinatal Em Pintinhos: nutrição in ovo. Parte 1. **AviNews Brasil**.p.30-36. Março, 2020. Disponível em: < [BRAKE, J. P.; MACKLIN K. S.; BERRY, W. D.; VOITTE, R. A.; HESS, T. A. **Chicken Embryo Development**. Alabama Cooperative Extension System. p. 1, 2011.](https://avicultura.info/pt-br/alimentacao-perinatal-pintinhos-nutricao-in-ovo/#:~:text=Alimenta%C3%A7%C3%A3o%20do%20embri%C3%A3o%20%E2%80%94%20in%20ovo,%C3%BAltima%20fase%20do%20desenvolvimento%20embrion%C3%A1rio.> Acesso em: 10/09/2020.</p></div><div data-bbox=)

COSKUN, Y.; GARIPAGAOGLU, Ç.; TOSUN, U. Analysis of the Relationship between the Resiliency Level and Problem Solving Skills of University Students. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*. 114. 10.1016/.2013.12.766.

GONÇALVES, F. M.; SANTOS, V. L.; CONTREIRA, C. L.; FARINA, G.; KREUZ, B. S.; GENTILINI, F. P.; ANCIUTI, M. A.; RUTZ, F. In ovo nutrition: strategy for precision nutrition in poultry industry. *Arch. Zootec.*, 45-55, 2013.

PESSÔA, G. B. S.; TAVERNARI, F. C.; VIEIRA, R. A.; ALBINO, L. F. T. Novos conceitos em nutrição de aves. *Ver. Bras. Saúde Prod. Anim.*, Salvador, v.13, n.3, p.755-774, jul./set., 2012.

SHAFEY, T. M.; MAHMOUD, A. H.; ALSOBAYEL, A. A. e ABOUHEIF, M. A. Effects of in ovo administration of amino acids on hatchability and performance of meat chickens. *South African Journal of Animal Science*, 44, 22 may 2014.

OBESIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TERAPIA DO ESQUEMA

Viviane da Silva¹, Sérgio Domingues²

Resumo: A obesidade é uma doença crônica caracterizada pelo acúmulo de tecido adiposo no organismo. É considerada um problema de abrangência mundial pela Organização Mundial da Saúde - OMS pelo fato de atingir um elevado número de pessoas e por predispor o organismo a vários tipos de doenças e a morte prematura. O objetivo desse trabalho foi investigar os aspectos psicológicos envolvidos na obesidade em três pessoas de uma mesma família a partir da Terapia do Esquema. Foi realizada a coleta de dados com uma amostra de três participantes. Para atingir os objetivos propostos foram utilizados como ferramenta para a coleta dos dados os seguintes questionários: questionário de esquemas de Young, versão breve; Inventário de compensação; Inventário de evitação, Inventário de modos esquemáticos; e Inventário de estilos parentais visando investigar os Esquemas Iniciais Desadaptativos – EIDs, os estilos de enfrentamento, os modos esquemáticos e as influências parentais envolvidas na obesidade. Os resultados permitem confirmar a relação da obesidade com os EIDs e os estilos parentais, contudo os resultados acerca dos estilos de enfrentamento (Evitação e Compensação) e Modos esquemáticos não foram conclusivos. Discute-se a possibilidade de que a obesidade esteja relacionada aos EIDs e aos estilos parentais, o que confirma nossa hipótese inicial de que a obesidade tem relação direta com as experiências familiares e configuração de padrões comportamentais, cognitivos e emocionais relacionados aos EIDs de emaranhamento e auto sacrifício.

Palavras-chave: Esquemas Iniciais Desadaptativos; Modos Esquemáticos; Estilo de Enfrentamento; Obesidade

¹Graduando em Psicologia – UNIVIÇOSA. e-mail: silvaviviane96@yahoo.com.br

²Professor Doutor Sérgio Domingues Discente do curso Psicologia –UNIVIÇOSA. e-mail: sergiodomingues@univicoso.com.br

Abstract: *Obesity is a chronic disease characterized by the accumulation of adipose tissue in the body. It is considered a worldwide problem by the World Health Organization - WHO because it affects a large number of people and because it predisposes the organism to various types of diseases and premature death. The aim of this work was to investigate the psychological aspects involved in obesity in three people from the same family based on Scheme Therapy. Data collection was performed with a sample of three participants. To achieve the proposed objectives, the following questionnaires were used as a tool for data collection: Young's schema questionnaire, short version; Compensation inventory; Avoidance inventory, Inventory of schematic modes; and Inventory of parenting styles to investigate the Initial Maladaptive Schemes - EIDs, coping styles, schematic modes and parental influences involved in obesity. The results allow us to confirm the relationship between obesity and the EIDs and parenting styles, however the results about coping styles (Avoidance and Compensation) and Schematic modes were not conclusive. We discuss the possibility that obesity is related to EIDs and parenting styles, which confirms our initial hypothesis that obesity is directly related to family experiences and the configuration of behavioral, cognitive and emotional patterns related to entanglement and EIDs. self sacrifice.*

Keywords: *Maladaptive Initial Schemes; Schematic Modes; Coping Style; Obesity; Scheme Therapy.*

INTRODUÇÃO

A obesidade é uma doença crônica caracterizada pelo acúmulo de tecido adiposo no organismo, sua causa é multifatorial e depende da interação de fatores genéticos, metabólicos, sociais, comportamentais e culturais (TAVARES, NUNES e SANTOS 2010).

Com o objetivo de compreender melhor alguns dos aspectos

implicados na multifatorialidade da obesidade foi investigada a partir da terapia do esquema (Young 2003, 2008) a relação entre os Esquemas Iniciais Desadaptativos – EIDs e comportamento alimentar dos participantes da pesquisa, uma vez que estudos sugerem que os estilos de enfrentamento desenvolvidos para lidar com os EIDs podem ter relação direta com a obesidade.

Imperator et al (2007) apud D’augustin (2019) avaliaram os domínios esquemáticos e identificaram uma relação entre compulsão alimentar e os domínios I (desconexão de rejeição) III (limites prejudicados) e IV (orientação para o outro).

Jones et al. (2007) apud D’augustin (2019) identificaram que existe uma relação entre compulsão alimentar e os esquemas de inibição emocional, autocontrole e autodisciplina insuficientes e isolamento social. No mesmo sentido Pugh (2015) apud D’augustin (2019) aponta que inibição emocional é o preditor mais frequente de episódios de compulsão alimentar.

D’Augustin (2019) considera que a compulsão alimentar, assim como outros comportamentos impulsivos, seria uma forma de evitação de afetos disparados pelos EIDs (estilo de enfrentamento evitativo). Para Simpson (2012) apud D’augustin (2019) os sintomas dos Transtornos Alimentares estão relacionados aos modos esquemáticos. Os modos pais críticos e demandantes seriam responsáveis por estabelecer padrões elevados de cobrança, assim como privar, punir e atacar os modos criança, usando o corpo como alvo de humilhação e vergonha.

A justificativa para a realização da pesquisa consiste na importância em se investigar as influências dos estilos parentais, do temperamento e da formação dos vínculos de apego, que estão na origem dos Esquemas Iniciais Desadaptativos e suas relações com comportamento alimentar de pessoas obesas. O objetivo foi investigar os aspectos psicológicos e as influências do desenvolvimento envolvidas na obesidade a partir da Terapia do Esquema, em três pessoas obesas de uma mesma família.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa, do tipo estudo de caso foi realizada utilizando o método qualitativo de cunho descritivo exploratório, investigando a relação entre Esquemas Iniciais Desadaptativos, estilos parentais, modos esquemáticos e estilos de enfrentamento no quadro de obesidade. A pesquisa foi realizada com três participantes, membros de uma mesma família. O critério de escolha deu-se a partir da observação da existência de várias pessoas na família da pesquisadora que apresentam sobrepeso ou obesidade e partiu-se da hipótese de que os fatores familiares sejam preponderantes para a obesidade. Para atingir os objetivos propostos foram utilizadas como ferramentas para a coleta dos dados o (1) questionário de esquemas de Young, versão breve; (2) Inventário de estilos parentais; (3) Inventário de modos esquemáticos; (4) Inventário de evitação; e (5) Inventário de compensação. De acordo com a norma 466/2012 relativa a ética em pesquisa, o trabalho foi submetido a Plataforma Brasil e aprovado com o número 4.221.204.

Participante A	Participante B	Participante C
Peso: 122kg	Peso: 82Kg	Peso: 115Kg
Altura: 1,67	Altura: 1,63	Altura: 1,72
IMC: 43.74	IMC: 30.86	IMC: 38.87

Tabela elaborada pelos autores

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A participante A apresentou ativação dos esquemas (EIDs) de privação emocional; abandono; desconfiança; isolamento social; defectividade/vergonha; fracasso; vulnerabilidade, emaranhamento, subjugação, auto sacrifício; inibição emocional; busca de aprovação; negativismo e postura punitiva. Tais esquemas fazem parte dos domínios I – Desconexão e Rejeição; domínio II – Autonomia e Desempenho Prejudicados; domínio IV – Direcionamento para o outro; domínio V – Supervigilância e Inibição.

A participante **B** apresentou os esquemas (EIDs) de emaranhamento; auto sacrífico; padrões inflexíveis e grandiosidade/arrogo. Com EIDs dos domínios II – Autonomia e Desempenho Prejudicados; domínio III – Limites Prejudicados; domínio IV – Direcionamento para o outro e domínio V – Supervigilância e Inibição.

A participante **C** apresentou os esquemas (EIDs) de emaranhamento e auto sacrífico. Que pertencem aos domínios II – Autonomia e Desempenho Prejudicados e IV – Direcionamento para o outro. Ficou evidente a repetição destes domínios II e IV, respectivamente autonomia e desempenho prejudicados e direcionamento para o outro nos resultados das três participantes e os esquemas apresentados por todas elas foi de emaranhamento e auto sacrífico.

Os resultados confirmam parcialmente os dados apresentados por Imperatori et al (2007) D'augustin (2019) pois identifica a relação entre compulsão alimentar e a presença de EIDs de domínio IV (orientação para o outro). Entretanto os participantes não apresentaram EIDs de domínio I e III.

A interpretação dos resultados do Questionário estilos parentais de Young foi realizada através do agrupamento dos esquemas, selecionando itens de alto escore (5 ou 6), buscando exemplos de situações na infância e adolescência em que os pais ou cuidadores agiram daquela forma.

A participante **A** apresentou esquemas de Abandono, Desconfiança e Abuso, Defectividade/Vergonha, Fracasso, Auto sacrifício, Padrões Inflexíveis, Negatividade/Pessimismo, Vulnerabilidade e Inibição Emocional.

A participante **B** apresentou esquemas de Abandono, Vulnerabilidade, Dependência/Incompetência, Auto sacrifício, Padrões inflexíveis, Merecimento, Emaranhamento e Inibição Emocional.

A participante **C** apresentou os esquemas de Abandono, Vulnerabilidade, Dependência/Incompetência, Merecimento, Negatividade/Pessimismo, Inibição Emocional, Postura Punitiva, Busca de Aprovação.

Diante dos resultados obtidos foi possível perceber que os esquemas de Abandono, Vulnerabilidade e Inibição Emocional foram repetidos nos resultados das três participantes, confirmando parcialmente os resultados de Jones et al. (2007) apud D'augustin (2019) acerca da relação entre compulsão alimentar e os esquemas de inibição emocional, mas não confirmou a presença de autocontrole e autodisciplina insuficientes e isolamento social. Os dados confirma a pesquisa de Pugh (2015) apud D'augustin (2019) que aponta que inibição emocional é o preditor mais frequente de episódios de compulsão alimentar.

No que diz respeito aos estilos de enfrentamento foram avaliados comportamento de evitação e compensação (Inventário de Evitação composto por 40 perguntas e Inventário de Compensação por 48 itens). Deste total a Participante **A** marcou nove respostas com escore 5 e 6 para comportamentos evitativos e quinze respostas com escore cinco e seis para comportamentos compensatórios. A participante **B** marcou nove respostas para comportamentos evitativos e treze para comportamentos compensatórios. A participante **C** marcou quatro respostas para comportamentos evitativos e três para comportamentos compensatórios.

D'Augustin J. (2019) considera que a compulsão alimentar, assim como outros comportamentos impulsivos, seria uma forma de evitação de afetos disparados pelos EIDs (estilo de enfrentamento evitativo) ao passo que os resultados da pesquisa apontam a prevalência de comportamentos compensatórios, sendo que as participantes **A** e **B** apresentaram escores elevados para o modo compensatório e a participante **C** não mostrou escores significativos em nenhum dos dois estilos de enfrentamento.

No que diz respeito aos modos esquemáticos a participante **A** apresentou escores com pontuações moderadas nos modos esquemáticos criança indisciplinada e protetor desligado; e pontuação alta no modo auto confortador desligado. A participante **B** obteve pontuações moderadas no modo esquemático Auto Confortador Desligado. A participante **C** obteve pontuações moderadas nos modos criança vulnerável, criança zangada e Criança Raivosa. criança impulsiva, auto engrandecedor, pais punitivos e pais exigentes/críticos.

Os resultados apontam prevalência do modo de enfrentamento auto confortador desligado. Para Simpson (2012) apud D'augustin (2019) os sintomas dos Transtornos Alimentares estão relacionados aos modos esquemáticos, sendo os modos pais críticos e demandantes os responsáveis por estabelecer padrões elevados de cobrança, assim como privar, punir e atacar os modos criança, usando o corpo como alvo de humilhação e vergonha. Os resultados da pesquisa não confirmaram que a obesidade tenha relação com este modos pai e mãe internalizados.

CONCLUSÃO

Os resultados conseguidos permitem confirmar os dados da literatura acerca da relação entre obesidade, os Esquemas Iniciais Desadaptativos – EIDs e os estilos parentais, contudo os dados acerca de estilos de enfrentamento e modos esquemáticos apontam diferenças em relação ao apresentado na literatura.

Foi confirmada nossa hipótese inicial de que a obesidade tem relação direta com as experiências familiares levando a configuração de padrões comportamentais, cognitivos e emocionais relacionados aos EIDs de emaranhamento e auto sacrifício presentes nos domínios II e IV. Duas participantes apresentaram estilos de enfrentamento do tipo compensatório e o modo esquemático presente em todas as participantes foi o modo auto confortador desligado.

A partir desses resultados compreende-se que a terapia do esquema pode auxiliar as participantes a reprocessar suas emoções e identificar os seus esquemas, podendo tornar adultos saudáveis e estabelecer através da terapia estilos de enfrentamento para substituir as necessidades não supridas na infância e assim podendo ter uma relação melhor com o seu corpo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

D'AUGUSTIN, J. **Tratamento dos transtornos alimentares baseado na terapia do esquema**. In Federação Brasileira de Terapias Cognitivas, NEUFELD, C. B. FALCONE, E. M.O. RANGÉ, B. P. (org.), PROCOGNITIVA – Programa de Atualização em Terapia Cognitivo-Comportamental: Ciclo 6 (PP. 107-139). Porto Alegre: Artmed Panamericana. (Sistema de Educação Continuada a Distância, v. 2). 2019.

TAVARES, T. B, et al **Obesidade e qualidade de vida: revisão da literatura** Rev. Med. Minas Gerais 2010; 20(3): 359 360 361

YOUNG, J. E. **Terapia cognitiva para transtornos da personalidade: uma abordagem focada nos esquemas**. Porto Alegre, RS: Artmed. 2003.

YOUNG, J. E., et al. **Terapia do esquema: Guia de técnicas cognitivo comportamentais inovadoras**. Porto Alegre, RS: Artmed. 2008.

OS IMPACTOS DO NOVO CORONAVÍRUS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 14.020/2020 QUANTO AS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS POR ACORDO INDIVIDUAL ESCRITO

Suelen Vaz de Melo¹, Maria Inês de Assis Romanholo²

Resumo: O presente estudo pretende analisar as mudanças trazidas pela Lei nº 14.020/2020 no que se refere a possibilidade de redução de jornada e salário por acordo individual escrito entre empregador e empregado. No contexto das relações de trabalho, só era possível reduzir a jornada e o salário do empregado mediante acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho, mas com a decretação do estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19) e a publicação da lei ora citada, abriu-se a possibilidade de negociação da jornada e do salário através de acordo individual. Busca-se então, com o presente trabalho, analisar se a decretação do estado de calamidade pública do país seria suficiente para suprimir garantias trabalhistas a um patamar abaixo do que é estabelecido na Constituição Federal de 1988. Com essa análise será possível compreender até que o ponto essa possibilidade de negociação de forma individual da jornada e do salário do empregado fere a Constituição Federal e os princípios constitucionais da irredutibilidade salarial e da proteção ao trabalhador. Assim, conclui-se pela possível inconstitucionalidade acerca da negociação individual entre empregador e empregado para redução da jornada e do salário, uma vez que afasta o texto constitucional para que uma lei infraconstitucional seja aplicada.

¹Graduanda em Direito – UNIVICOSA. e-mail: suelenvaz.melo@gmail.com

²Orientadora e Professora em Direito – UNIVICOSA. e-mail: mariaines@univicosa.com.br

Palavras-chave: Novo coronavírus, estado de calamidade pública, lei nº 14.020/2020, redução salário e jornada, acordo individual escrito

Abstract: *This dissertation intends to analyze the changes brought by Law No. 14.020 / 2020 regarding the possibility of reducing hours and wages by individual written agreement between employer and employee. When it comes to labor relations, it was only possible to reduce the employee's workday and salary by a collective agreement or a collective convention of labor, but with the decree of the state of public calamity due to the pandemic caused by the new coronavirus (Covid-19) and the publication of the aforementioned law, the possibility of negotiating the day and salary through individual agreement was opened. This paper aims to analyze if the decree of the state of public calamity in the country would be sufficient to remove labor guarantees to a level below what is established by the Federal Constitution of 1988. With this analysis it will be possible to understand to what extent this possibility of negotiating in the individual form of the employee's workday and salary violates the Federal Constitution and the constitutional principles of wage irreducibility and protection to the worker. Thus, a possible unconstitutionality about the individual negotiation between employer and employee is discussed as it removes the constitutional text for an infraconstitutional law to be applied.*

Keywords: *New Coronavirus, state of public calamity, law no. 14,020 / 2020, reduction of wages and working hours, individual written agreement.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por fundamento a análise da Lei nº 14.020, de 06 de julho de 2020, que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda com medidas de enfrentamento à pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19).

Ressalta-se que a referida lei foi aprovada com a promessa de preservar os empregos, garantir a continuidade das atividades laborais e empresariais, reduzir o impacto social da situação de calamidade pública no país diante da crise que o mesmo atravessa, mas os resultados práticos dessa mudança legislativa somente serão observados com o passar do tempo, posto que até o momento muitas críticas têm sido feitas.

A princípio, o objetivo desta pesquisa é analisar a possibilidade de redução proporcional de jornada de trabalho e salário, por acordo individual escrito, inserida pela Lei nº 14.020/2020.

Busca-se com essa pesquisa a verificação da viabilidade de reduzir a jornada e o salário do trabalhador através de acordo individual entre os mesmos, visto que essa forma de negociação vai contra o que estabelece o princípio da irredutibilidade salarial e o disposto no art. 7º, incisos VI e XIII da Constituição Federal que só permite essa redução por meio de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

Com esta nova regulamentação abriu-se algumas discussões e debates se o estado de calamidade vivenciado pela pandemia do novo coronavírus seria suficiente para flexibilizar o texto constitucional e permitir a negociação individual entre empregador e empregado acerca da redução de jornada de trabalho e salário.

MATERIAL E MÉTODOS

Com objeto de estudo interdisciplinar, trata-se de uma pesquisa jurídico descritiva visto que buscará a interpretação das consequências das modificações implementadas pela Lei 14.020/2020. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, com análise de doutrina, legislação trabalhista e constitucional, bem como recentes artigos publicados acerca dessa temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A edição do Decreto Lei 5.452 de 1º de maio de 1943 que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi um importante marco para o ramo trabalhista, pois solidificou leis esparsas já existentes, bem como criou novas regras regulamentadoras do trabalho humano. Nesse sentido, cabe ressaltar também a Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 7º estabeleceu um rol exemplificativo de direitos trabalhistas como direitos sociais, reafirmando assim a importância da existência de legislações que assegurem os direitos dos trabalhadores.

Nesse contexto regulamentador e protetivo, o inciso VI do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 proíbe a redução salarial, salvo mediante negociação coletiva, ou seja, somente com a presença da entidade sindical representativa dos empregados (BRASIL, 1988, online).

A irredutibilidade salarial, além de consistir em uma norma constitucional, também se manifesta como um princípio fundamental presente na estrutura do direito trabalhista, com a importante função de não permitir que o obreiro sofra redução em seu salário posto que este é essencial à sua subsistência, possuindo um caráter alimentício e gozando de uma ampla

proteção, não sendo permitido a sua penhora, renúncia tácita ou expressa. (MARTINS, 2020, online).

Ocorre que com a chegada e disseminação do vírus da Covid-19, foi publicada a Medida Provisória 936 de 1º de abril de 2020 que instituiu o Programa de Manutenção de Emprego e Renda com medidas de enfrentamento a pandemia causada pela Covid-19 e visando a manutenção dos empregos e da atividade laboral das empresas. Posteriormente em 06 de julho de 2020 a referida medida provisória foi convertida na Lei 14.020/2020.

A Lei 14.020/2020 trouxe importantes mudanças no ramo do direito trabalhista, uma delas foi a possibilidade de redução do salário e jornada por acordo individual escrito, ou seja, sem a presença do sindicato dos trabalhadores (BRASIL, 2020, online). Especificamente esta medida de reduzir jornada e salário, objeto do presente estudo, trouxe grande repercussão entre doutrinadores e no Supremo Tribunal Federal (STF), tanto é que se discute quanto a constitucionalidade dessa nova regulamentação.

Diante disso, o partido Rede Sustentabilidade propôs medida cautelar em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ADI 6363, em que vários dispositivos da MP 936/2020, hoje convertida na Lei nº 14.020/2020 foi questionada, em especial a redução proporcional de jornada e salário por acordo individual, justificando que na excepcionalidade da situação é ainda mais necessária a presença do sindicato na negociação entre os empregados e empregadores. Mas, em julgamento a Ação Cautelar proposta na ADI 6363, o Supremo Tribunal de Justiça (STF) decidiu pela não necessidade de participação ou mesmo comunicação ao sindicato dos trabalhadores acerca

dos contratos individuais escritos que forem realizados entre empregador e empregado (BRASIL, 2020, online).

Nesse sentido, uma norma que foi criada com o intuito de auxiliar a manutenção do emprego e da renda dos trabalhadores do país em meio à crise causada pelo novo coronavírus, encontra-se com possíveis equívocos, posto que agora permita que os empregadores negociem diretamente com seus empregados.

É importante destacar que todo direito conquistado pelos obreiros durante décadas, através de lutas e movimentos sociais que buscavam a igualdade e paridade na negociação de seus direitos, por uma classe considerada hipossuficiente na relação está sendo desconsiderada, uma vez que já foi consolidado o entendimento de que as empresas por sua natureza são um ser coletivo e se protegem entre si, já os trabalhadores só conseguem alcançar essa proteção quando representados por uma entidade sindical de forma coletiva.

CONCLUSÃO

Anova legislação apresenta possível inconstitucionalidade quando violou a norma constitucional que só permite redução de jornada através de negociação coletiva, bem como violou o princípio da irredutibilidade salarial.

Nesse sentido, frisa-se que o Estado de Calamidade enfrentado pelo país em decorrência da pandemia do novo coronavírus não se mostra suficiente para suprimir o direito de negociação coletiva dos trabalhadores, uma vez que, mesmo em situações mais graves em que são decretados o Estado de Defesa e Estado de Sítio não é possível afastar os direitos constitucionais que não tiverem previsão expressa de serem

passíveis de supressão ou restrição pela Constituição Federal.

Assim, tendo em vista a relevância do trabalho subordinado para o mercado, a economia e a subsistência do cidadão que depende de seu emprego para sua subsistência, é importante impedir esse possível retrocesso trazido pela nova regulamentação e dar a estes seus devidos direitos.

Diante de todo exposto, conclui-se que permitir a redução da jornada e do salário do empregado por acordo individual escrito com o empregador é aceitar a mitigação das garantias trabalhistas e o retrocesso social, visto que a conquista e manutenção de direitos trabalhistas, dentre eles o da irredutibilidade salarial, salvo negociação coletiva, é fruto de lutas operárias históricas que culminaram com as garantias fundamentais previstas na Constituição de 1988. Assim, não se pode admitir que esses direitos fundamentais já consolidados sejam afastados para aplicação de uma norma infraconstitucional que foi criada em dissonância com a Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de Outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

BRASIL. Medida Provisória 936 de 1º de abril de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância

internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/mpv936.htm>. Acesso em: 05 de abril de 2020.

BRASIL. Lei 14.020/2020 de 6 de julho de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14020.htm>. Acesso em: 28 de agosto de 2020.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6363/DF. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI6363.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

MARTINS, Gizeli Luiza. Princípio da Irredutibilidade Salarial. Revista Conteúdo Jurídico, 13 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/54402/principio-dairredutibilidade-salarial>> Acesso em: 24 de setembro de 2020.

POLIAMOR E SENTIDOS SUBJETIVOS DE UM SUJEITO POLIAMOROSO EM SUA RELAÇÃO TRISAL

Rita Aparecida de Barros¹, Leandro Bicalho Lopes², Sahira Michele da Silva Celestino³

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar os sentidos subjetivos construídos por um sujeito poliamoroso no que diz respeito a sua relação trisal. Para tal utilizou-se da Teoria da Subjetividade, tratando-se de um estudo de caso. A metodologia utilizada foi fundamentada nos princípios da epistemologia qualitativa, utilizando-se o método construtivo-interpretativo de González Rey. Para construção das informações foram empregados como instrumentos a entrevista semiestruturada e o complemento de frases, por meio do aplicativo *WhatsApp*. A partir da análise de conteúdo construtivo-interpretativo os resultados apontaram as zonas de sentido: Conflito entre a liberdade de amar possibilitada pelo poliamor, e a sensação dos julgamentos sociais; Divergências compensadas por sentir que há mais amor; Desejo e luta pelo reconhecimento jurídico do poliamor. Desta maneira foi possível perceber a importância de se falar mais sobre o poliamor e suas representações, levando em consideração as limitações e desafios que os poliamorosos enfrentam e a luta pelo reconhecimento jurídico enquanto família. Enfim, por meio de todo o estudo realizado foi possível confirmar que o poliamor é uma nova forma de relacionamento amoroso e poliafetivo que vem ganhando espaço e adeptos.

Palavras-chave: Método construtivo-interpretativo; poliamor; subjetividade.

¹Professor do curso de Psicologia- UNIVIÇOSA. e-mail: leandrobicalholopes@yahoo.com.br

²Mestranda em Educação- Universidade Federal de Viçosa. e-mail: sahiracelestino@ufv.br

Abstract: *This study aimed to analyze the subjective meanings constructed by a polyamorous subject with regard to their trisal relationship. For this purpose, the Theory of Subjectivity was used, being a case study. The methodology used was based on the principles of qualitative epistemology, using González Rey's constructive-interpretive method. For the construction of the information, semi-structured interviews and phrases were used as instruments through the WhatsApp application. Analysis of constructive-interpretive content the results pointed out the areas of meaning: Conflict between the freedom to love made possible by polyamory, and the feeling of social judgments; Divergences offset by feeling that there is more love; Desire and fight for the legal recognition of polyamory. In this way, it was possible to perceive the importance of talking more about polyamory and its representations, taking into account the limitations and challenges that polyamorys face and the struggle for legal recognition as a family. Finally, through the whole study, it was possible to confirm that polyamory is a new form of loving and multi-affective relationship that has been gaining space and followers.*

Keywords: *Constructive-interpretive method; polyamory; subjectivity*

INTRODUÇÃO

Santana (2015) define poliamor como uma nova forma de relacionamento criado em meados de 1990, entendida como a capacidade de envolver-se afetivamente e sexualmente com mais de uma pessoa ao mesmo tempo com o consentimento de todos os participantes, o que contradiz a sociedade monogâmica vigente. Essa nova maneira de se relacionar não é isenta de regras. Reis (2017) pontua que a relação poliamorosa está relacionada à inclusão de dois ou mais parceiros, onde se inclui a um relacionamento já existente outros parceiros. No caso do trisal, seria o modelo de relação

poliamorosa onde três pessoas estão envolvidas, independente do sexo de cada um. Reis (2017) pontua que a relação poliamorosa está relacionada à inclusão de dois ou mais parceiros, onde se inclui a um relacionamento já existente outros parceiros. No caso do trisal, seria o modelo de relação poliamorosa onde três pessoas estão envolvidas, independente do sexo de cada um.

A relevância desse estudo se dá por conta da necessidade de reflexão sobre a complexidade da sexualidade humana e suas diversas formas de manifestações subjetivas, temas inerentes aos processos humanos. Neste sentido esse estudo teve como objetivo geral, analisar os sentidos subjetivos construídos por um sujeito poliamoroso no que diz respeito a sua relação trisal, para chegar a esse objetivo tem-se os seguintes objetivos específicos: discutir o conceito de poliamor na sociedade atual; compreender as dificuldades/facilidades encontradas pelo sujeito pesquisado nas vivências de suas experiências poliamorosas; argumentar as implicações dos sentidos subjetivos construídos nas relações poliamorosas no que diz respeito ao campo do direito.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia que foi utilizada é fundamentada nos princípios epistemológicos da perspectiva qualitativa, no modelo construtivo-interpretativo, de Gonzalez Rey (2011), pautada em três princípios norteadores: o caráter construtivo interpretativo do conhecimento; o singular como produção de conhecimento; e o diálogo como cerne da pesquisa. Esses suportes permitem o sucesso da articulação do pesquisador no campo, pois coloca em destaque a pesquisa como uma construção de conhecimento extraído, principalmente, da valorização do singular e do diálogo desenvolvido na relação pesquisador e pesquisado. Esta pesquisa foi fundamentada pela Teoria da Subjetividade a partir da concepção dos sentidos subjetivos como importante categoria para o entendimento da subjetividade humana. Segundo González Rey (2005) a Teoria da Subjetividade, em termos epistemológicos, destaca algumas características como: uma

realidade ao qual o investigador não tem acesso antes de dialogar com o investigado; não padronizada ou generalizada, afirmando a necessidade de se atentar para as singularidades; as composições de sentidos são formações psíquicas que estão constantemente se desenvolvendo, desta forma o trabalho do investigador deve ser o de trilhar na prática do sujeito, através das conversas e das expressões para desta maneira acessar os sentidos subjetivos.

A pesquisa foi realizada através da internet, pelo aplicativo *WhatsApp*, devido o sujeito da pesquisa residir em outro estado, foi realizada com uma pessoa do sexo masculino que vive um relacionamento trisal. Utilizou-se da entrevista (realizada em trocas de áudio) e do complemento de frases como recursos para busca das informações, precedidas pela assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro 1

Objetivos	Zonas de Sentido	Indicadores de sentido	Fala do participante
Poliamor na Sociedade	Conflito entre a liberdade de amar possibilitada pelo poliamor e a sensação dos julgamentos sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Segurança sobre a possibilidade de amar mais uma pessoa ao mesmo tempo - Indignação: a sociedade julga mais o poliamor do que o relacionamento extraconjugal - Não sente discriminado mas restringe os espaços de vivência da relação poliamorosa - Apesar de não ter religião, compreende a dificuldade das esposas para lidar com o poliamor neste âmbito 	<ul style="list-style-type: none"> - “O poliamor: muito mais amor” - “Eu acho que se eu tivesse uma amante, eu acho que seria menos julgado do que eu ter uma relação poliamorosa, eu ter um trisal” - “Boates, quando vamos demonstramos realmente que somos um trisal” - “As meninas, elas são espíritas, e no início havia um certo conflito” - “No momento que estamos aqui a três, eu não vejo tá, mas por ventura, posso voltar sim a ter uma relação monogâmica, não seria nenhum problema”
Dificuldades e Facilidades da Relação	Divergências compensadas por sentir que há mais amor	<ul style="list-style-type: none"> - O início da relação não se deu pela questão sexual, mas sim pela semelhança de ideias - A maior dificuldade são três pessoas diferentes vivendo juntas, tudo é mais intenso - O romantismo existe, aumentado em três, mas precisa ser dividido - Os três decidem as regras através de uma parceria - Conflito familiar por apenas um membro em favor de uma disputa por lugar ocupado 	<ul style="list-style-type: none"> - “Ai eu conheci a Lorena né, um grupo que não tinha nada a ver com relacionamento... só que tínhamos pensamentos parecidos...” - “Na minha opinião, uma das maiores dificuldades que existe na relação poliamorosa... tem mais amor envolvido, mas também quando tem mais brigas é mais pesado também” - “O romantismo ainda existe, só que agora é aumentado em um né... Eu tento distribuir de uma forma igual” - “Olha, regras é sempre conversada com os três” - “Tivemos um problema com uma irmã minha... ela foi criada por mim e pela primeira companheira como uma filha, e como chegou a segunda, ela acha que a segunda tomou o lugar dela na família”
Poliamor e o campo do Direito	Desejo e luta pelo reconhecimento jurídico do poliamor	<ul style="list-style-type: none"> - Desejo por reconhecimento jurídico da relação trisal como instituição familiar - Tem consciência que tanto a divisão dos bens quanto a guarda do filho é direito das duas esposas em caso de morte ou separação do trisal - Reconhece que existe machismo dentro da relação poliamorosa, percebe que esse comportamento precisa ser desconstruído 	<ul style="list-style-type: none"> - “Sim, ...tenho o desejo de tornar legal a nossa relação, só que no momento a justiça, ela ainda não permite” - “Se um caso, houver um falecimento meu, as duas teriam total direitos iguais sobre...a... o que eu possa ter deixado, e em relação a guarda do filho” - “Sim, sim...eu acho que ainda existe machismo dentro do poliamor”, “Eu acho que nós homens temos que aprender muito a desconstruir esse machismo que impera dentro de nós”

Em relação à zona de sentido “Conflito entre a liberdade de amar possibilitada pelo poliamor, e a sensação dos julgamentos sociais”, o sujeito pesquisado construiu indicadores de sentido relatando segurança proporcionada pelo poliamor, assim como grande indignação em relação aos julgamentos sociais. Este último elemento é apresentado pelo fato de que, apesar não se sentir discriminado, diz demonstrar afeto em apenas alguns locais. Ainda sobre a discriminação, o participante afirma que **não é religioso, porém sente seus efeitos através da prática religiosa das esposas.**

No que diz respeito à zona de sentido “Divergências compensadas por sentir que há mais amor”, os indicadores de sentido apontam que o início da relação se deu pela semelhança de ideias e não pelo sexo. O dificultador da relação é a questão de lidar com mais de uma personalidade, no entanto, essa dificuldade é facilmente superada por existir também mais amor na relação. Há ainda o romantismo presente na relação assim como nos casais monogâmicos, no primeiro caso, é aumentado para mais de uma pessoa. O entrevistado apontou que existem regras e estas **são decididas** pelos três. E por fim, o conflito por parte dos familiares é relativamente pequeno dentro desta relação poliamorosa.

Já a zona de sentido “Desejo e luta pelo reconhecimento jurídico do poliamor”, os indicadores de sentido evidenciam que o sujeito em questão tem um desejo de reconhecimento jurídico da relação como instituição familiar, já que vivem como tal. Ele demonstra plena consciência de que os bens, assim como a guarda do filho, em caso de morte, devem ser iguais para as esposas. Afirma ainda que reconhece a presença do machismo dentro do poliamor, inclusive assume algumas posturas machista, porém, sabe o quanto isto é nocivo para o relacionamento e tenta desconstruir na medida do possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada, pode-se dizer que o caso estudado

aponta que, o poliamor, por se constituir uma nova maneira de se relacionar que vem ganhando visibilidade, principalmente através das mídias, ainda encontra dificuldades em várias questões sociais construídas historicamente, como a religião e a cultura; os padrões sociais arraigados na sociedade monogâmica; a família tradicional e a dificuldade por um reconhecimento jurídico. O que parece ser bem definido na relação é a questão do consentimento de todas as partes envolvidas, excluindo, dessa forma, a traição; o ciúme aparece também com outra conotação, a de se colocar no lugar do outro e se regozijar com a felicidade do parceiro, transformando o sentimento de posse em compreensão. Lidar com as reações tanto da sociedade quanto de alguns membros da família, restringe a relação afetiva para apenas alguns locais, onde se sintam mais aceitos. É importante salientar também em relação à pesquisa realizada, que se trata apenas de um estudo de caso, sem pretensões nenhuma de generalizar, mas que fomenta o campo científico para novas pesquisas sobre o tema, dadas a sua importância e relevância social e psicológica. Ficou evidente a necessidade de mais estudos relativos ao poliamor, dado a sua ascensão e ao crescente número de adeptos a esta prática, uma minoria que precisa ser considerada em seus aspectos sociais e emocionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONZALEZ REY, F. Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GONZALEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa em psicologia:** caminhos e desafios. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

REIS, Janaína B. Gonzalez. Amor plural: refletindo sobre a conjugalidade no poliamor. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 28(2); p. 75 – 81, 2017.

SANTANA, Márcia Cristina de Souza. **Poliamor é possível:** saúde,

cuidados e família. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Saúde Coletiva) - Faculdade de Ceilândia/FCe da Universidade de Brasília/UnB, 2015.

PRINCIPAIS INTERCORRÊNCIAS COM OS PACIENTES EM HEMODIÁLISE

Érika Aparecida da Silva Amorim¹, Carla Alcon Tranin²

Resumo: A Doença Renal Crônica (DRC) é definida como uma lesão do parênquima renal e/ou a diminuição da taxa de filtração glomerular presentes por um período que seja igual ou superior a três meses. Essas alterações fisiológicas forçam o paciente portador da doença a necessitar de tratamentos para garantir uma melhor qualidade de vida. O objetivo deste trabalho foi analisar as informações disponíveis na literatura científica sobre as relevantes intercorrências com os pacientes com insuficiência renal crônica durante a sessão de hemodiálise. Os assuntos abordados foram: A insuficiência renal crônica, a terapia renal substitutiva e as intercorrências na sessão de diálise. A metodologia utilizada compreendeu artigos e periódicos publicados sobre o tema, entre 2010 e 2020, que aquiescem os meios utilizados na detecção e tratamento de pacientes com insuficiência renal crônica. Este estudo de revisão bibliográfica visou apresentar as principais intercorrências intradialíticas em pacientes em hemodiálise e suas possíveis causas: hipotensão arterial, hipertensão arterial, câibras, cefaleia, náuseas, vômitos, prurido, além de outras não tão frequentes mas nem por isso menos graves e que, se não tratadas, podem se evoluir para uma complicação, ocasionando o óbito. Ao final do trabalho concluiu-se que as DRC representam hoje em nossa sociedade um dano irreversível das funções renais para os pacientes, que causam intercorrências durante o tratamento e a relevância do trabalho do enfermeiro no acolhimento e os primeiros cuidados com o paciente.

Palavras-chave: Hemodiálise, insuficiência renal crônica, nefrologia

¹Graduando em Enfermagem – UNIVIÇOSA. e-mail: erika.kika-tdb@hotmail.com

²Professora do Curso de Enfermagem - UNIVIÇOSA. e-mail: carlatranin@univicoso.com.br

Abstract: *Chronic Kidney Disease (CKD) is defined as an injury to the renal parenchyma and/ or a decrease in the glomerular filtration rate present for a period equal to or greater than three months. These physiological changes force the patient with the disease to need treatments to ensure a better quality of life. The aim of this study was to analyze the information available in the scientific literature about the relevant complications with patients with chronic renal failure during the hemodialysis session. The subjects covered were: Chronic renal failure, renal replacement therapy and complications in the dialysis session. The methodology used comprised articles and periodicals published on the topic, between 2010 and 2020, that acquiesce to the means used in the detection and treatment of patients with chronic renal failure. This bibliographic review study aimed to present the main intradialytic complications in hemodialysis patients and their possible causes: hypotension, arterial hypertension, cramps, headache, nausea, vomiting, pruritus, in addition to others that are not so frequent but that are not less serious and, if left untreated, they can develop into a complication, causing death. At the end of the work, it was concluded that CKD represents today in our society an irreversible damage to renal functions for patients, which cause complications during treatment and the relevance of the nurse's work in welcoming and the first care for the patient.*

Keywords: *Chronic kidney failure, hemodialysis, nephrology*

INTRODUÇÃO

A Doença Renal Crônica (DRC) é definida como uma lesão do parênquima renal e/ou a diminuição da taxa de filtração glomerular presentes por um período que seja igual ou superior a três meses. Sendo assim, uma síndrome complexa consequente à perda da capacidade excretória renal, geralmente lenta e progressiva (NOLETO et al., 2015).

No Brasil, o Ministério da Saúde possui programas específicos direcionados aos pacientes acometidos com problemas de disfunção renal, a fim de prevenir e promover a melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2017).

O presente trabalho objetivou identificar e destacar quais intercorrências ocorrem com maior frequência em pacientes submetidos a diálise; analisar como elas ocorrem, e identificar os métodos de amenizar essas intercorrências, para que elas não virem uma complicação, assim como uma correta intervenção e o devido estudo acerca das práticas de trabalho que resultam em uma melhora da qualidade de vida do paciente são importantes não apenas para os que são cometidos por essa doença, mas também para toda a comunidade acadêmica que por ventura fizer uso desses dados.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho trata-se de uma revisão de literatura quantitativa, sobre as principais intercorrências com os pacientes IRC dialíticos, durante a sessão de hemodiálise.

Para seleção dos artigos foi aplicado como critérios de inclusão: fontes literárias que apresentassem relevância e estreita relação ao tema proposto, de produções científicas em língua portuguesa, artigos, monografias e publicações em revistas científicas, publicadas, majoritariamente, no período de 2010 a 2020, utilizando os seguintes bancos de dados como Scielo, Lilacs, Google acadêmico, além do site do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Nefrologia. Foram utilizados os descritores devidamente buscados no DeCS (descritores em ciências da saúde): hemodiálise, IRC, nefrologia.

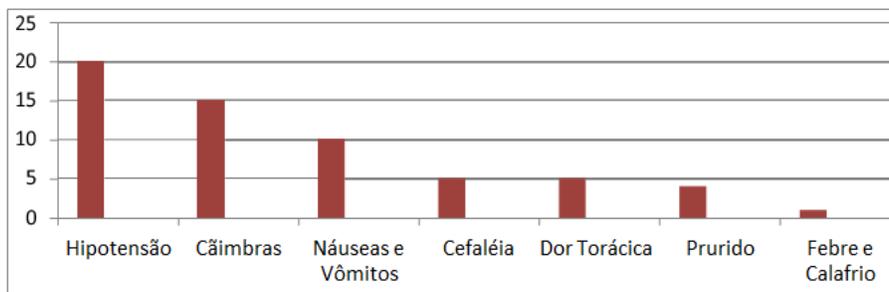
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A insuficiência renal crônica (IRC) é uma doença com índices que vem aumentando significativamente, se correlacionando ao aumento da incidência de hipertensão arterial sistêmica (HAS), da diabetes, de neoplasias de próstata e colo de útero, uma vez que muitas pessoas podem desenvolver a insuficiência renal por inúmeros motivos com a falta de acompanhamento adequado e pela detecção precoce dessas doenças (DAURGIDAS, 2010).

Frazão et al. (2014), nos diz que quando o paciente é diagnosticado com a doença renal crônica, são possíveis que seja feito tratamento direcionado a substituição parcial de sua função renal, conhecida como Diálise Peritoneal, Transplante Renal, e também a Hemodiálise. Os critérios que abrangem a escolha do tratamento adequado e terapêutico, feito por meio de uma avaliação do quadro clínico do paciente atendendo orientação e indicação de uma equipe multidisciplinar.

As principais intercorrências que acontecem durante o processo de hemodiálise, conforme figura 01, são: a hipotensão arterial (20% a 30% das diálises), as câimbras (5% a 20%), as náuseas e vômito (5% a 15%), a cefaleia (5%), a dor torácica (2% a 5%), o prurido (5%), a febre e calafrios (< 1%), (LEITE et al., 2015; CORDEIRO et al., 2016). (Figura 01).

Figura 1- Demonstrativo das principais intercorrências intradialíticas. Fonte: (LEITE et al., 2015; CORDEIRO et al., 2016).



A dor torácica é uma das principais intercorrências durante a sessão de diálise e pode-se apresentar de forma aguda ou crônica. Visando amenizar essa manifestação, é necessário que seja administrado um medicamento de efeito analgésico, previamente prescrito pelo médico (BELTRAME et al., 2013).

Para Leite et al., (2015), uma alteração que afeta o portador de IRC diz respeito ao surgimento de prurido durante a sessão de hemodiálise ou até mesmo antes de seu início, que está correlacionada a alergia ou medicamento usado.

Estudos de Araújo (2012), consideram que quando o paciente apresenta febre ou calafrios, é preciso que seja solicitada uma prescrição médica específica para intervir com a administração de medicamentos antitérmicos, verificação da temperatura do paciente e, caso seja necessário, a aplicação de medicamento antibiótico posterior a realização da coleta de amostra para hemocultura, objetivando descartar a presença de possíveis infecções. Câimbras musculares é possível que ocorra como efeito colateral da hipotensão, (ARAUJO e SANTOS,2012).

A ocorrência de náuseas e vômitos resulta de fatores referentes á hipotensão arterial e o desequilíbrio hidrolítico (CORDEIRO et al.2016).

A cefaleia pode ser decorrente da hipotensão arterial ou a hipertensão arterial, mas também pode está ligado ao desequilíbrio hidroeletrólítico (BELTRAME et al. 2013 e COUTINHO et al.2015).

Para BELTRAME et al., (2013), deve ocorrer uma ação imediata e eficaz da equipe de enfermagem na prevenção e resolução das intercorrências a fim de evitar complicações e de promover um atendimento de qualidade ao paciente em tratamento hemodialítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse trabalho dispõe-se a colaborar para um maior entendimento acerca das principais intercorrências com os pacientes IRC dialíticos, durante a sessão de diálise e da importância da atuação da enfermagem no processo de intervenção. Os estudos aqui apresentados corroboram com o entendimento de autores, devidamente citados, e artigos disponíveis para consulta; a relevância do trabalho do enfermeiro no que diz respeito à intervenção nos casos específicos é essencial no acolhimento e acompanhamento na etapa de hospitalização.

Considera-se que dentre as principais intercorrências, a hipotensão arterial, câimbras, náuseas, vômito, cefaleia, dor torácica, prurido, febre e calafrios, são as mais frequentes. Conclui-se, então que as principais intercorrências no processo hemodialítico são frequentes, devido a alteração hemodinâmica decorrentes do processo da remoção de uma grande quantidade de volume de líquidos num espaço curto de tempo, e decorrente da síndrome do desequilíbrio hidrolítico. É que as medidas preventivas são essenciais para prestar um atendimento de forma ágil, com eficácia e segurança, assim evitando maiores complicações durante o tratamento hemodialítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, A.C.S.; DO ESPÍRITO SANTO, E. A importância das intervenções do enfermeiro nas intercorrências durante a sessão de hemodiálise. **Caderno Saúde e Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 44-58, 2012.

BELTRAME, V.; HARDT, C.; MADUREIRA, V.S.F.; DALL'AGNOL, J.; SILVA, T.G. Intervenções de enfermagem nas intercorrências do tratamento hemodialítico. **Ágora: Rev.**

Divulg. Cient., v. 18, n. 1, p. 131-40, 2013.

BRASIL. 2017. **Secretaria da Saúde**. Diálise. Disponível em: <<http://www.saude.ba.gov.br/suvisa/vigilancia-sanitaria/dialise/>> Acesso em: 16 de maio de 2020.

CORDEIRO, Ana Paula et al. Complicações durante a hemodiálise e a assistência de enfermagem. **Enfermagem Revista**, v. 19, n. 2, p. 247-254, 2016.

FRAZÃO, C.M.F.Q. et al. Cuidados de enfermagem ao paciente renal crônico em hemodiálise. **Rev. Rene**, v. 15, n. 4, p. 701-709, 2014.

LEITE, É.M.D. et al. Complicações em pacientes renais durante sessões hemodialíticas e intervenções de enfermagem. **J. Res. Fundam. Care**. online, v. 7, n. 1, p. 2137-2146, 2015.

RELAÇÕES TRABALHISTAS EM TEMPOS DA COVID-19 E A GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL

Cláudia Thaís Teixeira de Lima¹, Roberto Camilo Leles Viana²

Resumo: A pesquisa possui o intuito de observar se estão sendo respeitadas as garantias do mínimo existencial à dignidade da pessoa humana, com um foco nas relações trabalhistas, principalmente durante o período de exceção causado pelo COVID-19 no Brasil. Para o enfrentamento do período de calamidade pública foi preciso reformular algumas regras da Consolidação das Leis do Trabalho e para isso foram criadas as Medidas Provisórias nº 927/2020 e 936/2020 com o intuito de flexibilizar, evitando a falência de várias empresas, gerando conseqüentemente inúmeros desempregados no país. Faz-se necessário durante o trabalho uma análise profunda para saber se os direitos dos trabalhadores descritos nos princípios citados, estão sendo assegurados mesmo com as flexibilizações autorizadas pelo Presidente da República através de Medidas Provisórias. Como será percebido no decorrer da pesquisa a Medida Provisória nº 927 perdeu a eficácia justamente por conter vários artigos que contrariava a Constituição Federal de 1988 e a Medida Provisória nº 936 teve alguns artigos vetados pelo mesmo motivo. Percebe-se que durante o período de enfrentamento do estado de calamidade pública, não foi respeitado o princípio do mínimo existencial nas relações empregatícias.

Palavras-chave: COVID-19, Dignidade da pessoa humana, Medidas Provisórias, Mínimo existencial, Relações empregatícias

Abstract: *Relations, especially during the exception period caused by COVID-19 in Brazil. And for this, research is described as*

¹Graduanda em Direito – UNIVIÇOSA, e-mail: thaistlimas@gmail.com

²Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra - PT, Advogado e Professor da UNIVIÇOSA, e-mail: roberviana@gmail.com.

Descriptive, bibliographic and belonging to the legal-theoretical aspect, following the methodological type (or legal investigation) called legal-descriptive. In order to face the period of public calamity, it was necessary to reformulate some rules of the Consolidation of Labor Laws and for that purpose, Provisional Measures No. 927/2020 and 936/2020 were created in order to make them more flexible, avoiding the bankruptcy of several companies, thus generating countless unemployed in the country. It is necessary during the work a deep analysis to know if the rights of the workers described in the mentioned principles, are being guaranteed even with the flexibilities authorized by the President of the Republic through Provisional Measures. As will be perceived in the course of the research, Provisional Measure No. 927 lost its effectiveness precisely because it contained several articles that contradicted the Federal Constitution of 1988 and Provisional Measure No. 936 had some articles vetoed for the same reason. It is noticed that during the period of facing the state of public calamity, the principle of existential minimum in employment relationships was not respected.

Keywords: *COVID-19, Dignity of human person, Existential minimum, Employment relations, Provisional Measures*

INTRODUÇÃO

Destaca-se que com o início da pandemia ocasionada pelo COVID-19 no Brasil foi preciso reformular algumas regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), uma vez que estamos diante de uma hipótese de calamidade pública instituída por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Sendo uma situação imprevisível e que exige uma forma nova, diferente, de pensar o Direito Laboral.

Diante da situação em que se encontra o país, foram publicadas algumas Medidas Provisórias, entre elas a de nº

927 e 936, nas quais tratam das relações empregatícias, com o intuito de flexibilizar as normas do Direito do Trabalho, sendo de suma importância observar as aplicações das normas nas relações trabalhistas, dando um enfoque nos mínimos existenciais garantidos pela Constituição Federal do Brasil aos trabalhadores.

O presente trabalho visa estudar as Medidas Provisórias em conjunto com a Constituição Federal e a Consolidação das Leis do Trabalho para tentar diminuir as dúvidas e as inseguranças jurídicas causadas enquanto perdurar a pandemia no país, e também de acordo com a afirmação do Presidente da República evitaria o desemprego em massa e a falência de várias empresas.

Diante das análises feitas anteriormente, pretende-se com o trabalho fazer uma análise jurídica normativa, haja vista tentar uma interpretação das normas jurídicas que estão causando inseguranças jurídicas e uma harmonia entre as Medidas Provisórias com a as garantias mínimas existenciais do empregado.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo dar-se-á meramente de estudos bibliográficos. Utilizando na pesquisa as Medidas Provisórias 927/2020 e 936/2020, doutrinas, leis, Consolidação das Leis do Trabalho e a Constituição Federal de 1988, bem como decisões judiciais e possíveis julgados, para observância da aplicabilidade na prática. Define-se a pesquisa então como descritiva, bibliográfica, e pertencente a vertente jurídico-teórica.

A base metodológica terá também, como foco, o exame crítico das Medidas Provisórias com a Consolidação das Leis do Trabalho e a Constituição Federal de 1988. Por conseguinte,

a pesquisa segue o tipo metodológico (ou investigação jurídica) chamado de jurídico-descritivo, através da análise da situação atual da aplicação e interpretação dos tribunais brasileiros quanto ao tema proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É de suma importância ressaltar o conceito de mínimo existencial para compreensão das garantias constitucionais dos trabalhadores. Traz-se a definição com o conjunto básico de direitos fundamentais para dignidade da pessoa humana, e na falta desses, o Estado deve obrigatoriamente fornecer. Está implícito na Constituição Federal de 1988 entre os direitos sociais e fundamentais para a vida digna de uma pessoa humana.

Outro princípio diretamente ligado é o princípio da dignidade da pessoa humana, no qual garante o direito a vida digna e para isso precisa-se dos direitos mínimos sociais garantidos. São eles: educação, alimentação, vestuário, moradia, saúde, seguridade social, qualidade de vida, entre outros. Veja-se:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2020, *online*).

Entende-se que sem o mínimo existencial as pessoas perdem o direito a vida digna, ou seja, sem igualdade e a liberdade, por isso o Estado deve agir com o intuito de trazer uma vida digna para a sociedade. Observe-se:

Sem o mínimo necessário à existência cessa a possibilidade de sobrevivência do homem e desaparecem as condições iniciais da liberdade. A dignidade humana e as condições materiais

da existência não podem retroceder aquém de um mínimo, do qual nem os prisioneiros, os doentes mentais e os indigentes podem ser privados. (TORRES, 1989, *online*).

No que tange as Medidas Provisórias são instituídas somente em casos de relevância e urgência, terá força de lei e começará a produzir os efeitos desde o momento que foi sancionada pelo Presidente da República, mesmo que ainda em tramitação para votação do Congresso Nacional, porém para ser convertida em lei precisa da votação da Câmara e do Senado.

Não obstante, é válido ressaltar que o prazo para uma medida provisória seja convertida em lei, é de 60 (sessenta) dias prorrogáveis por igual período, por uma única vez. Caso não seja convertida em lei, perderá a eficácia desde o momento de sua edição.

Antes de adentrar no mérito das Medidas Provisórias instituídas durante o período de calamidade pública no Brasil, é válido ressaltar que a Medida Provisória de nº 927/2020 perdeu a eficácia por não ter sido votada em tempo hábil. A perda da eficácia conseqüentemente gerou insegurança nas relações laborais, principalmente aos empregados e empregadores que usufruíram dos benefícios.

A Medida Provisória nº 927/2020 autorizava a concessão de férias antecipadas e coletivas, sendo que pagamento do terço constitucional poderia ser realizado até o dia 20 de dezembro de 2020, autorizava também a licença remunerada e sem remuneração, a redução salarial, a suspensão e a extinção do contrato de trabalho, a possibilidade de concessão do teletrabalho como acordo unilateral com aviso de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Como já mencionado acima, esse Medida perdeu a eficácia no dia 19 de julho de 2020, ou seja, perdeu a eficácia desde o momento em que foi criada.

A Medida Provisória nº 936/2020 foi publicada no dia 01 de abril de 2020, com o intuito de preservar a renda e o emprego durante o período da calamidade pública enfrentada pelo COVID-19 (BRASIL, 2020, *online*).

Ressalta-se que foi convertida em Lei nº 14.020 de 06 de julho de 2020, mantendo a mesma finalidade, porém ocorrendo algumas mudanças. Tal lei autoriza a suspensão do contrato de trabalho, a redução salarial e conseqüentemente de jornada.

No mais, foi criado o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, que serão uma ajuda custeados com recursos da União, quando a jornada do empregado for reduzida proporcionalmente ao salário e quando houver suspensão do contrato de trabalho temporariamente, desde que os empregados forem regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, independentemente do tempo em que laborava na empresa (BRASIL, 2020, *online*).

Outro aspecto de suma importância, diz respeito à redução salarial bem como a jornada de trabalho, ambos deverão respeitar sempre as regras da Constituição Federal, ou seja, irá respeitar o valor do salário-hora de trabalho, e será feita em um acordo individual escrito entre empregado e empregador, respeitando o prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de comunicação e poderá durar pelo período de até 90 (noventa) dias, em conformidade com o artigo 7º.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos e análises, como já mencionado acima, a Medida Provisória de nº 927/2020 contrariava a Constituição Federal e a Consolidação das Leis do Trabalho, quando autorizava redução salarial, antecipação de férias, pagamento do terço constitucional sobre as férias junto com a segunda

parcela do décimo terceiro, concessão do teletrabalho através de acordo unilateral, ainda trouxe que os acordos individuais irão prevalecer sobre qualquer norma, respeitando somente a Constituição Federal.

No entanto, é válido ressaltar que essa Medida Provisória perdeu a eficácia e não produz mais efeitos, justamente por ser considerada inconstitucional. Ainda assim alguns empregados foram prejudicados por tal Medida, enquanto ainda estava em vigência.

No que diz respeito à Medida Provisória nº 936/2020, foi convertida na Lei nº 14.020/2020, e traz algumas flexibilizações para enfretamento do período, contudo a partir do momento da conversão houve algumas mudanças citadas no desenvolvimento da pesquisa, nas quais, alguns artigos foram vetados por entenderem também serem inconstitucionais, e conclui-se que os artigos da referida lei não possui desrespeito às normas constitucionais e a Consolidação das Leis do Trabalho, pois surge com uma ajuda financeira do Estado com o intuito de preservar a renda e os empregos.

Destarte, importante salientar que durante o período de vigência da pandemia, entre os meses de março a julho de 2020, as Medidas Provisórias não garantiram os mínimos existências nas relações empregatícias, haja vista as inconstitucionalidades citadas na Medida Provisória nº 927/2020 e alguns dos artigos da Medida Provisória nº 936/2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de Outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 07 dezembro 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv927.htm>. Acesso em: 07 dezembro 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 936, de 01 de abril de 2020.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv936.htm>. Acesso em: 07 dezembro 2020.

TORRES, Ricardo Lobo. **O mínimo existencial e os direitos fundamentais.** Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/46113/44271>>. Acesso em: 07 dezembro 2020.

SÍFILIS EM GESTANTES E SÍFILIS CONGÊNITA: PERFIL DOS CASOS NOTIFICADOS NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA - MG

Graziele Neves¹, Larissa Aparecida Silva Celso², Carla Alcon
Tranin³

Resumo: A sífilis ainda é um desafio para a saúde pública, uma vez que é uma doença contagiosa e tem aumentado a sua incidência no Brasil. O contato sexual é a principal via de transmissão, mas gestantes infectadas podem transmitir para o feto. A pesquisa teve como objetivo analisar o perfil sociodemográfico e epidemiológico dos casos notificados de sífilis em gestantes e de sífilis congênita no município de Viçosa-MG. A população do estudo foi composta por todos os casos de sífilis em gestantes e sífilis congênita notificados no período de 2010 a 2019. Além da busca nas bases de dados acadêmicas, também foram considerados os Indicadores e Dados Básicos da Sífilis nos Municípios Brasileiros publicado pelo Ministério da Saúde. Os resultados mostraram que as mulheres gestantes diagnosticadas com sífilis são em sua maioria pardas, adultas e com escolaridade incompleta. Sobre a sífilis congênita, a maioria realizou pré-natal e foram diagnosticadas nesse período. Ainda assim, a doença foi identificada no momento do parto ou curetagem, indicativo de deficiências no pré-natal. Em suma, concluem-se que existem falhas na assistência as gestantes com sífilis, sendo necessário os municípios conhecerem a sua realidade no que diz respeito ao perfil da população para que possam planejar ações a fim de garantir a assistência, tratamento e prevenção adequados para a necessidade de cada população.

Palavras-chave: Perfil sociodemográfico; Perfil epidemiológico; Sífilis congênita; Sífilis em gestante.

¹Graduando em Enfermagem – UNIVIÇOSA. e-mail: nevesgraziele9@gmail.com

²Enfermeira - e-mail: larissa.celso.enf@gmail.com

³Enfermeira do Curso de Enfermagem- UNIVIÇOSA. e-mail: carlatranin@univicosa.com.br

Abstract: *Syphilis is still a challenge for public health, since it is a contagious disease and its incidence has increased in Brazil. Sexual contact is the main route of transmission, but infected pregnant women can transmit it to the fetus. The research aimed to analyze the sociodemographic and epidemiological profile of notified cases of syphilis in pregnant women and of congenital syphilis in the municipality of Viçosa-MG. The study population consisted of all cases of syphilis in pregnant women and congenital syphilis reported in the period from 2010 to 2019. In addition to the search in academic databases, the Basic Indicators and Data of Syphilis in Brazilian Municipalities were also considered, published by the Ministry Health. The results showed that pregnant women diagnosed with syphilis are mostly brown, adult and with incomplete schooling. Regarding congenital syphilis, the majority underwent prenatal care and were diagnosed during this period. Even so, the disease was identified at the time of delivery or curettage, indicating deficiencies in the prenatal period. In summary, it is concluded that there are failures in the assistance to pregnant women with syphilis, with the need for municipalities to know their reality with regard to the profile of the population so that they can plan actions in order to guarantee adequate care, treatment and prevention for the need of each population.*

Keywords: *Sociodemographic profile; Epidemiological profile; Congenital syphilis; Syphilis in pregnant women.*

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem vivido um período de aumento nos casos de sífilis, pois a elevação da taxa de incidência de sífilis congênita e as taxas de detecção de sífilis em gestante por mil nascidos vivos aumentaram significativamente de 2010 para 2018, passando de 2,4 para 9,0 e de 3,5 para 21,4 casos por mil nascidos vivos, respectivamente. Em 2018, foram notificados 62.599 casos de

sífilis em gestantes e 26.219 casos de sífilis congênita - entre eles, 241 óbitos (BRASIL, 2019).

Considerando que a sífilis congênita é uma doença de transmissão vertical e que pode ser evitada ou até mesmo erradicada, esta pesquisa teve como intuito identificar a realidade do município de Viçosa-MG, no período de 2010 a 2019, considerando-se o perfil sociodemográficos e epidemiológico dos casos notificados de sífilis em gestantes e de sífilis congênita.

MATERIAL E MÉTODOS

A população do estudo foi composta por todos os casos de sífilis em gestantes e sífilis congênita notificados no período de 2010 a 2019, residentes no município de Viçosa-MG, e que estavam registrados no Ministério da Saúde por meio dos Indicadores e dados básicos da sífilis nos municípios brasileiros.

Para a coleta dos dados, escolheu-se como técnicas, a “Pesquisa Bibliográfica” e a “Pesquisa Documental”, sendo a primeira elaborada a partir de material já publicado, (PRODANOV; FREITAS, 2013) e a segunda, respectivamente baseado-se em materiais que não receberam ainda tratamento analítico, (GIL, 2008 apud PRODANOV; FREITAS, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados da sífilis congênita corroboram com o perfil das gestantes com sífilis no Brasil, sendo a prevalência em mulheres entre 20 e 29 anos de idade, pardas e com escolaridade incompleta.

Tabela 1 – Características sociodemográficas dos casos notificados de sífilis congênita segundo a faixa etária, raça/cor escolaridade. Viçosa-MG. Brasil (2010-2019).

Características	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Faixa etária (anos)										
≤19	-	-	-	-	-	-	-	2	3	2
20-29	-	-	-	-	2	2	-	2	11	-
≥30	-	-	-	-	-	1	-	2	2	1
Ignorado	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Raça ou Cor										
Branca	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-
Preta	-	-	-	-	-	2	-	-	5	-
Parda	-	-	-	-	2	1	-	5	9	3
Ignorado	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-

Fonte: MS/SVS/DCCI - Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Tabela 2 – Características relacionadas ao pré-natal e tratamento da gestante e do parceiro. Brasil, Viçosa-MG, 2010-2019).

Características	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Faixa etária (anos)										
≤19	-	-	-	-	-	-	-	2	3	2
20-29	-	-	-	-	2	2	-	2	11	-
≥30	-	-	-	-	-	1	-	2	2	1
Ignorado	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Raça ou Cor										
Branca	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-
Preta	-	-	-	-	-	2	-	-	5	-
Parda	-	-	-	-	2	1	-	5	9	3
Ignorado	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Escolaridade										
Analfabeto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundamental incompleto	-	-	-	-	1	-	-	2	5	-
Fundamental completo	-	-	-	-	-	1	-	2	3	2
Médio incompleto	-	-	-	-	-	-	-	1	2	1
Médio completo	-	-	-	-	-	1	-	1	3	-
Superior incompleto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Superior completo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ignorado	-	-	-	-	1	2	-	-	3	-

Fonte: MS/SVS/DCCI - Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis.

De acordo com Moreira et al., (2017), o pré-natal é o momento da gestante ser acolhida para garantir gestação segura a ela e ao bebê. O acompanhamento do pré-natal é uma estratégia para diagnóstico precoce da sífilis materna e tratamento, em tempo hábil, para prevenção da transmissão vertical para o recém-nascido.

A sífilis gestacional é tratável, conseqüentemente, a sífilis congênita pode ser evitada e ou prevenida. A fase do diagnóstico, o tratamento prescrito e a qualidade da assistência durante a gestação e parto são critérios importantes e relevantes para a redução de transmissão vertical da sífilis.

Tabela 3 – Caracterização dos casos notificados de sífilis em gestantes, segundo a idade gestacional, classificação clínica e esquema de tratamento. Viçosa-MG, Brasil (2010 a 2019).

Classificação Clínica	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Idade Gestacional										
1º Trimestre	-	-	1	-	1	-	-	2	4	-
2º Trimestre	-	-	-	-	-	-	3	1	8	2
3º Trimestre	-	-	-	-	4	3	3	6	11	2
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-	1	1	3	-

Fonte: MS/SVS/DCCI - Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre o perfil sócio demográfico observou-se que a sífilis prevaleceu em gestantes jovens, com baixa escolaridade e parda. Em relação ao perfil epidemiológico, os resultados apontaram para possíveis problemas quanto ao diagnóstico precoce e tratamento adequado das gestantes com a doença. Observou-se ainda que a

maioria dos parceiros também não recebeu tratamento correto, levando ao risco de reinfecção das mulheres.

Por fim, conclui-se que os resultados encontrados demonstraram que o município deve conhecer o perfil da população para um planejamento estratégico para uma melhor assistência e tratamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis**. 2019. Disponível em: <<http://indicadoressifilis.aids.gov.br/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2020.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vicosa/panorama>>. Acesso em: 13 de julho 2020.

MOREIRA, Kátia Fernanda Alves; OLIVEIRA, Davisson Michetti DE; ALENCAR, Lucas Noronha de; CAVALCANTE, Daniela Ferreira Borba; PINHEIRO, Aldrin de Sousa; ORFÃO, Nathalia Halax . Perfil dos casos notificados de sífilis congênita. **Cogitare Enferm.**, v. 22, n. 2, 2017.

PRODNAV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

TERMOGRAFIA INFRAVERMELHA COMO DIAGNÓSTICO DE PONTO DE DOR MIOFACIAL

Natália Reis Gomes¹, Eustáquio Luiz Paiva-Oliveira²

Resumo: A dor musculoesquelética é uma condição que vem aumentando gradativamente dentro da prática clínica, em decorrência de novos hábitos, ansiedade ou estresse. No tratamento e diagnóstico desse acometimento são utilizados inúmeros métodos, contudo o custo vem se tornando um problema. A imagem infravermelha tem sido amplamente usada na avaliação da temperatura corporal para identificar trigger points de maneira mais rápida e indolor. O objetivo desse estudo foi avaliar a imagem infravermelha como método diagnóstico e avaliativo de trigger points. Dez voluntários foram incluídos. Foi utilizada uma câmera FLIR Inc.®, modelo C2, adaptada a um tripé a 50cm posterior ao tronco do voluntário. As imagens foram analisadas pelo software FLIR Tools. Os resultados apontaram para áreas hiperradiantes na musculatura posterior de tronco (músculo trapézio) em todos os voluntários analisados. Os dados foram satisfatórios e mostraram de maneira sensível e preciso as variações de temperatura nas diferentes regiões comprometidas e áreas adjacentes. Conclui-se que a imagem infravermelha apresenta-se como uma ferramenta de baixo custo, sensível e precisa no diagnóstico e acompanhamento de trigger points.

Palavras-chave: Trigger points, dor, imagem infravermelha.

Abstract: *Musculoskeletal pain is a condition that has been gradually increasing within clinical practice, due to new habits,*

¹Acadêmica de Fisioterapia – UNIVIÇOSA. e-mail: nataliareisfisio@gmail.com

²Doutor em Neurociências/UFF; Docente do Curso de Fisioterapia – UNIVIÇOSA. e-mail: eustaquiopaiva@univicoso.com.br – UNIVIÇOSA. e-mail: eustaquiopaiva@hotmail.com

anxiety or stress. Numerous methods are used to treat and diagnose this condition, but cost has become a problem. Infrared imaging has been widely used to assess body temperature to identify trigger points more quickly and painlessly. The objective of this study was to evaluate the infrared image as a diagnostic and evaluative method of trigger points. Ten volunteers were included. A FLIR Inc.® camera, model C2, adapted to a tripod 50 cm posterior to the volunteer's trunk was used. The images were analyzed using the FLIR Tools software. The results pointed to hyper-radiating areas in the posterior trunk muscles (trapezius muscle) in all the volunteers analyzed. The data were satisfactory and showed, in a sensitive and precise way, the temperature variations in the different compromised regions and adjacent areas. It is concluded that the infrared image presents itself as a low-cost, sensitive and accurate tool in the diagnosis and monitoring of trigger points.

Keywords: *Trigger points, pain, infrared image.*

INTRODUÇÃO

A síndrome da dor miofascial (SDM) é um termo usado para descrever uma condição de dor aguda ou crônica, envolvendo a musculatura e a sua fáscia (SHAH, 2015). Quando esse distúrbio muscular está associado à dor e sensibilidade, se caracteriza como um trigger point ou ponto gatilho, sendo ele, um ponto hipersensível, muitas vezes discreto e palpável em uma banda tensa muscular, podendo se apresentar como um ponto doloroso (quando é ativo) ou doloroso quando palpável (quando latente). Dentro da prática clínica, diferentes métodos são utilizados no tratamento de trigger points, tais como crioterapia, estimulação elétrica transcutânea e a fotobiomodulação (LAVELLE, 2007), e como forma de avaliação a medição da temperatura corporal através da imagem infravermelha.

A termografia infravermelha é uma técnica que quantifica a

temperatura da superfície corporal através da captação da radiação térmica emitida pelo corpo que é convertida em um sinal elétrico formando uma imagem na qual os resultados são expressos em níveis de cinza ou em cores, permitindo a avaliação, quantificação e mapeamento das alterações de temperatura da pele. Portanto, é um método de diagnóstico não invasivo e totalmente seguro na avaliação de trigger points, pois consegue demonstrar áreas de hiperradiação da musculatura, correlacionar a dor com a mudança de fluxo sanguíneo e documentar as imagens em tempo real (BRIOSCHI et al., 2005). O objetivo deste trabalho é analisar a termografia infravermelha como um método diagnóstico de pontos de dor miofacial.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal realizado em um Centro Universitário de um município da Zona da Mata Mineira. Foram incluídos 10 voluntários. As imagens infravermelhas foram obtidas utilizando uma câmera FLIR Inc.®, modelo C2, resolução integrada de 320x240 pixels e sensibilidade para detectar a diferença de temperatura menor de 0,08°C. A câmara foi adaptada a uma distância padrão de 50 cm posterior ao tronco do voluntário através de um tripé portátil. Todas as imagens foram capturadas sempre pelo mesmo examinador. As imagens foram capturadas, armazenadas e analisadas através de um software FLIR Tools. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (parecer n.: 3.718. 613) e todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisadas as temperaturas da pele da região posterior de tronco, com foco no músculo trapézio superior, médio e inferior. Segundo Rossi et al. (2013) é possível correlacionar a dor com a mudança do fluxo sanguíneo que é detectada pela monitoração infravermelha, sendo assim, é possível mensurar a

energia infravermelha e classificar de acordo com a sua tonalidade/ temperatura, em que o trigger point é representado pela tonalidade branca confluyente com ponto de hiperradiação focal.

A figura 1A retrata imagem com pontos de hiperradiação na região de trapézio médio e inferior bilateralmente em um voluntário do sexo masculino que refere dor nessas regiões anatômicas analisadas. A figura 1B demonstra pontos de hiperradiação na região do músculo trapézio médio e inferior em tronco direito quando comparado com lado esquerdo. A voluntária refere dor miofacial na região de maior temperatura. Os resultados do presente estudo estão de acordo com os relatados por Costa et al. (2013), que encontraram excelente confiabilidade intra e interexaminador para análises de ponto em relação ao músculo trapézio superior em indivíduos. com ou sem disfunção temporomandibular. Os métodos de análise de imagem infravermelha dos pontos-gatilho miofasciais do músculo trapézio superior apresentaram em estudo prévio valores de confiabilidade intra e interexaminadores aceitáveis, o que dá suporte ao uso dessas metodologias na prática clínica e de pesquisa (DIBAI-FILHO et al, 2015).

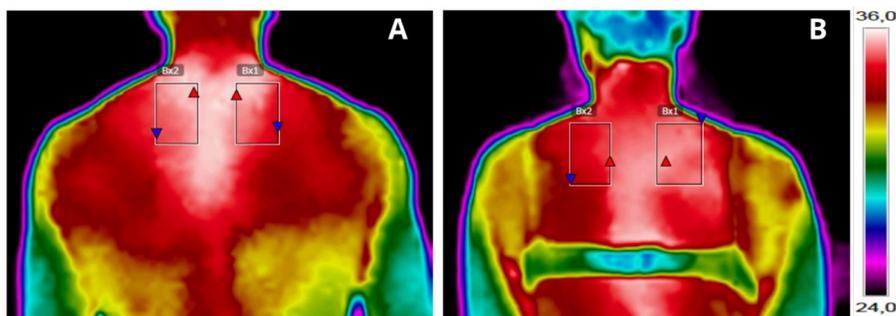


Figura 1: Imagem termografica de voluntários do sexo masculino (A) e feminino (B) com presença de trigger points em trapézio superior e médio.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a termografia infravermelha apresenta-se como uma excelente ferramenta no processo de diagnóstico não invasivo e acompanhamento de patologias musculoesqueléticas, principalmente ponto de dor miofacial. Sua sensibilidade e precisão permitem o monitoramento do processo de efetividade de estratégias terapêuticas com baixo custo e alta confiabilidade diagnóstica.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Centro Universitário de Viçosa - UNIVIÇOSA pelo apoio e incentivo à pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRIOSCHI, M. L.; COLMAN, D. Estudo da dor por imagem infravermelha. **Revista Dor**, v. 6, n. 3, p. 589-99, 2005.

COSTA AC, DIBAI FILHO AV, PACKER AC, RODRIGUES-BIGATON D. Intra and inter-rater reliability of infrared image analysis of masticatory and upper trapezius muscles in women with and without temporomandibular disorder. **Braz J Phys Ther.** v. 17, n.1, p.24-31. 2013.

DIBAI-FILHO AV, GUIRRO EC, FERREIRA VT, BRANDINO HE, VAZ MM, GUIRRO RR. Reliability of different methodologies of infrared image analysis of myofascial trigger points in the upper trapezius muscle. **Braz J Phys Ther.** v.19, n.2, p.122-128. 2015.

LAVELLE, E. D. ; LAVELLE, W. ; SMITH, H. S. Myofascial trigger points. **Anesthesiology clinics**, v. 25, n. 4, p. 841-851, 2007.

ROSSI, C.; S.; E.; R.; C.. et al. A termografia infravermelha na avaliação dos pontos-gatilho miofasciais em patologias do ombro. **ConScientiae Saúde**, v. 12, n. 2, p. 266-273, 2013.

SHAH, J. P. et al. Myofascial trigger points then and now: a historical and scientific perspective. **Physical Medicine & Rehabilitation**, v. 7, n. 7, p. 746-761, 2015.

VIABILIDADE DA ASSOCIAÇÃO TILETAMINA MAIS ZOLAZEPAM, APÓS A RECONSTITUIÇÃO EM GATAS SUBMETIDAS A OVARIOHISTERECTOMIA

Guilherme Salles¹, Luís Eugênio Franklin Augusto², Vanessa Guedes Pereira³, Magna Coroa Lima⁴, Jéssica Maria Chaves dos Santos⁵

Resumo: Anestésicos dissociativos associados a tiletamina mais zolazepam é um protocolo muito utilizado, principalmente em felinos, devido a menores efeitos colaterais. Apesar das vantagens, temos o inconveniente do tempo de prateleira da associação após sua reconstituição ser curto. Este trabalho teve como objetivo avaliar a viabilidade da associação tiletamina mais zolazepam após sua reconstituição em dois momentos distintos. A pesquisa nos mostrou que o tempo de reconstituição não interfere nos tempos de latência, hábil e de recuperação em gatas submetidas a OH utilizando a associação tiletamina mais zolazepam.

Palavras-chave: Anestésicos, Associação, Reconstituição

Abstract: *Dissociative anesthetics are widely used in chemical containment and minor surgical procedures, such as ovariohysterectomy. Its main advantage is the possibility of intramuscular administration. The combination tiletamine plus zolazepam has been widely used, especially in felines, due to lower*

¹Graduado no curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário de Viçosa- UNIVIÇOSA
E-mail: sallesguilherme@outlook.com.br

²Mestre Professor do curso de Medicina Veterinária- UNIVIÇOSA. E-mail: luis.efranklin@hotmail.com.

³Doutora professora da Faculdade UNIVERTIX. E-mail: vanguedesp@hotmail.com

⁴Doutora professora -UNIVIÇOSA . E-mail: magnaveterinaria@yahoo.com.br

⁵Graduanda de medicina veterinária - UNIVIÇOSA. E-mail: jessicachaves01@outlook.com

side effects. Despite the advantages, we have the drawback of the association's shelf life after its reconstitution is short. This study aimed to evaluate the viability of the combination tiletamine plus zolazepam after its reconstitution at two different times. Research has shown us that the reconstitution time does not interfere with the latency, skill and recovery times in cats submitted to OH using the tiletamine plus zolazepam combination.

Keywords: *Anesthetics, Association, Reconstitution*

INTRODUÇÃO

A principal vantagem dos anestésicos dissociativos com relação aos demais é a possibilidade de seu uso através da via intramuscular, o que facilita a anestesia em animais indóceis, onde o acesso venoso imediato pode não ser viável (NETO, 2009).

Uma cirurgia onde a associação tiletamina mais zolazepam é recorrente utilizada, é na ovariohisterectomia (abreviadamente conhecida como OH), devido a ser um procedimento cirúrgico rápido, simples e bastante realizado (SCHIOCHET, 2006).

Mesmo com suas vantagens sendo amplas, existem alguns inconvenientes no uso da associação tiletamina mais zolazepam, sendo uma delas o seu tempo de uso após a abertura da embalagem e diluição do anestésico em seu veículo de administração, que é curta, sendo de 14 dias se mantida refrigerada, e de apenas 4 dias em temperatura ambiente (Bula Telazol).

Este trabalho teve como objetivo geral avaliar a

viabilidade ou vida de prateleira da associação tiletamina mais zolazepam, em dois momentos após a sua reconstituição, na cirurgia eletiva de OH em gatas.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo foi submetido à análise e julgamento do Comitê de Ética em Pesquisa com o uso de animais da FAVIÇOSA/UNIVIÇOSA de Viçosa-MG, sendo aprovado sem restrições, sob o Protocolo nº 062.2018.01.01.15.03, no dia 19/04/2018.

A pesquisa foi realizada no hospital veterinário do Centro Universitário de Viçosa. Foram utilizadas 12 pacientes, gatas fêmeas, sem raça definida, encaminhadas para cirurgia eletiva de OH. Foram analisados através da observação e mensuração do tempo, as seguintes variáveis: tempo de latência (TL), Tempo hábil (TH) e Tempo de recuperação (TR) dos animais submetidos a anestesia utilizando a associação tiletamina mais zolazepam, além da anestesia epidural (lidocaína + morfina) que foram submetidos a OH. A mensuração do tempo foi realizada com horas, minutos e segundos, padronizados com o relógio digital do Google na internet. Todos os tempos totais analisados foram convertidos em segundos após sua mensuração.

Os animais foram divididos em dois grupos: G1, onde foi aplicada a associação tiletamina mais zolazepam, de forma intramuscular, sendo o tempo de reconstituição da associação feita de acordo com o fabricante, porém, com o tempo limite de 14 dias após a reconstituição. Para o grupo G2, a aplicação da associação tiletamina mais zolazepam foi feita imediatamente após sua reconstituição.

O protocolo anestésico foi feito com inicial aplicação

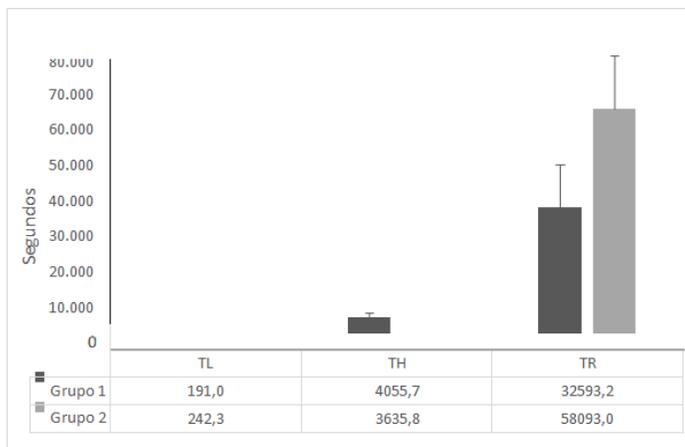
intramuscular da associação tiletamina mais zolazepam (zoletil 50), na dosagem de 4 mg por kg da tiletamina mais 4 mg por kg de zolazepam, seguido da anestesia epidural utilizando lidocaína 2% a 1ml para cada 3,5kg, mais morfina 1% a 0,1mg por kg. A variável analisada tempo de latência (TL), foi coletada em segundos, a partir da aplicação da associação tiletamina mais zolazepam de forma intramuscular, até os primeiros sinais da anestesia dissociativa. A variável tempo hábil (TH), foi mensurada em segundos, a partir dos primeiros sinais da anestesia dissociativa, até os primeiros sinais de recuperação do animal. A variável tempo de recuperação (TR), também aferida em segundos, foi mensurada a partir dos primeiros sinais de recuperação da anestesia dissociativa, até o momento em que o animal se manteve de pé na baia de recuperação.

Os resultados foram submetidos à Análise de Variância (ANOVA) e as médias foram comparadas por meio do teste de Tukey, utilizando-se software SigmaPlot 12.0 (Systat Software Inc., San Jose, USA), ao nível de 5% de significância.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1 – Médias seguidas de letras diferentes entre linhas diferem pelo teste de Tukey ($p < 0,05$). Tempo de latência (TL), tempo hábil (TH), tempo de recuperação (TR), desvio padrão (DP), coeficiente de variação (CV).

Parâmetro	G1				G2			
	N	Média	DP	CV (%)	N	Média	DP	CV (%)
TL	6	191,0	69,1	36,2	6	242,3	91,4	37,7
TH	6	4055,7	1106,9	27,3	6	3635,8	379,0	10,4
TR	6	32593,2	11075,4	34,0	6	58093,0	13838,3	23,8



De acordo com a pesquisa, nos resultados obtidos entre os grupos G1 e G2 (G1 reconstituído até o 14º dia, G2 reconstituído imediatamente), não existe diferença na utilização do anestésico em momentos diferentes do seu tempo de vida. Porém, em relação a relação ao TL, TH e TR há diferenças. Em relação ao TL, é observado que o grupo G1 apresentou uma média menor do que no grupo G2. No TH, vemos que a média do grupo G2 foi menor, do que no G1. O grupo G1 apresentou uma média menor de tempo em comparação a G2.

Baseado nesses dados, tanto o tempo de latência como o hábil obtidos no experimento, estão dentro do padrão que o anestésico oferece. Com relação ao tempo de recuperação, ele é mais elevado devido a maior permanência dos efeitos do zolazepam em gatos. Em felinos podemos notar o contrário, a meia vida plasmática do zolazepam é maior chegando a 18000 segundos, levando a uma tranquilização residual (ANDRADE, 2008; MASSONE, 2011

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que o tempo de reconstituição não interfere nos tempos de latência, hábil e de recuperação em gatas submetidas a OH utilizando a associação tiletamina mais zolazepam reconstituído no dia 1º ou até o 14º dias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Silvia F. **Manual de Terapêutica Veterinária**. 3. Ed. São Paulo: Roca, 2008.

BULA: TELAZOL: cloridrato de zolazepam e cloridrato de tiletamina. Bula de remédio.

MASSONE, F. **Anestesiologia Veterinária. Farmacologia e Técnicas: Texto e atlas colorido**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

NETO, F.J.T; Anestesia dissociativa em pequenos animais. In: NETO, F.J.T et al.

SCHIOCHET, F. **OVÁRIO-SALPINGO-HISTERECTOMIA LAPAROSCÓPICA EM FELINOS HÍGIDOS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

VIDAS RARAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Nayara de Paula Sabino¹, Eliangela Saraiva Oliveira Pinto²

Resumo: Com o objetivo de descrever as dificuldades enfrentadas pelas famílias de crianças diagnosticadas com algum tipo de doença genética, foi proposta uma metodologia de pesquisa descritiva do tipo de revisão de literatura, onde foi feito um levantamento teórico utilizando as bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por meio dos descritores “doenças rara”, “principais doenças raras”, “prevenção, causas e tratamentos”, “perfil epidemiológico dos pacientes com doenças raras”, “problemas enfrentados pelas famílias das pessoas com doenças raras”. As doenças raras são assim caracterizadas pelo fato de apresentar diferentes sinais e sintomas e também pela grande variação de cada caso acometido pela mesma doença. Verificou-se um grande desafio enfrentado pelas famílias e para os profissionais em relação ao um longo caminho até um diagnóstico correto. Identificou-se uma grande discussão que impõem uma abordagem conjunta com os denominados medicamentos órfãos, que trata-se de medicamentos que a indústria farmacêutica tem pouco interesse em desenvolver e comercializar por serem destinados apenas a um pequeno número de doentes. Por tanto mesmo que não haja um tratamento específico para a maior parte das doenças raras genéticas, a implantação de cuidados adequados pode melhorar a qualidade de vida e aumentar a expectativa dos doentes e de suas famílias.

Palavras-chave: Condição genética, saúde coletiva, saúde pediátrica.

¹Graduanda do curso de Enfermagem - UNIVIÇOSA. E-mail: nayara_paula@outlook.coml.

²Enfermeira, docente do curso de Enfermagem - UNIVIÇOSA. E-mail: eliangela@univicoso.com.br.

Abstract: *In order to describe the difficulties faced by families of children diagnosed with some type of genetic disease, a descriptive research methodology of the type of literature review was proposed, where a theoretical survey was made using the Virtual Health Library databases (VHL), using the descriptors “rare diseases”, “main rare diseases”, “prevention, causes and treatments”, “epidemiological profile of patients with rare diseases”, “problems faced by the families of people with rare diseases”. Rare diseases are thus characterized by the fact that they present different signs and symptoms and also by the wide variation of each case affected by the same disease. There was a great challenge faced by families and professionals in relation to the long road to a correct diagnosis. A great discussion has been identified that impose a joint approach with the so-called orphan drugs, which are drugs that the pharmaceutical industry has little interest in developing and commercializing because they are intended only for a small number of patients. Therefore, even if there is no specific treatment for most of the rare genetic diseases, the implementation of adequate care can improve the quality of life and increase the expectations of patients and their families.*

Keywords: *Genetic condition, public health, pediatric health*

INTRODUÇÃO

As doenças raras são qualificadas desta forma pelo fato de apresentar diferentes sinais e sintomas e também pela grande variação que não é só de doença para doença, mas também de pessoa para pessoa acometida pela mesma doença. De certa forma as manifestações relativamente frequentes podem ser confundidas com outras doenças comuns, dificultando o seu diagnóstico, causando dor e sofrimento aos envolvidos (BRASIL, 2019).

As doenças raras em sua maioria são caracterizadas por

desordens genéticas degenerativas, associadas a múltiplas comorbidades, capazes de promover debilidade física e perda da expectativa de vida. Os doentes e seus familiares também sofrem uma série de processos sociais, que englobam desde as dificuldades no tratamento e reabilitação até preconceito e exclusão social (SALVIANO et al., 2018).

Em alguns casos as doenças raras são passadas como despercebidas pelo fato de difícil diagnóstico precoce, e apresentarem semelhanças com outras doenças, sendo de difícil entendimento não só do ponto de vista conceitual, mas, também, do seu perfil epidemiológico e políticas públicas. Caracterizam-se as doenças raras, de modo geral, pelo acometimento de uma doença que afeta uma pequena parcela da população, e estima-se que existam cerca de 7000 doenças raras em todo mundo e que em torno de 80% delas têm origem genética. De certa forma uma doença para ser considerada rara, é preciso ter uma incidência de 65 casos a cada 100 mil habitantes (AQUINO; et al 2019).

Neste trabalho será apresentado as dificuldades e avanços enfrentados por famílias de crianças diagnosticadas com alguma doença genética rara.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva do tipo de revisão de literatura, sendo que para realizar este trabalho foram utilizadas publicações disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foi realizada uma revisão sistêmica da literatura a partir dos seguintes descritores, “doenças rara”, “principais doenças raras”, “prevenção, causas e tratamentos”, “perfil epidemiológico dos pacientes com doenças raras”, “problemas enfrentados pelas famílias das pessoas com doenças raras”.

A partir do levantamento bibliográfico, foi delimitado o

espaço temporal referente ao período de 2014 a 2020, língua portuguesa como critério de inclusão. Trata de artigos e informações que abordam as doenças raras na infância e problemas enfrentados. A partir daí criou-se uma planilha de dados constando 53 artigos, após a seleção, leitura e análise das informações relacionadas à temática, definições e percentual sobre “doenças raras” e principalmente doença raras na infância, então foram utilizados os documentos devidamente referenciados que mais destacava.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A trajetória das famílias e as dificuldades relacionadas às doenças raras

Na saúde pública as epidemias, doenças e lesões causadas por alterações climáticas ou guerras sempre tiveram mais impacto na realização de um diagnóstico preciso, sempre caminhando junto por parte das transformações políticas, econômicas e sociais. Além das doenças mais prevalentes, outras menos visíveis, mas causadoras de muito sofrimento. Essas doenças que foram destacadas na literatura, por malformações no nascimento, que apenas recebiam uma atenção especial devido serem consideradas assustadoras, ou até mesmo “monstruosas”. Foram analisados estudos desde Aristóteles, onde crianças nascidas com malformações eram consideradas “prodígios”, que estariam levando mensagens para a humanidade, de demonstração do poder divino que era manifestado na alteração da forma e dos mecanismos presentes na natureza (NOVAES; SOÁREZ, 2019).

A luta das organizações associativas das pessoas e famílias com doenças raras, pelo reconhecimento acontece devido ao desrespeito, seja pelos maus-tratos, violação de honra, violação de direitos, ou dignidade do indivíduo. Esse apelo por uma vida mais digna e ao direito à saúde surge nos slogans

das associações. O campo valorativo dessas organizações cria condições normativas à autodeterminação e à autorrealização pela aceitação recíproca para todos os envolvidos, esses movimentos associativos proporciona a transformação dos indivíduos para sujeitos, contribuindo para a construção de uma consciência política, situada em um círculo virtuoso em que lutar pelos seus interesses pode significar reconhecer-se no interior de uma coletividade (MOREIRA, et al 2017).

No Brasil o uso da categoria “doenças raras” começou no ano de 2009, que entrou em vigor com a organização do I Congresso Brasileiro de Doenças Raras e logo após com a articulação do grupo de trabalho para a construção da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, independentemente estas doenças são crônicas, acarretam deficiências variadas, têm grande morbimortalidade e a maioria tem etiologia genética. Uma característica marcante

Esses autores ressaltam ainda que a política voltada ao tratamento de doenças raras é insuficiente, e muitas medicações ainda não foram agregados ao Sistema Único de Saúde.

Já Fonseca (2014) considera que há escassez de dados que estimem a população afetada por doenças raras, dando ênfase aqueles resultantes de estudos pontuais sobre patologias específicas, como certas doenças neurodegenerativas e algumas doenças genéticas. De modo geral, as publicações provêm de bases que são ineficaz em âmbito nacional, sendo relacionadas apenas a dados primários e secundários publicados em periódicos ou apresentados em congressos. Por consequência disso, as estimativas nacionais de prevalência geral de doenças raras se baseiam em dados internacionais, provenientes de estudos epidemiológicos em populações com características diferentes da população brasileira.

Melo et al. (2017) consideram que a partir dos indicadores de saúde da população é possível identificar que as doenças genéticas e os defeitos congênitos passam a ser responsáveis por uma maior proporção de mortes entre crianças com a idade de 3 a 5 anos. O impacto dos defeitos congênitos somente é percebido quando a taxa de mortalidade infantil alcança valores inferiores a quarenta mortes por mil crianças. Isso vem acontecendo no Brasil desde 2005, onde essas doenças raras, são a segunda causa de mortalidade infantil em todas as regiões do país. É possível considerar um número alto de mortes, que aproximadamente 50% das doenças raras afetam crianças e 30% dos doentes morrem antes dos cinco anos de idade.

Independentemente que não haja um tratamento específico para a maior parte das doenças raras genéticas, a implantação de cuidados adequados pode melhorar a qualidade de vida e aumentar a expectativa dos doentes e de suas famílias. Nesse sentido, é necessário estruturar e promover cursos de educação permanente para os profissionais de saúde de forma contínua, no tempo suficiente para conseguir atualizar a maioria deles (MELO et al., 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas duas últimas décadas tem crescido o reconhecimento de que as doenças raras são um importante problema para a saúde pública. No entanto, poucas ações tem sido realizada de forma mais ampla em relação a aspectos sociais como o acesso a tratamentos adequados e assistência em saúde.

Considerando que uma doença genética, compromete os primeiros anos de vida, é fundamental que as famílias sejam amparadas pelos serviços e pelos profissionais de saúde capacitados no sentido de oferecer respostas resolutivas no mais curto espaço de tempo. Dessa forma identificando

precocemente uma doença rara pode fazer diferença na qualidade e no tempo de vida de muitos pacientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Rafael Lemes de; VARGAS, Lorena Silva; LOPES, Anaísa Filmiano Andrade; SOUSA NETO, Adriana Lemos de; XAVIER, Douglas Ataniel Alves; MAGANHOTO, Aline Maria Santos; TEIXEIRA, Núbia Fernandes; AMARAL, Elaine Gomes do. **Epidemiological and clinical profile of patients with fabry disease**. Revista de Enfermagem Ufpe On Line, [s.l.], v. 13, p. 1-4, 7 jun. 2019. Revista de Enfermagem, UFPE.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Doenças raras: Brasil avança na assistência e tratamento de pacientes**. 2019. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46457-sus-avanca-no-tratamento-de-doencas-raras>>. Acesso em: 23 set. 2020.

FONSECA, Rebecca Vilela Gonçalves da. **A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA DOENÇAS RARAS NO BRASIL**. 2014. 21 f. TCC (Graduação) - Curso de Saúde Coletiva, Universidade de Brasília – Unb, Brasília, 2014.

MOREIRA, MARTHA CRISTINA NUNES; NASCIMENTO, MARCOS ANTÔNIO FERREIRA; HOROVITZ, DAFNE DAIN GANDELMAN; MARTINS, ANTILIA JANUARIA; PINTO, MARCIA. **QUANDO SER RARO SE TORNA UM VALOR: O ATIVISMO POLÍTICO POR DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, nov. 2017.

NOVAES, Hillegonda Maria Dutilh; SOÁREZ, Patrícia Coelho de. **Doenças raras, drogas órfãs e as políticas para**

avaliação e incorporação de tecnologias nos sistemas de saúde. Sociologias, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 332-364, 26 ago. 2019.

SALVIANO, Isabel Cristina de Barros *et al.* **DOENÇAS RARAS: CENÁRIO NO BRASIL E NO MUNDO.** Curitiba: Saúde e Desenvolvimento, v.12. 2018.